Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Doutorado em Ciências Sociais

Silvia Aguião Rodrigues

Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo

CAMPINAS

2014

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Doutorado em Ciências Sociais

Silvia Aguião Rodrigues

Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo

Orientadora: Profª Drª Maria Filomena Gregori

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Errata:

Onde se lê: "Doutor"

Leia-se: "Doutora"

Profa. Dra. Eliane Moura da Silva
Coordenadora da Comissão de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP
Matrícula: 237752

CAMPINAS
2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

Aguião, Silvia, 1982-
Ag93f Fazer-se no "Estado" : uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. / Silvia Aguião Rodrigues. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Maria Filomena Gregori.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sexualidade. 2. Gênero. 3. Estado. 4. Movimentos sociais. 5. Direitos humanos. I. Gregori, Maria Filomena,1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The making of oneself in the "State" : an ethnography on the constitution of "LGBT" persons as subjects of rights in contemporary Brazil
Palavras-chave em inglês:
Sexuality
Gender
State
Social movements
Human rights
Área de concentração: Ciências Sociais
Titulação: Doutora em Ciências Sociais
Banca examinadora:
Maria Filomena Gregori [Orientador]
Guita Grin Debert
Júlio Assis Simões
Antonio Carlos de Souza Lima
Sergio Luis Carrara
Data de defesa: 19-02-2014
Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 19 de fevereiro de 2014, considerou a candidata SILVIA AGUIÃO RODRIGUES aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Maria Filomena Gregori _____

Profa. Dra. Guita Grin Debert _____

Prof. Dr. Julio Assis Simões _____

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima _____

Prof. Dr. Sergio Luis Carrara _____

Profa. Dra. Adriana Gracia Piscitelli _____

Profa. Dra. Regina Facchini _____

Profa. Dra. Adriana de Rezende Barreto Vianna _____

Resumo

Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo.

Esta tese analisa parte do processo de constituição da população designada, no momento, “LGBT”, como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Através de uma abordagem que prevê “o Estado” não como uma dada unidade coesa, mas justamente busca investir na análise de processos de criação e recriação de morfologias de Estado-governo, indaga-se como certos “direitos” corporificam certas “identidades” - e vice-versa - e quais os formatos da administração governamental acionados para gerir determinados sujeitos. Os objetivos mais específicos da pesquisa struturaram-se em torno de dois grandes eixos de questionamento: i) a dinâmica própria de constituição de direitos para determinados sujeitos; ii) as táticas e as estratégias de organização e performances do fazer político, envolvendo a replicação de formatos deste mesmo fazer entre movimentos sociais, disputas internas aos próprios movimentos, bem como a circulação desses formatos para cenários governamentais. A investigação foi desenvolvida através da análise de documentos, da observação de eventos e do acompanhamento de uma política especialmente direcionada para “população LGBT”. Tratou-se, enfim, de tomar como espaço de pesquisa a interseção entre os próprios elementos que transitam pelo campo que vem legitimando a “coletividade LGBT” no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Sexualidade; Gênero; Políticas; Direitos; Estado; Movimentos Sociais.

Abstract

The making of oneself in the "State": an ethnography on the constitution of "LGBT" persons as subjects of rights in contemporary Brazil

This thesis analyses part of the process of constitution of the population currently known as "LGBT" as subjects of rights in contemporary Brazil. Instead of looking at the "State" as a single coherent entity, this investigation tracks the (re)creation processes of state--government morphologies, inquiring into the way certain "rights" embody specific "identities," and vice-versa, as well as into the government administration formats set in motion to manage certain subjects. Two main aspects of this phenomenon are addressed: (i) the dynamics of rights-making for certain subjects; ii) the tactics and strategies of organization and performances in political affairs. The latter involve the reproduction of state politics by social movements; the movements own internal conflicts; and the circulation of the latter into government scenarios. Research procedures included the analysis of documents, and observation at events, following the implementation of policies specifically directed towards the "LGBT population". In sum, the sources for this research project were found at the intersection between the very elements which, in their transit between one field and another, construct the legitimacy of a "LGBT collective" in contemporary Brazil.

Keywords: Sexuality, Gender, Politics, Rights, State, Social Movements

Sumário

Introdução - Percursos e bifurcações **01**

Da emergência de uma "população LGBT" 06

Escolhas e questões da pesquisa 12

Estrutura da tese 20

Parte I

A delegação e a crença no Estado: tecendo uma narrativa possível sobre a constituição de "sujeitos LGBT" no Brasil **23**

Capitulo 1 – As conferências e a produção de um campo de "direitos LGBT" **27**

Capitulo 2 – Percorrendo documentos: uma leitura através dos "papéis" **57**

2.1 – Um traçado de contextualização e antecedentes 59

2.2 – Ampliando o elenco: proposições e sujeitos ao longo do tempo 72

2.3 – 'Dança das letrinhas' e especificidades de sujeitos já específicos 75

2.4 –"Direito a ter Direitos" 82

Parte II

Sujeitos em processo e argumentos em circulação **89**

Capítulo 3 – Estratégias de Visibilidade e tentativas de regulação **91**

3.1 – "Contra a homofobia a nossa luta é todo dia": os eventos-ato e os apelos de legitimidade 92

3.2 – "Não queremos destruir a família de ninguém, queremos construir a nossa": uma nota sobre moralidades em disputa ou estratégias de sujeitos emergentes e seus 'adversários' 118

Capítulo 4 – Os desafios dos enquadramentos administrativos e das classificações identitárias **137**

4.1 – "O tripé da cidadania": a relação entre demandas e formatos da administração estatal 139

4.2 –"Atrás do silicone também bate um coração" – travestis,transexuais e alguns deslocamentos ou reposicionamentos 149

4.3 – "Não somos um simples conjunto de letrinhas"– "segmentos" e disputas da política 172

Parte III

Da proposição à execução **183**

Capítulo 5 – Sobre uma política (que se quer) modelo **187**

5.1 – Um histórico breve 193

5.2 – Uma experiência no exercício da administração cotidiana de "novos" sujeitos 214

Considerações Finais: notas sobre uma situação eloquente **235**

Bibliografia **241**

Anexo A - Linha do tempo 'em construção' (1993-2013) **259**

Anexo B - Tabela dos principais eventos observados **267**

Anexo C - Alguns documentos (decretos, portarias e material veiculado pela mídia) **273**

Agradecimentos

Difícil não começar pelo óbvio: a impossibilidade de agradecer suficientemente a todos que foram imprescindíveis para que esse trabalho fosse realizado. Dito isso, inicio com a família. Vó, pai, mãe, irmã, tias e tios, obrigada por sempre atenderem a todos os meus chamados e também por compreenderem aqueles momentos em que eu deixei de chamar.

À minha orientadora Bibia Gregori agradeço por toda a gentileza com que me recebeu na Unicamp, pela generosidade com que partilha idéias e pela paciência e compreensão com que lidou com os meus tempos de escrita e reflexão. Preciso também agradecer a delícia do tempo compartilhado no seu grupo de estudos: 'prazer e perigo'. Esse espaço foi fundamental para, junto aos meus colegas de orientação, amadurecer idéias, dividir impasses de pesquisa, dar risadas e aprender. Por isso um agradecimento especial para: Ana Laura Lobato, Camilo Braz, Carol Parreiras, Fabiana de Andrade, Giovana Lopes Feijão, Larissa Nadai.

Ainda na Unicamp, é fundamental agradecer os ricos espaços de debate ocasionados tanto por disciplinas cursadas quanto pelos mais incríveis "seminários de área", nos quais pude 'testar' elaborações preliminares e receber invariavelmente valiosas contribuições para a pesquisa. Agradeço a todos com quem tive a oportunidade de trocar idéias e sobretudo ouvir. Um agradecimento especial para as professoras e pesquisadoras do PAGU: Maria Filomena Gregori, Mariza Corrêa, Guita Debert, Ângela Araújo, Adriana Piscitelli, Karla Bessa, Heloisa Pontes, Maria Conceição da Costa, Regina Facchini e Iara Beleli. E para os colegas queridos: Isadora Lins França, Glaucia Destro, Carol Branco, Natália Corazza, Cadu Henning, Thiago Duque, e, mais recentemente. Marcelo Perilo, Guilherme Passanami, Rafael Dias Toitio, Roberto Efrem, Andrea Lacombe e Laura Lowenkron. Preciso também agradecer aos comentários de Anna Catarina Morawska Vianna, que debateu o meu trabalho no seminário de área de 2013.

Da vida em São Paulo, não tenho palavras para agradecer o acolhimento e cuidado com que Márcia Lima me recebeu em sua casa <3. E esse refúgio não seria o mesmo sem poder contar com o carinho da Emília. Ainda nos meus estranhamentos da saída do balneário

para a temporada na metrópole, pude contar com o apoio e a companhia de Laura Moutinho, muito obrigada. E sem os passeios, cafés, cervejas e baladas junto com Bruno, Leandro, Cabelo, Isa, Igor e Thiago, a experiência na cidade não teria sido tão gostosa.

Voltando para o Rio.

Adriana Vianna, Antônio Carlos de Souza Lima e Laura Moutinho me ajudaram a desenhar as primeiras idéias do projeto que deu origem a essa tese. Especialmente a Antônio e Adriana, é necessário agradecer imensamente não apenas por isso, mas também por terem me recebido como aluna-ouvinte em suas disciplinas em diferentes momentos. Sem as conversas, as leituras gentilíssimas e as preciosas aulas de que tive o privilégio de participar, essa tese não seria possível.

No mesmo sentido, agradeço a Sergio Carrara por ter permitido que em várias oportunidades eu participasse dos seminários de orientação junto com os seus alunos. Muito obrigada Adriana Shad, Aureliano Lopes, Adélia Zimbrão, Horacio Sívori, Mario Carvalho e Vanessa Leite.

Ao longo do doutorado participei de alguns GTs em Abas, RAMs, SBSs, LASAs etc, todos foram muito importantes para testar idéias, receber contribuições e conhecer novas referências. Agradeço em particular a alguns dos coordenadores desses grupos: Maria Gabriela Lugones, Adriana Vianna, Laura Moutinho, Fabiano Gontijo, Regina Facchini, Miguel Vale de Almeida, Mario Pecheny, Horário Sívori, Luiz Mello, Cristian Paiva, Berenice Bento. Com Bruno Zilli e Bruno César Barbosa compartilhei papers em duas dessas ocasiões, obrigada meninos. Espaços de debate como estes também foram fundamentais pois pude contar com a troca de idéias sempre interessante e divertida não apenas nos GTs, mas nos cafés e nas mesas de bar. Ao longo desses 5 anos, tenho que agradecer ainda a Andrea Lacombe, Anna Paula Vencato, Maria Elvira Días, Jorge Leite Jr., Larissa Pelúcio, Rosa Oliveira. Já quase no finalzinho da escrita da tese, recebi o convite generoso para apresentar o meu trabalho e debater outras pesquisas com o "bloco" do NUMAS (FFLCH/USP). Voltei dessa experiência cheia de idéias e contente com o tanto de coisas e pessoas legais que conheci. Agradeço especialmente a Marcio Zamboni, Gibran T. Braga, Rafael Noleto, Gustavo Saggese, Letizia

Patriarca, Marisol Marini, Luiza Ferreira, Eros Tartaruga, Marcela Betti e aos professores Heloisa Buarque de Almeida e Julio Simões.

Aos companheiros de LIDIS, agradeço pela alegria de trabalhar só com quem a gente gosta. Obrigada Aureliano, Anna, Adriana, Alice, Guilherme, Vanessa e Sergio. Também preciso agradecer a equipe LIDIS mais recente: Martinho, Paulo, Daniele, Isabela, Lucas, Margareth, Diógenes.

Aos amigos com quem dividi muitas coisas, inclusive casas, nos últimos 5 anos: Marcia, Juana, Diego e Guido. Obrigada pela companhia e pela paciência imprescindíveis a quem divide casa com uma escrevedora de tese.

Obrigada aos meus queridos de muito tempo, de todo dia e para todos dias: Vanessa, Bruno, Camilinha, Juliana, Juana, Diego, Igor, Thiago, Roberta, Elaine, Guilherme, Negra, Federico, Laurita, Hernan, Maitê, AnaC, Gui, Antonio, Paula, Letícia, Paulo Victor, Andréia, Aline, Adriana. Tenho dívidas profundas e impagáveis com os amigos e amigas leitores fundamentais nos últimos momentos de escrita. E para a comissão de gestão e suporte na reta final: amor eterno e verdadeiro.

Se a tese representa o fim de um longo ciclo de formação é fundamental mencionar as orientadoras que desde a graduação fizeram com que eu persistisse e me divertisse durante todo esse processo. Por isso um agradecimento mais do que especial para Clarice Peixoto, Laura Moutinho e Maria Filomena Gregori.

Aos professores Sergio Carrara e Guita Grin Debert agradeço a leitura atenciosa e as sugestões recebidas por ocasião da qualificação. E aos professores e professoras que aceitaram compor a banca da defesa, como titulares e suplentes, um agradecimento especial: Antônio Carlos de Souza Lima, Sergio Carrara, Julio Simões, Guita Grin Debert, Adriana Vianna, Adriana Piscitelli e Regina Facchini.

Agradeço a Maria Rita e Reginaldo da Secretaria de Ciências Sociais pela atenção, paciência e gentileza com que explicaram procedimentos e resolveram a minha vida burocrática no Programa.

Agradeço ao Grupo Arco-Íris do Rio de Janeiro, espaço no qual comecei a pensar algumas das questões que deram origem a esse trabalho. Agradeço à equipe da SUPERDIR e especialmente à equipe dos Centros de Cidadania LGBT do Rio de Janeiro, pela oportunidade de troca e aprendizado.

Agradeço ao CNPq e a FAPESP pela concessão das bolsas que permitiram a realização da pesquisa.

Quando eu ainda estava escrevendo a dissertação uma pessoa me disse que tese é coisa que não se escreve sem duas coisas: amigos e dívidas contraídas. Se essa tese existe é porque eu tenho a sorte de ter boas e belíssimas amizades e dívidas imensas e eternas. :3

À minha avó Sylvia, que me fez chegar

nas Ciências Sociais.

Um Crente

Ao cair da tarde, dois desconhecidos se encontram nos corredores escuros de uma galeria de quadros. Com um leve calafrio, um deles diz:

- Este lugar é sinistro. Você acredita em fantasmas?

- Eu, não - respondeu o outro. - E você?

- Eu, sim - disse o primeiro, e desapareceu.

George Loring Frost[*]

* O conto faz parte de uma antologia organizada por Adolfo Bioy Casares, Jorge Luis Borges e Silvina Ocampo, cuja a primeira edição data de 1940 (Casares et al. 2013). Diz-se que George Loring Frost, assim como o conto a ele atribuído na coletânea, são invenções de J. L. Borges.

Lista de Cenas

Cena 1 – Noite de cinco de junho de dois mil e oito 23

Cena 2 – Noite de quinze de dezembro de dois mil e onze 36

Cena 3 – Madrugada do dia dezenove de dezembro de dois mil e onze 42

Cena 4 – Dia dezessete de maio de dois mil e dez 91

Cena 5 – Maio de dois mil e onze 137

Cena 6 – Vinte e nove de outubro de dois mil e onze 172

Cena 7 – Trinta de outubro de dois mil e onze 176

Cena 8 – Dia primeiro de julho de dois mil e dez 184

Cena 9 – Dezesseis de maio de dois mil e onze 188

Introdução:
Percursos e bifurcações

Essa pesquisa se debruçou sobre o processo de construção da população designada, no momento, *LGBT*, como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Dei início a investigação seguindo a perspectiva de que a sigla *LGBT* (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) recobriria uma espécie de "coletividade imaginada", parafraseando Benedict Anderson (2008 [1983]), produto e produtora de diversos feixes de relações sociais que perpassam políticas de governo, movimentos sociais, a produção acadêmico-científica sobre o tema e os seus idiomas específicos como, por exemplo, o dos direitos humanos[1]. Isto implicou voltar a atenção não apenas ao processo de legitimação da identidade coletiva *LGBT* e aos processos e gramáticas sociais e políticas que a tornam possível no cenário atual, mas também para as dinâmicas de especificação dos segmentos que a compõem: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Invisto em uma análise que a partir das estratégias políticas dos atores envolvidos nos debates em torno dos "direitos LGBT" ou "direitos da pessoa LGBT" (Rios, 2008), considera processos de criação e recriação de morfologias de Estado, mantendo como pano de fundo a questão de como certos "direitos" corporificam certas "identidades" e vice-versa.

---

[1] Guardados os devidos distanciamentos entre a conceituação de Anderson (2008) e o que me proponho a fazer aqui, utilizo a paráfrase das "coletividades imaginadas" de maneira livre. Penso em uma aproximação com as "comunidades imaginadas" do autor em relação a três sentidos: i) a "criação imaginativa" de um nós comum, ii) no sentido de que a essa imaginação não se opõe uma comunidade "verdadeira" e iii) no sentido de que ao ser imaginada, é iniciado um processo de produção de fronteiras, limites e adaptações de significados que virão a conformar a aparência natural dessa imaginação.

Para pensar o movimento social considero interessante retomar um aspecto do balanço crítico da abordagem dos "movimentos sociais na América Latina" realizado por Cardoso (1987). Naquele momento a autora apontava para uma certa tendência das análises da área em não mencionar aspectos como "o desenrolar do processo de negociação com as instâncias governamentais, os mecanismos internos de formação de opinião, os conflitos quanto às táticas de ação etc". Nesse sentido, chama a atenção para o ponto de que os movimentos sociais só formam uma impressão de unidade quando olhados de fora, se o foco for colocado em suas diferenças essa aparência de objeto uniforme se fragmenta. A parti daí, a autora aborda a necessidade de "uma análise mais cuidadosa das relações entre Estado e Sociedade nos nossos países" e também que "não são os fenômenos singulares que devem ser comparados, mas sim os processos".

O desenvolvimento desta pesquisa esteve sempre alicerçado em minha trajetória de formação acadêmica e profissional. Desde a graduação venho trabalhando com questões relacionadas à (homos)sexualidade, gênero, cor/raça e mestiçagem. Analisar o entrecruzamento de diversas marcas de diferenciação social- e possíveis eixos constituintes de desigualdades[2] - tem demonstrado ser uma tarefa bastante complexa. Por ocasião de minha dissertação de mestrado busquei indicar alguns caminhos de reflexão a partir de uma análise etnográfica destas questões, conduzida em uma favela do Rio de Janeiro[3]. Investi em explorar usos, sentidos e manipulações de categorias referentes à cor/raça e à homossexualidade, presentes nas relações da vida cotidiana da localidade.

Ao observar as formas como homossexualidade e cor/raça apareceram durante o trabalho realizado no mestrado, uma das hipóteses apresentadas foi a de que na adaptação do discurso de certas políticas de identidade – veiculado por instâncias como governo, movimentos sociais e, de outro modo, a academia – para as práticas da vida diária, firma-se uma dissonância, pois eram formulações que surgiam no campo da pesquisa algo desconcertados em relação à sua construção original. Assim, a intenção inicial do projeto que originou a presente pesquisa foi deslocar o foco etnográfico de um campo bastante micro-localizado para um campo político mais amplo de análise.

Durante a graduação e o mestrado trabalhei como assistente de pesquisa do *Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos* (CLAM/IMS/UERJ), em projetos que olhavam para os mesmos temas em diferentes escalas (nacionais e internacionais)[4]. Após

---

[2] Sigo a perspectiva de que "estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como 'variáveis independentes' porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela". (Brah, 2006: 351)

[3] A pesquisa foi conduzida na favela de Rio das Pedras, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. A localidade possui certas características particulares, como a ausência do tráfico armado de drogas e a intensa migração nordestina, fatores que contribuem para a conformação de configurações específicas no que tange a questões relacionadas à (homos)sexualidade, gênero, cor/raça e mestiçagem (Aguião, 2004, 2007 e 2011).

[4] Projeto *Relations among "race", sexuality and gender in different local and national contexts*, coordenação Laura Moutinho; *Projeto Heterossexualidades: contracepção e aborto*, coordenação Maria Luiza Heilborn; *Projeto Razão, afetividade e desejo: uma análise dos relacionamentos afetivo-sexuais inter-raciais entre homossexuais no Rio de Janeiro*, coordenação Laura Moutinho; *Projeto Dados sobre comportamentos sexuais no Brasil*, coordenação Laura Moutinho e Sergio Carrara.

a conclusão do mestrado, participei de uma pesquisa[5] voltada para a reflexão acerca da constituição de políticas governamentais direcionadas à concretização e à regulação dos "direitos culturalmente diferenciados" e dos *direitos especiais*[6], a partir da Constituição de 1988. Pouco tempo depois passei a trabalhar também em dois projetos de pesquisa e desenvolvimento de ações de prevenção ao HIV/AIDS do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT[7]. Através desse grupo passei a ter contato com a Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDIR)[8], que compõe hoje a estrutura da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro e cujo superintendente é integrante ex-presidente do Grupo Arco-Íris e ex-diretor da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

O período em que me aproximei do trabalho da SUPERDIR coincidiu com a mobilização provocada por um decreto presidencial de novembro de 2007 que convocou a *I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. O decreto expunha como objetivos da conferência: "I - propor diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional da cidadania e direitos humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT; e II – avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia." Além disso, estabelecia uma data em 2008 para a realização da reu-

---

[5] Projeto *Políticas para a Diversidade e os Novos Sujeitos de Direitos: Estudos Antropológicos das Práticas, Gêneros Textuais e Organizações de Governo*. LACED/MN-UFRJ e PPGA/UFF. Coordenação: Antonio Carlos de Souza Lima, Adriana Vianna, Eliane Cantarino O'Dwyer. O projeto foi desenvolvido entre os anos de 2006 e 2013: http://www.laced.etc.br/projetos_politicas_diversidade.htm.

[6] Tomo de empréstimo a definição de Rios (2006), segundo a qual direitos especiais "seriam todas as previsões protetivas de discriminação, elaboradas pela legislação ordinária e não previstas expressamente na Constituição" (: 91). Nesse sentido, o estabelecimento desses direitos seria uma forma de concretizar o princípio geral de igualdade em situações sócio-históricas de existência de grupos privilegiados e oprimidos em uma mesma sociedade.

[7] O grupo foi fundado em 1993 e é registrado como uma associação civil sem fins lucrativos, com o nome de *Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual*, entretanto há cerca de 7 anos adotou como nome fantasia *Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT*.

[8] Segundo um boletim divulgado em 2007, a "Superdir iniciou suas ações de combate à discriminação e à promoção da cidadania junto à população GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais); pessoas discriminadas por estado de saúde (HIV-Aids, tuberculose e hepatites); comunidades de religiões de matrizes africanas; comunidade judaica e outras populações discriminadas em razão de sua nacionalidade, origem, religiosidade, além das intolerâncias correlatas e das múltiplas formas de discriminação".

nião e ainda que a eleição dos delegados participantes seria conduzida durante conferências estaduais e regionais realizadas previamente à nacional.

A partir de então comecei a acompanhar mais sistematicamente as etapas que antecederam a I *Conferência Nacional GLBT* – que no estado do Rio de Janeiro foram organizadas pela SUPERDIR – e a mapear outras ações localizadas nas (ou propostas por) esferas governamentais que se referissem ou tivessem como público principal a chamada "população *LGBT"*. A primeira conferência do estado do Rio de Janeiro foi antecedida por nove conferências regionais, organizadas em função da subdivisão por região geopolítica do estado. Nessas conferências foram discutidas e definidas propostas para cada sub-região, assim como eleitos – em número proporcional à população da região – os delegados que participaram da etapa estadual. Ainda em 2008, estive como observadora da pré-conferência da capital do Rio de Janeiro, assim como da etapa estadual e finalmente da nacional[9], que teve como tema "Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)". Foi a partir da experiência de acompanhar essas conferências que construí o projeto inicial que deu origem a esta tese.

Explicitar a minha trajetória anterior ao início da pesquisa se justifica não apenas no sentido de retomar o processo que originou a sua proposta, mas igualmente em reconhecer e incorporá-lo como parte da reflexão desenvolvida. Esta experiência inscreve-se em um campo ético-político não somente complexo como profundamente desafiador. Não se trata exatamente de refletir sobre os modos de representação etnográfica – embora seja de grande rendimento heurístico a idéia de que os textos etnográficos compõem "um sistema complexo de relações"[10]. O lugar que venho ocupando como pesquisadora se inscreve em um momento histórico específico para o qual confluem diversos fenômenos que espero poder colocar em perspectiva ao longo do texto.

---

[9] *Pré-Conferência de Políticas Públicas para GLBT da Capital da Cidade do Rio de Janeiro*, realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 05 de abril de 2008; I Conferência de Políticas Públicas para GLBT do Estado do Rio de Janeiro, realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em maio de 2008; I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada no Centro de Eventos Brasil 21, Brasília, em junho de 2008.

[10] Cf. Clifford (1998).

De fato, conta neste sentido a angústia que ronda os pesquisadores que se propõem a estudar a dinâmica do campo político e adquirem de súbito a consciência das ambiguidades de suas descrições em relação à imagem e/ou objetivos do grupo pesquisado[11]. Anos atrás, Gregori (1993) já chamava atenção para a complexidade da posição ou lugar militante/pesquisador. Se por um lado, a inserção no movimento enriquece o trabalho etnográfico; por outro lado, a tradicional identificação do antropólogo com seu objeto de estudo pode nublar a riqueza etnográfica do processo. Fundamental, neste sentido, é "ler, reler, cruzar informações, suspeitar dos detalhes que nos parecem óbvios, observar gestos aparentemente banais e interpretar a cadeia de significados que se situa no imbricamento entre 'falas', discursos, gestos e ações" (Gregori, 1993:17-18).

De forma mais tangencial chamo a atenção, deste modo, para a minha experiência de trabalho no CLAM[12], uma das instituições colaboradoras na elaboração do programa federal *Brasil Sem Homofobia* e onde, entre os outros projetos mencionados, trabalhei como pesquisadora e coordenadora de campo dos *surveys* sobre vitimização e discriminação realizados na *Parada do Orgulho do Rio* (2003 e 2004)[13]. Como será visto, ambas as iniciativas têm papel bastante significativo na produção de dados que são apresentados como legitimadores de políticas especiais ou diferenciadas para os *LGBT*. Cabe referir, no mesmo sentido, ter trabalhado para dois projetos do Grupo Arco-Íris, que concentra grande parte das lideranças do movimento LGBT carioca, e que em algumas situações opera em estreita articulação com um órgão do aparelho administrativo do estado do Rio de Janeiro. Meu trabalho nesta organização trazia desconforto para alguns pelo fato de eu não possuir uma identidade coincidente com nenhum dos "segmentos LGBT." Por esse motivo eu era apresentada publicamente como uma "técnica", qualificada para o trabalho de pesquisa, não uma ativista. Sendo assim, é possível afirmar que a minha própria inserção é representativa também de um movimento

---

[11] Ver sobre o tema Brites & Fonseca (2006).

[12] Nos países em que atua, o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) vem se firmando como um centro de pesquisa cujo esforço é o de estabelecer redes de diálogo entre pesquisadores, ativistas e gestores públicos, conectando agendas políticas - especialmente do movimento feminista e do movimento LGBT - e como será visto, tem papel bastante significativo no processo que me proponho a analisar nesta tese. Carrara (2010) reflete sobre o papel do Centro nesse sentido.

[13] Além do Rio de Janeiro, a pesquisa já foi realizada em São Paulo, Pernambuco, Porto Alegre e outras cidades da América Latina (Carrara et al. 2003, 2005, 2006, 2007).

crescente de maior circulação de atores entre ativismo, academia e governo ou do embaralhamento de posições, já que muitos ativistas vêm sendo absorvidos por novas esferas de *participação*[14] e que grande parte da produção acadêmica vem sendo articulada como instrumento de reivindicação política pelo ativismo.

Por conta dessa trajetória pregressa, de algum grau de envolvimento com organizações e sujeitos que compõem parte do campo das "políticas LGBT" no Brasil, e em especial no estado do Rio de Janeiro, o percurso metodológico trilhado pela investigação também acaba por trazer essa marca. O trabalho de campo realizado, especialmente o que privilegia uma política conduzida na cidade do Rio de Janeiro, como será visto mais adiante, esteve marcado pelo imbricamento de posições, entre pesquisar e atuar no campo de produção de "sujeitos LGBT" no Brasil.

Em resumo, trata-se de considerar os sentidos que o tipo de debate que as pesquisas nas quais tenho trabalhado suscitam e a pertinência de certas categorias de reflexão e da experiência em diferentes contextos, como na academia, no ativismo e no governo.

Da emergência de uma "população LGBT"

A pesquisa que deu origem a essa tese teve início em um momento no qual algo como uma "população LGBT" ainda soava estranho e os seus contornos provocavam muitas dúvidas. Se as margens do que exatamente delimita os sujeitos que podem ou não ser incluídos sob esse enquadramento continuam não estando muito claras - e com sorte nunca estarão - esse vocabulário foi estabelecido. Creio que ao final da tese será possível perceber essa estabilização através da multiplicação das iniciativas e políticas de governo que assumem a "população LGBT" como o seu objeto de mobilização e intervenção nos últimos anos. Nesse sentido, cabe olhar para alguns antecedentes que podem lançar luz sobre o modo como se conformou o terreno sobre o qual essas políticas e iniciativas estão sendo desenvolvidas.

Da leitura extensa apresentada por Simões e Facchini (2009) dos processos de incorporação de "identidades" que desembocou na atual denominação "Movimento LGBT", para

[14] Souza Lima (2007) identifica a alta circulação de quadros da academia, da administração pública e do movimento social em "processos contemporâneos de formação de Estado".

designar o que um dia já foi chamado "Movimento Homossexual Brasileiro" - ou "MHB", podemos abstrair uma marcação temporal sucinta. Através de uma releitura do histórico dos encontros da militância, os autores percebem que até 1992, estes eram chamados de "Encontro de Homossexuais". Em 1993 o termo "lésbica" foi incorporado, em 1995 a denominação utilizada foi "Encontro de Gays e Lésbicas" e a reunião de 1997 ganhou a adesão do termo "travestis". Apenas em 2005 os termos "transexuais" e "bissexuais" foram incorporados e também nesse ano foram formadas "redes de associações nacionais" para esses "segmentos". Vemos então nessa trajetória um movimento que começou majoritariamente composto por homens "gays" e que ao longo da década de 1990 foi acrescentando e multiplicando o seu alfabeto de "identidades".

Obviamente todo esse processo é marcado por conflitos, contestações e possui muitas nuances que merecem ser acompanhadas. Entretanto, uma vez que já existe um conjunto de trabalhos que se debruçam sobre essa trajetória e o foco desta pesquisa são os processos que viabilizaram a assunção de uma coletividade como uma "população" a ser administrada pelo governo brasileiro, não retomarei aqui um histórico pormenorizado do percurso de formação desse Movimento. Sendo assim, recorro à periodização traçada por Facchini (2003 e 2005), destacando os momentos que aqui mais nos interessam, quais sejam: aqueles indicados pela bibliografia como pontos de inflexão para a aproximação entre "movimento social" e "Estado".

O final da década de 1970 é o período marcado pela bibliografia para a emergência do "movimento homossexual brasileiro", a data está muito associada ao surgimento daquela que é considerada como a sua primeira organização política: o "Somos - Grupo de Afirmação Homosexual", fundado em São Paulo em 1978[15]. Outro marco apontado para o mesmo ano é o lançamento do Jornal o Lampião da Esquina, "que teria um importante papel de articulação das primeiras iniciativas do movimento" (Facchini: 2003: 88)[16].

---

[15] Para uma leitura do surgimento do MHB, feita particularmente através da trajetória do Grupo Somos, ver MacRae (1990). Já para um percorrido histórico mais amplo sobre a trajetória da "homossexualidade no Brasil do século XX", ver (Green, 2000).

[16] Para mais detalhes sobre a trajetória do Lampião da Esquina, que encerrou as suas atividades em junho de 1981, além de Facchini (2005), ver Silva (1998).

Facchini chama esse momento de "primeira onda", quando as iniciativas do movimento político, concentravam-se no eixo Rio-São Paulo, e estavam bastante associadas ao contexto histórico-político da ditadura. A autora ressalta que a bibliografia que analisa esse período, retrata uma ênfase "antiautoritária e comunitarista" presente nesses grupos, marcando o seu caráter "alternativo" e "libertário". O início da década de 1980, para alguns é marcado pelo "declínio do movimento"[17]. Esse esvaziamento teria sido provocado pelo surgimento da epidemia de Aids, que fez com que "as propostas de liberação sexual" fossem desmobilizadas e que muitas lideranças migrassem para a atuação na luta contra a Aids, "criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia" (Facchini, 2005: 102). Há que se considerar ainda, nesse trágico período, o impacto da morte de figuras importantes para essa movimentação.

No entanto, a autora desloca esse tipo de afirmação sobre "o declínio do movimento" ao demonstrar que a diminuição do número de grupos, esteve associado a uma profunda transformação condicionada pelo "período da abertura". Em um primeiro momento - a "primeira onda" - , antes de tudo havia um inimigo comum: o Estado repressor. O novo contexto colocado pela redemocratização exigiria que os grupos adaptassem o seu ideário e o estilo de sua militância. A essa mudança teria sido correlata uma passagem para a "ênfase na garantia do direito à diferença e para uma tendência a estabelecer organizações de caráter mais formal do que comunitário". Essa nova ênfase marca uma alteração da compreensão sobre o que conta como atuação política, da aposta em uma "transformação social ampla, construída a partir da intimidade e do cotidiano", passa-se à valorização de uma atuação mais pragmática, centrada na "garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais". Segundo a autora, há também um foco crescente na institucionalização das atividades e preocupações tais como: "ter uma sede, bem como o registro oficial do grupo e o estabelecimento de uma diretoria, com cargos e funções claramente definidos" e ainda um progressivo envolvimento com organizações do movimento em âmbito internacional. Esses aspectos prenunciariam as características distintivas que viriam a configurar a "segunda

[17] De acordo com a bibliografia percorrida por Regina Facchini (2005), no início dos anos 1980 teriam sido identificados 22 grupos existentes no Brasil. Já em 1984 esse número haveria caído para 7.

onda" do movimento. Então, apesar do número reduzido de grupos na segunda metade dos anos 1980, os que permaneceram atuando lograram mobilizar recursos fundamentais para o que viria ser a nova fase de "reflorescimento" do movimento. Segundo Facchini, entre esses recursos estava "o apoio de diversos atores sociais, principalmente de associações científicas, partidos políticos, parlamentares, juízes, exatamente num momento em que a associação de caráter negativo entre Aids e homossexualidade ainda era muito grande" (2003: 104)[18].

Nessa "segunda onda" emergente predomina ainda a tendência a afastar o caráter de marginalidade da homossexualidade, que de certa forma era valorizada na "primeira onda" devido ao seu então atribuído caráter "revolucionário" e "transformador" mais amplo. A preocupação agora seguiria mais na direção de afirmar uma imagem pública de legitimidade para a homossexualidade.

Facchini marca o início dos anos de 1990 como o período de reflorescimento do Movimento. A 4ª e a 5ª edição do Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, realizadas respectivamente em 1990 e 1991, contaram com a participação de apenas 6 grupos, já na edição de 1992 foram 11 grupos. Em 1993, na 7ª edição do evento, o número de grupos participantes subiu para 21 e em 1995, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas e I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com Aids, realizado em Curitiba, esse número saltou para 84. Nesse ano os Encontros começam a contar com o financiamento de programas governamentais de combate à Aids e foi também essa edição do encontro que marcou a fundação da Associação Brasileira de Gays e Lésbicas (ABGLT). Ainda nesse ano de 1995, aconteceu no Rio de Janeiro, a 17ª edição da Conferência Internacional da ILGA (International Lesbian and Gay Association), o que marcou a inserção do movimento brasileiro em uma rede de circulação internacional. A partir daí a autora destaca os efeitos do início do financiamento oriundo do combate à epidemia de Aids: a multiplicação de grupos e novas formas de organização e atuação.

Em 1992 o governo brasileiro firmou com o Banco Mundial um acordo para o desenvolvimento do "Projeto de Controle da Aids", conhecido como AIDS I. Uma das orientações explí-

[18] A partir da leitura do trabalho de Câmara (2002) e Silva (1998), Facchini aponta que algumas das base do que seriam as características principais de uma segunda fase ou "segunda onda" do Movimento, começaram a ser delineadas ainda no início dos anos 1980, marcadas principalmente pela atuação do Grupo Gay da Bahia, liderado por Luiz Mott e pelo Grupo Triangulo Rosa, liderado por João Antonio Mascarenhas.

citas desse projeto era condicionar o desenvolvimento de suas ações à "parceria com a sociedade". Esse momento marca a multiplicação de investimentos na formação de quadros para atuar em ações de prevenção e assistência ao HIV/Aids, envolvendo atores da "sociedade civil".

Das relações estabelecidas com as políticas de Aids, Facchini destaca um aspecto bastante interessante:

> Do ponto de vista do movimento homossexual, foi muito importante em todo esse processo o fato de que a classificação de "grupos de risco", que incluía homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis, há muito questionada por ser discriminatória, acabou se revertendo em justificativa da importância de traçar estratégias específicas para essas populações. Nesse sentido, o uso da noção de "educação por pares" possibilitou que grupos com dificuldades de obtenção de recursos passassem a ser financiados por agências de cooperação internacional e por organismos governamentais (2005: 165)19.

Temos então que os desdobramentos das respostas à epidemia significaram não só o fortalecimento do movimento e a formação de novos grupos, mas também alimentaram a segmentação das identidades, uma vez que os financiamentos exigiam a definição de públicos-alvo bem delimitados[20]. Essa perspectiva colaborou para a definição dos "homossexuais" como uma "população" específica para a incidência de políticas.

Como muito autores apontam, uma característica que marca o campo da Aids no Brasil é a circulação de atores entre diferentes esferas. As políticas de governo financiam iniciativas não-governamentais, atores ligados a esses grupos e também a universidades são incorporados como quadros de agências de governo e também de organismos internacionais. A bibliografia que trata do assunto mostra que a epidemia de Aids marcou um cenário de

---

[19] Galvão (2000) identifica a repercussão internacional dessa visão dos "grupos de risco" sob a ótica da violação de direitos humanos. Para autora, foi esse tipo de identificação que fez com que grupos gays e redes de trabalhadoras do sexo se unissem a "ONG/AIDS estrito senso" para a produção das "primeiras respostas" à epidemia (:84). A autora também analisa a importância da cooperação internacional para esse período, não só alimentando e dando sustentação para a formação de grupos e ONGs, mas também introduzindo "prioridades e linhas de atuação" imiscuídas em noções sobre "desenvolvimento, saúde e direitos humanos". Especialmente para formas como se deram as atividades de enfrentamento a Aids no Brasil, além do Banco Mundial, a autora destaca o papel da Fundação Ford.

[20] A respeito da "segmentação de identidades" é importante destacar a influência do mercado especializado, que também a partir da década de 1990 empreende uma expansão considerável, que contribui para o efeito de produção e diferenciação de identidades e estilos. Para uma análise específica sobre essa dimensão, ver França (2006 e 2012).

aprendizado de um certo modo de fazer político-administrativo, os grupos tiveram que se ajustar ao formato de ONGs, a trabalhar por projetos, a disputar financiamentos, a buscar recursos e canais de interlocução no interior dos governos. Em um sentido mais amplo, o impacto da Aids e a maneira como as respostas foram construídas, transformaram profundamente o cenário das relações entre movimentos sociais e políticas governamentais[21].

Uma outra dimensão significativa na virada do anos 1990 que aparece na esteira da redemocratização, notada por Simões & Facchini (2009), é a intensificação da aproximação e da "construção da legitimidade das temáticas LGBT" junto a partidos políticos. Os autores destacam que nos anos 1990 já existiam "setoriais LGBT" no PT e no PSTU e que "nos anos 2000 começaram a se organizar setoriais e ações de políticas públicas e de parlamentares, bem como candidaturas LGBT, em vários outros partidos" (: 139). Ainda na década de 90, os autores ressaltam a proposição do projeto de lei sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, como um resultado positivo dessa articulação[22].

Facchini e França (2009) indicam que esse cenário de mudanças que se iniciam na década de 1990 estão relacionadas a um contexto mais amplo de alteração das formas de "operar políticas públicas no Brasil". Essa dimensão será discutida na Parte I do que segue, na qual veremos que em relação as conexões entre movimento LGBT e esferas governamentais houve um progressivo deslocamento da ênfase nas questões de saúde e expansão em outras direções relacionadas com a garantia de direitos humanos em sentido mais amplo. Cabe considerar que esses desenvolvimentos estão ligados também a emergência de uma concepção dos direitos sexuais como direitos humanos. Embora uma dimensão comparativa de análise internacional desse processo pudesse ser incorporada, no escopo desta tese restrinjo-me às discussões suscitadas no interior do governo brasileiro, remetendo a

[21] Para algumas das reflexões que traçam esse panorama e, entre outros aspectos, realizam uma discussão aprofundada sobre o campo de respostas à Aids no Brasil, ver Parker (1994 e 1997), Villela (1999), Galvão (2000), Ramos, (2004), Castro & Silva (2005), entre outros.

[22] O Projeto de Lei 1151 foi proposto pela então deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) em outubro de 1995.

esse plano quando for diretamente pertinente à análise[23]. Gostaria apenas de pontuar uma observação notada por Carrara (2010). Ao considerar o processo de desvinculação da sexualidade de questões relativas à saúde ou à demografia, correlata à sua autonomização como uma plano específico de exercício de direitos, o autor destaca como a luta pelos chamados "direitos LGBT" no Brasil tem se dado com relação a esse plano.

> [C]onforme construídos contemporaneamente no Brasil, direitos sexuais se referem a prerrogativas legais relativas ou à sexualidade ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e de práticas sexuais (:135).

Nesse sentido, o autor nota que muitas das principais pautas de reivindicação da atualidade guardam pouca relação direta com sexualidade e concentram-se em questões tais como: direitos previdenciários, adoção, mudanças de registro civil. A inclusão desses direitos sob o guarda-chuva dos direitos sexuais relaciona-se a uma interpretação segundo a qual processos sociais e políticos de discriminação, privam determinados sujeitos de acessá-los. Esse quadro poderá ser notado ao longo da tese.

Escolhas e questões da pesquisa

O período de análise coberto pela investigação mais sistemática teve início no ano de 2008, a partir da convocação da I Conferência Nacional LGBT, e final em dezembro de 2011, data em que ocorreu a 2a Conferência Nacional LGBT. Partindo do entendimento de um campo em processo, a pesquisa se desenvolveu em torno de dois eixos de questionamento derivados de um objetivo geral mais amplo: analisar alguns dos processos sociais e políticos

[23] Vianna e Lacerda (2004) apresentam um panorama dos direitos e políticas relacionadas à sexualidade no Brasil e, entre outros aspectos, fornecem uma síntese que reflete parte da trajetória dos direitos humanos e dos direitos sexuais no plano internacional. Corrêa (2006) aponta os reveses e contra-sensos inscritos na discussão teórica e política a respeito dos chamados "direitos sexuais". Expõe especialmente a resistência no debate internacional no sentido de que no âmbito de tratados e convenções internacionais (especialmente Cairo e Pequim), o avanço dos "direitos sexuais" das mulheres não resultou em "avanços equivalentes no que se refere aos direitos da diversidade sexual (homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, trabalhadoras e trabalhadores do sexo)". (2006:103). Parte da discussão contemporânea que se dedica a analisar os impasses, avanços e contradições do que se convencionou chamar de "direitos sexuais" e seus desdobramentos, como os "direitos da diversidade sexual" ou os "direitos da pessoa LGBT" nesse plano pode ser encontrada em Rios (2008 e 2010) e Szasz & Salas (2008).

que tornam possível a construção da população, designada no momento, LGBT, como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo.

Para o desenvolvimento de tais eixos é preciso estabelecer através de qual concepção de Estado a investigação foi estruturada, pois a proposta conceitual assumida de princípio foi fundamental para determinar os modos de fazer da etnografia. Trabalho com uma abordagem que prevê "o Estado" não como uma dada unidade coesa, mas justamente busca investir na análise de processos de criação e recriação de morfologias do Estado-governo. Ou seja, "recuperar a dimensão de representação no sentido performático e figurativo da administração pública" (Souza Lima, 2002). Indagar como certos "direitos" corporificam certas "identidades" e vice-versa e quais as formas de administração pública acionadas para determinados segmentos em detrimento de outras.

Essa perspectiva está ancorada na proposta de Elias (2006) ao tratar o caráter inacabado e contínuo dos processos sociais e necessariamente dos processos de formação de Estado. Isso implica uma aproximação dinâmica do sistema Estado-governo, de seus processos e regimes de produção e funcionamento, que permita olhar para "relações de poder mutantes entre diferentes grupos sociais".

Assumo a perspectiva de não encarar "O Estado" como dado, mas a cada passo da pesquisa procurar o sentindo imiscuído em práticas e enunciados, onde o Estado apareça encarnado. Como espero que fique claro ao longo da tese, o Estado pode significar e estar significado em múltiplos lugares, objetos e/ou pessoas. Sigo as proposições de Abrams (1988 [1977]) em que uma conceituação instrumental postula um Estado-sistema, que significaria a prática e a estrutura institucional, que pode ser compreendida como a administração. De acordo com Abrams, o Estado reificado ganha progressivamente uma identidade abstrata desvencilhada da prática:

> I'm proposing only that we should abandon the state as a material object of study whether concrete or abstract while continuing to take the idea of state extremely seriously. The internal and external relations of political and governmental institutions (the state-system) can be studied effectively without postulating the reality of the state. (1988: 75)

O esforço empreendido por Philip Abrams oferece um conjunto sofisticado de provocações para uma análise do Estado. Mais do que apenas afirmar a sua dimensão ideológica ou ilusória, sua proposta é a de manter a atenção para esse aspecto como foco de uma

interrogação profunda. Não a partir da busca de uma estrutura fundamental oculta, mas da compreensão das práticas políticas através das quais o Estado é forjado como tal. O Estado como prática, o Estado-sistema, seria a forma através da qual o Estado-idéia é construído[24].

Seguir essa abordagem significa compreender o Estado, com letra maiúscula, como o efeito de uma imaginação compartilhada. Nenhuma aproximação teórica pode desconsiderar a eficácia dessa imaginação. O Estado como substância dotada de coerência e unidade conforma uma poderosa abstração, com efeito de aparato externo à sociedade (Mitchell, 2006)[25].

Nesse sentido, o *fazer-se no Estado* de que fala o título desta tese procura chamar a atenção não só para as formas através das quais o Estado produz os sujeitos que governa (administra), mas também para o processo de constituição desses sujeitos como parte de um fluxo contínuo de produção do próprio Estado[26]. A perspectiva adotada foi a de olhar para ações da administração pública praticadas por governos específicos mas sem perder de vista a dimensão do Estado como idéia e ideal totalizante e sempre inconcluso.

Ou seja, atentar para a dimensão ilusória do Estado não significa que desempenhos e aparatos institucionais da administração governamental não possam ser investigados e analisados, mas o oposto disso. Nesse sentido, procuro seguir a proposição de Antonio Carlos de Souza Lima, na qual olhar para o "fazer do Estado" é encarar "as dimensões de processo, fluxo e performance, não apenas aquelas apreensíveis pela via das análises dos grandes rituais e eventos, mas também a da sua atualização cotidiana numa miríade de ações estereotipadas e rotinizadas [...]" (Souza Lima, 2012: 561)[27].

---

[24] "In sum: the state is not the reality which stands behind the mask of political practice. It is itself the mask which prevents our seeing political practice as it is" (Abrams, 1988: 82).

[25] "We must analyse the state as such a structural effect. That is to say we should examine it not as an actual structural, but as the powerful, apparently metaphysical effect of practices that make such structures appear to exist". (Mitchel, 2006:180).

[26] Para uma série de reflexões que adotam essa perspectiva, ver o dossiê organizado por Antonio Carlos de Souza Lima: "Fazendo o Estado" publicado na Revista de Antropologia, USP, v. 55, nº2, 2012. A leituras de alguns desenvolvimentos anteriores também foram fundamentais para desenhar a perspectiva adotada nesta tese: além da coletânea já citada organizada por Souza Lima (2002), destaco Vianna (2002) e Lugones (2009).

[27] Tal concepção permite uma abordagem em que "os centros simbólicos e de exercício de poder não necessariamente coincidem e operam racionalmente, e toda a panoplia dos múltiplos exercícios de poder contidos num certo território definido como soberano, têm tanta importância quanto os pequenos rituais, os jogos linguísticos cotidianos, as crenças pelos quais a *cives* se faz *polis*" (Souza Lima & Castro, 2008: 371).

O primeiro dos dois eixos de questionamento que orientaram o desenvolvimento da pesquisa volta-se para a *dinâmica própria de constituição de direitos para determinados sujeitos.* Em torno desse eixo da investigação, articulam-se algumas questões: Quem são os sujeitos desses direitos? Como diferenças múltiplas podem ser articuladas em termos de reivindicação de direitos? Através de que mecanismos certas marcas sociais são reconhecidas como tendo mais relevância do que outras ou em detrimento de quais outras? Como o entrecruzamento complexo de marcadores da diferença que perpassam os sujeitos (Brah, 2006) é convertido em sistemas de classificação objetivos ou que se pretendem objetivos? Ou como eixos de classificação sempre contingentes, contextuais e relacionais são produzidos, objetivados e cristalizados na produção governamental de políticas direcionadas para determinados sujeitos? Aqui coube investigar como se dá a manipulação de certas categorias, assim como as figuras sociais que funcionam como escape, ou que escapam, do enquadramento mais simples.

É também pertinente analisar a dinâmica entre demandas por reconhecimento - focadas em políticas de identidade – enquanto uma iniciativa do movimento social e, ao mesmo tempo, o quanto essa demanda é provocada pelas próprias morfologias e rotinas administrativas de governo. Falando de outra forma, podemos pensar que por vezes certas estratégias de ação incorporam determinadas identidades como figuras legítimas de reivindicação, outras vezes cria-se uma reivindicação legítima e procuram-se identidades que a ela se adéquem.

Entrando no âmbito das políticas governamentais direcionadas para determinadas populações, cabe atentar para a imposição de "categorias de pensamento" e compreensão imiscuídas em rotinas administrativas de governo[28]. A dimensão performativa envolvida em processos de formação de Estado é explorada de maneira bastante elucidativa por Blasquez (2012). O autor recorre a Judith Butler (1997)[29], ao elaborar uma abordagem que compreende

---

[28] Bourdieu (1996) nos lembra que um do principais poderes do Estado é a capacidade de produção das "categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente a todas as coisas do mundo": "Tentar pensar o Estado é expor-se a assumir um pensamento de Estado, a aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo Estado [...]" (: 91). "[P]orque as coisas da cultura, particularmente as divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídas como natureza pela ação do Estado que, instituindo-se ao mesmo tempo nas coisas e nos espíritos, confere todas as aparências do natural a um arbitrário cultural" (: 95).

[29] A dimensão performativa citacional é acionada por Butler (1997), a partir de uma leitura de Austin (1962), na qual essa dimensão significa que a emissão do enunciado não é apenas dizer algo, mas a realização de uma ação. A repetição estilizada de discursos e enunciados performáticos tem o efeito de produzir sentidos, ainda que contingenciais, práticas discursivas que produzem um efeito de verdade.

o Estado como o "efeito performativo de um conjunto de práticas repetidas e repetíveis, citadas e citáveis, que através de sua interação criariam tanto as redes cooperativas que fariam o trabalho administrativo do Estado, como a ficção de sua existência" (Blasquez, 2012: 740)[30]. A proposta é tomar a fabricação de identidades como efeito de práticas discursivas e parte dos processos de Estado é justamente apagar os traços dessa fabricação.

Nesse sentido, as provocações elaboradas por Judith Butler (2008 [1990]) a respeito da categoria "mulheres" como "o sujeito" do feminismo oferecem expressivos aportes para a compreensão de formas de construção de sujeitos políticos. A autora indaga se haveria uma forma política de sujeito que preceda a elaboração política de seus interesses, ou que anteceda as "práticas que estabelecem os termos de inteligibilidade pelos quais ele pode circular"(Butler, 2008: 207). As colocações de Butler nos permitem olhar para as "identidades" que conformam "sujeitos inteligíveis" não como fixas ou fundantes, mas como o efeito resultante de práticas culturais e políticas configuradas por e através de regras determinadas.

Nesse ponto está situado o segundo eixo de questões da presente investigação, que se detém sobre *táticas e estratégias de organização e performances do fazer político*, envolvendo a replicação de formatos deste mesmo fazer entre movimentos sociais, disputas internas aos próprios movimentos e a circulação desses formatos para os cenários governamentais. Nesse trajeto, cabe indagar a respeito da formulação de linguagens e desempenhos específicos, tidos como mais estratégicos e eficazes, a serem manejados pelos atores em distintos momentos e de acordo com cada contexto e interlocutor. Cunhar um vocabulário próprio, que seja compreendido como legítimo para tratar as "especificidades" e dominar o seu correto manejo, cria um espaço negociado que orienta a constituição de alianças e a produção de diferenças, indicando quais são os atores que estão mais ou menos inseridos no jogo político de disputas representacionais do campo dos direitos.

Procuro assim acompanhar como determinados sujeitos são forjados no entrelaçamento a determinados direitos e vice-versa. A produção da representação de uma coletivi-

[30] Tradução minha.

dade como sujeito político relaciona-se ao acionamento da polissemia de linguagens que compõem "o fazer e o desfazer dos direitos", para usar a expressão de Vianna (2013)[31].

Uma das proposições que orienta as análises empreendidas a partir de uma campo que mobiliza a construção de direitos relacionados à sexualidade e gênero, é bem resumida por François Ewald (1993). Ao analisar o trabalho de Foucault (1988), o autor expõe um de seus postulados relativos aos enunciados discursivos presentes nos emaranhados da articulação poder-resistência: "a propósito das lutas de liberação sexual, estas são de facto lutas, mas cujos temas, objetivos e alvos estão pendentes das relações de poder em que se encontram enredadas e que elas combatem" (Ewald, 1993: 13).

Assim, dispositivos e formatos administrativos de operação acionados para a legitimação de direitos específicos para a "população LGBT" são compreendidos a partir desse pano de fundo. Para olhar para um campo em processo de constituição e de categorias dinâmicas em produção, algumas escolhas metodológicas foram sendo produzidas ao longo da investigação. Uma delas foi a de enfocar pontos de interseção entre sujeitos localizados em diferentes instâncias, buscando igualmente acessar diferentes níveis de compreensão de relações que se desenvolvem, por sua vez, em distintos planos.

Ao enfatizar as *relações* entre os elementos que compõem o campo da pesquisa buscou-se perceber como o "Estado" se movimenta e se produz, as formas através das quais a burocracia se organiza e como categorias são negociadas em diferentes contextos no interior de um processo dinâmico. Trata-se, enfim, de tomar como espaço de pesquisa a interseção entre os próprios elementos que transitam pelo campo que vem legitimando a coletividade *LGBT*, incluindo não apenas pessoas, mas também documentos e outros elementos como agentes que circulam na trama. Nesse sentido, a abordagem metodológica foi pensada de forma a envolver diferentes entradas de análise. A proposta foi a de abarcar algumas das formas e expressões das políticas de visibilidade inerentes a determinados mecanismos de afirmação de uma coletividade e as estratégias de argumentação circuladas por diferentes sujeitos envolvidos na

[31] Com "o fazer e o desfazer" Vianna (2013) procura chamar a atenção tanto para "a dimensão de ação social dos 'direitos' - seja como normativas legais, como tradições administrativas ou como forma de construção de posicionamentos de sujeitos morais e políticos - quanto a sua dimensão processual e dinâmica" (:15).

trama processual de forjar uma população determinada. Por fim, buscou-se compreender algumas das formas efetivas através das quais a gestão dessa população é levada a cabo.

Cabe ressaltar que olhar para tramas de relações onde circulam pessoas, idéias, conceitos e objetos não significa olhar para tramas estabilizadas, mas o oposto disso. As tramas enfocadas aqui são compreendidas como móveis e mutantes, abarcando distintos modos e tipos de sedimentação. Sendo assim, foram eleitas três entradas de análise, para o desenvolvimento da pesquisa.

A primeira entrada baseou-se no levantamento de *documentos* relevantes para o processo de construção da "população LGBT" para o governo brasileiro. Fazem parte do conjunto de documentos percorridos ao longo da tese: programas, anais de eventos, decretos, portarias, normativas, ofícios, cartilhas Desse conjunto alguns foram considerados mais centrais para a análise e concentram-se no período delimitado para a investigação - 2008 a 2011 - entretanto algumas peças exteriores a esse marco temporal funcionam como contraposição e contextualização fundamental, como, por exemplo, as três versões do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e o Programa Federal Brasil Sem Homofobia (2004).

Considero os documentos como peças de "precipitação de relações" (Ferreira, 2011) estabelecidas entre os atores e os elementos que constituem o campo dos "direitos LGBT". Assim, interesso-me em buscar os sentidos imiscuídos nos documentos institucionalizados pelo governo, bem como alterações, inclusões e exclusões de conteúdo e forma, ocorridos ao longo do tempo. Na análise dos documentos a proposta foi percorrer o processo de formatação da hoje chamada "população LGBT" ao longo do tempo, especialmente no período pós- I Conferência Nacional LGBT, quando a formulação e implantação de políticas se intensifica.

A segunda entrada de análise teve como foco a *observação de eventos*, como seminários, congressos, conferências, encontros, reuniões, palestras, além de audiências públicas levadas a cabo no Congresso Nacional. Um dos objetivos de olhar para eventos desse tipo foi perceber atores e redes em interação e tramas em formação. Em geral foram selecionados espaços onde estavam representados "academia/universidade", "ativismo/militância" e "governo/estado". Muitas vezes esses termos não funcionam como categorias onde possamos enquadrar de maneira simples os atores desse campo, que amiúde circulam e são forjados nessas diferentes instâncias. No entanto, ou justamente por isso, são categorias que podem

ser utilizadas para compreender e problematizar as relações estabelecidas entre esses domínios e como eles próprios se constituem, ou constituem-se uns aos outros.

Essa entrada também trouxe rendimento para a compreensão, como exposto acima, das *táticas e estratégias de organização e performances do fazer político*. Essas estratégias envolvem o manejo de concepções a respeito de gênero, sexualidade, raça, etnia e outros marcadores sociais de diferença, como formas de legitimação de reivindicações. Nesse âmbito, há uma dupla inscrição a ser avaliada: o irredutível das experiências particulares e a lógica pragmática que subjaz formatos de funcionamento de Estado que geralmente exigem enquadramentos bastante específicos para o direcionamento de ações e políticas.

Finalmente, a terceira entrada de análise concentrou-se na o*bservação detida* da implantação de um serviço e do esforço de construção de uma política de governo. Trata-se do acompanhamento da implantação do Programa Rio Sem Homofobia, uma espécie de versão estadual do Programa Federal Brasil Sem Homofobia.

Durante essa observação acompanhei, entre outras ações, parte do processo de implantação de *Centros de Referência de Promoção da Cidadania LGBT*, processo coordenado pela já citada Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDIR), da estrutura da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, através de um convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Em consonância com a proposição mais geral de refletir sobre "processos de formação de Estado", um dos rendimentos desse foco de atenção abarca a idéia do quanto certas demandas são provocadas pelas próprias rotinas administrativas de governo e permite pensar em formatos de administração acionados para gerir determinadas "populações". Aqui, retóricas e ações políticas, bem como protocolos de funcionamento burocrático podem ser "estranhados" de maneira a tornar possível a reflexão sobre as relações que são estabelecidas com aquilo que costuma-se chamar de "Estado". Além disso, a noção de "trama institucional" desenvolvida por Gregori (2000) nos ajuda a perceber "uma rede formada por uma gama de instituições e atores, cuja trama, por sua vez, também revela a existência de conflitos" (: 166).

Vale destacar que foi uma opção não privilegiar a realização de entrevistas formais para o desenvolvimento da investigação e que a maior parte do trabalho reflexivo aqui apresentado está ancorado na experiência em campo. Nesse sentido, esta é uma etnografia afetada

desde o princípio pela inserção da pesquisadora no campo e por relações pessoais e profissionais que, obviamente, dizem sobre aquilo que pode ser visto e compreendido desde um lugar bastante específico e logicamente também traz a marca de todos os não-vistos, não-ditos e inobserváveis deste mesmo posicionamento.

Estrutura da tese

O que aqui se apresenta está estruturado em três partes. Alguns parágrafos acima anunciei que essa pesquisa teve início com a mobilização criada em torno da realização da *I Conferência Nacional para a Promoção da Cidadania GLBT* e esse é o ponto de partida da **Parte I: A delegação e a crença no Estado**. Após a realização dessa primeira conferência, um ativista declarou em uma lista de discussão: *"É aquela coisa, mesmo a primeira conferência nacional tendo ficado 96% no papel, se fará a segunda e já se fala na 3ª. Não sei pra quê"*. Procurar-se-á indicar situações como as das conferências como um evento-ritual de produção de uma imagem de Estado, que necessariamente também é produtora dos elementos e sujeitos que a compõem. Assim, no capítulo 1 exploro esses eventos, através de uma análise comparativa interessada, ressaltando questões que me chamaram a atenção durante essas ocasiões e que funcionaram como um norte tanto para as questões iniciais que mobilizaram a pesquisa - quando ainda em formato de projeto - quanto para a estrutura de redação final da tese. No capítulo 2 percorro alguns documentos produzidos pelo governo federal que elegi como peças fundamentais para a compreensão do contexto que tornou possível a mobilização desses eventos. A **Parte II: Sujeitos em processo e argumentos em circulação** trata de acompanhar a produção discursiva que envolve a constituição de uma "população" específica como sujeitos de direitos. Sendo assim, no capítulo 3 são exploradas algumas das estratégias de visibilidade forjadas com o objetivo de emprestar legitimidade para tais sujeitos e também algumas das principais tentativas de regulação de "direitos LGBT" acompanhadas durante a pesquisa de campo. Procuro, assim, explorar as argumentações que as justificam, bem como aquelas que são veiculadas por seus opositores. O capítulo 4 divide-se em três seções. A primeira trata da relação entre diferentes demandas e formatos administrativos forjados para encaminhá-las; a segunda se volta para as inflexões particularmente relacionadas ao "T" da

coletividade “LGBT”, procurando destacar algumas “pertubarções de gênero” destabilizadoras de convenções que percorrem determinadas “tramas intitucionais”; a terceira seção do capítulo aborda alguns dos conflitos e disputas internas aos diferentes “segmentos” reunidos sob a “população LGBT” e que nos permitem refletir sobre dinâmicas de produção e afirmação de identidades políticas. A **Parte III: Da proposição à execução** volta-se para a contextualização e a descrição de parte do processo de implantação de uma política específica voltada para a "população LGBT". Destaco especialmente as relações que envolveram atores relacionados à "academia", ao "ativismo" e à "gestão pública", no processo de construir as rotinas administrativas necessárias à gestão cotidiana desses "novos" sujeitos.

Ao longo do texto são feitas referências a eventos e a publicação de documentos tidos como marcos para o processo de consolidação da “política LGBT” no Brasil. No Anexo A encontra-se uma linha do tempo na qual esses “marcos” podem ser visualizados em sequência. O Anexo B apresenta uma tabela com os principais eventos observados durante a pesquisa de campo, no período entre 2008 e 2011. Já o Anexo C traz alguns dos documentos selecionados para a análise e referenciados no corpo do texto.

Para a redação da tese, poderia ter sido feita a escolha de utilizar termos que sugerissem ao leitor a relativização de identidades absolutas, como, por exemplo: “sexualidades ou expressões de gênero não-normativas”, no entanto resolvi me ater aos próprios termos circulados pelo campo. Uma vez que a pesquisa se debruçou justamente sobre a eficácia da produção de uma categoria particular de sujeitos, gostaria que o leitor tivesse em mente que quando no texto surgem expressões como “população LGBT”, “pessoas LGBT”, “política LGBT” ou “direitos LGBT”, não as estou assumindo como categorias absolutas, mas seguindo os termos circulados no processo de legitimação política desses sujeitos.

Parte I

A delegação e a crença no Estado: tecendo uma narrativa possível sobre a constituição de "sujeitos LGBT" no Brasil.

Cena 1 – Noite de cinco de Junho de dois mil e oito

Cheguei ao centro de convenções, um prédio vistoso no plano piloto de Brasília, mais um entre os muitos feitos para se destacar na arquitetura de largas avenidas. Notei um esquema de segurança inusitado sendo montado, incluindo algo que me pareceu um detector de metais. Fui perguntar. Me disseram que "aquilo tudo" era por causa da possível presença do Presidente Lula. Já dentro do salão lotado, cerca de mil pessoas talvez, me acomodei onde foi possível, um lugar quase na última fileira. À entrada de Lula seguiram-se muitas palmas, gritos e urros de saudação e contentamento. Lá na frente do salão, de pé atrás de um púlpito coberto com a bandeira do arco-íris, o presidente iniciou o pronunciamento oficial na abertura da I Conferência Nacional GLBT. Durante o discurso do presidente, cerca de 20 minutos, foram vários os momentos de aplauso em cena aberta. Ao final as pessoas subiram nas cadeiras para ver melhor, fiz o mesmo. Lula pegou uma criança no colo, que se aproximou do microfone e puxou: "Brasil Sem Homofobia! Brasil Sem Homofobia! Brasil Sem Homofobia...". No que foi acompanhada pelo presidente e todos os demais presentes.

Iniciei o projeto que deu origem a essa tese a partir da convocação da *I Conferência Nacional LGBT*[32] e realizei pesquisa de campo de forma mais ou menos contínua desde o acompanhamento dessa primeira conferência em 2008 até a realização de sua segunda edição, em dezembro de 2011.

[32] A conferência foi convocada com a sigla GLBT, posteriormente convencionou-se que a sigla padrão a ser utilizada, ao menos até o presente momento, é LGBT. Portanto adoto essa ordem ao longo da tese, ao não ser em momentos em que justamente a alteração das letras da sigla ganhe relevância para a análise em curso.

Nesta primeira parte proponho uma análise comparativa interessada no sentido em que não realizo um cotejamento exaustivo, termo a termo. Procuro desenhar o cenário no qual a pesquisa teve início e levantar algumas das questões principais que são aprofundadas ao longo da tese, através da apresentação de cenas e conteúdos expostos nesses eventos e documentos.

Parte do que é apresentado aqui reflete um processo contrastivo da minha percepção do campo no tempo, ou traz a marca do desenvolvimento do próprio campo no tempo. Como será visto, no material selecionado para montar esta seção é perceptível, e não irrelevante, que na primeira conferência eu dedique mais ênfase ao que é dito e feito nos discursos de abertura e falas de painéis expositivos; já na segunda conferência o que aparece com mais destaque são falas e cenas dos debates ocorridos na plenária final. Essa diferenciação pode ser considerada segundo dois planos de interpretação. Um deles está diretamente relacionado à minha percepção do *campo da pesquisa*. Três anos e seis meses separam uma conferência da outra e em 2011, na segunda edição do evento, pude olhar e reconhecer processos que só se colocam a descoberto para aqueles que são um pouco mais *entendidos* do "jogo político" do campo, nos termos de Bourdieu. A dificuldade de compreensão que numa mirada mais rápida poderia denotar a complexidade da linguagem exprimida, em verdade seria aquilo que não poderia adquirir sentido ou tornar-se inteligível para aqueles que, por não participarem do jogo, não são capazes de dar conta das relações travadas em determinado *campo político*:

> [...] menos inteligível do que desprovida de razão de ser aos que, não participando no jogo, 'não veem nele interesse' e não podem compreender que este ou aquele *distinguo* entre duas palavras ou entre dois rodeios de frase de um discurso-jogo, de um programa, de uma plataforma, de uma moção ou resolução, dê lugar a tais debates, visto que não aderem ao princípio das oposições que suscitam os debates geradores desses *distinguos*. (Bourdieu, 1989: 178).

Algumas (ou muitas) das nuanças de significado dos discursos, disputas e performances dos participantes das conferências, eu jamais poderia alcançar ainda em 2008, quando dava meus primeiros passos nesse campo de pesquisa (como muitas eu certamente não percebi mesmo no evento de 2011) e ignorava as relações entre grupos, pessoas, partidos e seus interesses particulares. Assim como, já em 2011, deixei de registrar nos meus cadernos de campo, mais ou menos conscientemente, aquilo que eu costumava minutar nos primeiros

anos da pesquisa: falas protocolares e lugares comuns do discurso de representantes institucionais, recorrências reivindicativas de lideranças da militância, dinâmicas ritualísticas de funcionamento de eventos. Ou seja, aquilo que já estava saturado pela minha percepção do campo foi perdendo espaço nas minhas anotações. Na segunda Conferência me detive mais em elementos "observáveis" na plenária final, lugar em que conflitos e diferenças aparecem com mais vigor, menos controlados por discursos pré-rascunhados ou onde os "imponderáveis" se mostram com mais relevo.

Se os jogos da plenária são menos reconhecíveis para não *entendidos* nas relações travadas no campo, num outro plano podemos considerar que eu não fui a única a adquirir competência nesse jogo político. Se agucei minha percepção enquanto observadora e eventual participante dessa cena, em três anos e seis meses os protagonistas dessa mesma cena igualmente aprimoraram técnicas de discurso, adquiriram mais competência em códigos e linguagens e aprimoraram o manejo do capital pessoal, político e partidário disponível.

Sob esse pano de fundo e buscando puxar alguns fios da trama que vem construindo os "sujeitos LGBT" no Brasil, na primeira parte do que segue discuto as conferências como um ritual de delegação, no sentido de que as encaro como eventos de produção da representação, ao mesmo tempo que produzem justamente aquilo que precisa ser representado. Em seguida trabalho com documentos que preparam o campo para aquilo que precisa ser delegado ou que institucionalizam o que foi produzido pelo ritual de delegação. Como será desenvolvido adiante, utilizo como referências principais para essa reflexão o trabalho de Mariza Peirano (2001) sobre a abordagem antropológica de eventos enquanto rituais[33], o trabalho de Bourdieu a respeito da delegação e da representação política (1989 e 2004) e os desenvolvimentos de Abrams (1988) e Mitchell (2006) para uma visão do *Estado-idéia* e dos *efeitos de Estado*, respectivamente.

[33] Essa abordagem vem sendo amplamente exploradas pelo grupo de pesquisadores reunidos sob Núcleo de Antropologia da Política (NUAP) coordenado pelos professores Mariza Peirano (UNB) e Moacir Palmeira (MN/UFRJ) e reunindo pesquisadores de diversas instituições, se dedica a explorar significados culturais e sociais de processos da política no Brasil, através da etnografia de eventos, rituais, entre outras situações consideradas estratégicas.

Capítulo 1 – As conferências e a produção de um campo de "direitos LGBT"

> Portanto, essa espécie de ato original de constituição, no duplo sentido, filosófico e político, que a delegação representa é um ato de magia que permite fazer existir o que não passava de uma coleção de pessoas plurais, uma série de indivíduos justapostos, sob a forma de uma pessoa fictícia [...].
>
> (Bourdieu, 2004: 194)

Em 28 de novembro de 2007 um *decreto* da Presidência da República convocou a *I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. O decreto determinou que a realização da conferência, em data ali estipulada, ficava sob os auspícios da então chamada Secretaria Especial de Direitos Humanos, a partir de uma comissão organizadora constituída através de uma *Portaria*, e que a reunião nacional teria a participação de "delegados representantes da sociedade civil", eleitos em conferências estaduais e "delegados do poder público, na proporção sessenta e quarenta por cento, respectivamente" [34].

Ainda de acordo com o Decreto, os trabalhos da conferência deveriam se dar em torno do tema: "*Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*" e teriam como objetivos: "i) propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT; e ii) avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia".

No início de 2008 fui convidada a participar de uma das primeiras reuniões preparatórias do processo de organização das conferências no Rio de Janeiro. Uma situação presenciada naquela reunião despertou meu interesse e provocou algumas das ideias iniciais que deram origem a essa pesquisa.

---

[34] Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Decreto de 28 de novembro de 2007. Convoca a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais e dá outras providências. (não numerado). Ver a**nexo C1. (**Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Dnn/Dnn11426.htm (último acesso em 05/02/2013).

Naquela ocasião foi apresentado o *Regimento* da Conferência, elaborado pela Comissão Organizadora Nacional, contendo algumas regras para a organização das etapas estaduais e a metodologia de participação. Para o que viso ressaltar aqui, são dois os pontos relevantes do *Regimento*: o artigo 8º: "A realização da Conferência Estadual é fator indispensável para escolha dos delegados da Conferência Nacional GLBT" e o Artigo 28º "A delegação a ser eleita nas Conferências Estaduais para a Conferência Nacional deverá ser composta por, no mínimo, 50% de pessoas com identidade de gênero feminina (mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis)"[35].

Após a leitura do *Regimento*, notei um pequeno alvoroço entre algumas mulheres, integrantes de movimentos de lésbicas, perto de mim. Me aproximei para perguntar o que estava acontecendo e escutei uma dizer para outra: "precisamos ficar atentas, senão elas vão pegar o nosso lugar". E o "elas" aqui se referia principalmente a travestis e mulheres transexuais. Fiquei sabendo depois, que estas poderiam ocupar as cotas de "identidade de gênero feminina", diminuindo as vagas para mulheres lésbicas.

Ainda pouco experimentada nas dinâmicas do campo de pesquisa, o que mais me chamou a atenção na cena foi a explicitação da disputa entre as identidades agregadas sob a sigla GLBT, naquele momento, e o quanto isso era um reflexo dos limites ou um efeito das políticas calcadas justamente em identidades. Mais tarde durante a pesquisa, percebi que as disputas entre o 'L' e o 'T' da sigla eram frequentes, mas não só, como será visto adiante. Num outro plano, comecei a refletir sobre como um documento - no caso um Regimento-, resultado de uma iniciativa cristalizada em outro documento - um Decreto presidencial de abrangência nacional - reverberava no plano local. Um decreto estipulou uma situação nova, provocou a formação de uma comissão organizadora, que, por sua vez, estabeleceu mais uma série de critérios e condições, instando pessoas a se mobilizarem para realizar um evento com prazos, método e formatos específicos de participação pré-estabelecidos.

---

[35] *Regimento da conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais: "Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais"*. Aprovado pela Comissão Organizadora em 10 de janeiro de 2008. A Comissão Organizadora responsável pela elaboração do regimento foi constituída a partir de uma portaria da Secretaria de Direitos humanos (Portaria nº 260, de 21 de dezembro de 2007, publicada em Diário Oficial da União Nº 246, 24 de dezembro de 2007).

E ainda sobre critérios de participação, me impressionou a inclusão de cotas de gênero como condição necessária para a formação da delegação, com o estabelecimento de quais sujeitos poderiam ser incluídos ou incluírem-se nas cotas de *identidade de gênero feminina* (repito: "mulheres, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais") e o que isso queria dizer sobre as concepções a respeito de gênero e sexualidade que estavam sendo operadas ali. Então um homem gay não poderia se identificar com o gênero feminino? Por que não? Então o que exatamente definiria gênero nessa situação se não a autoclassificação? Apenas aqueles que se identificam como travestis e transexuais poderiam dispor da dissociação entre identidade de gênero e sexo anatômico? Uma mulher que se identifique com o gênero masculino, seria compulsoriamente computada nas cotas de gênero feminino independente disso?[36].

Ao estar intrigada com esse tipo de disputa e de diferenciações institucionalizadas em *decretos* e *regimentos*, entre outras questões, que comecei em 2008 a observar e a participar das etapas do Rio de Janeiro que antecederam a primeira conferência nacional LGBT.

Compreendo as conferências como eventos-chave para a produção não só do que se convencionou chamar "população LGBT" para o governo brasileiro, mas também do campo mais amplo que envolve o que poderíamos chamar de "políticas LGBT" no Brasil. Esse conjunto de relações envolve organizações não-governamentais, movimentos sociais estruturados em diferentes formatos, o campo acadêmico que se dedica à reflexão sobre o tema e uma série de atores e objetos multifacetados. Encaro-os como espaços privilegiados para perceber como esse universo é produzido relacionalmente e como conflitos, embates e disputas funcionam para constituir e continuamente definir os limites e as fronteiras do próprio campo.

Outra determinação da Comissão Organizadora da *I Conferência Nacional* foi que a realização das conferências estaduais ficaria a cargo de comissões organizadoras a serem estabelecidas localmente[37]. No Rio de Janeiro, a conferência foi convocada por *decreto* do governador em 28 de fevereiro de 2008. Segundo o decreto, previamente ao encontro esta-

---

[36] Cabe notar aqui que nesse momento, início de 2008, homens transexuais eram raros nessa cena política.

[37] Deixando claro que a prerrogativa de convocar e promover as conferências nos estados seria dos governos estaduais. De fato a realização de conferências no nível estadual depende da vontade dos governos executivos locais, uma vez que o governo federal não pode desrespeitar a autonomia dos estados estabelecida pela constituição federal.

dual, nove pré-conferências regionais abrangendo todo os municípios do estado deveriam ser realizadas com a "*finalidade de discutir a interiorização e ampliação da participação do Movimento LGBT local e gestores públicos locais e eleição de delegados para a conferência estadual*". O decreto ainda apontou os objetivos da conferência: "i) discutir e propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional e estadual de promoção da cidadania e direitos humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT); ii) avaliar e propor estratégias para implantar o Programa Estadual Rio Sem Homofobia; iii) avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia; iv) eleger os delegados do estado do Rio de Janeiro para a Conferência Nacional"[38].

A pré-conferências previstas pelo decreto, segundo relatório elaborado pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos do Governo do estado (SUPERDIR/SEASDH-RJ), reuniram cerca de 1200 pessoas. Já para a conferência estadual o relatório aponta cerca de 600 participantes. Não me detenho aqui nos eventos estaduais, apresento apenas alguns dados mais gerais para dar uma ideia da série de conferências que ocorreram antes da nacional e do tipo de mobilização que provocaram[39].

De fato causava impressão a quantidade de pessoas que pareciam subitamente mobilizadas politicamente em torno da reivindicação de "direitos LGBT". Segundo uma das pessoas envolvidas na organização dos eventos, a mobilização foi possível através de diversas articulações e parcerias feitas com prefeituras, secretarias, ONG e todo tipo de lideranças locais (não necessariamente diretamente envolvidas com grupos LGBT). E assim, um dos objetivos colocados pela organização, o de fortalecer "redes de articulação e mobilização do movimento social LGBT no estado", parece ter sido logrado. Onde não havia qualquer tipo de movimento organizado, a partir daquele momento passava a existir.

Acredito que a pergunta pode ser expandida, o quanto de movimento social foi criado e demandas provocadas a partir do *decreto* da I Conferência Nacional e consequente mobi-

---

[38] Decreto nº 41.196 de 28 de fevereiro de 2008. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Ver anexo C2. No capítulo 5 detenho-me no processo de implantação da política Rio Sem Homofobia.

[39] Acompanhei no Rio de Janeiro a *Pré-Conferência de Políticas Públicas para GLBT da Capital da Cidade do Rio de Janeiro* e a *I Conferência de Políticas Públicas para GLBT do Estado do Rio de Janeiro*, ambas realizadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro de 15 a 18 de maio de 2008.

lização de pessoas para participar, a partir de critérios pré-definidos. Todos os 27 estados da federação realizaram conferências estaduais e enviaram "delegados" para a etapa nacional, que enfim ocorreu em junho de 2008.

A *I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT* foi realizada em um imenso centro de convenções em Brasília. Ao todo foram 1118 participantes, distribuídos entre 'delegados' (569), 'observadores' (441) e convidados (108)[40].

Com o tema "Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania GLBT", como citado anteriormente, o objetivo da conferência era sugerir propostas e ações para a elaboração do *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT*. Para cumprir esse objetivo, as atividades de discussão de propostas foram divididas em 10 grupos de trabalho[41], todos os participantes receberam o *texto-base*[42] da conferência e um *caderno de propostas* consolidadas, que consistia em uma condensação dos relatórios finais das conferências estaduais.

De maneira geral, a metodologia das conferências segue um mesmo modelo. Após a solenidade de abertura, há uma primeira plenária que visa a aprovação do regulamento da reunião. Com o regulamento aprovado seguem-se alguns painéis expositivos e em seguida os participantes se dividem em grupos para discutir e compor propostas. Findo o trabalho nos grupos, as propostas aprovadas seguem para apresentação na plenária final, onde poderão ser *suprimidas*, *alteradas* ou *aprovadas* em caráter definitivo para inclusão no relatório final do evento.

A programação da I Conferência se estendeu por uma noite e três dias inteiros. A primeira noite foi tomada pela solenidade de abertura, uma "palestra magna" e a presença, não anunciada quando da divulgação da programação do evento, do Presidente Lula.

---

[40] Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – 5 a 8 de junho de 2008. Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos.

[41] Grupos de trabalho da I Conferência LGBT 2008: 1-direitos humanos; 2-saúde; 3-educação; 4-justiça e segurança pública; 5-cultura; 6-comunicação; 7-turismo; 8-trabalho e emprego; 9-previdência social; 10-cidades e esportes.

[42] O conteúdo do texto-base tratava de um apanhado da história do movimento LGBT, uma panorama breve da conjuntura internacional e iniciativas legislativas nacionais, "Princípios e Diretrizes do evento", uma revisão de iniciativas de políticas públicas para o tema, um "diagnóstico" e "estratégias de gestão e de ação" para cada um dos temas dos grupos de trabalho,um item versando sobre ações governamentais desenvolvidas com o foco em "mulheres", um item sobre "temas transversais", a saber: "idosos", "pessoas com deficiência", "infância, adolescência e juventude" e mais dois itens versando sobre o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Como fiquei sabendo depois, a presença do presidente era uma possibilidade, mas causava desconfiança para muitos, ainda poucos minutos antes do início da cerimônia de abertura. Embora breve, a sua fala se estendeu para além do que exigiria o protocolo e causou surpresa até mesmo nos mais otimistas presentes. Apesar de certos deslizes durante o discurso terem causado incômodo inicial para alguns ativistas (como o uso da palavra "homossexualismo" e do termo "opção sexual"[43]), sua presença marcou o ponto alto do evento. Conversando com vários dos participantes na época, ouvi que ter o presidente discursando na conferência significava o "reconhecimento pelo Estado" da legitimidade das demandas *LGBT*. Ao longo dos dias que sucederam a abertura também foi fácil ouvir nos bastidores que só o fato da conferência estar acontecendo já era uma enorme vitória no mesmo sentido.

Em seu discurso, Lula fez comparações com a *Conferência da Igualdade Racial* e citou o projeto do Estatuto da Igualdade Racial como exemplo de que se não houvesse um consenso nas proposições a serem encaminhadas para o Congresso Nacional, as propostas não poderiam ser votadas, caso do referido Estatuto naquele momento. O presidente garantiu que:

> [...] o tratamento que vocês terão, com o documento que apresentarem, será igual ao tratamento que nós demos às 49 conferências que aconteceram antes da de vocês. Se não for assim, nós estaremos fazendo apenas uma meia democracia [...]

Respondendo a uma brincadeira feita pelo então presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT[44], Toni Reis, em fala que o antecedeu, o presidente se disse orgulhoso do fato de que "*nunca antes na história do Planeta um presidente convocou uma conferência como esta*", afirmou que "*estamos*

---

[43] *"[...] ninguém pergunta a opção sexual de vocês na hora de pagar Imposto de Renda, ninguém pergunta quando vai pagar qualquer tributo nesse país. Por que discriminar na hora em que vocês, livremente, escolhem o que querem fazer com o seu corpo?*". O termo "opção sexual" é profundamente rechaçado pelo movimento organizado, pois denotaria uma questão de escolha pessoal consciente, o que politicamente, por exemplo, poderia dar abertura para iniciativas como o Projeto de Lei 717/2003, de autoria de um deputado religioso, que previa a destinação de verbas públicas para "curar" homossexuais. Já "homossexualismo" é uma palavra rechaçada por ter um sufixo que traria referenciais relacionados à doença e não à dimensões mais amplas da sexualidade. Sendo assim, os termos tidos como corretos politicamente são orientação sexual e homossexualidade.

[44] Associação criada em 1995, que hoje agrega mais de 280 organizações filiadas em todo o Brasil e que segundo o seu site, é a maior rede LGBT na América Latina. E é a instância que costuma responder nacionalmente pela "população LGBT".

vivendo no Brasil um momento de reparação" e encerrou a sua explanação ressaltando o marco daquele momento:

> Então eu acho que esse dia é realmente histórico. Eu penso que vocês não tem ainda a dimensão do que este dia pode causar, como efeito multiplicador de quebra de preconceitos e de conquista de direitos.

O discurso do presidente encerrou a solenidade de abertura após as exposições de algumas outras "autoridades". A fala do então Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vanucchi, afirmou que a conferência fazia parte da revisão do Plano Nacional de Direitos Humanos, que em 2008 passava por um "debate inédito":

> [...] no cômputo das muitas conferências já realizadas [...] o PNDH não deveria ser mais do que a junção da conferência da mulher, da conferência da igualdade racial, da conferência da saúde, das conferências de cada um dos segmentos [...]. Nesse encontro o Brasil cresce mais um pouco como exemplo de democracia [...] democracia que avança em direitos humanos pouco a pouco, mesmo sobre a base de quatro séculos de escravidão [...] a criação da SEPPIR, a política de cotas, representam a sustentação da eqüidade [...] Não é um fenômeno meramente substantivo de igualdade. Eqüidade é mais preciso e mais concreto. É justiça no caso concreto. Eqüidade é tratar desigualmente os desiguais, para produzir justiça.

Traçando um paralelo com a declaração do racismo como incompatível com a democracia, o ministro afirmou que *"o que queremos hoje é declarar a homofobia como incompatível com a democracia"* e que ali o Brasil declarava que *"é o lugar sim da convivência na diferença*". E encerrou sua fala dizendo que através de estratégias de *"enfrentamento"* e *"convencimento",* deveríamos nos ver como parte da mesma luta em *"defesa dos direitos da criança, da igualdade de gênero, da igualdade racial, é a mesma luta dos índios, das pessoas portadoras de deficiência"*[45].

O discurso de Paulo Vanucchi chama também a atenção pela forma e número de vezes que se dirige retoricamente ao Presidente, em oito páginas de transcrição, o "presidente" é pontuado 17 vezes durante o seu pronunciamento, como exemplifica o trecho: "[...] o nosso enorme agradecimento, presidente, a todo o apoio, a toda força que nos deu em momentos

---

[45] Como será visto, a comparação insistente e a inserção da "luta" LGBT no bojo da luta de outras "minorias" é uma constante.

de hesitação [...]", ou "[...] eu me perguntava hoje, presidente, se este encontro celebra mais a liberdade ou mais a igualdade[...]", ou "Presidente, nosso planeta ainda tem países onde a homossexualidade é punida com pena de morte[...]". Esse é um recurso retórico comum de técnicas de oratória, mas também representa uma estratégia de chamamento e comprometimento do Presidente ali presente e foi utilizada ainda com mais ênfase pelo presidente da ABGLT, que em 5 páginas de transcrição invocou o "Presidente" 19 vezes: "É isso que nós queremos, Presidente Lula. E nós colocamos nas suas mãos o nosso futuro para a questão da discriminação".

Na intervenção do então Ministro da Saúde reverberou como destaque o anúncio da realização de cirurgias de transgenitalização pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O ministro também destacou a possibilidade do uso do nome social por travestis e transexuais usuárias/os do SUS e comentou sobre a "resposta brasileira à epidemia de AIDS", reconhecendo o papel do ativismo LGBT na construção de uma resposta embasada na defesa dos direitos humanos.

O segundo dia foi ocupado por painéis temáticos. O painel de abertura "Introdução à Orientação Sexual e Identidade de Gênero" consistiu em uma exposição didática que pareceu uma tentativa de estabelecer ali um consenso sobre como definir conceitualmente os termos que davam título a apresentação. Em seguida o painel "Conjuntura Internacional – Contextualização e Perspectivas", contou com a participação de representantes de outros países da América Latina e África, em exposições que fizeram referência a tratados e convenções internacionais de direitos, manifestaram ausências de marcos regulatórios de direitos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero e, por vezes, mencionaram o quanto o Brasil tinha "avançado" em relação a ações (ou não-ações) de governos de outros países.

Após esse dois primeiros painéis, os quatro seguintes se dedicaram respectivamente ao "Poder Legislativo", ao "Poder Judiciário e Ministério Público", ao "Poder Executivo" e ao "Poder Público Federal". Destaco aqui apenas alguns pontos levantados nestas exposições.

O painel sobre o Poder Legislativo ressaltou justamente a falta de legislação federal relativa à "direitos LGBT" e a inércia do Legislativo em relação aos variados casos de ações favoráveis envolvendo "direitos LGBT' no Judiciário. A explicação para o não-andamento dos projetos no legislativo foi creditada à "falta de articulação", à necessidade de localizar "aliados" e de reavaliar "táticas" de incidência política e à "reação fundamenta-

lista" de determinados "segmentos religiosos" do Congresso Nacional. Como prioridades da "agenda Legislativa LGBT" foram destacados: a regulação da união civil entre pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia e a mudança de pré-nome para transexuais (não necessariamente nessa ordem).

As exposições do painel do judiciário, concederam certo destaque para a atuação do Ministério Público. Alguns expositores ressaltaram a possibilidade de obter resultados através da judicialização de demandas, como forma indireta de pressionar o legislativo[46], enquanto outros criticaram esse tipo de estratégia. Para alguns, o judiciário representa um espaço importante de visibilidade para determinadas demandas, enquanto outros fizeram referência à decisões favoráveis de juízes apenas como espaço de vitórias isoladas.

O último bloco abordou ações previstas no programa Brasil Sem Homofobia, expositores ligados ao governo buscaram apontar para ações realizadas ou a realizar e expositores que representavam de algum modo o movimento social cobraram ações não cumpridas[47].

O terceiro dia do encontro foi aberto com a votação do regulamento da conferência, que se estendeu por uma longa votação na plenária, repleta de destaques e disputas. Em seguida tiveram início os grupos de trabalho, até a noite. Divididos por temas, os grupos foram espaços de discussão, elaboração e aprovação de propostas. E o último dia do evento foi todo reservado para a plenária final, espaço de apresentação e discussão das propostas aprovadas nos grupos, também de votação de moções e da "carta de Brasília". A plenária final só terminou na madrugada, por volta das 02:30h e foi espaço de muitos conflitos e debates. O tempo para discussão parece nunca ser suficiente, porque todos precisam falar e todos precisam ser ouvidos para que a plenária se constitua de fato como "um espaço democrático"[48]. Apresen-

---

[46] Fala de uma procuradora: "Eu acho que a gente tem muito para conquistar. Mas, é a atuação no dia-a-dia. Judicializando ao máximo de demandas que for possível porque cria uma situação prática que o legislador vai ter que enfrentar".

[47] Após as exposições dos painéis, que tomaram a manhã e a tarde do segundo dia do evento, a noite ainda reservava espaço para o lançamento de livros, exposições e outras "atividades culturais".

[48] Ao se dedicar à análise de reuniões de formatos diversos entre trabalhadores rurais, Comerford (2002 e 1999) destrincha alguns dos elementos precípuos que de modo geral as compõem: um objetivo, uma pauta, uma programação, uma coordenação, o uso da palavra falada e escrita e elementos de conclusão, como propostas e definição de ações. Entre os procedimentos esperados consta que todos falem, ou seja que as reuniões sejam de fato um espaço de que todos participem. E ao falar é preciso demonstrar o domínio do bom uso da palavra, incluindo convencimento e persuasão de quem ouve.

tarei um pouco do formato e do conteúdo das propostas debatidas mais adiante, percorrendo os documentos produzidos como resultado da conferência.

Assim, o que sobressaiu da primeira conferência foi que ainda que denúncias de violação de direitos tenham sido recorrentes, e consequentemente, a chamada de responsabilização do Estado para com tal situação, o clima geral foi de celebração de "um marco histórico". O "reconhecimento pelo Estado" foi a tônica predominante.

Um resolução marcante dessa primeira conferência foi a aprovação da alteração da sigla que representa a coletividade. Se até aquele momento a ordem das letras que a compõe era GLBT, o 'L' (relacionado a lésbicas) passou a ser usado na frente da sigla, formando: *LGBT*. A justificativa da alteração foi dar mais "visibilidade" ao "segmento" de lésbicas. Como um resultado consolidado da I Conferência foi lançado o *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT* em maio de 2009.

A I Conferência, como o nome indica, trazia no seu horizonte a realização de outras edições. A expectativa era de que um processo contínuo de produção e avaliação de diretrizes para a implementação de políticas públicas se iniciava ali. Passados pouco mais de três anos, entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, aconteceu em Brasília a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, com o tema: 'Por um país livre da pobreza e discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais'.

Cena 2 – Noite de quinze de dezembro de dois mil e onze

> É anunciada a formação da mesa de abertura e seus componentes são chamados a subir ao palco montado no auditório lotado. Vemos e ouvimos o público de pé, com faixas e bandeiras em punho, algumas vaias, vociferando repetidamente: "ô Dilma, que papelão, não se governa com religião!"; "A Dilma pisou na bola, a homofobia continua na escola!". O Hino Nacional começa a ser cantado pela travesti Valéria Houston, cortando a gritaria da plenária. Alguns ainda resistem um pouco, mas acabam aderindo ao hino, de pé. Ao término do hino, a audiência prossegue repetindo: "ô MEC, sai do armário, o kit homofobia é prioritário!". A mesa dá conti-

nuidade aos trabalhos como se nada incomum estivesse acontecendo. O cerimonial cita as "autoridades" presentes e em seguida a travesti Keila Simpson é chamada para recitar um poema. Faz-se silêncio novamente.

O clima da abertura de 2011 foi bastante diferente do que assistimos na primeira edição da conferência, na qual o Presidente Lula e demais representantes do governo foram efusivamente ovacionados. Na abertura da 2ª Conferência, com o auditório lotado, ouvimos vaias, gritos de protesto, cartazes e palavras de ordem que criticavam diretamente a presidente Dilma e a sua gestão e denotavam uma atmosfera de insatisfação geral.

Os protestos direcionavam-se primordialmente ao veto do kit anti-homofobia nas escolas, decisão que teria sido tomada pela presidente sob pressão de lideranças religiosas[49]. Alguns cartazes faziam referências e cobravam a necessidade de criminalização da Homofobia, numa alusão bastante clara ao projeto de lei que tramita desde 2006 no Congresso Nacional[50]. Três enviados do Governo Federal compuseram a mesa de abertura, representando a Presidente: a Ministra Maria do Rosário (Secretaria de Direitos Humanos - SDH), a Ministra Luiza Bairros (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR) e o Mi-

---

[49] O kit foi um material educativo de combate à homofobia nas escolas, elaborado pelo Ministério da Educação e que deveria ser distribuído nas escolas de ensino médio da rede pública. Entretanto, em maio de 2011, a distribuição do material foi suspensa pela Presidente Dilma sob a alegação de que parte do material traria conteúdo não-adequado para distribuição nas escolas e deveria ser reformulado. Já a acusação do movimento social e as versões que circularam na imprensa, denunciavam que a decisão teria sido tomada pela Presidente sob pressão de lideranças religiosas. Dilma haveria negociado com a bancada parlamentar evangélica o veto ao kit anti-homofobia em troca da garantia de que o ex-ministro Palocci não seria chamado a depor no Congresso para dar explicações sobre o crescimento de seu patrimônio durante o período de sua atuação no ministério.

Ver: "Para salvar Palocci, Dilma cede e suspende kit anti-homofobia", publicado em 25 de maio de 2011, Estadão. com.br (http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,para-salvar-palocci-dilma-cede-e-suspende-kit-anti-homofobia,724005,0.htm. Disponível também o anexo C3.

"Após pressão, governo irá reavaliar kit anti-homofobia" 19 de maio de 2011, Folha.com. (http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/917690-apos-pressao-governo-ira-reavaliar-kit-anti-homofobia.shtml). "Militantes pretendem vaiar Dilma por veto ao kit anti-homofobia" 11 de julho de 2011, Portal Terra – notícias. (http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,OI5236200-EI8266,00-Militantes+pretendem+vaiar+Dilma+por+veto+ao+kit+antihomofobia.html). "Um ano após veto, MEC diz que não desistiu de kit anti-homofobia". http://noticias.terra.com.br/educacao/um-ano-apos-veto-mec-diz-que-nao-desistiu-de-kit-anti-homofobia,677a42ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html

[50] O PLC 122/2006 é um projeto de lei, originado na Câmara dos Deputados que propõe a criminalização da discriminação baseada em orientação sexual e/ou identidade de gênero.

nistro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência da República). Diante das vaias, a ministra da SDH procurou reverter a situação dizendo estar presente como ministra da presidenta Dilma, como "orientada diretamente pela presidenta Dilma para estar aqui, trabalhando pela superação da homofobia". Disse ainda considerar e respeitar as reclamações anunciadas e que estava ali para *"reacender a chama da confiança no governo da presidenta Dilma*". Grande parte da insatisfação manifestada pelos presentes nessa solenidade de abertura deviase justamente à ausência da Presidente, que refletiria diretamente o não comprometimento do seu governo com a "causa LGBT". Outra grande reclamação se direcionava também à ausência do Ministro da Educação e do Ministro da Saúde, presentes na reunião de 2008.

Durante a *2ª Conferência Nacional LGBT*, o ponto alto de comemoração se dirigiu à decisão do Supremo Tribunal Federal, que garantiu o direito de união estável aos casais de mesmo sexo em maio daquele ano[51]. A ministra da SDH ressaltou a importância histórica dessa decisão, por seu papel na introdução de um novo conceito de família e exaltou a figura do Ministro Ayres Britto, relator da ação no Supremo e que em seguida faria a Palestra Magna de abertura intitulada "Reconhecimento de LGBT como sujeitos de direitos".

As falas na abertura de 2011 certamente não causaram o mesmo impacto de 2008, possivelmente porque não estavam envolvidas na mesma áurea de "marco histórico". Além

[51] O julgamento teve origem na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132. A *ADI 4277* foi ajuizada pela Procuradoria Geral da República e pediu o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar e que os direitos e deveres previstos em constituição para uniões estáveis fossem equiparados para uniões estabelecidas entre pessoas do mesmo sexo. A *ADPF 132*, apresentada pelo governador do Rio de Janeiro Sergio Cabral, alegou que a não aplicação às "uniões homoafetivas, o mesmo regime jurídico das uniões estáveis" feria o princípio da dignidade da pessoa humana e os princípios da igualdade, da liberdade e da segurança jurídica, todos explicitados na Constituição Federal. As duas ações foram votadas em conjunto e aprovadas por unanimidade. A partir da publicação do acórdão do STF, todos os tribunais do Brasil devem seguir o mesmo entendimento. (O documento referente ao acórdão pode ser encontrado no endereço: http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ , através do número '1319706', último acesso em abril de 2013).

das ministras, compuseram a "solenidade de abertura" um deputado federal, Jean Wyllys[52] (PSOL-RJ) e mais cinco representantes do movimento social. Entre esses últimos, algumas falas se referiram ao Presidente Lula lamentando a sua ausência ou novamente exaltando a importância de sua presença na primeira edição do evento. Todos fizeram menção à garantia da laicidade do Estado, frente à presença dos "fundamentalistas" ou "ditadura evangélica" ou "ditadura religiosa" no Congresso.

O segundo dia da conferência foi dedicado à plenária inicial, de discussão e aprovação do "Regimento Interno" e aos painéis: "Poder Legislativo e Direitos da População LGBT", "Políticas Públicas e Direitos da População LGBT" e "Políticas de Inclusão Social e Cidadania da População LGBT". O painéis foram montados de maneira que as exposições ficaram a cargo de representantes do governo (de Secretarias e Ministérios) e o debate e a coordenação das mesas coube a pessoas ligadas ao movimento social e à universidade. Após a noite de abertura e um dia inteiro de painéis expositivos, o terceiro dia da conferência foi dedicado aos grupos de trabalho, organizados em torno de nove eixos[53].

Como resultado consolidado da I Conferência realizada em 2008, foi lançado o *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT* em maio de 2009. A 2ª Conferência seria o momento de avaliar a execução desse Plano e aperfeiçoar propostas. Mas isso não foi feito. Os grupos de trabalho tiveram como tarefa formular cinco grandes diretrizes orientadoras. Essas diretrizes, discutidas e aprovadas em plenária no quarto dia do evento, teriam o propósito de servir como base para que o Conselho Nacional LGBT elabore

---

[52] Com formação em Jornalismo e Letras, Jean Wyllys ficou famoso em 2005, após ganhar uma edição do reality show Big Brother Brasil. Atuou como professor em universidades particulares, como articulista de revistas de grande circulação. Foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro para o mandato 2011-2015. Segundo o seu próprio site: "Jean Wyllys tem uma história de envolvimento com trabalhos em favor da justiça social, de uma educação para a cidadania e para a valorização da vida, e em favor das liberdades civis, que remonta à sua adolescência, quando pertencia às pastorais da Juventude Estudantil e da Juventude do Meio Popular, e atuava nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica. Parceiro dos movimentos LGBT, negro e de mulheres, Jean Wyllys participa de ações que combatem a homofobia, a intolerância e o fundamentalismo religiosos, a discriminação contra o povo de santo, o trabalho escravo, a exploração sexual de crianças e adolescentes, e as violências contra a mulher (http://jeanwyllys.com.br/wp/bio , acesso em abril de 2013).

[53] 1. Poder Legislativo e direitos humanos da população LGBT; 2. Cultura, turismo, esporte e comunicação social; 3. Saúde; 4. Educação; 5. Combate à miséria, desenvolvimento social, trabalho, geração de renda e previdência social; 6. Sistema de justiça, segurança pública e combate à violência; 7. Enfrentamento ao machismo e ao racismo, promoção da igualdade racial e políticas de juventude; 8. Pacto federativo e articulação orçamentária; 9. Direitos humanos e participação social.

um novo plano ou uma nova versão do Plano Nacional de Promoção de Direitos LGBT. Mas essa dinâmica não ficou bem esclarecida entre os participantes e o resultado disso foi que alguns grupos se dedicaram de fato a elaboração de grandes diretrizes, enquanto outros se concentraram em avaliar propostas passadas e/ou formular novas propostas.

A partir daqui detenho-me na plenária final, mas antes é necessário fazer uma pequena nota sobre esse momento do evento. Para quem nunca esteve em uma conferência, grande assembléia, reunião ou evento correlato, alguns dos termos repetidos aqui, podem soar estranhos. *Plenária* se refere tanto a um momento especifico, quanto a um espaço fisicamente delimitado desse tipo de reunião. De preferência deve ser um espaço amplo, no qual todos os participantes da reunião possam estar ao mesmo tempo. As *plenárias* são essencialmente um espaço de deliberação. Espaço em que todas as decisões que necessitem ser tomadas coletivamente, o serão, através do voto dos *delegados* - aqueles que estão credenciados para votar - e a decisão da maioria será acatada. Como esperado de uma arena de decisão que se pretende democrática, muitas das votações envolvem longos debates e embates. Para o caso da Conferência que nos interessa aqui, quase toda a votação foi também um espaço de debate. O que ou qual o tipo de decisões que devem ou não ser submetidas à plenária, são pontos definidos através do *Regimento* da Conferência, no qual devem constar todas as regras referentes à metodologia de funcionamento do evento. O *regimento* é a primeira coisa a ser levada em votação em *plenária*, geralmente na manhã do primeiro dia, antes do início do trabalho nos grupos.

Segundo a metodologia previamente definida para o funcionamento da plenária final da conferência, os presentes poderiam se dirigir à mesa diretora em três circunstâncias para solicitar a palavra: para colocar uma *questão de ordem*, para pedir um *esclarecimento* ou para fazer um *destaque* sobre algum ponto, proposta ou diretriz que estivesse sendo colocada em votação. Os *destaques* poderiam ser de *supressão* (quando alguém discorda totalmente de algum item e deseja que ele seja excluído), de *alteração* (quando alguém considera que com algumas modificações o item pode ser aprovado) e de *inclusão* (quando alguém quer incluir mais algum termo ao item). Ainda de acordo com a metodologia acordada pela e para a plenária, feito um *destaque*, a pessoa pleiteante (da *alteração*, *supressão* ou *inclusão*) devia expor a sua justificativa para a plenária e, em seguida, outra pessoa poderia ou não defender a manutenção do texto original.

Segue-se então que a razão prática de uma plenária é ser um espaço de deliberação e votação, mas há uma outra razão que ultrapassa motivações meramente instrumentais. Plenárias são espaços de manifestação de grupos, afirmação de identidades, construções pessoais e coletivas de legitimidade política, entre outras questões. Existe um modo de se comportar em plenária, uma etiqueta que envolve não só o conhecimento das regras formais de funcionamento, mas igualmente saber fazer piadas e colocar ironias nos momentos corretos, confabular, incitar e/ou induzir, sutil ou explicitamente, gritar, abraçar e beijar "companheiros e companheiras", enfim saber como se movimentar e jogar o jogo. São portanto espaços privilegiados para perceber sujeitos em relação e as construções do jogo político do campo.

Para citar algumas situações: é comum que as pessoas circulem pela plenária portando ou mesmo vestindo bandeiras de seus grupos, camisetas e/ou cartazes de manifestação. Na plenária em questão, uma personagem andava com um volume da constituição brasileira e por vezes, durante exposições ou falas da mesa diretora, o jogava para o alto. Muitos gritam, vaiam, urram, repetem palavras de ordem, muitos fazem questão de se manifestar, ter voz na plenária, de acordo com o que estipula a metodologia ou usando algum outro tipo estratégia para tal. Esse tipo de atitude pode conferir *status* e visibilidade (negativa ou positiva) para dentro do próprio campo. É comum que em alguns momentos a mesa que conduz os trabalhos peça calma ou silêncio e se dirija à plenária cujo "os ânimos estão exaltados" ou que está "à flor da pele". Um caso de piada ou ironia colocada publicamente: duas mulheres, ambas ativistas, velhas conhecidas, uma negra e a outra branca, sentadas distantes uma da outra. Eis que, em plenária aberta, enquanto uma terceira pessoa fazia um pronunciamento ao microfone, a branca gritou para que a negra fizesse silêncio. Então a negra retrucou: "a companheira está *denegrindo*[54] a minha imagem" e, ato contínuo, abriu uma sonora gargalhada, no que foi acompanhada pelos demais que atentaram para a cena.

A plenária final da 2ª Conferência, que teve início às 09h da manhã do dia 18 de dezembro de 2011 e término por volta de 01h40min da madrugada do dia 19 de dezembro, foi

[54] Talvez seja necessário explicar a piada aqui. "Denegrir" é uma palavra considerada preconceituosa para uma parcela dos que militam no movimento negro e de certa forma banida de discursos politicamente corretos.

um momento bastante interessante para perceber os conflitos e impasses presentes no campo dos "direitos LGBT" na atualidade. Destaco a seguir algumas situações.

Uma novidade da 2ª Conferência foi a utilização de um mecanismo para votação eletrônica. Cada delegado recebeu uma espécie de controle remoto onde devia digitar um número, de acordo com o seu voto. As alegadas vantagens dessa tecnologia seriam o fato de que a votação poderia ser secreta e não haveria dúvidas na contagem de votos, coisa que por vezes acontece quando a votação se dá por contraste visual de crachás.

De fato, o uso desse mecanismo pareceu especialmente impressionante quando da votação de uma diretriz em especial, do eixo "Direitos Humanos e Participação Social":

> **Cena 3** – madrugada do dia dezenove de dezembro de dois mil e onze
>
> Uma mulher lésbica e negra fez um destaque de alteração visando a subtração do sublinhado no seguinte trecho do texto: "[...] dando ênfase às políticas afirmativas voltadas para a transformação da realidade da população LGBT, em especial as travestis e transexuais**"** (grifo meu)[55]. Então o que se seguiu foi o seguinte.
>
> A justificativa de subtração, feita pela *mulher-lésbica-negra*, afirmava que sempre que se faz referência a um grupo "em especial", implicitamente se está excluindo outros, e que "não só travestis são mortas, lésbicas também são estupradas e esfaqueadas, principalmente as mais masculinizadas". Em seguida a sua fala, ouviu-se um grito de uma travesti da plenária: "mas a gente morre mais!". Então uma *mulher-lésbica-branca* se levantou para defender a manutenção do texto original, seu argumento foi o de que todos sofrem violência, mas é preciso reconhecer que as travestis e transexuais sofrem mais e algumas pesquisas existentes comprovariam isso. Então a tréplica da *mulher-lésbica -negra*, na tentativa de um acordo, propôs que fossem acrescentados ao texto:

[55] Trecho completo: "Os planos municipais, estaduais e nacionais, cumprem importante papel na formulação de políticas públicas, tendo em vista a transversalidade do tema, torna-se necessário discutir o plano de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, as 3 esferas governamentais, como também os planos de saúde, justiça, segurança pública, trabalho e renda, educação e assistência social, considerando as populações urbanas e rurais, dando ênfase à políticas afirmativas voltadas para a transformação da realidade da população LGBT em especial as travestis e transexuais", parte da diretriz 4 do eixo Direitos Humanos.

"em especial, travestis, transexuais e lésbicas masculinizadas", pois, segundo ela, as masculinizadas sofreriam tanta violência quanto as travestis.

Foi chamada a votação, entre a manutenção do texto original (proposta 1) ou o acréscimo: "travestis, transexuais e lésbicas masculinizadas" (proposta 2). A contagem dos votos resultou em empate: 48,9% a favor da proposta 1 e 48,9% a favor da proposta 2, com 2,04% de abstenções.

Uma segunda rodada de defesas foi aberta. A favor da proposta 1, uma *mulher-transexual-branca* defendeu que "lésbicas que não aparentam ser", não sofrem a mesma violência que travestis e transexuais, que "carregam no rosto a marca do que são". E a favor da proposta 2, falou outra *mulher-lésbica-branca*. Segundo ela, as lésbicas não aparecem nas estatísticas justamente porque são "invisibilizadas pelo machismo e pela lesbofobia". Seu argumento foi o de que os crimes contra a mulher seriam usualmente classificados como crimes passionais, tendo a dimensão da orientação sexual ofuscada. E ainda, quando uma travesti ou transexual morre "é pelo peito, pelo que tem em comum com nós [mulheres lésbicas], não pelo pinto".

Então novamente foi chamada a votação eletrônica. Dessa vez, foram 60 votantes[56], 70,97% dos votos pela inclusão de "travestis, transexuais e lésbicas" e 25,81% pela manutenção de apenas "travestis e transexuais" e 3,23% de abstenções. Ao final da apuração, uma delegada pediu declaração de voto de abstenção e disse estar impressionada com o que tinha acabado de ver ali, pois todo aquele processo apontava para os limites da política de identidade, que seria uma política que hierarquiza e "todos nós sofremos".

Umas das questões que subjaz essa cena é qual a medida do sofrimento a ser utilizada como parâmetro para criação de mecanismos de proteção e garantia de direitos. Essa pequena

[56] Vale apontar que essa cena ocorreu em momento já bastante avançado, na madrugada do dia 19/11 e a plenária já se encontrava bastante esvaziada.

situação explicita um conflito antigo entre as letras 'T' e 'L' do coletivo *LGBT*. E falo mesmo em letras, porque antes de ser uma disputa tangível entre sujeitos encarnados, é uma disputa entre identidades abstraídas de seus contextos e que reverbera provocações interessantes envolvendo a intersecção entre cor/raça, classe, orientação sexual e performances de gênero[57].

Mesmo que na fala das personagens envolvidas na cena a cor/raça não tenha sido verbalizada como um dos elementos que matizavam a disputa, esse sem dúvida era um dos elementos em jogo. Quem deu inicio ao "destaque" do texto foi uma lésbica, negra e de performance estético-corporal mais masculinizada, contrastante com a estilização mais feminina das outras participantes da disputa. Nesse sentido, essa cena aponta para o que Gregori (2011) destaca em diálogo com as elaborações de Judith Butler: "ninguém faz o gênero sozinho, ele implica uma relação, uma socialidade" (: 31)[58].

Ao discutir o percurso de formação da "identidade lésbica" e as nuanças implicadas em torno de sua mobilização política, Guilherme Almeida & Maria L. Heilborn (2008) tecem considerações fundamentais a respeito da relação entre cor/raça, classe e performances de gênero nas trajetórias de mulheres integrantes de movimentos de lésbicas. Para tratar dos estereótipos sexuais associados a "mulher-negra-lésbica", os autores acionam alguns dos desenvolvimentos de Laura Moutinho (2004) a respeito de como o vetor "cromático" que se articula às assimetrias de gênero pode imprimir sentidos particulares aos trânsitos "libidinais" envolvidos em relações heterocrômicas (ou inter-raciais). Esses estereótipos sexuais associados à exotização racial são refletidos nas figuras da "mulata lésbica" - "constituída nos moldes dos atributos de gênero feminino" e da "fancha negra" - "comumente constituída nos moldes do homem negro" (2008: 245). Nesse sentido, Almeida & Heilborn argumentam

---

[57] Sigo a proposta de Judith Butler (2008 [1990]) na qual o gênero é compreendido como um efeito de atos performatizados: "o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser" (Butler, 2008: 59).

[58] Trecho completo: "Gênero, nesse sentido, é um aparato construído nas práticas sociais que materializam os corpos e que instituem constrangimentos, estando longe de ser algo que conduz a uma estabilidade definitiva. Tal aparato, neste mesmo sentido, deve ser visto como um conjunto de dispositivos que criam desigualdades de poder, mas também é, simultaneamente, uma estrutura aberta às transformações. Como bem assinala Butler, gênero é uma prática de improvisação em um cenário de constrangimentos. Além disso, não há risco nessa formulação às tentações modernas que conduzem ao substantivismo e aos essencialismos: ninguém faz o gênero sozinho, ele implica uma relação, uma socialidade (Gregori 2011: 31).

que raça, gênero e classe social são aspectos inseparáveis da discussão sobre maneiras e modos de engajamento político acionadas pelo atores desse campo[59] e considerar as maneiras como se interseccionam contextualmente é fundamental para a compreensão de formas de produção das diferenças e de sua hierarquização[60].

A *Cena 3* permite vislumbrar o quanto a interseção de diferentes marcadores sociais sempre opera de maneira relacional não só no cotidiano das vidas dos sujeitos, mas também na constituição do próprio campo dos "direitos LGBT".

Outro ponto interessante da plenária final foi o momento da discussão de uma diretriz que trazia o trecho "[...] garantir a intersecionalidade de gênero". Uma transexual fez um *destaque* nesse ponto. Pedindo *esclarecimento*, disse: "*as pessoas estão querendo colocar intersex dentro da sigla e alguém aqui vai ter que me explicar se intersex estão dentro da homossexualidade ou heterossexualidade*" e então pediu a retirada do termo. Buscando esclarecer a confusão, uma mulher, que se apresentou como "*militante e acadêmica*", disse que a palavra "*não tem nada a ver com intersexualidade, tem a ver com o entrecruzamento. A gente vai falar da trans negra, da lésbica negra. E as pessoas que vão executar a política têm esse entendimento do significado do termo*". Ao que a transexual replicou: "*a palavra é um termo acadêmico e a maioria das pessoas aqui não entende o que quer dizer, entendem como intersex*". Uma outra mulher gritou da plenária: "*é uma questão semântica, se fosse intersex, estaria escrito com 'x'*".

Após esse pequeno debate, a mesa que coordenava os trabalhos no momento, interveio*: "entendemos que essa palavra, 'interseccionalidade', não funciona, porque a sociedade civil não a entende, ainda que acadêmicos a expliquem"*. Então alguém sugeriu que o termo fosse trocado por "entrecruzamento", mas a plenária não concordou. Por fim, surgiu

---

[59] Para uma abordagem mais detalhada das relações de engajamento mobilizadas por sexualidade, gênero e raça entre ativistas lésbicas, ver Almeida (2005).

[60] Para uma análise acerca das dinâmicas envolvendo o cruzamento entre (homos)sexualidade, cor/raça, classe, ver Moutinho (2006). A autora demonstra como o cruzamento de diferentes marcadores sociais da diferença não pode ser compreendido apenas segundo a lógica de simples soma de subjugações.

outra sugestão: "*transversalizando as questões de gênero, raça e etnia*" e, por consenso, essa sugestão foi aprovada[61].

O debate ocasionado pelo ponto da *intersecionalidade*, "um termo acadêmico" e "desconhecido da sociedade civil", leva a outra questão que chamou a atenção na 2ª Conferência: a maneira como a "academia" esteve presente e participou. Convidados com acúmulo de experiência acadêmica no tema já haviam sido convidados na I Conferência, o que ocorreu novamente em 2011. Todos os grupos de trabalho contaram com pelo menos dois "especialistas" convidados. A diferença é que dessa vez havia também mais delegados e observadores relacionados com a "academia". Isso pode ser explicado pelo fato de um crescimento significativo nos últimos anos na área de estudos em gênero e sexualidade de maneira mais geral e também pelo incentivo e financiamento da própria Secretaria de Direitos Humanos, direcionados para a formação de grupos de pesquisa relacionados à "diversidade sexual" e temática "LGBT" nas universidades. Qual o lugar exatamente que a "universidade" tem nesse processo parece ser um ponto ainda em negociação. Por vezes é chamada para produzir avaliações, respaldar demandas ou animar debates, entretanto segue sendo acusada como produtora de uma linguagem não compreensível para os demais integrantes da "sociedade civil' e pouco efetiva para a produção de respostas políticas mais pragmáticas[62].

Como mencionado, na conferência de 2008 foi decidido em plenária a alteração da sigla para *LGBT*. Novas convenções políticas terminológicas também foram acrescentadas pela Conferência de 2011. Na plenária final ficou decidido que sempre que os textos resultantes do processo de discussão fizessem menção à discriminação desagregada por identidades, usando os termos "lesbofobia" e "transfobia", deveria também ser feita menção

---

[61] É interessante notar que a "transversalidade" parece ser compreendida perfeitamente por todos, como um conceito que já estaria nas pautas das políticas públicas. De fato há alguns anos a inclusão de "temas transversais" ganhou força nas políticas de educação. E a "orientação sexual" é um desses temas destacados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) desde 1997. No entanto, "orientação sexual" nos PCNs funciona como um sinônimo para "educação sexual" e enfatiza questões relacionadas à abordagem da "gravidez indesejada" e da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Altman (2001) destaca que a sexualidade compreendida como um "problema de saúde pública" fez com que a escola fosse vista como um espaço privilegiado para a abordagem da questão e daí justifica-se a sua inclusão como um "tema transversal" que perpassa o currículo pedagógico. Para uma análise mais detalhada do que significa e dos conteúdos presentes na inclusão da "orientação sexual" como um "tema transversal" nos currículos escolares, ver Daniliauskas (2011).

[62] Esse ponto volta para ser discutido mais detidamente na Parte 3.

à "bifobia", termo relativo a bissexuais não muito utilizado até então. Outra inclusão foi o termo "expressões de gênero", que a partir dali deveria ser acrescentado sempre que se faça referência à "orientação sexual e identidade gênero". O termo "identidade de gênero" foi acrescentado, pois orientação sexual não contemplaria travestis e transexuais. Agora o termo "expressões de gênero" deveria contemplar outros sujeitos que vivenciem outras expressões de gênero não convencionais. Por fim, outra inclusão que apareceu na plenária foi o termo "capacitismo". Essa palavra seria um neologismo criado para significar o estigma que recai sobre pessoas com deficiência, tidas como não-capazes. Seria então, uma expressão para dar conta do preconceito contra pessoas com deficiência, um termo análogo a expressões como 'machismo' e 'sexismo'.

Dois outros pontos de conflito e disputa que pairaram durante toda a conferência, referem-se ao Estatuto da Diversidade Sexual - anteprojeto elaborado por integrantes da Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - e ao PLC 122/2006 - mais conhecido como projeto de lei que criminaliza a homofobia.

A proposta do Estatuto da Diversidade Sexual segue os moldes de outros estatutos já existentes e pretende reunir em uma legislação única, "todas as questões envolvendo diversidade sexual"[63]. Em 2008, na abertura da I Conferência, dirigindo-se ao Presidente Lula que estava na mesa, o presidente da ABGLT já havia demandado a criação de um "Estatuto GLBT", "como existe o da igualdade racial e o do idoso". Naquele momento a platéia reagiu entusiasticamente, entretanto durante os dias que se seguiram, presenciei a questão sendo rejeitada em discussões nos grupos de trabalho. Agora, em 2011, apesar da ABGLT apresentar a questão como um consenso dentro do ativismo *LGBT*, foram muitos os que se opuseram ao anteprojeto. Uma das principais críticas se referia ao fato de o Estatuto não ter sido amplamente discutido entre grupos e lideranças do movimento social ou junto aos integrantes da "população LGBT" até aquele momento. Diante dessas críticas, durante a plenária final, um representante da OAB garantiu que o Estatuto estaria disponível para consultas e encaminhamentos de sugestões durante dois meses a partir dali, em um *site* da internet.

---

[63] Entrevista com a desembargadora aposentada e presidente da Comissão da Diversidade da OAB, Maria Berenice Dias, publicada em 23 de agosto de 2011. Disponível em http://www.ibdfam.org.br/?clippings&clipping=5053

Com relação ao PLC 122/2006, é importante destacar que uma parte considerável da frente de esforços da militância se direciona, já há alguns anos, para a criminalização da homofobia. Pauta prioritária para a ABGLT, a demanda pela a criminalização da homofobia opera no sentido de reconhecer lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais como vítimas históricas, em busca de reparação e proteção do Estado. E daí a analogia com dispositivos legais anti-discriminação existentes, como os relacionados à raça, população indígena ou pessoas com deficiência.

A estratégia de pressão por essa pauta vem sendo denunciar casos de violação de direitos e apontar estatísticas de assassinatos, através de dados produzidos pelas poucas pesquisas existentes e depoimentos-testemunho. A resistência à aprovação de qualquer legislação federal referente à criminalização vem sendo creditada aos políticos conservadores e principalmente à bancada religiosa evangélica no Congresso Nacional. E aqui é necessário fazer menção à querela envolvendo o PLC 122 que estava em evidência no momento da 2ª conferência.

O Projeto de Lei nº 122/2006, originou-se na Câmara dos Deputados, de um projeto de autoria da Deputada Iara Bernardi (PT-SP), de 2001. Essa primeira proposição estabelecia sanções administrativas a pessoas jurídicas por práticas discriminatórias por motivação de orientação sexual. Somente após sucessivos apensamentos e alterações substitutivas o projeto ganhou uma forma que propunha tornar crime a discriminação e o preconceito por orientação sexual e também por identidade de gênero, alterando os artigos 1º e 20º da Lei nº 7716[64], de 1989, conhecida como Lei Caó, e o § 3º do artigo 140 do Código Penal, de modo a incluir a punição por esse tipo de discriminação e preconceito. Com a tramitação estacionada no Senado, no fim da legislatura em 2010, o PLC122 foi arquivado e ficou "à espera" de que algum senador o desarquivasse, o que foi feito em janeiro de 2011 pela senadora Marta Suplicy (PT-SP)[65].

O projeto seria posto em votação no mês de novembro de 2011, porém com o texto "flexibilizado" no formato de um substitutivo - fruto de acordo entre a Senadora Marta Suplicy, alguns representantes religiosos do Senado - como o Senador Marcelo Crivella (PR-

[64] A Lei 7716 dispõe sobre a punição de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

[65] Para o percurso de tramitação do projeto ver: Leite et al. (2011).

B-RJ) - e o presidente da ABGLT, Toni Reis[66]. Esse acordo não foi discutido com a Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT[67], ou com o deputado federal Jean Wyllys (um dos líderes da Frente), que, segundo sua exposição em um dos painéis da Conferência, já havia se colocado à disposição para trabalhar no texto em questão. Por fim, em função das divergências prevalecentes, o texto substitutivo produzido pelas tentativas de acordo da Senadora nunca foi efetivamente posto em pauta de votação.

Mas ainda que não tenha entrado em votação, durante toda a Conferência ficou claro que grande parte das pessoas ali presentes era contrária ao encaminhamento do PLC 122 com o texto do substitutivo que alterava a proposição no sentido de não sancionar expressões contrárias a homossexualidade realizadas em cultos religiosos. Foram feitas algumas propostas, diretrizes e moções que pediam explicitamente a aprovação do PLC 122/2006, entretanto não eram específicas quando a qual texto se referiam, ao original de 2006 ou ao substitutivo de 2011. Devido as controvérsias que gravitam em torno do projeto, a plenária final decidiu então substituir todas as menções ao projeto específico por um texto que fala genericamente em "criminalizar a homofobia nas mesmas bases da lei do racismo".

No painel que tratou do "Poder Legislativo", Jean Wyllys comentou a questão ao falar sobre o papel da Frente Parlamentar:

> [A] Frente tem esse papel de discutir uma política pública e tem papel de discutir as proposições legislativas, como o PLC 122, que foi, recentemente, objeto de muita polêmica e de muito debate dentro do próprio movimento. De alguma maneira, expôs ali, uma fraturinha do movimento. Não digo uma fratura, mas uma fraturinha, que foi saudável essa fratura, porque, de fato, a gente pôde debater o que nos interessa, não é? Qual é a proposição que a gente quer?
>
> E aí quando a frente soube que a Senadora Marta Suplicy, que é membro da frente, estava desenvolvendo uma negociação com a bancada evangélica do Senado, a bancada conser-

---

[66] Toni Reis é integrante do Grupo Dignidade, de Curitiba. Durante o período de realização desta pesquisa, ocupava a presidência da ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. De acordo com o seu perfil do Facebook é: "professor, formado em letras pela UFPR, especialista em sexualidade, mestre em filosofia, doutor em educação. Ativista pelos direitos civis LGBT" (acesso em outubro de 2013)..

[67] A *Frente Parlamentar Mista pela cidadania LGBT* é composta oficialmente por 171 parlamentares. Mas Jean Wyllys, coordenador da Frente pela Câmara dos Deputados, explica que esse é um número apenas formal, pois essa é a quantidade de assinaturas necessárias para criar uma Frente. Na prática não são todos os 171 que atuam e essa é uma característica comum a outras Frentes do parlamento. Marta Suplicy é a coordenadora da Frente pelo Senado.

> vadora, não só evangélica, nós nos preocupamos, porque nós acreditávamos que esse fórum tinha um papel, inclusive, de dar o pontapé inicial nesse debate. Claro que ela sendo a protagonista porque ela é a relatora, óbvio. Mas a frente precisava ser ouvida, e junto com a frente o próprio movimento na sua diversidade. Porque a gente não pode desconsiderar que o movimento é diverso [...]. E, nesse primeiro momento, quando a gente fez a reunião com a Senadora, uma reunião bastante tensa – mas, como sempre, dentro do tempo da democracia –, nós concordamos que aquele não era o substitutivo que nós queríamos. Não só nós, da frente, mas também o movimento, na sua diversidade, não queria

Segundo o deputado, de todo modo o projeto não seria aprovado naquele momento, mesmo que fosse apresentado o texto do substitutivo negociado com lideranças religiosas. A colocação na pauta seria uma "armadilha" para que o projeto fosse "derrubado" e saísse de vez da pauta da Comissão de Direitos Humanos:

> A gente só avança se a gente dialogar com essa Frente [evangélica]. Mas o diálogo e a construção da estratégia têm que ser dentro da Frente [Parlamentar Mista LGBT]e ouvindo os diferentes setores do movimento. [...] Aí, a gente pensa qual é a melhor estratégia e até onde a gente pode ceder[...]. As mulheres batalharam, demoraram o tempo necessário para aprovar a Lei Maria da Penha da maneira que elas queriam [...]. Porque quem pode dizer, legitimamente, somos nós, ou os homossexuais mesmo, ou aqueles aliados [...]. Somos nós que podemos dizer o que é possível negociar e o que não é. [...] Negociação tem que haver sim, porque é parte do conflito, é parte do papel da política mediar conflito. Mas existem pontos inegociáveis para todos os segmentos vitimados ou difamados. Os negros, as mulheres, os idosos, as crianças e adolescentes, todos esses grupos vulneráveis, eles têm pontos inegociáveis. Porque não interessa para nenhum de nós a letra morta. [...] A gente quer uma lei que cumpra, pelo menos, o papel pedagógico de inibir. Pelo menos isso.

O deputado se coloca a favor da criminalização da homofobia, porém se diz também um militante do Direito Penal mínimo, no qual penas de reclusão poderiam ser substituídas por multa ou prestação de serviços. Apesar de apoiar o PLC 122, o deputado declarou que a pauta de seu mandato é outra, o "casamento civil igualitário". Essa pauta seria mais estratégica, pois estenderia um conjunto de direitos relacionados ao direito da família:

> O casamento civil tem um efeito ordenador, institui a entidade familiar. A gente precisa aprovar como lei. Não podemos contentar com a decisão do STF, porque a gente sabe que a ampla maioria da população não tem acesso à justiça. Não tem Defensoria Pública na maioria dos estados e municípios desse país. Os pobres não têm acesso à justiça. A gente vê pela maneira como eles são tratados. Portanto, não vamos nos contentar com uma decisão do judiciário.

Essas disputas em torno do PLC 122 apontam para o embate ocorrido em outro âmbito e envolvendo estratégias políticas mais amplas utilizadas para a proposição de regulações jurídicas de direitos *LGBT*. Embate que ocorre entre diferentes representações do movimento social e entre distintas estratégias de reivindicação de direitos e nesse sentido a figura do deputado federal Jean Wyllys vem se destacando. Segundo suas próprias palavras, "o primeiro deputado gay fora do armário" da história do país, como vimos, além de criticar os encaminhamentos dados ao PLC 122 no Congresso, aproveitou o painel em que esteve presente para falar sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de sua autoria que trata do casamento entre pessoas do mesmo sexo[68].

Voltando-me para outro plano da análise, gostaria de ressaltar que é bastante significativo ter ressonado da 2ª Conferência - em marcante contraste com a repercussão da primeira - a insatisfação com as políticas em curso e a acusação feita por alguns de que a conferência servia apenas para legitimar "o que eles quiserem fazer", sendo esse "eles" um sujeito oculto que pode ora apontar para o governo, ora para determinados setores partidários, ora para alguma liderança do movimento social, uma vez que a conferência não foi um espaço de discussão aprofundada de propostas, mas apenas de deliberação de grandes diretrizes orientadoras para o grupo de pessoas que em outro momento seria o responsável pela elaboração de um plano de ações[69]. Ao mesmo tempo, ficou clara a preocupação crescente em elaborar diretrizes exequíveis dentro dos parâmetros colocados pelo governo.

As conferências produzem uma plataforma legitimada de reivindicações, mas a grande eficácia do processo ocorre na direção de agitar articulações e movimentações políticas, no sentido da construção de laços e rupturas, da consolidação de arranjos, da reorganização de conexões intra-movimento e de negociações partidárias consideradas estratégicas. Operam para a ostentação de conquistas de determinados agrupamentos e, por vezes, para o oposto, o desmantelamento de redes e associações de aliança e pactuações com esferas

---

[68] Outros aspectos relacionados às estratégias envolvendo essas proposições são retomadas de maneira mais aprofundada no capítulo 3.

[69] Ainda que não seja desprezível a presença de militantes, agora inseridos na estrutura do governo (em coordenação de centros de referência, secretarias, coordenadorias, superintendências, entre outros aparatos administrativos), que se esforçavam em relatar avanços e apontar feitos bem sucedidos.

governamentais. São também um grande espaço de aprendizado e a formulação de propostas e diretrizes certamente é apenas uma dimensão dessa cena. Esse tipo de evento trabalha essencialmente para a construção da trama de atores e relações que sustentam o próprio campo dos "direitos LGBT".

Souza Lima & Castro (2008) propõem suspender o qualificativo de "públicas" das políticas e tratá-las como "governamentais". Políticas governamentais seriam assim "entendidas como planos, ações e tecnologias de governo formuladas não só desde organizações administrativas de Estados Nacionais, mas também a partir de diferentes modalidades de organizações não redutíveis àquelas que estão definidas em termos jurídico e administrativos enquanto partícipes de administrações públicas nacionais". Isso implica considerar não só movimentos sociais e ONGs, mas também organismos multilaterais de cooperação técnica internacional e que "a identificação de problemas sociais e a formulação de planos de ação governamental, sua implementação e a avaliação de seus resultados se dão em múltiplas escalas espaciais, com temporalidades variáveis, no entrecruzamento de amplos espaços de disputa, muitas vezes desconectados entre si na aparência" (:369). Seguindo esse raciocínio, poderíamos dizer que grandes eventos "exibicionistas", como os observados aqui servem também a propósitos distintos do seu declarado objetivo, operando não para (re)formular "políticas públicas", mas para (re)formatar o campo de determinadas ações governamentais.

Para Bourdieu (1989), um campo se define justamente ao determinar o que está em *jogo* e os interesses específicos que são irredutíveis ao que está em *jogo* em outros campos. É ainda essencial para que exista o *jogo*, ter gente disposta a participar e ciente das regras, comportamentos esperados e, mais uma vez, assumindo o risco da redundância, do que está em *jogo*.

Esses espaços de construção de representantes e representações são ocupados por poucos sujeitos e essas disputas são feitas através da mobilização de diferentes capitais, se fazem com o corpo, com a cor/raça, com diferentes performances de gênero (como na Cena 3), com relações pessoais, trajetórias profissionais, acadêmicas e militantes. Encontros como as conferências são espaços privilegiados para a emergência desses diferentes marcadores, um caldeirão propício à efervescência de disputas de poder. São ao mesmo tempo espaços

fundamentais para a enunciação de identidades e demandas que aparecerão decantadas mais tarde nos documentos construídos como corolários desses encontros/confrontos[70].

Documentos, cartas de intenções, acordos, comprometimentos, a construção de laços e grupos, formação e reatualização de lideranças, são todos produtos da conferência ou relações sedimentadas na conferência. Além disso, o evento público, promovido pelo governo federal resulta em diversas eficácias: a produção do Estado que reconhece, que se compromete e que se faz mais Estado nesse jogo, a produção (ou o reconhecimento) de lideranças, de novos problemas sociais a serem combatidos e o "reconhecimento da homofobia" pelo Estado brasileiro. Reconhecimento que produz (mais) uma população historicamente discriminada e negligenciada até então, pois "[...]um ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação" (Bourdieu, 1989: 165). As Conferências e todo o processo de delegação que as sustenta, simulam uma espécie de "ato original de constituição" da *população LGBT* nos termos em que vem sendo *gestada e gerida* (Souza Lima, 2002) pelo governo brasileiro na atualidade.

O evento fabula a passagem do individual ao coletivo, "a transcendência do grupo em relação ao indivíduo singular":

> Portanto, essa espécie de ato original de constituição, no duplo sentido, filosófico e político, que a delegação representa é um ato de magia que permite fazer existir o que não passava de uma coleção de pessoas plurais, uma série de indivíduos justapostos, sob a forma de uma pessoa fictícia [...]. (Bourdieu, 2004: 194)

Retomando o Estado-idéia postulado por Philipp Abrams (1988), Timothy Mitchell (2006) chama a atenção para a separação entre Estado e sociedade, ou para o desenho desses espaços como distintos por definição. Para o autor, o Estado moderno aparece como um aparelho

---

[70] Essa interpretação sobre o papel das conferências se assemelha as considerações tecidas por John Comerford (1999) a respeito de reuniões de organizações de trabalhadores rurais. O autor analisa que "para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações, as reuniões podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse processo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação das redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ações múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar" (: 47).

destacado do resto do mundo social e deste modo questiona onde estariam as fronteiras entre Estado, sociedade e economia e se estas de fato não existem apenas enquanto um efeito de processos de representação, regulação, práticas e técnicas burocráticas que criam a aparência do Estado como uma entidade abstrata e apartada. A esse processo o autor chama "efeito de Estado"[71].

Os episódios de abertura das conferências aqui relatados encenam ritualisticamente a separação entre Estado e sociedade. Ao estabelecer limites entre o Estado e o que não é Estado, delineiam a substancialização de categorias que corroboram tais limites, como "movimento social" ou "sociedade civil". Na primeira conferência a sociedade (civil) deposita a sua crença no Estado e confiança no governo: "Nós colocamos nas suas mãos o nosso futuro para a questão da discriminação"[72] e celebra o reconhecimento e o comprometimento do Estado encarnado em eloquências tais como:

> Eu posso dizer a vocês, no que depender do apoio do governo, no que depender do apoio do Poder Executivo e dos Ministros, nós iremos trabalhar para que o congresso Nacional aprove o que precisar aprovar nesse país. [...] obviamente que nós seremos honestos [...] aquilo que não puder ser feito, a gente vai dizer com o mesmo companheirismo, isso aqui não dá, isso aqui não passa [...] se não estabelecermos essa relação companheira entre nós, terminaremos a Conferência e voltaremos a ter as desconfianças que tínhamos antes de entrar aqui[73].

Na segunda conferência a sociedade (civil) insatisfeita ameaça com descrença e desconfiança, quando na solenidade de abertura os participantes se dirigem com vaias, gritos, cartazes e palavras de ordem que criticam a atuação do governo. E como resposta recebe mais um voto de compromisso:

> [...] Considero essenciais as palavras que o nosso governo escutou na abertura dessa conferência. [...] A nossa missão é superarmos a homofobia. A nossa missão é construirmos um Brasil pelos direitos humanos. [...] É um compromisso de vida que está empenhado na ação do governo da presidenta Dilma, no seu programa e nas ações dos

---

[71] "We should address the state as an effect of mundane processes of spatial organization, temporal arrangement, functional specification, supervision and surveillance, and representation that create the appearance of a world fundamentally divided into state and society or state and economy. The essence of modern politics is not policies formed on one side of this division being applied to or shaped by the other, but the producing and reproducing of these lines of difference" (Mitchell, 2006: 185).

[72] Trecho do discurso do presidente da ABGLT por ocasião da abertura da I Conferência Nacional LGBT – 2008.

[73] Trecho do discurso do Presidente Lula por ocasião da solenidade de abertura da I Conferência Nacional LGBT – 2008.

> seus ministros, como o que desenvolvo para honrar a missão que me foi conferida por ela [...] Dirijo-me a vocês, portanto, com compromissos de trabalho de cada Ministério, de cada pasta, para afirmar que nós ouviremos, nessa conferência, muitas questões, mas que vocês não sairão desta conferência com os braços vazios. *Vocês sairão dessa conferência com firmes compromissos, assinados pelo nosso governo [...] olhar para vocês, reacender a chama da confiança de que o governo da presidenta Dilma* defenderá intransigentemente os direitos humanos de cada brasileiro, de cada brasileira, e se posicionará claramente com ações concretas contra toda violência torpe, contra todo assassinato, contra toda discriminação[74].

De uma conferência a outra, da expressão de fé inconteste, o governo passa a receber a ameaça da desconfiança. E apenas a ameaça, porque a desconfiança ou descrença total seria o equivalente a abandonar o jogo. Reconhecimento em troca de crença e confiança[75], eventos como as conferências atualizam a separação entre Estado e sociedade, reatualizam a crença no Estado-idéia e reforçam o efeito de Estado, ao mesmo tempo em que habilitam a possibilidade da desconfiança ameaçar administrações e administradores (ou governos) em particular.

É preciso haver concordância entre as partes envolvidas a respeito dos termos do jogo e essa relação ritualizada entre compromissos/comprometimentos e (des)confianças, produz a substancialização da "sociedade civil" e do "Estado". E é a possibilidade da desconfiança em um governo ou um governante em particular que, paradoxalmente, permite que a crença no Estado seja mantida e reforçada. Embora entre uma conferência e outra haja a ameaça de quebra de um pacto de confiança, ao fim e ao cabo percebe-se o reforço da crença nos modos de funcionamento das institucionalidades estatais.

Nesse contexto é relevante pontuar que em oito anos de gestão, o governo Lula promoveu 74 conferências versando sobre 40 temas diferentes. Segundo pesquisa realizada em

---

[74] Trecho do discurso da Ministra dos Direitos Humanos durante a solenidade de abertura da 2ª Conferência Nacional LGBT: (Anais da 2ª Conferência Nacional LGBT, pp. 21-24)

[75] "O poder simbólico é um poder que aquele que está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que está sujeito crê que ele existe" (Bourdieu, 1989: 188).

parceria Inesc-Polis, 70% desses eventos foram a respeito de temas inéditos, cuja primeira edição aconteceu entre 2003 e 2010, caso da conferência LGBT[76].

Na Conferência de 2011, um representante do Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, declarou que entre as linhas de atuação da Secretaria, a principal é a "participação social". Mais do que isso, declarou que a "participação social" é o "método de gestão" da Secretaria. Entre os "instrumentos de participação" elencados estão: conferências, ouvidorias, conselhos de direitos, canais de internet, entre outros mecanismos de "interação com o Estado".

> O governo entende, prezados amigos, a democracia como um processo político e social, em que a participação dos cidadãos é essencial para definir a prática democrática. Assim, não é por acaso que a interação democrática entre o Estado e a sociedade civil é um dos eixos orientadores do terceiro Programa Nacional dos Direitos Humanos do Governo Federal, o PNDH-3. O crescente número de pessoas e organizações envolvidas nos espaços de interação com o Estado confere ao Brasil maior possibilidade de encontrar soluções para os problemas que enfrentamos, co-responsabilizando todos os atores envolvidos.

Não é por acaso que os discursos de representantes governamentais a todo momento ressaltam o envolvimento e a parceria com a sociedade civil como um signo de sucesso da gestão, corroborando um determinado modelo almejado de Estado democrático.

No próximo capítulo volto-me para alguns dos documentos - como as diferentes versões do Programa Nacional de Direitos Humanos - que de certa forma provocaram a realização de conferências e outros que foram produzidos a partir delas. Viso não uma análise exaustiva mas percorrer alguns fios da trama que vem constituindo "sujeitos LGBT" e progressivamente moldando novos repertórios de sentido e de reconhecimento de sujeitos e suas "especificidades". Procuro deslindar algumas questões: como as conferências surgiram e quais são os seus antecedentes? O que as tornam possíveis e desejáveis? E por que esse foi o formato escolhido?

---

[76] Também segundo a pesquisa, o objetivos das conferências foram agrupados em 4 categorias: "proposição, como já era esperado, mas também possuíam outras finalidades como fortalecer a participação, analisar situações e agendar assuntos". Relatório final do Projeto/Pesquisa: "Governança Democrática no Brasil Contemporâneo: Estado e Sociedade na Construção de Políticas Públicas". Arquitetura da Participação no Brasil: avanços e desafios. Agosto de 2011. Disponível em: http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/textos/relatorio-arquitetura-da-participacao-social-no-brasil , último acesso em fevereiro de 2012.

Capítulo 2 – Percorrendo documentos: alguns antecedentes e uma leitura através dos "papéis"

Alguns documentos podem ser compreendidos como peças-chave para o processo de constituição do que hoje convencionou-se chamar *população LGBT*. Com a proposta de acompanhar as mudanças de vocabulário, como as identidades aparecem nos papéis ou como a "população" aparece por escrito, percorro alguns documentos buscando ainda destacar como são estruturados. Apesar do marco temporal da pesquisa estar localizado entre os anos de 2008 e 2011, faz-se necessário percorrer algumas produções anteriores a esse período, a começar pelas duas primeiras versões do Programa Nacional de Direitos Humanos. Sendo assim, os principais documentos aqui são: as três versões do Programa Nacional de Direitos Humanos (1996, 2002 e 2009); o Relatório da participação do Brasil na Conferência de Durban (2001), o Programa Federal Brasil Sem Homofobia (2004), o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009) e os relatórios finais das duas conferências nacionais LGBT realizadas até o momento (2008 e 2011).

O primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, de 1996, incluiu a temática da homossexualidade no eixo "Proteção do direito à vida – segurança das pessoas", em um item que tratava de apoio a programas para prevenção da "violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem-terra e homossexuais" (PNDH I). Apesar de reconhecer os sujeitos, o programa não foi propositivo em relação ao tema. Já no PNDH II, de 2002, o tema ganhou muito mais espaço. No eixo "Garantia do Direito à Liberdade", aparece o item "*orientação sexual*" em que cinco propostas são apresentadas. Mas não só, como veremos adiante.

A Conferência realizada em Durban em 2001 significou um marco para essa ampliação temática do primeiro para o segundo PNDH. No relatório do *Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, entre as 14 propostas apresentadas constava uma tratando da "*criação de uma fundação ou Secretaria de Governo dirigida aos GLTTB, como as que existem para mulheres, negros e índios"* e

outra que propunha a *"destinação, no orçamento federal, de recursos para ações afirmativas contra práticas discriminatórias à comunidade GLTTB*".

O Brasil teve uma participação de destaque nos trabalhos da Conferência de Durban. Apesar de não ter sido aprovada, a delegação brasileira propôs a inclusão de "orientação sexual" como uma forma de discriminação correlata ao racismo. Ainda em 2001, após a Conferência, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD)[77], como parte da estrutura do Ministério da Justiça. Mais tarde, o Conselho, localizado na então Secretaria de Estado de Direitos Humanos[78], incluiria entre os seus integrantes uma liderança gay, uma lésbica e uma travesti[79].

Avançando para o ano de 2004, temos o que é considerado o grande marco para a construção de "políticas LGBT" no Brasil, o lançamento do Programa Federal *Brasil Sem Homofobia* (*BSH*). O *BSH* foi organizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e com a perspectiva de envolvimento interministerial. Sendo assim, pequenas iniciativas vinham sendo conduzidas desde o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos do governo FHC, entretanto o programa *BSH* aparece como o empreendimento

---

[77] O CNCD foi criado pelo Decreto nº 3.952, de 4 de outubro de 2001. O decreto definia a seguinte composição básica para o conselho: o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, como seu presidente e um representante de cada uma das seguintes instâncias: Assessoria Especial do Gabinete da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria de Estado de Assistência Social; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fundação Cultural Palmares; Fundação Nacional do Índio; e mais "onze representantes de movimentos sociais e organizações não-governamentais, com especial ênfase na participação de entidades da comunidade negra, que se ocupem de temas relacionados com a promoção da igualdade e com o combate a todas as formas de discriminação".

[78] Em 1997 a *Secretaria dos Direitos da Cidadania* foi substituída pela *Secretaria Nacional de Direitos Humanos*, tendo entre as suas atribuições monitorar as ações do Programa Nacional de Direitos Humanos, ainda compondo a estrutura do Ministério da Justiça. Em 1999, a secretaria foi transformada em *Secretaria de Estado de Direitos Humanos* e ganhou assento nas reuniões ministeriais. Em 2003, a lei nº 10.683, de 28 de maio, criou a *Secretaria Especial de Direitos Humanos* e o *Conselho Nacional de Combate à Discriminação* passa a fazer parte da sua estrutura. A mesma lei também instituiu a *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres* e a *Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Em 2010, a Secretaria* deixou ter caráter especial, uma medida provisória presidencial (de 25 de março de 2010) "transforma a secretaria em órgão essencial da Presidência" e então passa a ser chamada apenas de *Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)*. (http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/sobre/historico/)

[79] A partir do Decreto 5.397 de 22 de Março de 2005, o CNCD passou a integrar: "quinze representantes de entidades e organizações não governamentais das populações negra, indígena e do segmento de 'Gays', Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais - GLBT".

de maior vulto capitaneado pelo governo federal até então. No *Brasil Sem Homofobia* aparece com grande destaque a realização em colaboração com a "Sociedade Civil Organizada", com o objetivo de "*promover a cidadania de gays e lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais*" (Brasil, 2004).

A iniciativa que envolveu os PNDH, a experiência da delegação brasileira para a Conferência de Durban, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e o processo que levou a criação do Brasil Sem Homofobia estão intimamente relacionados e encadeados. Sendo assim, antes de olhar para o conteúdo desses documentos, cabe uma pequena contextualização.

2.1 – Um traçado de contextualização e antecedentes

O Programa Nacional de Direitos Humanos

A conjunção de esforços entre "governo e sociedade civil" é um ponto de investimento enfatizado desde a primeira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996. Diz o prefácio do então presidente Fernando Henrique Cardoso: "Iniciamos juntos, governo e sociedade, uma caminhada para pregar os direitos humanos, como um direito de todos, para proteger os excluídos e os desamparados". A introdução do documento esclarece que a publicação do Programa seguia a recomendação da Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada em Viena em 1993[80] e destaca a inserção do Brasil em determinada ordem internacional a partir daquele momento, através da adesão a tratados internacionais de direitos, e igualmente reforça o novo "quadro normativo"

[80] A introdução menciona o protagonismo de FHC, então chanceler, ao reunir no Ministério das Relações Exteriores um grupo formado por "representantes do Ministério da Justiça, da Procuradoria Geral da República, além de parlamentares, e as mais importantes organizações não-governamentais de direitos humanos" para discutir qual seria a agenda brasileira para a Conferência de Viena em 1993. Após a conferência o Ministro da Justiça, Maurício Correia, novamente teria reunido um grupo de gestores e entidades de direitos humanos a fim de elaborar a Agenda Nacional de Direitos Humanos. (Brasil, 2009:188 do anexo do PNDH3). Mais adiante o PNDH I - primeiro programa do tipo da América Latina e o terceiro do mundo (atrás de Austrália e Filipinas apenas) - teria a sua articulação conduzida por José Gregori, então chefe de gabinete do Ministro da Justiça (Nelson Jobim) e futuro Secretário de Direitos Humanos, quando da criação desta secretaria em 1997. Já durante a elaboração do PNDH II a Secretaria estaria sob a gestão de Paulo Sergio Pinheiro.

de promoção e proteção dos direitos humanos estabelecido com a Constituição de 1988. Ainda no texto da introdução do PNDH I ficamos sabendo que seis seminários regionais (nas cidade de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém, Porto Alegre e Natal), envolvendo 334 participantes, representando 210 entidades fizeram parte da elaboração do Programa e que foram "realizadas consultas, por telefone e fax, a um largo espectro de centros de direitos humanos e personalidades" e que seu conteúdo também foi debatido na I Conferência Nacional de Direitos Humanos realizada em abril de 1996.

De acordo com Paulo Sergio Pinheiro e Paulo de Mesquita Neto (1997), responsáveis pela relatoria do Programa, sua publicação apresentou um "quadro de referência para a concretização de garantias do Estado de direito e para a ação em parceria do Estado e da sociedade civil" (: 123). Em outro artigo, Mesquita Neto (1997) ressalta que "ao invés de convocar um grupo de juristas e técnicos", a coordenadoria criada pelo Ministério da Justiça especialmente para a elaboração do Programa - e capitaneada pelo então chefe de gabinete do ministério, José Gregori - estabeleceu um convênio de assessoria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). O NEV-USP, sob a coordenação de Paulo Sergio Pinheiro, elaborou o anteprojeto do Programa entre outubro de 1995 e maio de 1996. Ainda segundo o autor, aquele era um contexto favorável de transição da herança autoritária do período da ditadura para a democracia, de internacionalização da política e da economia brasileira e um momento em que "o governo federal e as organizações não-governamentais substituíram a relação de antagonismo e conflito, característica da década de setenta, por uma relação de diálogo e cooperação na década de noventa" (s/p).

Para a segunda edição do Programa, lançada em 2002, novamente sob a coordenação do NEV-USP, o documento contou com recomendações de vários seminários regionais, da IV Conferência Nacional de Direitos Humanos e o texto foi disponibilizado para consulta pública via internet.

Ao realizar uma análise comparativa entre as três versões do Programa, Sergio Adorno (2010) avalia que diante das críticas recebidas pelo primeiro programa, a sua segunda versão incorporou "direitos de livre orientação sexual" e de "proteção dos ciganos" (: 12). Outro enfoque destacado do segundo documento é o reconhecimento do racismo e a proposição de políticas de ação afirmativa visando a "reparação diante da violação sistemática de direi-

tos humanos". Sobre o PNDH3, publicado por decreto de nº 7.037, em 21 de dezembro de 2009[81], o autor destaca o aprofundamento e a ampliação do seu "elenco de direitos", resultado das demandas oriundas da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos - que contou com a participação de cerca de duas mil pessoas, entres delegados, convidados e observadores – e das diversas conferências com temáticas específicas convocadas pelo governo federal entre os anos de 2003 e 2009. Dentre estas, a apresentação do PNDH3, assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reitera a importância da realização da "1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, travestis e transexuais, em 2008, marco histórico na caminhada para construirmos um país sem qualquer tipo de intolerância homofóbica" (Brasil, 2009:13)[82]. Todos as três versões do PNDH o ressaltam como uma "política de Estado", não vinculada à gestão de governos específicos, bem como o seu caráter supra-partidário e a responsabilidade para com os tratados internacionais de direito dos quais o Brasil é signatário.

Como notam Vianna & Lacerda (2004) para as duas primeiras versões do PNDH, a incorporação da participação de organizações não-governamentais, tanto na própria elaboração dos programas quanto na previsão do seu envolvimento na execução das diretrizes neles contidas, reverbera as regulações acordadas no plano internacional. Para essa dimensão as autoras destacam especialmente a II Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Viena em 1993. O preâmbulo e outras passagens do texto final desta conferência concedem particular destaque "não aos indivíduos portadores de direitos em geral, mas a sujeitos específicos - compreendidos como minoritários, seja pelo sexo ou pela idade, raça ou religião" (:19). Nesse sentido, a Conferência de Viena representa um marco para a consolidação do "processo de desdobramento e diferenciação sofrido pela concepção inicial de individuo, que deu lugar a uma multiplicação dos direitos humanos em corpos de regulação destinados a sujeitos específicos" (:19). Assim, o ímpeto à especificação progressivamente substitui a

---

[81] A elaboração do documento foi conduzida por um grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos, já com *status* de ministério e sob a gestão de Paulo Vanucchi.

[82] Cabe notar que a publicação do PNDH3 sofreu fortes críticas devido a algumas proposições consideradas por demais arrojadas. Dentre os temas que provocaram "ruidosa polêmica", Adorno destaca: " a criação da Comissão Nacional de Verdade, a descriminalização do aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, o direito a adoção por casais homoafetivos, a interdição à ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União, o "controle da mídia" e a adoção de mecanismos de mediação judicial nos conflitos urbanos e rurais"(2010:14).

"pretensão universalizadora" dos direitos humanos, baseando-se em uma concepção ancorada na fragilidade ou "vulnerabilidade" atribuída a certos sujeitos e em maneiras de adequar-se a diferentes contextos locais[83].

Olhar para os PNDHs e os seus processos de elaboração mostra-se relevante por revelar o apelo à conjunção entre "Estado" e "sociedade civil" como o caminho para a consolidação democrática, a ser trilhado sobre um solo de direitos humanos ou a assunção de uma "gramática de direitos humanos" como o vocabulário que é progressivamente privilegiado para reivindicar direitos ou denunciar a sua violação. Esses documentos ainda revelam o esforço do Estado brasileiro em inserir-se em um sistema internacional, como uma nação que alia democracia, participação e desenvolvimento.

Planos e programas não tem força de lei, são diretrizes, sugestões, indicativos que devem orientar a promoção de políticas e outras ações. São documentos institucionalizados pelo governo federal, mas não há como ter gerência sobre o que de fato é efetivado em âmbitos estaduais e municipais, ou mesmo sobre as diferentes gestões da própria estrutura federal. Nesse sentido, o seu próprio formato de produção e constituição pressupõe um espaço político de disputa.

A contextualização dos PNDHs nos permite antever não só uma concepção de direitos humanos que tem por base a participação da sociedade organizada, mas que desde a sua primeira versão referendava a busca de direitos de diversos "segmentos" organizados, em uma perspectiva progressivamente mais inclusiva e específica. Essa "representação" dos grupos e

---

[83] Seguindo uma leitura da periodização proposta por Norberto Bobbio, Vianna e Lacerda (2004) notam a inflexão provocada pela chamada segunda geração dos direitos humanos especialmente em áreas onde a sexualidade pode ser inscrita, como por exemplo a saúde. Se em um primeiro momento a defesa da liberdade do indivíduo frente ao Estado soberano é o principal foco, passa-se a uma concepção em que o Estado deve promover direitos fundamentais e garantir o livre desenvolvimento das individualidades. "Nesse sentido, a transformação provocada pela chamada segunda geração de direitos humanos vem do fato de que certas responsabilidades individuais e/ou coletivas passam a ser representadas como direitos, recaindo sobre os Estados o peso de sua provisão" (:17). Os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e o de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, datados de 1966, são indicados como um "momento-chave" dessa torção.

movimentos foi sendo intensificada programa a programa, dando cada vez mais espaço para a validação de "novas" temáticas e sujeitos[84].

O Brasil Sem Homofobia e alguns desdobramentos

O Brasil Sem Homofobia (BSH) foi também um programa de governo lançado sob os auspícios da Secretaria de Direitos Humanos, em 2004. Cláudio Nascimento[85], coordenador dos trabalhados de elaboração do BSH e naquele momento representante da ABGLT no Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), conta que no fim do ano de 2003 a representação do movimento social no CNCD propôs ao governo federal que fosse criado um programa de combate à homofobia e aponta o Encontro da ABGLT, realizado em Manaus, em outubro daquele ano, como um dos antecedentes fundamentais desse processo[86].

Em pesquisa que trata das políticas de combate à homofobia implementadas pelo Ministério da Educação, Felipe Fernandes (2011) procura traçar um histórico de criação do Brasil Sem Homofobia pontuando quatro momentos. O "primeiro momento" estaria relacionado ao insucesso do movimento LGBT em inserir-se como pauta prioritária de políticas públicas de combate à violência. Através de material coletado durante sua pesquisa de campo e do depoimento de ativistas, indica que uma política chamada "Balcão de Direitos" do Ministério da Justiça era a ação privilegiada de combate à discriminação no governo. A política, oriunda do governo FHC, ainda estava em implementação durante o primeiro ano do governo

---

[84] A progressiva autonomização da Secretaria de Direitos Humanos, de instância subordinada a um ministério até chegar ao estatuto de ministério (retirado o seu caráter "especial" desde 2010) e de como "populações específicas" ganharam instâncias administrativas destacadas de sua estrutura, como a SEPPIR e a SPM (como, anteriormente, indicado na nota 77), pode ser lida como um indicativo da maneira como essa perspectiva foi ganhando espaço.

[85] Cláudio nascimento foi um dos fundadores da Parada do Orgulho do Rio de Janeiro em 1995e integrante do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, no qual exerceu a presidência por dois mandatos. Claudio integrou o comitê de preparação para Conferência de Durban, tendo participado, durante o período de 1999 a 2000, de várias conferências e reuniões internacionais preparatórias para Conferência realizada em África em 2001. Atuou também como secretário geral da ABGLT e desde 2007 ocupa o cargo de Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do estado do Rio de Janeiro.

[86] Entrevista realizada por mim em outubro de 2011 no âmbito do Projeto Retratos da Política LGBT no estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

Lula (seguindo o PPA 2000 – 2003[87]) e de acordo com Caio Varela, ativista entrevistado por Fernandes (2011), "era então a única rubrica possível para a implementação de uma política LGBT" dentro do orçamento planejado para direitos humanos naquele período. "Então todas as populações minoritárias brigavam pelo 'Balcão de Direitos' e os LGBT ficavam de fora"[88].

De acordo com a descrição de Fernandes, essa situação marcaria um "segundo momento", quando um grupo de ativistas do movimento LGBT percebeu que era preciso entender e aprender como o plano orçamentário governamental era organizado e definido, para que fosse possível incidir politicamente a favor da agenda LGBT nesse planejamento. Então um grupo de ativistas, através de um contato de Caio Varela, naquele momento militante do Grupo Atitude de Brasília, participou de um curso sobre "Orçamento da União" promovido pelo Inesc[89]. Em nota de rodapé, Fernandes expõe uma fissura interna do ativismo LGBT ao nos explicar que o grupo ao qual Caio era ligado, não era um dos afiliados da ABGLT. Logo, o grupo de pessoas que participou dessa formação figuravam como "oposição" à referida Associação. Durante o curso esse grupo de pessoas "elaborou um texto no qual propunha ações para diversas agências governamentais" compondo uma pauta "pró-LGBTTT" nas palavras do autor (2011:93). O grupo teria decidido submeter esse texto ao XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, em novembro 2003, o que marcaria para o autor o "terceiro momento" do percurso que desemboca no Brasil Sem Homofobia.

O XI EBGLT é destacado por ter sido um episódio de tensão, no qual o movimento social direcionou duras críticas ao governo e também por ter sido marcado por disputas internas ao movimento. Nesse encontro, por exemplo, ocorreu a decisão controversa de trocar a significação do 'T', de *travestis* para *transgêneros* com a justificativa de que seria um termo "mais inclusivo". Contudo, o evento também é apontado como bastante propositivo. Continuando

---

87 PPA é a sigla para *Plano Plurianual*, o planejamento de gestão governamental que deve estabelecer "objetivos, diretrizes e metas" para um período de 4 anos de administração.

Ver : http://www.orcamentocidadao.df.gov.br/ppa.php

88 Fragmentos do diário de campo de 02/06/2010 de Felipe Bruno Martins Fernandes (Fernandes, 2011: 92).

89 Instituto de Estudos Socioeconômicos, organização não-governamental, "não partidária e com finalidade pública. Tem por missão: Contribuir para o aprimoramento da democracia representativa e participativa visando à garantia dos direitos humanos, mediante a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional" http://www.inesc.org.br/quem-somos.

a seguir a pesquisa de Fernandes (2011), temos que o momento foi bastante produtivo no sentido de ampliar "a pauta homossexual incluindo uma série de múltiplas demandas a serem enviadas ao governo federal" (: 94). Logo, apesar das críticas, esse Encontro foi considerado um espaço privilegiado para o diálogo com o governo. Conforme Cláudio Nascimento indica para o autor, o XI EBGLT foi um momento marcante do primeiro mandato do governo Lula, no qual a possibilidade de criação de um programa de políticas para o "segmento" foi colocada. O Encontro contou com a participação de Ivair Augusto, representante da então Secretaria Especial de Direitos Humanos e também integrante do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), que apresentou uma proposta de cartilha contra o preconceito a ser distribuída pela SDH, que gerou forte reação dos participantes do evento, não interessados apenas em "cartilhas" mas em "políticas públicas" (:94-95)[90].

Por fim, o "quarto momento" delineado por Fernandes dedica-se à elaboração de fato do Brasil Sem Homofobia. No XI EBGLT foi acordado que as propostas registradas no relatório final do encontro funcionariam como base para elaboração de um programa de governo.

Cláudio Nascimento relata que depois do "encontro radicalizado em Manaus", foi chamado para uma audiência com o então Secretário Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, no qual propôs a criação de um Programa. A resposta do Secretário teria sido que primeiro era importante fortalecer o debate dentro do CNCD, "inclusive para que ele [o Ministro] tivesse legitimidade para tratar o assunto com outros ministérios e secretarias"[91]. Essa audiência aconteceu na véspera de uma reunião do Conselho, quando, seguindo a recomendação recebida na audiência do dia anterior, Cláudio, Yone Lindgren e Janaina Dutra[92] apresentaram uma resolução tratando do assunto. A resolução foi aprovada e ainda naquele novembro de 2003, foi formado o comitê de elaboração do "Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação a Gays, Lésbicas, Travestis, Transgêneros e Bissexuais

[90] Momento também destacado por Daniliauskas (2011).

[91] Entrevista realizada por mim em outubro de 2011 no âmbito do Projeto Retratos da Política LGBT no estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

[92] Representantes do movimento de lésbicas e de travestis e transexuais, respectivamente.

(GLTB) e de Promoção da Cidadania Homossexual"[93], que por sua vez teria o objetivo de "prevenir e reprimir a discriminação com base na orientação sexual, garantindo ao segmento GLTB o pleno exercício de seus direitos humanos fundamentais"[94].

Novamente de acordo com Cláudio Nascimento, e*sse comitê fez duas grandes reuniões de consulta pública em Brasília:*

> Grande parte da militância foi para lá, tudo por conta própria, cartazes, bolas uma loucura, uma mobilização bem bacana. E eu lembro que foi um período muito interessante [...] eu lembro que a gente fez de dezembro até maio mais de 40 encontros com os Ministérios, para ouvir os Ministérios, para falar com eles. Eu coordenei isso pela sociedade civil, na verdade eu acabei ficando como coordenador geral, junto com o Ivair Augusto na equipe e essas foram as bases. E aí lançamos em 25 de maio de 2004 o programa Brasil sem Homofobia, em Brasília[95].

Para Cláudio, com a entrada de um ministro do PT, Nilmário Miranda, o diálogo com a Secretaria foi facilitado, pois eram setores com quem ele já possuía uma relação[96]. Nesse momento, Cláudio já se colocava como uma figura central para as articulações. Entre 1999 e 2001 ele participou das atividades que antecederam a participação do Brasil na Conferência de Durban, integrando o *Comitê Nacional de Preparação da Participação Brasileira na Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.* O comitê tinha em torno de 20 nomes e ele era "infelizmente o único gay"*,* como me contou.

Nove anos depois, em dezembro de 2010, por decreto presidencial, a estrutura e a composição do CNCD, espaço fundamental dessas articulações, foram alteradas. O Conselho passou a ter por finalidade "formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito

---

[93] O programa só ganhou seu nome definitivo mais tarde. Para considerações sobre o processo de atribuição do título "Brasil Sem Homofobia" e sua relação com a direção priorizada em outros programas contemporâneos da campanhas vigentes durante o primeiro ano do governo Lula, ver Fernandes (2011).

[94] Excerto de Brasil, 2004: 13. (Programa Brasil Sem Homofobia: introdução)

[95] Entrevista realizada por mim em outubro de 2011 no âmbito do Projeto Retratos da Política LGBT no estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

[96] Claudio Nascimento relembrou um momento importante que, em sua opinião, não costuma ser considerado. Em 21 de setembro de 1999 foi realizado o I Seminário Direitos Humanos e Cidadania Homossexual da Câmara dos Deputados, pela Comissão de Direitos Humanos, que naquele momento era presidida pelo Deputado Nilmário Miranda (PT – MG). A 2ª edição do seminário ocorreria em 2005 e em maio de 2013 ocorreu a sua 10ª edição.

nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – LGBT"[97], ganhado o nome fantasia de *Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos LGBT*.

Cabe citar, por fim, que o texto introdutório do BSH indica que o Plano Plurianual – PPA 2004-2007 incluiu uma ação que versava sobre a "Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais". Sendo assim, o planejamento orçamentário do governo previa a criação de ações específicas para "homossexuais". E o texto introdutório do BSH indica a efetivação desse compromisso "*com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais*" (Brasil, 2004: 11).

Segundo o Relatório de Avaliação do PPA para os anos de 2004 e 2007, entre as ações governamentais relacionadas com "direitos LGBT" consta, além da realização do Brasil Sem Homofobia, a "instalação de 47 Centros de Referência contra a homofobia em todas as capitais e Municípios-pólo no interior e a instalação de sete Núcleos de Estudo para a Prevenção e Combate à Homofobia, junto a universidades" (Brasil, 2008: 241)[98].

Programas e planos muitas vezes apontam para ações que dependem de mudanças legislativas ou que necessitam de iniciativas em estados e municípios. Logo a maior parte de um programa federal só pode trazer recomendações uma vez que também precisa respeitar o "pacto federativo"[99]. Entretanto isso não impede que esse tipo de inciativa produza outras eficácias.

Um programa ou plano "amplamente discutido com a sociedade civil" e publicado com a chancela do governo federal, funciona como um poderoso instrumento de abertura de diálogo e pressão que pode ser manejado pela "sociedade civil organizada". Além disso, o processo de elaboração desses documentos muitas vezes tem um efeito de eficácia interna.

---

[97] Decreto no 7.388, de 09 de dezembro de 2010. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos.

[98] Para mais sobre a inserção da "agenda anti-homofobia" nos PPAs do governo Lula, ver Fernandes (2011:156-7).

[99] O PNDH 3 procura uma estratégia que cause maior comprometimento, para cada "ação programática" aponta um "responsável" (instâncias do governo federal), "parceiros" e ainda indica "recomendações" que muitas vezes se dirigem para estados e municípios.

No caso do Brasil Sem Homofobia, por exemplo, Daniliauskas (2001) reconhece algo que chama de "trajetória de reconhecimento mútuo". Em entrevista concedida ao autor, Cláudio Nascimento, destaca que ao percorrer Ministérios e Secretarias para apresentar e discutir o Programa, tinham a oportunidade de "sensibilizar" para a questão, ao mesmo tempo em que apreendiam como se relacionar com aqueles espaços:

> Nós fizemos muitos encontros com Ministérios, com Secretarias, com órgão federais, com três objetivos principais: o primeiro era tentar nivelar as informações, porque havia mesmo muito preconceito, muita desinformação, muita ignorância dos próprios gestores públicos dos diversos ministérios [...]. O segundo passo era a partir daí estabelecer um lugar de diálogo e de interação com esses espaços. Primeiro para conhecer esses órgãos, como eles funcionavam por dentro, quais eram os programas existentes, as políticas que eles já estavam fazendo, como a gente poderia fazer um link entre as reivindicações que a gente fazia com a política daquele ministério [...] Em uma terceira fase, conhecer um pouco também os aliados e possíveis adversários dentro dos próprios ministérios. A gente precisava saber com quem a gente podia contar dentro dos ministérios [...] (Claudio Nascimento em entrevista concedida a Daniliauskas, 2011: 84)

Percebemos que o Brasil Sem Homofobia funcionou como um importante instrumento para a incidência política. O programa não tinha orçamento próprio e com isso o ativismo se organizou para pressionar a alocação de recursos para a realização de suas ações. Muitas dessas atividades se organizavam apoiadas por um projeto chamado "Aliadas". Uma pequena publicação, "Guia de Advocacy no Legislativo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais", organizada pela ABGLT e pelo Grupo Dignidade com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos, indica que a idéia do Projeto Aliadas, nasceu em um seminário realizado em maio de 2004[100].

[100] Seminário de advocacy do *Projeto Somos: desenvolvimento institucional, advocacy e intervenção para Ong que trabalham com gays e outros HSH*. O projeto Somos, realizado pela ABGLT em parceria com o então chamado Programa Nacional de DST/Aids, foi iniciado em 1999 com o objetivo de fortalecer e "capacitar" organizações não-governamentais para a promoção de direitos humanos e prevenção de DST/Aids. As três grandes linhas de ação do projeto baseavam-se em: "desenvolvimentos organizacional, advocacy e intervenção". De acordo com a introdução contida em uma cartilha do projeto, o seu conceito norteador era "em termos simples, à medida que os grupos se desenvolvem, tornam-se capazes de realizar ações de advocacy, contribuem para mudanças sociais favoráveis aos gays e outros HSH e também se tornam aptos a intervir na comunidade local, promovendo a prevenção e a cidadania". A cartilha é assinada por Marcelo Nascimento, naquele momento o presidente da ABGLT e Toni Reis, coordenador-geral do Projeto Somos (Brasil [MS], 2005).

Segundo um release de divulgação, o Projeto Aliadas tinha como objetivo mobilizar ações de "promoção dos direitos humanos de GLBT" no Congresso Nacional nos legislativos estaduais, municipais e distrital e garantir "orçamento para a efetiva implantação do Programa Brasil Sem Homofobia e outras ações afirmativas para GLBT". A pesquisa de Fernandes (2011) registra o ano de 2006, como o momento da "primeira grande ação de ativismo sobre o orçamento da União" conduzida pela ABGLT, justamente para mobilizar recursos para ações do Brasil Sem Homofobia. O autor conta que em novembro deste mesmo ano a associação organizou uma ação nacional, dentro do Aliadas, chamada "Brasil Sem Homofobia e Orçamento da União". Nessa ocasião, respondendo ao chamado da ABGLT, um grupo pequeno de ativistas de entidades filiadas foi até a Brasília para visitar os gabinetes de todos os deputados durante dois dias. O objetivo era conseguir a alocação de mais recursos, através da apresentação de "emendas individuais ao orçamento da União" para a execução do Brasil Sem Homofobia, pois em análise prévia a associação teria avaliado que a dotação orçamentária existente naquele momento seria insuficiente (: 175).

Então o *advocacy*[101] era feito através de reuniões com deputados, senadores, secretarias e ministérios, audiências públicas entre outras estratégias como envio de cartas para parlamentares. Uma das ações do Aliadas tratava também de arregimentar parlamentares para que se comprometessem com a, naquele momento chamada Frente Parlamentar Pela Livre Expressão Sexual do Congresso Nacional[102].

O *Projeto Aliadas,* portanto, parece significar uma inflexão bastante relevante no repertório de estratégias de atuação política do movimento LGBT, que passou a considerar como centrais o monitoramento de políticas, lobby junto a parlamentares, entre outras ações tidas como eficazes na influência de decisões favoráveis a "causa". Um informe do Projeto

---

[101] O Manual de Comunicação LGBT, publicação lançada pela ABGLT em 2010 e voltada a instrumentalizar profissionais, estudantes e professores da área de comunicação sobre questões, temas e termos correntes relacionados a política LGBT, define na página 30: "ADVOCACY: Palavra inglesa definida formalmente como "argumentar em defesa de uma causa ou alguém". No movimento LGBT, consiste em uma estratégia de ação para a conquista de direitos e desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas relacionadas às temáticas LGBT, como união estável, leis de combate à homofobia, prevenção às DST e AIDS, atendimento à comunidade LGBT. disponível em http://www.abglt.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf (último acesso em janeiro de 2013).

[102] Que mais tarde seria relançada como a *Frente Parlamentar Mista pela cidadania* LGBT, mencionada no capítulo anterior.

que circulou em listas de discussão em 26 de outubro de 2007, anunciava que a realização da Conferência Nacional LGBT havia sido garantida como uma ação a constar do PPA 2008-2011, assim como outras ações do Brasil Sem Homofobia. A inclusão teria sido resultado das articulações promovidas pelo *Aliadas* junto a Comissão de Direitos Humanos[103].

Para complementar essa pequena contextualização, o *texto-base* da I Conferência Nacional, que representaria a "coroação" das "importantes iniciativas anteriores", citadas imediatamente acima[104], explica que um dos seus objetivos é a construção do *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNLGBT)*, que seria uma espécie de consolidação das discussões e propostas destinadas a orientar "as diretrizes para a elaboração de políticas voltadas ao segmento GLBT mobilizando tanto poderes públicos quanto a sociedade civil organizada" debatidas durante a reunião. O PNLGBT, lançado em maio de 2009, foi elaborado por uma comissão técnica interministerial e entre os objetivos que enuncia, está "o fortalecimento do programa Brasil Sem Homofobia". No mesmo ano foi criada a Coordenação Nacional LGBT, como parte da estrutura da Secretaria de Direitos Humanos.

Uma conferência, um plano, um programa, muitas vezes tidos como a "coroação" de um processo, tem um efeito de "sucesso" ou "avanço" encerrado em si mesmo, que não precisa necessariamente passar pela efetiva realização de ações descritas em seu conteúdo. Reforçam a existência de uma "população" e funcionam como instrumento de pressão e visibilidade. Mesmo que seja para cobrar o que foi prometido e nunca efetivado.

De volta ao conteúdo dos documentos, percorro-os de modo a colocar o seu teor "programático" em perspectiva, através das propostas e ações que enunciam. Aqui cabe uma pequena

---

[103] O informe pode ser encontrado no anexo C4. A cobrança para que o governo federal convocasse a "1ª Conferência Nacional de Cidadania GLBT, com a ampla participação da sociedade civil" já havia sido uma das propostas aprovadas no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros Adamor Guedes, realizado de 8 a 11 de novembro de 2005 em Brasília. E o Programa de Governo LULA 2007-2010, apresentava três ações referentes a "Cidadania LGBT", entre elas "incentivar a participação, realizando I Conferencia Nacional de Políticas para GLBT". As outras eram: "Desenvolver e aprofundar as ações de combate à discriminação e promoção da cidadania GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), nos marcos do programa Brasil Sem Homofobia, que será ampliado e fortalecido" e "Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à diversidade sexual, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social". (Lula Presidente - Programa de Governo 2007-2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_governo.pdf , acesso em janeiro de 2013).

[104] O Texto-Base da conferência nacional é o documento pré-elaborado, em geral pela comissão organizadora da reunião, que orienta o enfoque que o evento terá como base. Texto-base da I Conferência Nacional LGBT. Secretaria de Direitos Humanos. Presidência da República. Apresentação do Secretário de Direitos Humanos Paulo Vanucchi.

nota introdutória sobre o vocabulário mobilizado e os termos frequentes nesses "papéis". Adorno (2010) destaca o "universo léxico" em torno do qual as "ações programáticas" do PNDH gravitam: "apoiar, fomentar, criar (mecanismos), aperfeiçoar, estimular, assegurar e garantir, articular e integrar, propor, elaborar, definir, ampliar, expandir, avançar, incentivar, fortalecer, erradicar, promover, adotar (medidas), desenvolver, produzir (informações, pesquisas), instituir (código de conduta), incluir, implementar" (:13). São esses os verbos que em geral projetam a realização plena de direitos humanos e podemos ainda localizar algumas outras expressões recorrentes, como "enfrentamento", "tranversalização", "sensibilização", "intersetorialidade", "avanços" ou "retrocessos", entre outros quase lugares-comuns desse tipo de construção política que visa formalizar ou institucionalizar determinadas demandas por direitos[105].

Seria quase possível abstrair uma formulação padrão de propostas ou ações que vai se desenvolvendo ao longo do tempo. Algo de acordo com os seguintes parâmetros: "Apoiar/incentivar/estimular a implantação/promoção/incentivo de _____, no âmbito _____, levando em consideração as dimensões de _____", onde esta última lacuna pode ser preenchida por orientação sexual, gênero, raça ou geração, por exemplo. Como em algumas das propostas contidas no PNDH3:

> - Estabelecer diretrizes curriculares para todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica para a inclusão da temática de educação e cultura em Direitos Humanos, promovendo o reconhecimento e o respeito das diversidades de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geracional, étnico-racial, religiosa, com educação igualitária, não discriminatória e democrática;
>
> - Estimular programas de atenção integral à saúde das mulheres, considerando suas especificidades étnico-raciais, geracionais, regionais, de orientação sexual, de pessoa com deficiência, priorizando as moradoras do campo, da floresta e em situação de rua;

Podemos dizer que esses termos compõem o vocabulário algo padronizado que precisa ser compartilhado entre aqueles que compreendem/dominam a morfologia dessas políticas de Estado.

[105] Felipe Fernandes (2011), ainda que não desenvolva sua argumentação nesse sentido, nota certo vocabulário recorrente presente nas políticas que analisa. Pensando nos termos "recorte" e "transversalizar", chama a atenção para a utilização do "recorte de gênero" como forma de operacionalizar a "transversalização" da temática nas políticas de governo.

2.2 – "Ampliando o elenco": as proposições e os sujeitos ao longo do tempo

A progressiva "ampliação do elenco de direitos humanos" é outro destaque da análise de Adorno (2010) ao cotejar as três versões do Programa Nacional de Direitos Humanos. Vejamos o quanto dessa ampliação reflete os interesses desta pesquisa.

Como já mencionado acima, no PNDH I (1996), de um total de 238 propostas distribuídas entre 19 subtemas, pela primeira vez "homossexuais" aparecem em uma menção que os arrola entre outros sujeitos "em situação mais vulnerável"[106] e em outra menção relacionada que propõe regulação legislativa proibindo todo tipo de discriminação "com base em origem, raça, etnia, sexo, idade credo religioso, convicção política ou *orientação sexual*".

Na segunda versão do programa (PNDH II, 2002) o total de propostas aumentou para 518, arroladas através de 29 subtemas. Dentro do subtema *"*Garantia do Direito à Liberdade, Opinião e Expressão", o item "Orientação Sexual" apresenta cinco propostas, o subtema "Crianças e Adolescentes", traz uma que versa sobre a garantia de tratamento não-discriminatório de pleiteantes à adoção, onde especifica-se "gênero, raça e orientação sexual". No subtema específico: "Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais – GLTTB", aparecem 10 propostas e mais uma proposta no subtema "HIV/AIDS". Temos então entre a menção a sujeitos específicos "GLTTB", sigla utilizada na época, ou à "orientação sexual", um conjunto de 17 propostas. Constam do documento: a proposição de legislação contra a discriminação por orientação sexual e a regulamentação de "parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo"; o incentivo à produção de levantamentos de dados demográficos sobre "GLTTB" e também de pesquisas sobre violência e discriminação motivadas por orientação sexual; a promoção de campanhas e um conjunto de ações destinada a formar e/ou "capacitar" sobre "o tema da livre orientação sexual e da cidadania dos GLTTB" ou sobre "violência contra GLTTB", voltadas para profissionais da educação, operadores do direito, agentes da segurança pública, profissionais da saúde e da comunicação; "estimular" a realização de "políticas pú-

[106] Como na proposta de ação "5. Apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem-terra e *homossexuais*." (PNDHI)

blicas para a promoção social e econômica da comunidade GLTTB"; e especificamente para "transexuais", o apoio "a lei de redesignação de sexo e mudança de registro civil"[107].

No PNDH 3, a estrutura de apresentação das propostas é diferente das duas edições anteriores. O programa foi organizado em torno de seis "eixos orientadores" contendo 25 "diretrizes", 82 "objetivos estratégicos" e 521 "ações programáticas". Dentre os "eixos orientadores" três deles fazem referência direta ou indireta à "LGBT", distribuídos entre seis "objetivos estratégicos", compondo mais de 20 "ações programáticas". Inclui-se aí o "objetivo estratégico - Garantia do direito à livre orientação sexual e identidade de gênero", alocado no "Eixo Orientador III: Universalizar direitos em contexto de desigualdade", sob a "Diretriz 10: Garantia da igualdade na diversidade", reunindo um conjunto de 8 "ações programáticas". Além de compor um 'objetivo estratégico' específico, o tema ainda aparece pontualmente em outras ações inseridas em diferentes "Eixos" do Programa. Por exemplo, no Eixo IV, que trata de estratégias de segurança pública, uma das ações propostas é: "Elaborar diretrizes para as políticas de prevenção à violência com o objetivo de assegurar o reconhecimento das diferenças geracionais, de gênero, étnico-racial e de orientação sexual". Já no "Eixo 5 – Educação e Cultura em Direitos Humanos", duas ações chamam a atenção pelo esmero em arrolar "especificidades" e "grupos historicamente vulnerabilizados":

> • Estabelecer diretrizes curriculares para todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica para a inclusão da temática de educação e cultura em Direitos Humanos, promovendo o reconhecimento e o respeito das *diversidades de gênero, orientação sexual, identidade de gênero*, geracional, étnico-racial, religiosa, com educação igualitária, não discriminatória e democrática. (Diretriz 19, Objetivo estratégico I. ação a). PNDH3, 2010: 155)
>
> • Promover campanhas e pesquisas sobre a história dos movimentos de grupos historicamente vulnerabilizados, tais como o *segmento LGBT*, movimentos de mulheres, quebradeiras de coco, castanheiras, ciganos, entre outros. (diretriz 20. obj.estratégico II, ação a. PNDH3, 2010: 161)

Desse modo é perceptível que na terceira versão do Programa os "LGBT" aparecem como uma "população" com um maior número de ações direcionadas do que nas versões anteriores, assim como é notável que "orientação sexual e identidade gênero" aparecem imis-

[107] No anexo da publicação Brasil [PNDH3] (2010) encontram-se reproduzidos a íntegra dos textos do PNDHI e do PNDHII.

cuídas entre ações voltadas para outros sujeitos merecedores de atenção especial. Como na "ação programática" abaixo, que trata de "saúde das mulheres":

> Estimular programas de atenção integral à saúde das mulheres, considerando suas especificidades étnico-raciais, geracionais, regionais, de orientação sexual, de pessoa com deficiência, priorizando as moradoras do campo, da floresta e em situação de rua. (Diretriz 7; Objetivo Estratégico IV; PNDH3: 2010:60)

Ou em outra ação alocada sob diretriz que trata da proteção de "direitos de crianças e adolescente com mais vulnerabilidade":

> Exigir em todos os projetos financiados pelo Governo Federal a adoção de estratégias de não discriminação de crianças e adolescentes em razão de classe, raça, etnia, crença, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, prática de ato infracional e origem. (Diretriz 8; Obj. Estratégico III; PNDH3, 2010: 80)

O interessante de olhar para as três versões do Programa Nacional de Direitos Humanos é que por serem documentos abrangentes e com o pretenso foco no conjunto da "população brasileira", permitem uma apreciação no tempo. É possível localizar o momento em que "populações específicas" são incorporadas ou 'transmutadas'. Por exemplo, o termo "terceira idade" aparece no PNDH I e desaparece nas duas versões posteriores do programa. Já o termo "quilombola" só aparece a partir do PNDH II. E os "portadores de deficiência" são transmutados em "pessoas com deficiência" a partir do PNDH 3.

Ainda nessa versão do Programa, entre os movimentos e grupos que "demandam políticas de inclusão social", figuram: "adolescentes, mulheres, pessoas idosas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas com deficiência, povos indígenas, populações negras e quilombolas, ciganos, ribeirinhos, varzanteiros, pescadores, entre outros". E as políticas precisam ser efetivadas para "valorizar a diversidade presente na população brasileira para [...] sempre sob o foco dos Direitos Humanos, [...] assegurar o respeito às diferenças e o combate às desigualdades, para o efetivo acesso aos direitos". As identidades 'L', 'G', 'B' e 'T', reunidas sob uma mesma "população" ou significadas no composto "identidade de gênero e orientação sexual", surgem definitivamente assimiladas como objeto de um "recorte" merecedor de especial atenção para a consolidação do "Estado Democrático" projetado:

> A formação e a educação continuada em Direitos Humanos, com recortes de gênero, relações étnico-raciais e de orientação sexual, em todo o serviço público, especialmente entre os agentes do sistema de Justiça e segurança pública, são fundamentais para consolidar o Estado Democrático e a proteção do direito à vida e à dignidade, garantindo tratamento igual a todas as pessoas e o funcionamento de sistemas de Justiça que promovam os Direitos Humanos.

A alteração dos termos ao longo do tempo, a definição de áreas de incidência e a multiplicação de ações e propostas, e outras concepções sobre "populações" ou "direitos", interseções ou "transversalidades" podem ser perscrutadas à medida que percorremos os documentos. Com as diferentes versões do PNDH fica clara a progressiva incorporação de diferentes sujeitos de direitos, aludindo à retórica de um modelo de Nação democrática, e que preza a diversidade, que se quer construir ou "consolidar". Performaticamente, esses documentos podem ser lidos como parte de um processo contínuo de "formação de Estado", conforme Elias (2006)[108].

Entre o PNDH2 e o PNDH3, temos um programa e um plano específico: o Brasil Sem Homofobia, de 2004, no qual constam 60 ações, e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBT, de 2009, com 180 ações. Este último, como dito, é a condensação do resultado de uma conferência, cujo relatório final listou 569 resoluções. Nos documentos produzidos particularmente para a "população LGBT", podemos perscrutar a marcação das "especificidades" desses sujeitos já específicos. Ou seja, a enunciação de diferenciações internas ao coletivo forjado.

2.3 – Dança das letrinhas e especificidades de sujeitos já específicos

Uma rápida mirada sobre as discussões e propostas presentes no documento de 2004, Brasil Sem Homofobia e no formato da *Conferência Nacional*, realizada em 2008, indica algumas mudanças significativas. A primeira é a multiplicação de classificações identitárias e sua conversão em siglas consideradas suficientemente abrangentes e ao mesmo tempo específicas para a tentativa de criação de uma identidade coletiva. Algu-

[108] Nesse ponto, cabe chamar a atenção para a dimensão *performática* como referida nos desenvolvimentos de Peirano (2002), que por sua vez retoma o trabalho de Austin (1962): "palavras são atos e podem ser referenciais - como nosso senso comum pressupõe - , mas também fazer coisas por meio de seu próprio pronunciamento. Desse ângulo, Austin recorta atos performativos, que são aqueles nos quais a enunciação já constitui sua realização: 'Eu prometo' é um exemplo. Trata-se de expressão que não apenas exprime algo no presente ou no futuro, mas é um compromisso, uma ação, com uma força intrínseca que o autor chama de 'ilocucionária'" (:10). Essa dimensão já havia sido também trabalhada por Butler (1997), como apontado na introdução desta tese.

mas páginas atrás vimos o uso da sigla GLTTB em 2002, dois anos depois no *Brasil Sem Homofobia*, a sigla utilizada foi GLTB, já a I Conferência foi convocada como GLBT. Além da alteração da ordem das letras, o "T" não mais designa Transgêneros, mas Travestis e Transexuais. Após plenária realizada na conferência de Brasília em 2008 aparece outra inversão e o "L" é trazido para frente com a justificativa de dar mais visibilidade para as lésbicas, resultando então no conjunto de letras utilizado predominantemente até esse momento: LGBT.

Alguns trabalhos, como Câmara (2002), Facchini (2005), Carrara & Vianna (2007), Carrara & Simões (2007), Simões e Facchini (2009), indicam os processos de identificação e diferenciação que envolvem a produção da identidade coletiva do que se convencionava chamar de *movimento homossexual brasileiro*. Algumas hipóteses correlacionadas podem ser arroladas para a explicação desses processos: a busca pelo estabelecimento de identidades mais substancializadas, intensificada pela necessidade de percorrer e manejar um arsenal de reivindicações cada vez mais adequado às gramáticas e retóricas do campo político; pode também ser resultado de uma série de fatores relacionados ao formato dos grupos e à busca e disputa por recursos financeiros que exigem a determinação de "público-alvo" específico; bem como podemos pensar que são fruto de disputas internas ao próprio movimento[109].

Além disso, é fácil notar como os usos de conceitos como os de "identidade sexual", "identidade de gênero" e "orientação sexual" se alternam e são arranjados de forma diferente na construção de conteúdos e propostas. É significativo, nesse sentido, pensar que o primeiro painel da I Conferência Nacional, como já mencionado, foi*: "*Introdução à Orientação Se-

[109] Golin (2004) se apresenta como "militante" de uma parte do "movimento homossexual brasileiro" de certa forma dissidente do que ganhou maior notoriedade nos últimos anos e coloca-se de modo contrário a muitas bandeiras consideradas como "do movimento homossexual brasileiro" como se tal existisse como uma unidade consensuada. Sua fala apresenta uma série de questões que são deixadas numa zona de sombra, uma vez que se pretende constituir um grupo coeso que possa ser beneficiado por políticas governamentais especificamente direcionadas: "A gente fica pensando: o que a gente quer com um grupo, como uma ONG que se pretende trabalhar com os direitos humanos de gays, lésbicas, travestis, transexuais? Eu vou usar essas palavras e acho que daria uma grande discussão só essa questão de identidade político sexual e esses termos que a gente utiliza para ser reconhecido. Não concordamos com nenhum deles, acho todos limitados, uma limitação total [...] é um equívoco pensar que uma identidade sexual possa se transformar em uma identidade política. O que existe são práticas sexuais, são pessoas que sentem atração por pessoas do mesmo sexo." (: 233 - 237).

xual e Identidade de Gênero" e buscava conformar qual o sentido que seria dado a cada um desses conceitos ao longo da Conferência[110].

Dos documentos mais abrangentes percorridos, é somente a partir dos que foram produzidos para e pela conferência de 2008 que a homossexualidade deixa de ser o termo mais englobante utilizado para dar lugar a duas expressões conjugadas: "orientação sexual e identidade de gênero". Essa mudança ocorre por conta da reivindicação de travestis e transexuais que não estariam contempladas pela homossexualidade, uma vez que o que definiria as suas identidades não estaria necessariamente relacionado à orientação sexual, mas aos atributos de gênero incorporados e experenciados[111]. Antes da assunção da "identidade de gênero" como uma categoria-chave para o engendramento de proposições específicas, "gênero" já aparecia em todos os documentos mas subsumido ao que se refere exclusivamente à mulheres. Podemos dizer então que as reivindicações de travestis e transexuais contribuíram para ampliar os sentidos de "gênero" enquanto categoria para a implementação de políticas.

A partir do PNDH3 (2009) os "homossexuais" somem, dando lugar à "comunidade LGBT", "população LGBT", "segmento LGBT" e/ou "direitos LGBT" em planos e programas de governo. Em vários momentos dos textos as propostas não identificam um grupo de pessoas, mas se referem apenas à "orientação sexual e identidade de gênero". O termo "orientação sexual" já era utilizado desde o PNDH I, mas a expressão "identidade de gênero" só foi incorporada no PNDH3. Já os termos "casais homoafetivos" e "diversidades de gênero" aparecem pela primeira vez no PNDH3, em uma "ação programática" que trata de garantia à adoção e outra que versa sobre educação, respectivamente.

---

[110] Trecho da apresentação transcrita do painel de abertura da Conferência GLBT, "Introdução à orientação sexual e identidade de gênero": "E aí, o que é identidade de gênero? [...] A diferença de eu falar identidades de gênero, significa que cada pessoa, a partir da sua sexualidade, pode construir a maneira como ela se vê e como ela se comporta. Isso é identidade de gênero; é como eu me sinto, é como eu me comporto e sou visto pelas outras pessoas. [...] Ninguém pode determinar a orientação sexual de ninguém. Só a pessoa pode dizer se é ela é homo, se ela é hetero ou se ela é bissexual, que são as possibilidades que nós temos em relação a orientação sexual, o que faz com que a gente perceba uma coisa interessante, que é o fato de uma transexual ser heterossexual, por que? Porque ela se sente mulher e ela se sente atraída pela identidade masculina." (Brasil, 2008).

[111] A discussão sobre a emergência da "identidade de gênero" politicamente resignificada nesse campo retorna no capítulo 4.

Pelo relatório da I Conferência Nacional (2008), vemos como as propostas foram divididas em subtemas: *Direitos Humanos, Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública, Cultura e Turismo, Trabalho, Emprego e Previdência Social, Cidades, Comunicação e Esportes, Igualdade Racial e Mulheres*. Os "temas transversais" envolvidos foram: *idosos, pessoas com deficiência física, infância, adolescência e juventude e legislativo*. Nas propostas discutidas, *gênero*, *raça*, *etnicidade* e *geração* apareciam como uma coleção de variáveis que não poderiam deixar de ser citadas, apesar de por vezes alguma delas ser deixada de fora. Dois exemplos de propostas que tentam dar conta das diversas "especificidades" e "temas transversais" no eixo "Direitos Humanos":

> Assegurar a inserção da defesa dos direitos humanos da população GLBT na luta dos demais grupos historicamente estigmatizados em função de sua origem geográfica, etnia, raça, condição física, idade;
>
> Produzir e sistematizar dados e indicadores relativos à realidade e a diversidade da população negra, indígena, cigana e ribeirinha GLBT com ênfase nas mulheres, travestis e transexuais negras;[112]

Em relação ao documento de 2004, *Brasil Sem Homofobia,* no qual existem seções específicas para "juventude" e "mulheres" e "racismo e homofobia" aparecem juntos em uma seção à parte, percebemos que progressivamente outras populações reconhecidas como objeto de políticas especiais ou como sujeitos de *direitos* já reconhecidos pelo governo brasileiro começam a aparecer de maneira muito mais marcante. Esse é o caso de "idosos" e "pessoas com deficiência", assim como a dimensão de enfrentamento da discriminação racial ganha mais ênfase gradativamente. Na introdução do Plano Nacional LGBT de 2009, temos os "recortes" que devem ser considerados em todas as suas ações:

> Garantir os recortes de gênero, orientação sexual, raça/etnia, origem social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária, situação migratória, especificidades regionais, particularidades da pessoa com deficiência, é uma preocupação que perpassa todo o Plano e será levada em conta na implementação de todas as suas ações. (na introdução, página 9)

---

[112] Relatório Consolidado das Conferências Estaduais de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008.

Nas diretrizes do Plano podemos localizar como são priorizados os "recortes" que procuram dar conta das "especificidades", alguns exemplos:

> Diretriz 5.11. Adoção de estratégias diferenciadas para grupos em situação de risco social e para grupos com histórico de estigma social: *recorte étnico-racial* da política LGBT
>
> Diretriz 5.20. Proteção da universalidade, integralidade e acessibilidade na atenção básica à *pessoa idosa LGBT*;
>
> Diretriz 5.34. Inserção da temática LGBT nos meios e veículos de comunicação pública para promover a visibilidade dos direitos humanos e da cultura da(o)s cidadã(o)s LGBT, com uso de uma linguagem sem cunho discriminatório, que respeite as *identidades de gênero, orientação sexual, raça e etnia, religião, ideologia, jovens, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência*;

O Plano segue dois "eixos estratégicos"[113] que se desdobram em um conjunto de propostas e ações. Estas, por sua vez, são apresentadas indicando a área de "competência", ou os ministérios que seriam responsáveis por sua efetivação. Outra preocupação indicada no Plano é o orçamento, além da área da administração governamental a que caberia cada proposta, também há indicação de um prazo classificado como "curto", para execuções que deveriam ser previstas no orçamento de 2009 ou "médio", para o orçamento de 2010-2011.

A preocupação com o orçamento foi um ponto que ganhou progressivamente mais espaço durante o período em que desenvolvi a pesquisa de campo e passou a ser central nas discussões, geralmente acompanhada de alguma variação da máxima: "não há política sem orçamento".

Em 2011, para a 2ª Conferência LGBT, o orçamento ganhou um grupo de trabalho específico para a formulação de diretrizes[114]. Além disso, no relatório final dessa conferência vemos como a estrutura do documento foi organizada de maneira mais próxima às áreas da

---

[113] "Eixo Estratégico I – Promoção e socialização do conhecimento; formação de atores; defesa e proteção dos direitos; sensibilização e mobilização; Eixo Estratégico II – Formulação e promoção da cooperação federativa; Articulação e fortalecimento de redes sociais; articulação com outros poderes; cooperação internacional; gestão da implantação sistêmica da política para LGBT" (Brasil, 2009: 20).

[114] Os anais da 2ª Conferência LGBT, de 2011 apresentam as diretrizes aprovadas ordenadas pelos seguintes eixos: Educação; Enfrentamento ao Sexismo e ao Machismo; Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial; Poder Legislativo e Direitos da População LGBT; Saúde; Políticas de Juventude e de Recorte Intergeracional; Sistema de Justiça, Segurança Pública e Combate à Violência; Direitos Humanos e Participação Social; Trabalho, Geração de Renda e Previdência Social; Cultura; Turismo; Desenvolvimento Social e Combate à Miséria; Comunicação Social; Pacto Federativo e Articulação Orçamentária; Esporte.

administração governamental. As propostas deixaram de tratar de ações e propostas específicas e passaram a tratar de "diretrizes" mais abrangentes. É claramente perceptível o esforço de investir em formulações mais exequíveis e adequadas aos formatos administrativos estabelecidos - ou a adequação a determinados modos de "fazer-se Estado". Nas diretrizes destacadas abaixo, sob os seus respectivos "eixos", é notável um outro efeito relativo ao tempo: na diretriz de Saúde, por exemplo, temos a menção de uma política que já foi uma pauta de reivindicação na primeira conferência, a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT.

> **Enfrentamento ao sexismo e ao machismo**
> Diretriz 2 - Intersetorialidade das políticas públicas LGBT e demais políticas de governo para combate ao machismo, sexismo, racismo, lesbofobia, bifobia, transfobia e homofobia, em todas as esferas de governo; transversalizando as questões de gênero, raça e etnia, orientação sexual, expressão e identidade de gênero, geracional, mulheres, travestis e transexuais, pessoas com deficiência, povos indígenas e comunidades tradicionais (p.113)
>
> **Enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial**
> Diretriz 1 - Garantia aos povos indígenas e comunidades tradicionais dos direitos ao território, à diversidade religiosa e cultural, considerando a dimensão étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e de expressões e identidade de gênero, respeitando suas formas de organização familiar.
>
> **Saúde**
> [Considerando] a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, publicada por meio da Portaria MS nº 2.836, de 01 de dezembro de 2011, considera a orientação sexual e a identidade de gênero como determinantes sociais e culturais da saúde e destaca a importância de se levar em conta as desfavoráveis condições de saúde de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) agravadas pelo preconceito e discriminação existentes ainda na sociedade. [...] É uma política transversal, com gestão e execução compartilhadas entre as três esferas de governo, que deverá atuar articulada às demais políticas do Ministério da Saúde.
>
> Diretriz 1 - Garantia de acesso universal, integral e equânime, com qualidade à saúde integral para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no âmbito do SUS público estatal e de qualidade, considerando o recorte étnico/ racial, geracional e de gênero para as ações de promoção, prevenção, tratamento com ênfase para as ações no campo da resposta às DST/ HIV/AIDS e Hepatites Virais, HPV, processo transexualizador, saúde lésbica e cuidado dos agravos decorrentes da discriminação e preconceito.
>
> **Política de juventude e de recorte intergeracional**
> Diretriz 4 - Garantia das demandas e direitos da população LGBT na Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), com qualificação profissional, emprego, geração de renda, pautado no empreendedorismo da juventude e economia solidária, uso do nome social nos ambientes de trabalho em todos os setores, inclusão dessa população nos programas do governo (como Projovem, Prouni, Pronatec, Ciência sem Fronteiras) com foco nas pessoas trans, respeitando questões de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, étnicas, de cor/raça e juventude do campo, pessoas com deficiência, classe, região, grupos historicamente vulneráveis no que tange à qualificação e inserção no mercado de trabalho.

Desenvolvimento social e combate à miséria
Diretriz 1 - Garantir o reconhecimento e a inclusão de novas configurações familiares no CAD Único da Assistência Social, com a criação dos campos: orientação sexual, identidade de gênero e o nome social para que a população LGBT tenha acesso aos programas que utilizam os dados do CAD Único como base.

Pacto federativo e articulação orçamentária
Diretriz 4 - Criar e efetivar um plano estratégico pactuando com todos os entes federados com previsão orçamentária, monitoramento e avaliação, sendo seus resultados divulgados durante a 3ª Conferências Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT. Essas ações serão articuladas por uma Comissão Intersetorial Nacional de Gestoras e Gestores estaduais e municipais que atuem em políticas da diversidade sexual e cidadania LGBT.

Direitos Humanos e Participação Social
Diretriz 5 - Garantia da plena cidadania da população LGBT, mediante: aprovação da criminalização da homofobia, lesbofobia, bifobia e da transfobia nas mesmas bases da Lei de Racismo; reconhecimento do casamento civil igualitário para as pessoas LGBT; inclusão de questões antidiscriminatórias em certames públicos, que combatam a discriminação em geral, em especial aquela por orientação sexual e por identidade de gênero; fomentar a criação, implantação e efetividade de órgãos estaduais e municipais que atuem em políticas para diversidade sexual e cidadania LGBT, bem como de centros de referência em direitos humanos de prevenção e combate à homofobia, atentos às especificidades da população LGBT e considerando os recortes étnico-racial, de gênero, classe, deficiência e região; efetivação da laicidade do Estado, não permitindo que decisões governamentais sejam influenciadas por qualquer religião.

Nos trechos selecionados podemos notar a continuidade do esforço em apontar o "recorte" das "especificidades"[115]. Ao mesmo tempo, algumas diretrizes procuram imiscuir a atenção para "orientação sexual e identidade de gênero" ou "população LGBT" em outras políticas consolidadas, como nas diretrizes reproduzidas acima para os eixos de "Políticas para a juventude..." e "Desenvolvimento social...".

As pequenas alterações percebidas nos documentos produzidos entre 2004 e 2011 nos falam sobre as dinâmicas de um campo em constante movimentação, mas são sobretudo uma expressão do aprendizado ou adequação a determinados formatos esperados ou tidos como mais eficazes. Demonstram a incorporação de uma certa - e correta - linguagem não só no sentido morfológico e conotativo, mas também em termos da utilização de um deter-

[115] Ainda sobre as "especificidades", durante o trabalho de campo pude observar a realização de eventos particularmente a elas dedicados, como um encontro de "LGBT moradores de favela", a formação da "Rede de Negros e Negras LGBT", um encontro de "surdos LGBT" e em abril de 2013 noticiou-se a realização do primeiro encontro de "Travestis e Transexuais Negras da Região Nordeste". Alguns desses eventos aparecerão mais adiante na tese.

minado vocabulário, compreendendo termos como 'intersetorialidade', 'transversalização', 'pacto federativo' etc.

Por fim, outro aspecto interessante desses tipos de planos e programas é o fato de explicitarem uma espécie de Estado em múltiplos níveis. Volto aos "Princípios" do Plano Nacional LGBT, de 2009, para ilustrar esse ponto:

> Um Estado democrático de direito não pode aceitar práticas sociais e institucionais que criminalizam, estigmatizam e marginalizam as pessoas por motivo de sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero. Diante disto, *o Estado assume a responsabilidade de implementar políticas públicas que tenham como foco a população LGB*T, a consolidação da orientação sexual e identidade de gênero, com vistas a romper com essa lógica injusta. *A atuação do Estado, especialmente por meio da formulação e implementação de políticas, interfere na vida* das pessoas, ao determinar, reproduzir ou alterar as relações de gênero, raça e etnia e o exercício da sexualidade. *O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT tem como compromisso e desafio interferir nas ações do Estado*, de forma a promover a cidadania, com respeito às diversidades (: 11).

Essas disposições expõem uma concepção particular de Estado que em um nível intervém e "interfere na vidas pessoas" através de políticas de gênero e sexualidade e o Plano seria uma maneira de incidir sobre essa mesma "interferência" através de um outro nível de atuação. Logo, um Plano de Estado que "assume a responsabilidade de implementar políticas" e "interferir", ou talvez corrigir, a atuação do próprio Estado.

2.4 – "Direito a ter direitos": uma linguagem de acesso a "cidadania"

O objetivo desta primeira parte foi versar sobre a delegação e a crença no Estado, considerando que a delegação envolve tanto produzir representantes legitimados para uma determinada coletividade ou "população", quanto delegar ao Estado a responsabilidade de resolução das questões expostas por tais coletividades. Desse modo, pretendeu-se expor algo da relação produtiva e mutuamente dependente entre "Estado" e "sociedade civil" - concebidos enquanto entidades apartadas -, e sobre a institucionalização de demandas e a produção de sujeitos. Através das conferências e dos documentos, selecionados entre 1996 e 2011, procurou-se uma maneira de contextualizar as dinâmicas que produzem o Estado (e uma imagem determinada e desejada de Estado) ao mesmo tempo em que fabricam as populações possíveis ou desejadas para o *efeito de Estado* que se pretende atingir.

Olhando para um outro plano, o percurso aqui delineado para a "política LGBT" segue um determinado roteiro de gestão governamental que se fia no envolvimento de organizações não-governamentais, entre outros atores da chamada "sociedade civil", para a discussão de políticas. Esse formato de operação acontece desde o início dos anos 1990 e parece ganhar ainda mais ênfase na lógica de realização de conferências e consultas a "sociedade civil organizada" na última década. Nas Conferências *LGBT,* e em outras convocadas nesse período, subjaz a lógica de operação do conceito de "participação democrática"[116].

A criação de "espaços de participação", através dos quais a "sociedade civil" deve cumprir o papel de "monitorar" e "avaliar" as políticas governamentais, seria um tipo de interação pretendida, tido como garantia de promoção do desenvolvimento da democracia e da diversidade em uma sociedade igualitária[117]. Essa retórica traz embutida uma imagem de Estado-Nação inserida em determinada ordem internacional de direitos democráticos e de outra parte oferece munição para que movimentos sociais e outros atores "civis" apontem para a democracia sempre inconclusa, que promete mas não efetiva canais de participação ou não garante o exercício pleno de direitos. O Plano Nacional LGBT expõe essa concepção do estado de democracia incompleta, o texto que trata dos "princípios" do documento diz:

> "O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT parte da certeza de que um maior acesso e participação social nos espaços de poder é um instrumento essencial para democratizar o Estado e a sociedade. Dessa forma, é uma estratégia de longo alcance, no

---

[116] Um exemplo nesse sentido é "Portal da Transparência" da Presidência da República, "iniciativa inédita do governo brasileiro" criado para garantir "que cada cidadão passe a ser um fiscal da correta aplicação dos recursos públicos, sobretudo no que diz respeito as ações destinadas à sua comunidade". A página esclarece: "A participação contínua da sociedade na gestão pública é um direito assegurado pela Constituição Federal, permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos. Assim, o cidadão tem o direito não só de escolher, de quatro em quatro anos, seus representantes, mas também de acompanhar de perto, durante todo o mandato, como esse poder delegado está sendo exercido, supervisionando e avaliando a tomada das decisões administrativas" http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/ (último acesso em março de 2013).

[117] No campo das políticas voltadas para o combate ao HIV/AIDS, essa perspectiva foi claramente incorporada através dos acordos de empréstimo junto ao Banco Mundial, que garantiram o financiamento de ações capitaneadas pelo PN DST/AIDS desde 1994. A negociação desses acordos trazia certas recomendações, ou "oferta de idéias", (*Mattos* et al., 2001) de como gestar políticas de enfrentamento e a participação da "sociedade civil organizada" era um dos componentes de suma importância (Moutinho et al. 2005). Em outro sentido, mais especificamente sobre a retórica propagada a respeito da sexualidade pelo Banco Mundial e sua influência para uma visão conservadora na arena das políticas relacionadas aos direitos sexuais, ver Camargo Jr. & Mattos (2007).

> sentido de democratização do Estado, sendo de responsabilidade do conjunto de governo, e não de uma área específica" (Brasil: 2009:12)[118].

Pirez & Vaz (2012), em levantamento intitulado "Participação social como método de governo?", realizado no âmbito do Ipea[119], debruçam-se sobre o que chamam de "interfaces sociestatais" em programas do governo federal. O estudo se dedica à mapear ações que vão desde "a participação social em fóruns coletivos e deliberativos, como os conselhos e conferencias nacionais, às formas mais restritas e individualizadas de contato, como ouvidorias, serviços de atendimento ao cidadão etc". Os autores indagam sobre a relação entre "tipos de política" e "tipos de interface" e encontram diferentes modos de institucionalidade para o tratamento de determinadas áreas. O tipo de interface propiciada pelos formatos de "conselhos e conferências" estão associados a políticas e programas da área de "promoção e proteção social", enquanto "consultas públicas, audiências e reuniões com grupos de interesse" estariam mais associadas à temas de "desenvolvimento econômico e infraestrutura". A análise empreendida cobre o período 2002-2010 e os autores argumentam que nos últimos anos teria emergido no Brasil algo que chamam de "uma ecologia da participação social, em que diferentes interfaces viabilizam o contato entre Estado e sociedade em diferentes políticas públicas para o cumprimento de diferentes objetivos e papéis" (:53).

Dagnino (2004) discute os desafios para um "projeto político democratizante" no Brasil e afirma que a década de 1990 foi marcada por uma inflexão "nas relações entre o Estado e os setores da sociedade civil comprometidos com o projeto participativo democratizante, onde estes últimos substituem o confronto aberto da década anterior por uma aposta na possibilidade de uma atuação conjunta com o Estado" (: 99). Em sua abordagem, as noções de

---

[118] Para considerações sobre o estudo de políticas públicas a partir do ângulo da antropologia, com ênfase nas dinâmicas que relacionam políticas governamentais e processos de formação de Estado, ver Souza Lima & Castro (2008).

[119] Das publicações mais recentes do Ipea consta a seguinte autodefinição: "Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (ipea) "fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais - possibilitando a formulação de inúmeras políticas e programas de desenvolvimento brasileiro - e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos".

"sociedade civil, participação e cidadania" aparecem como centrais nas disputas que se desenvolvem em torno desse projeto.

A autora explora a noção de "nova cidadania ou cidadania ampliada" para tratar da emergência de novos direitos, mobilizando três elementos basilares. O primeiro seria justamente essa concepção de direito que "não se limita a provisões legais, ao acesso a direitos definidos previamente ou à efetiva implementação de direitos formais abstratos": o "direito a ter direitos". O segundo elemento dessa "nova cidadania" pressupõe "sujeitos sociais ativos (agentes políticos)" que definem quais são os seus direitos e lutam para o seu reconhecimento. Correlato aos dois primeiros, o terceiro elemento aponta para uma ruptura com a perspectiva de inclusão em um "sistema político já dado". Ao invés disto, o que estaria em jogo seria justamente galgar o direito de participar da invenção ou definição desse sistema. Ainda de acordo com a autora, tal projeto democrático, que se desenrola em disputa com outros, desde a Constituição de 1988, implicaria numa "reforma moral e intelectual" envolvendo a aprendizagem e a constituição de novos tipos de relações sociais dadas através de "sujeitos sociais ativos" (Dagnino, 2004: 104-105) [120].

É a partir dessas novas configurações que emergem novos sujeitos políticos. Carrara & Vianna (2008) abordam as particularidades do período de redemocratização no Brasil a partir do final dos anos 1970 e a sua relação com os sujeitos políticos que se constituíram em torno de questões relacionadas a gênero e sexualidade. Os autores discutem a Constituição de 1988 como um "marco fundamental a partir do qual a sexualidade e a reprodução se instituíram como campo legítimo de exercício de direitos no Brasil" (: 335), apesar da tentativa de inclusão de "orientação sexual" no artigo que trata da proibição de discriminação com base em "origem, raça, sexo, cor e idade" não ter logrado[121]. Os autores destacam as "políticas de corte identitário" que ganharam terreno progressivamente pós-constituição, processo correlato a "reelaboração do Direitos Humanos no século XX, [que] tem seu lugar no texto de 1988

[120] Há um vasto e consolidado campo de estudos que vem se dedicando a analisar o projeto democrático brasileiro. Para algumas desses investimentos ver: Tatagiba (2002), Jaccoud (2005), Teixeira (2005), Feltran (2007), entre outros.

[121] A tentativa de inclusão de "orientação sexual" no texto constitucional foi liderada pelo Grupo Triangulo Rosa do Rio de Janeiro, para uma análise desse processo e da conjuntura que envolvia o então chamado Movimento Homossexual Brasileiro, ver Câmara (2002), Facchini (2005) e Simões & Facchini (2009).

em diversos momentos, indicando a necessidade de se reconhecer a qualidade diferenciada dos problemas que atingem 'segmentos' diversos (mulheres, crianças, povos indígenas etc)" (: 353). Portanto, tal disposição seria reflexo de uma certa concepção internacional a respeito dos Direitos Humanos e teria como desdobramento uma determinada maneira de articulação política que relega "aos 'sujeitos' o lugar principal nesse jogo" (:353).

Tais análises oferecem elementos reflexivos que remetem ao surgimento ou ao acionamento de uma determinada "linguagem dos direitos", um vocabulário compartilhado, eivado de implicações específicas e que alimenta o campo que produz sujeitos para determinados direitos e vice-versa. Dizendo de outro modo, o "direito a ter direitos" trata não apenas de buscar a garantia de mecanismos formais de direitos, mas passa também pelo acionamento de uma linguagem específica que tem por uma das suas funções produzir os sujeitos socialmente legitimados a exercer os direitos dispostos por tais mecanismos.

Vianna (2013) destaca a "ação social dos 'direitos' - seja como normativas legais, como tradições administrativas ou como forma de construção e posicionamento de sujeitos morais e políticos" - ao mesmo tempo em que aponta para a sua "dimensão processual e dinâmica". A autora propõe que a pluralidade de sentidos que circunda os "direitos" deve ser encarada justamente por sua produtividade, conferida pela "heterogeneidade e variabilidade morfológica" dessa arena de discursos. Em sua reflexão, desenvolvida através da realização e do acompanhamento de diferentes campos etnográficos de pesquisas que lidam com distintos aparatos e agentes que compõem a trama do Estado, aborda alguns pontos nodais extremamente fecundos para a tarefa reflexiva de descortinar tais dinâmicas institucionais. Por ora destaco apenas um deles, aquele que, em diálogo com as formulações de Abrams (1988) e Mitchell (2006), a autora chama de "Dentro e fora do Estado":

> O "dentro" e o "fora" do Estado, como expus, não se referem a localizações ou estatutos precisos, mas a possibilidades de nomeação, qualificação, aliança e oposição entre atores diversos. O acionamento de determinadas estratégias argumentativas é fundamental para que se produza, em níveis e contextos variados, a credibilidade dos atores sociais como estando comprometidos ao 'fazer direito' que pleiteiam, tenha esse 'fazer direito' a forma de denúncia, reivindicação, protesto ou projeto (:21).

A análise de Vianna enfatiza as interações cotidianas, a tensão positiva que pode ser encontrada entre "as práticas ou materialidades criticadas por diferentes atores sociais e essa

espécie de 'centro nunca plenamente atingido, mas também nunca totalmente desacreditado do Estado ou da lei como 'deveriam ser'" (:18).

Instrumentalizando tais conceitualizações, na próxima parte dedico-me a discutir algumas das principais tensões e disputas envolvidas na produção dos sujeitos específicos "LGBT". Poderíamos dizer que a linguagem operada nessas tensões e disputas, é uma linguagem sobretudo moral, que pretende estabelecer como social e institucionalmente inaceitáveis a "homofobia" ou a discriminação por *orientação sexual e/ou identidade de gênero*.

Parte II

Sujeitos em processo e argumentos em circulação

Nesta segunda parte, através de situações e falas registradas em caderno de campo entre 2008 e 2011 e outros materiais acumulados durante a pesquisa, procuro indicar alguns dos principais conflitos e disputas envolvidos no processo de forjar uma população específica como sujeitos de direitos. Os eventos selecionados para observação reuniam, em geral, atores e elementos do ativismo, do governo e das universidades e tinham o formato de reuniões, encontros, atos públicos, como caminhadas e marchas, seminários e congressos[122]. Os capítulos a seguir são compostos por subtítulos que representam enunciados recorrentes em falas presenciadas durante esse tipo de atividade, tais expressões integram um conjunto de frases de efeito ou - "atos de fala" (Austin, 1962) - que, pela repetição, performam e reúnem significados que condensam algumas da estratégias argumentativas da luta por direitos.

Nos próximos capítulos percorro retóricas e estratégias políticas de visibilidade e mobilização. Volto-me para algumas das argumentações veiculadas, favoráveis e contrárias, a respeito da afirmação dessa população específica e procuro descortinar alguns dos efeitos pedagógicos dessas articulações, entre os próprios "sujeitos LGBT" e suas reverberações para fora do campo. Como se constituem as identidades eficazes como aglutinadoras de demandas? Quais as operações que tornam as identidades eficazes nesses termos? Quais são os principais argumentos utilizados para a proposição de políticas públicas governamentais e por quais caminhos as demandas são feitas?

[122] A lista dos principais eventos observados se encontra na tabela do anexo B.

Capítulo 3 – Estratégias de Visibilidade e tentativas de regulação

Cena 4 – Dia dezessete de maio de dois mil e dez

Brasília. Esplanada dos Ministérios. Saindo do metrô localizado na rodoviária, vejo pequenos grupos de pessoas caminhando. Usam camisetas com frases de protesto, outros vestem preto, alguns carregam bandeiras e faixas. Andamos para a mesma direção, a Catedral de Brasília, local escolhido para a concentração da 1ª Marcha Nacional pela Cidadania LGBT e Contra a Homofobia. Já na concentração, um carro de som aguarda a reunião de manifestantes para dar início à caminhada, que seguiria até o gramado localizado em frente ao Congresso Nacional. Quando do início da Marcha, um conjunto de travestis e transexuais, algumas com longos vestidos pretos, como num luto de gala, se posiciona atrás de uma grande faixa, também preta e pintada com letras brancas: "De Luto pela Transfobia, e você???".

A convocação para a Marcha Nacional Contra a Homofobia foi feita pela ABGLT, um encarte distribuído durante o evento esclarecia: "será a primeira vez que a militância LGBT brasileira estará em uma grande manifestação política para denunciarmos os descasos frente à efetivação da nossa cidadania e exigirmos que nossas reivindicações históricas sejam imediatamente atendidas" (grifo meu)[123]. Os e-mails que circularam durante o período de convocação enfatizavam o seu caráter eminentemente político, buscando se distanciar do caráter mais festivo presente no tom das Paradas do Orgulho. Em algumas mensagens chegou-se a sugerir que todos os participantes deveriam estar vestidos de preto, para propositalmente contrastar com o colorida e purpurinada estética presente nas Paradas que se realizam por todo o Brasil.

[123] Encarte distribuído durante os eventos intitulado "Jornal da I Marcha Nacional contra a Homofobia", executado por um conjunto de ONGs e associações e contou com o apoio do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo.

> De fato a 1ª Marcha não teve carros de som entoando músicas festivas ou personagens "fantasiados". Muito material impresso foi distribuído, muitas bandeiras, faixas e camisetas de diferentes organizações de todo o Brasil. O carro de som serviu basicamente para discursos e palavras de ordem. Desde o início do percurso até a chegada ao gramado do Congresso, mais de 20 parlamentares proferiram discursos de apoio a "causa LGBT" desde o alto do carro de som. Ainda durante o percurso, foi anunciado que o presidente Lula oficializaria por decreto o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia[124]. Segundo organizadores, a mobilização reuniu cerca de 3 mil pessoas, ônibus foram fretados de todos os estados do Brasil para levar a militância para a Marcha.

3.1 – "Contra a homofobia a nossa luta é todo dia": os eventos-ato e os apelos de legitimidade e solidariedade

A I Marcha Nacional Contra a Homofobia foi antecedida por outros eventos organizados em Brasília em função da comemoração do 17 de maio, Dia Internacional de Combate a Homofobia. Estive presente no "Seminário UNB Fora do Armário: Rumo a 1ª Marcha Nacional LGBT" e na Câmara dos Deputados onde teve lugar o "VII Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Congresso Nacional. Direitos Humanos de LGBT: cenários e perspectivas"[125].

De uma maneira geral, os dois seminários percorreram pontos mais ou menos semelhantes, sendo que o seminário da UnB procurou trabalhar a articulação da temática junto aos movimentos estudantis/universitários e de juventude e o realizado na Câmara dos deputados priorizou a abordagem dos temas dentro do poder legislativo e do judiciário. Ambos ressal-

---

[124] A data remete ao dia em que a homossexualidade foi retirada da lista de doenças da Organização Mundial da Saúde, em 1990. O Decreto Presidencial foi publicado no Diário Oficial da União no mês seguinte, no dia 07 de junho de 2010.

[125] O primeiro evento, sediado na Universidade de Brasília, foi organizado em parceria pela Juventude da ABGLT, pela UNE e pelo DCE UnB. O seminário da Câmara dos Deputados foi organizado em parceria entre a Comissão de Legislação Participativa, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Educação e Cultura.

taram os avanços representados pelo Programa Brasil Sem Homofobia, pela I Conferência Nacional LGBT e pelo Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBT.

Detenho-me no relato do Seminário realizado no Congresso Nacional por considerá-lo representativo das discussões predominantes naquele período entre Conferências. O evento foi composto por uma longa mesa de abertura que precedeu duas outras. A primeira mesa teve como tema: Análise da Situação dos Direitos Humanos das Pessoas LGBT no Brasil, e a segunda: União Estável, Estado Laico e Fundamentalismo Religioso. Destaco a seguir algumas das falas presenciadas no evento[126].

Na mesa de abertura, Eduardo Barbosa, representando o Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais falou sobre o lançamento da campanha "Sou Travesti", com os objetivos de:

> promover a prevenção das DST/HIV/Aids e também das hepatites virais; promover a inserção das travestis, com uma imagem positiva, no contexto da sociedade; e, por último, combater a violência e a exclusão a que as travestis ainda são submetidas.

Foi destacado por ele o fato da campanha ter sido elaborada em colaboração com travestis de vários estados do Brasil e de a prevenção estar relacionada a "questões de direitos humanos e promoção da igualdade". O palestrante exemplificou a relação com a sua trajetória pessoal: "[...] se na minha vida pessoal eu tivesse podido modificar algumas coisas da clandestinidade do viver a homossexualidade, possivelmente, hoje, eu não seria soropositivo para o HIV". Por fim, Eduardo Barbosa ressaltou que travestis significam um grande desafio para o Departamento de DST/Aids pois "ainda continuam sendo uma das populações que mais sofrem com a violência e a exclusão.

Em seguida, a palavra foi concedida a Fernanda Benvenutty, uma importante liderança travesti, integrante da ANTRA - Articulação Nacional de Travesti e Transexuais, que começou dizendo:

> Tirando um pouco o foco dessa discussão, apenas para mostrar uma outra realidade das travestis e transexuais de todo o Brasil, informo que, nos últimos 40 dias, mais de 20 travestis foram assassinadas no Brasil. Esse pode parecer um número pequeno, mas

[126] Reproduzo as falas a partir de notas feitas em caderno de campo e também da publicação do seminário, disponibilizada pela Câmara dos Deputados. (Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara 2011. disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5984, último acesso em janeiro de 2013).

> não é. Em cerca de 20 anos, 3.268 homossexuais foram assassinados em todo o Brasil. Desse número 27% eram travestis. Nos últimos 40 dias, mais de 20 travestis foram assassinadas[127].

Durante a exposição foram projetadas fotos do corpo de uma travesti assassinada dias antes. Fernanda não fez nenhum comentário a respeito da campanha de prevenção exibida antes da sua apresentação e, por fim, pediu palmas para saudar as companheiras assassinadas. Ao que a plateia reagiu não só com palmas, mas entoando: "não, não, não à discriminação. Atrás do silicone também bate um coração".

O próximo a falar foi Pedro Chequer, coordenador no Brasil do Programa conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids. O mais interessante em sua fala foi o destaque ao Brasil como um "país de contradições" que "tem uma agenda bastante avançada", uma vez que nenhum outro lugar do mundo teve uma conferência LGBT convocada pela presidência. Entretanto, trazendo dados produzidos pela ILGA - International Lesbian, Gay, Bissexual, Trans and Intersex Association, Chequer lembrou que, "entre os países que registram crimes homofóbicos, o Brasil é o campeão" seguido, de longe, por México e Estados Unidos. Como "pano de fundo" dessa situação o expositor mencionou "o fato de determinados grupos [religiosos] construírem uma agenda na qual a homossexualidade e a diversidade de orientação sexual são consideradas pecado e abominação com certeza estimula a existência do crime homofóbico, do crime de ódio, levando à construção de uma agenda adversa".

Ainda na continuação dos trabalhos de abertura do Seminário, o próximo a falar foi Toni Reis, então presidente da ABGLT. Toni Reis mencionou a Marcha que seria realizada no dia seguinte:

---

[127] Apesar de não ter feito essa menção durante a apresentação, o dados citados tem origem nos levantamentos do Grupo Gay da Bahia (GGB), computados através de assassinatos veiculados pela mídia (Mott & Cerqueira, 2001). Para uma análise a respeito dos assassinatos de gays e travestis veiculados na imprensa carioca, ver Lacerda (2006). Atualmente existe um blog na internet, inspirado nos relatórios do GGB e chamado "Quem a HOMOTRANSFOBIA matou hoje?". Nesse sítio são reproduzidas, quase que diariamente, notícias de assassinatos cometidos em todo Brasil. O critério para a republicação das notícias no blog é a compreensão de seus moderadores de que se trata de um crime relacionado à orientação sexual ou à identidade de gênero da vítima. A notícias são utilizadas para organizar planilhas com os dados disponíveis sobre os envolvidos nos crimes e essa contabilização é divulgada anualmente (http://homofobiamata.wordpress.com , último acesso em janeiro de 2014).

> Amanhã, vamos ter a primeira marcha LGBT do Brasil. Vai ser um divisor de águas no nosso movimento. Temos hoje duzentas paradas LGBT - é a comemoração e a festa da cidadania -, mas amanhã queremos uma marcha política de envolvimento.

Durante a sua fala, ainda destacou que o manifesto produzido para a Marcha coletou assinatura de 535 organizações e movimentos sociais e teve a adesão de alguns partidos políticos: PT, PSDB, PSOL e PPS. Sobre o antagonismo religioso, Toni Reis declarou:

> Eu solicitei agora a palavra para dizer: Xô, homofobia do Congresso Nacional; xô, homofobia deste Congresso! Nós queremos que a Constituição Federal seja cumprida. É isso que nós queremos, pessoal. Nós não queremos privilégio nenhum, nós não queremos destruir a família de ninguém. Nós queremos construir a nossa família e da nossa forma. Queremos respeito, pessoal. E queremos respeitar todos os religiosos, sejam evangélicos, sejam católicos. Mas nós não podemos admitir o fundamentalismo neste País.

A fala da então vice-presidente da ABGLT, Keila Simpson, também procurou destacar os valores de esforço e "comprometimento" que se buscava atrelar à realização da 1ª Marcha:

> A ABGLT está extremamente feliz com o chamado que as afiliadas receberam para essa mobilização aqui em Brasília. As caravanas, que passaram 12, 36, 48 horas viajando, estão alojadas no Parque da Cidade. Essas pessoas, que estão dormindo mal, só mostram o comprometimento que têm com a causa. São caravanas de todos os Estados do Brasil. Há ainda delegações vindo pela estrada, para chegar aqui hoje, dormir no Parque da Cidade, e amanhã estar conosco na marcha nacional. Isso só demonstra o comprometimento que têm com essa nossa rede nacional que é a ABGLT.

O último a ser chamado a ser pronunciar na abertura do evento, "em reconhecimento a todas as entidades dos movimentos sociais organizados que se associam a essa luta", foi Augusto Chagas, então presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE. Para ele, a realização da Marcha marcaria "um momento de maturidade do movimento, de convicção que só a luta muda a vida e de que nós precisamos lutar para conquistar as transformações que são tão necessárias ao nosso país". O convidado associou a superação do preconceito com características intrínsecas ao "povo brasileiro":

> Algumas pessoas, Toni, dizem que no Brasil o preconceito não existe. Vemos muito esse discurso quando se trata de preconceito racial, por exemplo. Isso não é verdade. Existe muito preconceito no Brasil, e nós vamos precisar lutar muito ainda para derrotar essas ideias. Mas eu tenho a impressão também, e essa é uma característica positiva, que o povo brasileiro é tolerante. Essa característica é natural porque vem da miscigenação.

A escolha de fazer uma relato mais alongado destes eventos está baseada nas características e encadeamentos comuns a muitos dos que observei durante a pesquisa de campo. O formato de abertura, a sequencia da apresentação de expositores, o tipo de retórica articulada por seus participantes e o tipo de interpelação acionada, conformam certos aspectos, quase que roteirizados, que observei reiteradas vezes no decorrer da investigação. Isso inclui os argumentos, os fatos históricos, os dados e os jargões políticos enunciados. Alguns deles até aqui foram: a "luta" contínua e o esforço de comprometimento do movimento LGBT, a denúncia da violência e dos assassinatos, o horizonte internacional de garantia de direitos e, como continuaremos a ver, a linguagem dos direitos humanos e o posicionamento do Brasil nessa cena.

A primeira mesa de debates do seminário teve como tema: "Direitos Humanos LGBT no Brasil". A preleção da coordenadora da mesa, deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS), destacou o contraste entre o crescimento econômico, a geração de empregos e a não diminuição do preconceito:

> O Brasil está melhorando muito, e nós precisamos mostrar que desenvolvimento de verdade é desenvolvimento com respeito aos direitos humanos, à diversidade. Precisamos mostrar que este País é rico porque cresce sua economia, mas é mais rico ainda porque é um continente diverso, de homens, mulheres, lésbicas, *gays*, travestis, negros, brancos; é um Brasil enorme em diversidade.

O primeiro convidado a falar foi Pedro Chequer[128]. O expositor comentou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, considerou que a época de sua discussão "não se poderia imaginar que deveria estar registrado explicitamente o respeito à diversidade sexual, à orientação sexual", mas que o princípio da equidade embutido na Declaração o garantiria. Independentemente de "raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política de qualquer natureza, origem nacional, social e riqueza, nascimento ou *qualquer outra condição*".

O convidado teceu um panorama de disposições internacionais que incluem o direito a livre orientação sexual e o respeito a identidade de gênero no rol de direitos humanos fundamentais e destacou o fato da ABGLT ter alcançado o status consultivo no Conselho Econômico e Social (Ecosoc) da ONU: "do ponto de vista que envolve o Estado nacional, o Brasil,

[128] Coordenador no Brasil do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids.

temos a primeira organização dos países do sul a obter esse status". Pedro Chequer ainda apresentou a campanha da Unaids "Igual a você", contra a violação de direitos humanos e desigualdades[129] e discorreu sobre o modo como o preconceito e a discriminação podem estar relacionados à infecção pelo HIV/Aids:

> A homofobia e a transfobia geram negação, medo, estigma, discriminação, dificuldade de acesso à informação, acesso reduzido a insumos de prevenção, menor acessibilidade a testagem e a aconselhamento, diagnóstico tardio da infecção pelo HIV, início tardio do tratamento e redução da sobrevida.
>
> A Unaids considera fundamental a perspectiva de lutar pelos direitos humanos da população LGBT e implantar efetivamente ações que visem o acesso dessa população à informação, ao diagnóstico e ao tratamento do HIV.

A convidada seguinte foi a então subprocuradora-Geral da República, Deborah Duprat, que destacou a mudança de paradigma que a Constituição de 1988 significou para o Direito:

> Tenho uma atuação de muitos anos na área de índios e outras minorias étnicas. O fundamento acaba sendo o mesmo para todas essas questões de diversidade. O nosso Direito passou, com a Constituição de 1988, por uma transição, de uma sociedade hegemônica para uma sociedade plural, sem que as políticas e as leis pré-constitucionais ou infraconstitucionais tivessem seguido essa alteração.

A subprocuradora se disse surpresa com os dados de mortalidade de gays, lésbicas e travestis ali apresentados e com o fato de não existir "até hoje" uma lei definindo "como crime hediondo a homofobia". Segundo a expositora, a partir de 1988 os que estavam "nas bordas da sociedade foram incluídos" na letra constitucional. Entretanto o Legislativo estaria

---

[129] "A campanha chama a atenção para o preconceito que estudantes, gays, lésbicas, pessoas vivendo com HIV, população negra, profissionais do sexo, refugiados, transexuais e travestis e usuários de drogas vivenciam todos os dias no Brasil. O preconceito se manifesta por meio de atitudes e práticas discriminatórias, tais como humilhações, agressões e acusações injustas pelo simples fato de as pessoas fazerem parte de um grupo social específico". (http://www.unaids.org.br/campanhas/igual_voce.asp último acesso em 18 /01/2013)

se omitindo da função de editar leis que deem significado a este novo paradigma e assim também se omitindo "da sua função pedagógica de mostrar" essa mudança para sociedade[130].

A deputada Fátima Bezerra (PT - RN), que falou em seguida, também mencionou o caráter pedagógico e didático que ações do legislativo poderiam tomar ao se referir a um projeto de lei de sua autoria que visava instituir o Dia Nacional de Combate à Homofobia. O projeto passou em uma comissão e depois ficou "trancado", e por isso foi necessário recorrer ao "executivo", para que o Presidente Lula instituísse o Dia por decreto. A deputada reforçou a leitura de que o Congresso Nacional seria "hostil" e fechado a pautas ligadas à "cidadania da comunidade LGBT".

Por sua vez, Leo Mendes, outro expositor e então secretário de finanças da ABGLT, incumbiu a si próprio uma preleção didática, onde explicou o uso correto de alguns termos, tal qual consensuado pelo "movimento". Começando por "opção sexual", o expositor ensinou que "não há como hoje ser gay, amanhã ser bissexual e depois de amanhã ser heterossexual [...] pode até ser que alguém tenha essa opção [...] mas a grande maioria, se não a totalidade dos que estão no movimento, sabe que nós não temos essa opção [...]. As pessoas tem orientação sexual". Em seguida, falou sobre o termo "homossexualismo", explicando que a OMS retirou o conceito do rol de doenças em 1990, logo "o que existe é a homossexualidade, que é tão natural quanto a heterossexualidade". E mais:

> São três orientações: hetero, bi e homo. Identidades de gêneros: travestis e transexuais. Quando estivermos falando de orientações, estaremos falando das três e, quando estivermos falando de identidade, estaremos falando das travestis e transexuais.
> E utilizamos o artigo feminino 'a' porque as travestis são maioria, e elas são femininas.

Leo Mendes mencionou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Conjunta da ONU sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero aprovada pelos países da América em 2008, discutiu a laicidade do Estado Brasileiro e destacou

---

[130] Na Procuradoria-Geral da República, Deborah Duprat foi a responsável por dar entrada na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 4275 - que trata do direito de transexuais trocarem o prenome e o sexo no registro civil, independente de cirurgia de transgenitalização, e também na ADI 4277, que foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal junto com a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 132, impetrada pelo governador do estado do Rio de Janeiro Sergio Cabral. O julgamento resultou favorável ao reconhecimento das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar em 05 de maio de 2011.

artigos e trechos da Constituição Federal que, por extensão, deveriam proteger "LGBTs". Por fim, o expositor declarou que o "Executivo está agindo", citando como exemplos o Programa Brasil Sem Homofobia e o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos. "O Judiciário" foi mencionado como instância bastante atuante, com decisões favoráveis em relação a questões como união estável, direito à herança e adoção por pessoas do mesmo sexo. E o "Legislativo" continuou sendo apontado como espaço onde "há uma verdadeira ditadura de meia-dúzia de fundamentalistas que se dizem religiosos e nos impedem de conquistar direitos civis".

A próxima convidada foi Tathiane Araújo, então Secretária de Direitos Humanos da ABGLT e Secretária de Articulação Política da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). A convidada anunciou que iria falar sobre "como os direitos humanos no Brasil precisam avançar, principalmente no que diz respeito a violência", e apresentou dados do Grupo Gay da Bahia de assassinatos motivados por homofobia. Enfatizando os números relativos à morte de travestis, justificou:

> A nossa população é mais vulnerável e merece uma atenção especial porque nos ceifaram o direito à família. Quando a família não nos compreende, nos expulsa de casa. Em contrapartida, não temos direito de ser travesti ou transexual dentro de uma escola, então tiram um segundo seio de formação para a vida, que é a escola. E só nos sobra a esquina da rua, que é perversa. O mesmo que paga à noite o programa com a gente recrimina de dia, não dá emprego, não dá oportunidade e, diante disso, somos os mais vulneráveis.

Além dos dados, a exposição contou também com a projeção de imagens de pessoas espancadas e assassinadas. E a convidada se juntou àqueles que apontavam para os fundamentalistas e para "pastores" que tratam a homossexualidade como doença e a associam com pedofilia.

Em seguida, a então representante da Coordenação LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Mitchelle Meira, comentou sobre o Programa Brasil Sem Homofobia, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e algumas ações do PNDH3, destacando algumas das controvérsias relacionadas as "questões LGBT" contidas nesse último. A partir de um levantamento realizado pelo governo, a coordenadora apresentou algumas das críticas que teriam sido direcionadas ao Programa no que tange a "questão LGBT": garantir o direito de uma população historica-

mente discriminada seria "incentivo à homossexualidade", a união entre pessoas do mesmo sexo seria "contra a vontade de Deus" e poria em risco "a sobrevivência da espécie". A expositora ressaltou que apesar das reações contrárias, o texto foi mantido na íntegra: "não recuamos um item sequer sobre os direitos LGBT. Esse é um instrumento de participação social, de legitimidade".

Para finalmente fechar a primeira mesa, o deputado Iran Barbosa (PT-SE) foi chamado a se pronunciar. O deputado usou seus antecedentes como participante do movimento social sindical para dar uma espécie de conselho para o público presente:

> Quero chamar a atenção para outro aspecto. [...] Se é verdade que precisamos insistir na formulação de legislação que contemple a luta LGBT, é verdade que não podemos arrefecer em momento algum. Há outras trincheiras em que temos que atuar. [...] a lei é o marco, mas não é a única garantia. [...] É preciso criar um sentimento além da lei.

O deputado ficou impressionado com os dados sobre violência divulgados, "são alarmantes!" e traçou um paralelo com o reconhecimento dos homossexuais como vítimas do nazismo:

> Fico a me perguntar se, de fato, às vezes a identidade, o reconhecimento, a expressão forte de algo como foi o nazismo e o Holocausto na Europa facilita mais o reconhecimento da barbárie, do cometimento de crime do que a pseudodemocracia que vivemos aqui no Brasil. Os dados apresentados mostram que precisamos fazer um movimento para que se reconheça que as populações de LGBT, no Brasil, são vítimas de uma violência direcionada.

E concluiu dizendo que para "enfrentar a violência diária e cotidiana" é preciso que se produzam dados mais específicos sobre a situação.

A segunda mesa do evento tratou de "união estável, estado laico e fundamentalismo religioso". Naquele momento havia atenção sobre um projeto em tramitação que propõe alterar o art.1727 do Código Civil ,que trata da união estável "entre homem e mulher". Um dos proponentes desse projeto foi o deputado José Genoíno (PT-SP) e foi dele a primeira fala da mesa. O deputado recorreu à filosofia e citou autores como Bauman para discutir a relação entre Estado e religião e defender a laicidade do Estado do brasileiro.

Outro convidado foi o pastor da Igreja Prebisteriana do Brasil, Marcos Alves da Silva, que se valeu de argumentos que caminharam pela interpretação de premissas jurídicas e filosóficas para também tratar da relação entre religião, Estado e homofobia.

> O Estado Democrático de Direito, que encontra seu desenho jurídico na Constituição de 1988, não é um dado, não está pronto como que por declaração do Constituinte. O Estado Democrático de Direito se faz à medida em que a Constituição, em sua dimensão prospectiva, concretiza-se historicamente na dialética entre os embates das diversas forças organizadas da sociedade civil. A reflexão que proponho sobre o fundamentalismo religioso e a intolerância no Estado Democrático de Direito tem como partida essas premissas e os princípios constitucionais que asseguram a democracia não apenas como limitação ao poder estatal em face das liberdades individuais. O Estado Democrático de Direito somente será efetivo se o princípio da democracia tiver reverberação também nas relações interprivadas.

Jean Wyllys, naquele momento apresentado como professor e jornalista[131], iniciou dizendo que sua formação é na área de estudos culturais e que sua atuação profissional há muito anos percorria as áreas de "direitos humanos e questões sociais". O futuro deputado fez uma explanação sobre mitos como narrativas organizadoras de culturas e explicativas da constituição de sujeitos enquanto tais e discorreu sobre a pluralidade das "homossexualidades". Disse não ser por acaso que as letras que representam o coletivo aumentam, "confundindo aqueles que querem nos aprisionar em estereótipos definitivos", pois a "identidade homossexual" seria "múltipla", "em aberto", "sem essência". Apesar dessa "não-identidade", Jean Wyllys localizou onde estaria a experiência comum que permite a formação de um "coletivo":

> As injúrias de que somos vítimas [...] nos constituem como um coletivo que preexiste e nos une mesmo que alguns homossexuais não queiram ou recusem ou dele [coletivo] não tenham consciência.

Para Jean W. essa injuria teria como fundo a "mitologia judaico-cristã" que culpabiliza e aponta a homossexualidade como pecado, anormalidade e antinatural. Os produtores desse tipo de mito e, portanto, produtores de significados "nefastos e letais", seriam os "fundamentalistas".

A convidada seguinte foi Rosa Oliveira, advogada e pesquisadora, que apresentou alguns resultados da sua pesquisa de doutorado sobre acórdãos judiciais relacionados à uniões entre pessoas do mesmo sexo[132]. E os dois últimos convidados foram integrantes da ABGLT naquele momento, Irina Bacci e Carlos Magno, respectivamente. Ambos saudaram as dele-

[131] Só seria eleito deputado no ano seguinte, 2011.

[132] Ver: Oliveira (2009)

gações de vários estados presentes, Irina destacou a "invisibilidade" de mulheres lésbicas e bissexuais até mesmo no cômputo de casos de assassinatos:

> Não é que somos menos assassinadas porque somos mais aceitas, mas porque até para morte somos invisíveis, até para os dados não aparecemos. Isso é muito importante e muito difícil de dizer, porque até quando morremos não somos lembradas. Esses fatos, essa raiz da invisibilidade das mulheres, especialmente de nós lésbicas e mulheres bissexuais, vem do sexismo, do machismo.

Irina Bacci apontou a importância do PLC 122 e do Projeto de Lei de União Estável para a provocação de "debates públicos pela conquista da cidadania plena LGBT". E lembrou a lei Maria da Penha como um "marco político", pois, disse ela: "é nesta lei que temos a nossa cidadania citada e lembrada pela primeira vez, ainda que seja pelo dever de manter um relacionamento saudável"[133]. Por fim, a convidada questionou "o modelo de Estado que estamos construindo", marcado pela "fragilidade na garantia do Estado laico", o que interferiria na "construção da cidadania LGBT".

> Se esta Casa queria pressão, como sempre nos rogou Maria do Rosário, Fátima Cleide, estamos aqui, estamos fazendo pressão. Queremos uma resposta desta Casa, com a aprovação dos nossos projetos, do PLC nº122 e do Projeto de Lei de União Estável. Quero perguntar aos nobres Deputados e Deputadas quando vão colocar "a cara a tapa" e dizer se aprovam ou não os nossos projetos?

Já Carlos Magno, relacionou o preconceito contido em "argumentos religiosos, científicos, morais" com a "despolitização" da opressão e da injustiça.

> [P]reconceito social é um dos principais fatores de manutenção das hierarquias e da legitimação da inferioridade. Esse preconceito é muito bem elaborado [...] levando para o campo pessoal, individual e privado uma questão de injustiça: a negação dos direitos dos homossexuais. Qual é a nossa tarefa? Politizar essa injustiça que foi despolitizada. Toda vez que usam o termo homossexual com argumentos de *status* morais, dizem que o homossexual é pecador, que o homossexual é perverso, que o homossexual é promíscuo, que o homossexualismo é pecado. Isso fortalece outra sexualidade que foi construída como norma, que é a heterossexualidade.

[133] O Artigo 2º da Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, define: "Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social".

Para encerrar a sua apresentação, o convidado falou sobre o sentido da Marcha que aconteceria no dia seguinte. Mencionando a visibilidade proporcionada pela enorme quantidade de Paradas do Orgulho que acontecem no Brasil anualmente[134], Carlos Magno disse:

> Temos o título de primeiro lugar de ação e de visibilidade. Mas nós, da ABGLT, chegamos a conclusão de que só visibilidade não é suficiente. Temos de ocupar as ruas para mostrar a este Congresso que somos muitos e merecemos direitos. [...] A sociedade diz que os homossexuais gostam é de parada, de go-go boy, de música eletrônica, de oba-oba e não vêm para a luta "fazer carão". Nós gostamos de tudo isso, mas também somos de luta! Por isso mostramos que mobilizamos todos os Estados deste País! Essa é uma nova forma de criatividade, é uma nova forma de mobilização!

E assim, com convidados de origem, formação e experiências diversas, o seminário oscilou entre apresentar um panorama dos "avanços" com relação aos "direitos LGBT" até aquele momento, localizar e apontar os entraves para a aprovação de leis e denunciar as violências sofridas. O evento foi pontuado pelo registro de "presenças Parlamentares", em todos os intervalos entre as falas, deputados e senadores que passavam pelo auditório tinham a presença anunciada pela mesa e ás vezes tomavam o microfone para declarar o seu "apoio à causa", através de pronunciamentos bastante semelhantes entre si. Além dos já ressaltados, outros aspectos recorrentes: explanações didáticas e teorias explicativas para a homossexualidade e a evocação de experiências comuns que confeririam unidade ao "coletivo".

O caráter repetitivo e de natureza redundante é notado por Maria Claudia Coelho (2009) durante a observação de um encontro de mulheres organizado com o objetivo de reunir "diagnósticos" sobre violência, para os debates da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública[135]. A autora percebe que entre as falas das participantes havia pouca discordância e que em geral repetiam-se sucessivamente:

> Cada participante parecia fazer do microfone o seu bilhete de entrada para um pequeno palanque, repetindo, com mínimas variações, protestos, acusações e demandas já inúmeras vezes mencionadas (:127).

---

[134] Um calendário divulgado no site da ABGLT contabilizava mais de 260 paradas a serem realizadas em todo o Brasil naquele ano de 2009.

[135] O encontro, financiado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, foi realizado em Belém e fazia parte da iniciativa "Mulheres: Diálogos sobre Segurança Pública" (ver Brasil, 2009A).

A antropóloga "confessa" que restando ainda muito encontro pela frente, "já achava tudo extremamente repetitivo e enfadonho" (: 126). No entanto, utiliza o seu incômodo para reorganizar as questões pertinentes a observação que conduzia: "Por que estas mulheres não parecem entediadas?", "O que faz com que elas sustentem o interesse em um debate que, para outros observadores, é extremamente repetitivo quanto ao conteúdo do que está sendo dito?", "O que elas estão fazendo ao repetir?". A análise de Coelho lança hipóteses bastante persuasivas para essas questões. Recorrendo ao trabalho de Bruno Latour e Steve Woolgar (1997) sobre "a produção retórica dos fatos científicos" recupera a argumentação de que "hipóteses tentativas" são transformadas em verdades através do gradativo apagamento do seu lugar de enunciação. Se na repetição o enunciado é sempre o mesmo, o sujeito que o enuncia não e, progressivamente, o enunciado é apropriado como uma afirmação que não necessita ter a sua autoria mencionada.

A explicação que Coelho encontra para esse "gozo repetitivo" resta no ponto de que o que conta não é proferir "novas verdades", mas apropriar-se do que é proferido:

> O sentido último deste aparente discurso da redundância emerge aqui: ao decidir repetir, o sujeito faz algo de novo, em seu duplo sentido: ao fazer algo "de novo" (no sentido de fazer outra vez), ele faz algo "de novo" (no sentido de 'inédito'). E este algo inédito é a instauração de si como sujeito dessa verdade (2009:131).

Admito que a mesma sensação de enfado me ocorreu em algumas ocasiões durante os diversos eventos que acompanhei durante a pesquisa. Mas como depreende Maria Claudia Coelho, a repetição é importante por dar um lugar aos sujeitos da enunciação. Além disso, fazer sempre as mesmas denúncias e reforçar reiteradamente as mesmas faltas, empresta legitimidade e o caráter moral de resistência, não só ao que é enunciado mas a quem enuncia.

Nesse conjunto de eventos ocorridos em Brasília em maio de 2010, "as verdades" enunciadas pelos sujeitos versaram a maior parte do tempo sobre violência e homofobia, sobre a necessidade de leis "pró-LGBT", paralelamente à dificuldade de aprová-las. A maior dificuldade apontada para a aprovação de leis "pró-LGBT", como visto, foi repetida como um mantra por diversos expositores: o "fundamentalismo religioso", particularmente atribuído a evangélicos. Por vezes,"os fundamentalistas" a quem os protestos se dirigiam, naquele momento, foram citados nominalmente, caso dos senadores Magno Malta (PR/ES) e Marcelo Crivella (PRB/RJ).

Um Manifesto divulgado durante os eventos afirmava que vinha sendo enfrentada "a homofobia feroz dos setores conservadores e dos fundamentalistas religiosos", apresentando alguns "resultados" desse fundamentalismo:

> • O assassinato de um LGBT a cada dois dias no Brasil (dados do Grupo Gay da Bahia – GGB) por conta de sua orientação sexual (bi ou homossexual) ou identidade de gênero (travestis ou transexuais);
>
> • O Congresso Nacional não aprova nenhuma lei que garanta a igualdade de direitos entre cidadãos(ãs) Heterossexuais e Homossexuais no Brasil;
>
> • O Supremo Tribunal Federal não julga as Argüições de Descumprimento de Preceitos Fundamentais e Ações Diretas de Inconstitucionalidade que favoreçam a igualdade de direitos de pessoas LGBT no Brasil;
>
> • O Executivo Federal não implementa na sua totalidade o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT;
>
> • Centenas de adolescentes e jovens LGBT são expulsos diariamente de suas casas;
>
> • Milhares de LGBT são demitidos ou perseguidos no trabalho por discriminação sexual;
>
> • Travestis, Transexuais, Gays e Lésbicas abandonam as escolas por falta de uma política de respeito à diversidade sexual nas escolas brasileiras;
>
> • Os orçamentos da união, estados e municípios, nada ou pouco contemplam recursos para ações e políticas públicas LGBT;
>
> • O Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais precisam pactuar e colocar em prática a Política Integral da Saúde LGBT;
>
> • As Secretarias de Justiça, Segurança Pública, Direitos Humanos e Guardas-Municipais não possuem uma política permanente de respeito ao público vulnerável LGBT, agredindo nossa comunidade, não apurando os crimes de homicídios e latrocínios contra LGBT e nem prendendo seguranças particulares que espancam e expulsam LGBT de festas, shoppings, e comércio em geral[136].

A 1ª Marcha, diversas vezes indicada como "um divisor de águas" por seu caráter político "reivindicativo", trazia entre as suas "exigências": a "garantia do Estado laico", o "combate ao fundamentalismo religioso", o "cumprimento do Plano Nacional LGBT em sua totalidade", a "aprovação imediata do PLC 122/2006 (Combate a toda discriminação,

[136] Manifesto divulgado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT por ocasião da 1a Marcha Nacional Contra a Homofobia, em maio de 2010.

incluindo a homofobia)" e decisões favoráveis do judiciário "sobre união estável entre casais homoafetivos, bem como a mudança de nome de pessoas transexuais"[137].

Desde essa primeira edição, em 2010, a Marcha entrou para o repertório de mobilização LGBT, acontecendo sempre em conjunto com um seminário na Câmara dos Deputados, entre outras atividades organizadas na capital federal[138].

Estive presente também na 2ª edição da Marcha, em 2011. Nessa ocasião foi perceptível o aumento de participantes em relação ao ano anterior. Segundo a organização, foram cinco mil pessoas, notei também mais gente "montada" - além das personagens trans de costume - e alguns ambulantes vendendo cerveja. Nada que chegasse a ser comparável com a irreverência das Paradas, mas um tom geral menos exasperadamente contido do que em 2010. O trajeto da caminhada novamente partiu da Catedral, porém foi acrescentado um desvio de percurso até o Supremo Tribunal Federal que naquele ano ganhou um "abraço simbólico". O gesto foi organizado em agradecimento a decisão favorável ao reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, ocorrida no início daquele mesmo mês. O Manifesto divulgado em 2011 trazia novamente as reivindicações por "igualdade de direitos","reconhecimento" e "cidadania plena" e chamava a atenção para "o recrudescimento da violência homofóbica em todas as Unidades da Federação", indicando que "muitos dos agressores não pertencem a grupos de extermínio e envolvidos em crimes de ódio, mas são jovens de classe média, o que demonstra como a homofobia está amplamente difundida em toda a sociedade". Entre as "exigências", quatro pontos que não foram lembrados no manifesto de 2010:

> • Que todos os governos estaduais e municipais instituam : coordenadorias LGBT, Conselhos LGBT e Planos de Combate à Homofobia;
>
> • Que as instituições nacionais ou locais de saúde pública estabeleçam ou fortaleçam regulamentações que retirem dos sistemas de saúde público ou privado as pessoas que pratiquem ou promovam práticas de cura da homossexualidade;
>
> • Que os governos municipais, estaduais e federal acelerem a implementação dos Planos Nacionais de Enfrentamento da AIDS para gays e outros HSH, Travestis, Lésbicas e Transexuais**,** garantindo recursos orçamentários e o necessário controle social na sua execução, promovendo a diminuição da infecção do HIV em nossa comunidade;

[137] idem.

[138] A quarta edição da Marcha Contra a Homofobia aconteceu em Brasília em 15 de maio de 2013, com o tema 'Laicidade, Democracia e Estado'.

- Que sejam tomadas medidas concretas pelas autoridades competentes para diminuir os casos de assassinato e violência contra as pessoas LGBT.

A menção ao "recrudescimento da violência" naquela ocasião, reverberava uma série de casos que ganharam espaço nos jornais a partir do final do ano de 2010. O primeiro a repercutir nacionalmente aconteceu em 14 de novembro de 2010 em São Paulo. Um grupo de jovens que caminhava na Avenida Paulista foi agredido com lâmpadas fluorescentes por um outro grupo de cinco jovens. A motivação do ataque foi compreendida como homofobia[139]. No mesmo dia, após a parada LGBT do Rio de janeiro, um jovem foi baleado por um soldado do exército e a motivação atribuída ao ocorrido também foi homofobia[140]. Essas e outras ocorrências, como a divulgação de uma nota pela Universidade Prebisteriana Mackenzie de São Paulo, com posicionamento contrário ao projeto de lei que visava tornar crime "manifestações contrárias à homossexualidade", foram alardeadas como uma "onda homofóbica"[141]. Como resposta a esses eventos, no dia 21 de novembro de 2010 foram organizados atos públicos de protesto no Rio de Janeiro e em São Paulo[142].

Ainda naquele mês de novembro de 2010, um outro conjunto de eventos ocorreu no espaço de dois dias em Brasília. Foram eles, nessa ordem: o Seminário Escola Sem Homo-

---

[139] "Grupo usou barra de lâmpadas em agressão a jovens na avenida Paulista". Folha de São Paulo, 14/11/2010. (http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/830530-grupo-usou-barra-de-lampadas-em-agressao-a-jovens-na-avenida-paulista.shtml. Ver anexo C5).

[140] "Jovem é baleado após Parada Gay no Rio e acusa militares", Estadão.com.br, 16/11/2010. (http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,jovem-e-baleado-apos-parada-gay-do-rio-e-acusa-militares,640486,0.htm. Ver anexo C6).

[141] Trecho da nota divulgada: "A Igreja Presbiteriana do Brasil manifesta-se contra a aprovação da chamada lei da homofobia, por entender que ensinar e pregar contra a prática do homossexualismo não é homofobia [...]". http://educacao.uol.com.br/noticias/2010/11/16/mackenzie-divulga-nota-contra-lei-da-homofobia-oab-fala-em-postura-da-idade-media.htm. Ver anexo C7.

[142] Através da minha participação na manifestação em São Paulo e das descrições sobre o que ocorreu no Rio de Janeiro circuladas em listas de e-mail, foi interessante notar como a conformação político-partidária das cidades se reflete na organização dos movimentos sociais. A convocação para o ato de São Paulo pedia que "convicções partidárias" fossem deixadas de lado para que estivessem presentes, em conjunto, filiações de diferentes partidos. E de fato, durante o ato na Avenida Paulista, eu registrei no caderno de campo representantes ativistas do PSTU, PSOL, PT, CUT e da Diversidade Tucana do PSDB, e ainda a participação de dois deputados do PSOL. Em manifestações do mesmo tipo no Rio de Janeiro, a grande maioria dos presentes, ao menos até aquele momento, não ostentava vinculações partidárias e quando isso ocorria existia um predomínio do PT. Outro ponto notado parecia ser uma maior diversidade de iniciativas de organizações políticas em São Paulo, como a presença de movimentos estudantis de mulheres e outras movimentações autodenominadas anarquistas.

fobia, sediado na Câmara dos Deputados, a Entrega do Prêmio Educando para a Diversidade Sexual, também na Câmara, a Audiência *Pública Bullying Homofóbico nas Escolas*, ocorrida no Senado e o *Seminário sobre os Assassinatos de LGBT*, novamente na Câmara dos Deputados. Esses eventos foram realizados a partir de uma parceria da ABGLT com a Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, a Comissão de Legislação Participativa e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. O primeiro seminário foi composto de falas de deputados, representantes do movimento social e do Ministério da Educação.

As discussões nos dois dias giraram em torno do projeto Escola Sem Homofobia - e do material educativo que deveria ser lançado em breve pelo Governo Federal[143] - e da necessidade de aprovação do projeto de lei já muitas vezes aqui mencionado, que propunha criminalizar a discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero (PL 122/2006), justificado através dos números alarmantes e relatos de violência brutal expostos por diferentes expositores. Repetidas vezes foi ressaltada a resistência encontrada para as "questões LGBT" no Congresso Nacional, protagonizada pelos parlamentares "fundamentalistas religiosos".

No primeiro Seminário, ocorrido no dia 22 de novembro de 2010, foram apresentados resultados da Pesquisa Escola Sem Homofobia, um estudo qualitativo conduzido em escolas de ensino fundamental da rede pública em 11 capitais do Brasil[144]. Após a execução do hino nacional, pela cantora Jane di Castro, começaram os pronunciamentos de parlamentares e

---

[143] Sob encomenda do Ministério da Educação, a pesquisa "Escola Sem Homofobia" foi realizada pela *Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual* em parceria com a Pathfinder do Brasil, ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e ECOS - Comunicação em Sexualidade. O levantamento de dados sobre a percepção de alunos e funcionários das escolas sobre "homofobia no ambiente escolar" serviria como subsidio para, entre outras ações, elaborar um material pra trabalhar a "diversidade sexual" em contextos educativos. Mais tarde (em maio do ano seguinte), esse material educativo seria pivô do polêmico veto da Presidente Dilma ao que ficou vulgar e pejorativamente conhecido como "kit gay", mencionado no Capítulo 1 desta tese. Análises detalhadas da agenda "anti-homofobia" na educação podem ser encontradas em Daniliauskas (2011) e Fernandes (2011). Especificamente para a polêmica do que eclodiu em torno do "kit anti-homofobia", ver Vital & Leite Lopes (2013).

[144] Relatório de pesquisa disponível em: http://www.reprolatina.org.br/site/html/atividades/homofobia.asp (último acesso em janeiro de 2013). As notas taquigráficas do seminário realizado na Câmara do Deputados podem ser encontradas em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informacao-e-comunicacao/eventos/direitos-sexuais-e-reprodutivos/audiencia-publica-avaliacao-programas-federais-respeito-diversidade-sexual-nas-escolas/projeto-escola-sem-homofobia/notas-taquigraficas-sobre-o-projeto-escola-sem-homofobia (último acesso em maio de 2013).

membros da ABGLT. O teor das falas ressaltava a importância daquele momento e a relevância da pesquisa ao abordar o tema nas escolas e tratá-lo no campo da educação. Um dos responsáveis pelo projeto explicou o histórico da pesquisa, o contexto de sua realização e alguns resultados. A audiência pública realizada no dia seguinte, no Senado Federal, tratou novamente de alguns dados da pesquisa e contou com outras apresentações que discutiram o papel das escolas e o tema da homofobia na educação de maneira mais ampla.

O último evento dessa série, o seminário "Assassinatos LGBT", foi iniciado com o depoimento de mães que tiveram os filhos vitimados por violência homofóbica[145] e em seguida muitos se pronunciaram, entre representantes do movimento LGBT e parlamentares, ainda na mesa de abertura. Por fim, na mesa principal, os convidados expuseram alguns levantamentos sobre violência e assassinatos. Destaco alguns trechos a seguir.

Referindo-se ao dados apresentados no seminário anterior e aos depoimentos "alarmantes" das mães presentes, ainda na mesa de abertura o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) falou que era preciso "mobilizar a sociedade para que o projeto que criminaliza a homofobia seja aprovado" e comparando-o com a lei que tornou o racismo crime, disse:

> Quero repetir: com certeza, aprovando a criminalização da homofobia, não vamos, num primeiro momento, mudar a cabeça das pessoas, não vamos mudar a sua cultura, mas vamos reduzir, sim, e de maneira muito sensível, a impunidade. Vejam que, antes de termos no Brasil uma lei que criminaliza o preconceito racial, era comum, em delegacias de polícia, em salas de aula, etc., que a pessoa, por ser negra, fosse tratada com desrespeito. Isso continua acontecendo? Com certeza, mas hoje um policial, um delegado, um professor pensa duas vezes.

O deputado não foi o único a fazer essa associação durante o conjunto de eventos que tomou o congresso durante aqueles dias.

Toni Reis, naquele momento presidente da ABGLT, mencionou os "avanços" conquistados, como a realização da Conferência Nacional LGBT e a criação da Coordenação Nacional LGBT. Aproveitou também para, de modo irônico, fazer uma cobrança e enviar um "pedido" para o Presidente Lula, através do diretor do Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da SDH, Erasto Fortes, que havia estado ao microfone pouco antes dele:

---

[145] Detenho-me especificamente nesse ponto na próximo item.

> O que está faltando, Erasto, é só um chamegão do nosso querido amigo Lula ao Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT. Precisamos dessa assinatura. Então, gostaríamos que o senhor levasse... Acho superbonito esse seu brochinho. Significa que o senhor tem acesso ao Presidente. *(Risos.) (Palmas.)* Então, gostaria que o senhor levasse o pedido do Toni Reis, das 237 organizações, da Frente Parlamentar de que queremos estabelecer o Conselho antes que Lula saia. Inclusive, a ABGLT já quer condecorar o Presidente Lula como nosso grande embaixador contra a homofobia no mundo. Hoje, em 75 países é crime ser homossexual; e em sete países ainda existe pena de morte. Então, peço ao Erasto para dar uma articuladinha nesse pedido com a nossa querida Lena [Peres], com o Paulo Vannuchi, para estabelecermos o Conselho Nacional.

Os convidados da mesa principal, tal qual apresentados na ocasião, foram: Cláudio Nascimento, Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro; Osvaldo Francisco Ribas Lobos, coordenador da pesquisa "Crimes Homofóbicos no Brasil: Panorama e Erradicação de Assassinatos e Violência contra LGBT"; Érico Nascimento, urbanista e pesquisador associado ao NUGSEX Diadorim; Luiz Mott, antropólogo e historiador, professor da Universidade Federal da Bahia e fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB).

Nessa mesa foram apresentados levantamentos de violência contra LGBT através de notícias na imprensa, utilizando os dados coletados pelo GGB, complementados por clipagens compradas de jornais de todo o país, enfatizando os números sobre assassinatos. As apresentações expuseram ainda dados particularmente referenciados às cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Após a exposição das pesquisas, foi aberto o debate com o público presente.

Um dos pontos levantados foi o número reduzido de casos de violência contra lésbicas que aparece nos dados reunidos. Um dos expositores declarou que a hipótese para tal não é a de que as lésbicas sofram menos discriminação, mas que "a sexualidade da mulher é tão violentada que, até quando a lésbica sofre uma violência, um assassinato, isso não é registrado [...], não é respeitado nem reconhecido como violência". Na outra ponta desse ranking de violações estão as travestis e transexuais, apontadas como as mais discriminadas e também como vítimas dos crimes letais mais cruéis e em sua grande maioria ocorridos nas ruas. Durante os debates, uma questão considerável foi destacada na fala de uma trans presente:

> [...] no caso de travestis e transexuais, nós acabamos sendo sempre subestimados, porque se é travesti ou transexual o Estado brasileiro ainda se nega reconhecer a identidade de gênero do indivíduo. Se eu sofrer violência, no boletim de ocorrência, lá, vai constar "sexo masculino" [...] Eu não sou homem! As travestis e transexuais do gênero feminino não são

> homens [...]. As minhas companheiras travestis, quando são mortas e são levadas para o IML [...], eles dizem: "Há um homem aqui, morto".

Quase todos os que falaram pediram a aprovação do PLC 122, que propõe a criminalização da homofobia, alguns exemplos:

> Eu acho que há um compromisso do Estado brasileiro. Chega a ser até indigno nós chegarmos a uma Casa de Leis e pedirmos que se cumpra a Constituição, não é? Nós nem precisaríamos do PLC 122 se se cumprisse a Constituição brasileira, reconhecendo-nos como cidadãs de fato, sujeitos de direito. (movimento LGBT)

> Temos o PLC nº 122. Neste momento é importante falar dele. Nós não queremos prender nenhum pastor, não queremos prender padres. Simplesmente queremos uma lei que criminalize atos homofóbicos. Queremos que as pessoas não incentivem a violência; não usem a televisão, os púlpitos para semear ódio e preconceito; não se sirvam da Internet para usar a Bíblia, um livro sagrado — temos aqui, inclusive, pessoas extremamente religiosas —, para incentivar o preconceito e a discriminação. (movimento LGBT)

> Peço aos nossos Deputados e Senadores que entendam que a aprovação do PLC 122 é uma questão de vida para milhões de brasileiros que ainda são tratados como cidadãos de segunda classe. (governo executivo)

O deputado Iran Barbosa (PT-SE), responsável pela coordenação dos trabalhos do seminário, finalizou a sessão dizendo da importância de abrir "as portas da Casa do Povo" para os debates que aconteceram ao longo daquela semana e parabenizou o movimento LGBT do Brasil:

> Não podemos nos silenciar diante desse debate, precisamos apresentar respostas. Não podemos apenas debater, devemos também apresentar respostas: respostas por meio de leis, por meio de investimentos, por meio de posições e por meio de enfrentamento, de luta [...]sabemos que o fato de as portas desta Casa terem sido abertas foi resultado da ação organizada das entidades que representam a classe. O fato de o Brasil hoje ter políticas públicas voltadas especificamente para esse segmento é resultado, sim, de um processo de organização e de luta da própria população. Os direitos são conquistados, eles não são dádivas que caem do céu, são conquistas sociais. Portanto, quero finalizar este seminário parabenizando todos aqueles que militam nesse importante movimento por justiça, por direito, que é o Movimento LGBT do nosso País.

Os convidados do seminário são parlamentares e lideranças do movimento que articulam o discurso da política com depoimentos pessoais sobre experiências de violência e discriminação. As exposições ainda trazem pesquisas e pesquisadores que legitimam a denúncia de desamparo e comprometem-se com a luta contra o preconceito e a discriminação.

Da série de eventos observados ao longo da pesquisa, a razão para destacar os aqui expostos diz respeito ao tipo de mobilização nacional que envolvem. Esses eventos sediados em Brasília pretendem ter impacto direto sobre o poder legislativo e o judiciário e reunir parte da representação nacional do que seria o movimento LGBT, umas vez que as principais figuras do movimento *mainstream* circulam por eles.

Especialmente para o caso dos eventos realizados em Brasília, tendo como espaço o Congresso Nacional e a Esplanada dos Ministérios, colocar pautas "controversas" em discussão produz efeitos pedagógicos em vários sentidos. Além de fomentar a discussão sobre o tema em questão, reverbera a ação de ocupar esse espaço específico, se colocar na "Casa do Povo", tirar a "foto oficial" com a bandeira do arco-íris todo ano, na rampa do Congresso.[146] Há também um ganho de expertise de como se comportar, fazer silêncio durante exposições, como solicitar a palavra em momentos oportunos, como circular em Brasília, conhecer, ter acesso e interpelar parlamentares diretamente. Para uma dinâmica mais interna aos movimentos, os eventos que reúnem ativistas de todo o Brasil propiciam que as pessoas se encontrem, podem ser palco para disputas internas se manifestarem. E os bastidores também funcionam para trocar informações, experiências e articular ações conjuntas. Existe ainda uma pedagogia direcionada aos parlamentares. As falas dos ativistas não apenas fazem denúncias, mas ensinam os termos corretos a serem usados (como reproduzido acima), comunicam ações realizadas em estados e municípios e por vezes informam e sugerem os caminhos que aqueles que querem "apoiar a causa" devem percorrer.

Diversos trabalhos já apontaram as Paradas do Orgulho como estratégia bem sucedida de visibilização massiva[147]. As falas aqui reproduzidas apontam para o acionamento de uma outra estratégia. Com foco na violência, nos assassinatos, parecem querer ressonar um outro tipo de mobilização e também de moralização, tendo em vista a pressão política. São estratégias de afirmação de legitimidade e ganho de solidariedade que buscam outro caminho além da já conhecida irreverência das Paradas.

[146] Ver anexo C35.

[147] Ver: França (2006), Carrara & Simões (2007), Ferreira (2012), entre outros.

Alguns pontos podem ser depreendidos de eventos-ato, como são as marchas contra a homofobia, e outros atos de manifestação pública. Esses eventos concorrem para coletivizar situações que poderiam ser tidas como particulares e individuais[148]. São também eventos que produzem fatos noticiáveis, que carregam consigo uma dimensão espetacularizada. Certa feita, um ativista me explicou que para cada evento planejado era preciso pensar um *lead*[149] para a imprensa, algo noticiável, que crie um fato.

Não estive presente na III Marcha, realizada em 2012, mas pude acompanhar a sua repercussão. O Manifesto divulgado dizia que a "III Marcha é mais um marco histórico", referindo-se ao "abraço no STF", performado pela marcha no ano anterior, e outras "manifestações de luta pelos direitos humanos", afirmava que "as imagens que circularam pelo mundo mostram que no Brasil consolidar a democracia é avançar no processo de inclusão da nossa comunidade". Nesse sentido, o manifesto reiterava o vocabulário de inclusão do Brasil numa determinada ordem democrática internacional, como visto nas três versões do PNDH no capítulo anterior. O manifesto também fazia alusão a outros acontecimentos do ano de 2011, o veto ao kit anti-homofobia nas escolas e os casos de agressão pública já mencionados: "o crescimento da violência homofóbica [...] diversas notícias de agressões físicas nas ruas [...] todo esse quadro é diretamente alimentado pelo discurso homofóbico de fundamentalistas homofóbicos e representantes do setor conservador".

Nos últimos anos, as manifestações do movimento LGBT tem insistido em apontar e, consequentemente, alimentar a imagem do inimigo "fundamentalista religioso". A resistência de políticos religiosos de fato é fortemente organizada. Vital & Leite Lopes (2013) produzem uma interessante análise em que buscam esclarecer algumas das nuanças de como vem se dando a atuação de parlamentares evangélicos em temas que envolvem "direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil". Através de pesquisa de campo, análise de material veiculado pela mídia, entrevistas com parlamentares, lideranças religiosas, en-

[148] Valendo-se do instrumental analítico da antropologia dos rituais Chaves (2002) empreende uma leitura exemplar da eficácia da Marcha Nacional dos Sem-Terra ocorrida no ano de 1997. Certamente os eventos enfocados aqui não tem a mesma dimensão e não reúnem os mesmos elementos, mas talvez sejam comparáveis em termos do efeito que se deseja provocar.

[149] Lead (ou lide) é, no jargão do jornalismo, aquilo que se destaca na notícia, que resume o seu tema.

tre outros atores, os autores demonstram - sem desconsiderar a relação com os católicos nesse processo - como a Frente Parlamentar Evangélica vem se estruturando e ganhando espaço[150]. O trabalho descreve como a Frente capitaliza os seus interesses através da mobilização de argumentos que gravitam ao redor de questões ligadas à economia, ao "direito à vida" e à "preservação da família", utilizando os meios de comunicação, sobretudo a internet, ocupando posições estratégicas na cena parlamentar, jogando com alianças oportunas e manipulando "moedas de troca" em momentos calculados como propícios para a negociação e a articulação política.

Nesse processo, as investidas de políticos religiosos vem ganhando espaço não só no Congresso Nacional, mas também em espaço midiáticos. Gostaria de chamar a atenção para a relação produtiva e de constituição mútua contida nessa relação de antagonismo colocada como radical. Muitos desses políticos vem ganhando notoriedade nos últimos tempos justamente por suas provocações "homofóbicas" e muitos militantes contribuem para essa notoriedade quando reproduzem esses discursos, visando manifestar indignação. Ao mesmo tempo, ao se colocarem contra sujeitos LGBT, o próprios "fundamentalistas" contribuem para a produção da imagem de uma coletividade que pode ser chamada "população LGBT", independentemente dos valores atrelados a ela.

A violência expressada em espancamentos e assassinatos é considerada algo que extrapola o aceitável ou justificável, logo existe a aposta de que contra esses fatos, não há argumento (religioso ou não) que possa ser colocado. Ramos & Carrara (2006) realizam uma leitura crítica da ênfase que o ativismo, então chamado homossexual, imprimiu até o fim da década de 1990 à denúncia da violência letal, afastando uma abordagem "mais propositiva sobre a temática da violência".

Os autores apontam um momento de inflexão em relação a abordagem da violência contra homossexuais, quando da experiência ocasionada pela implantação do DDH - Disque Defesa Homossexual, no Rio de Janeiro em 1999. O DDH, criado na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, como posto em seu nome, foi desenhado de maneira a não ser ape-

[150] Ainda de acordo com os autores, a "bancada cristã", contando evangélicos e católicos, equivale a quase um quinto dos deputados da Câmara Federal (Vital & Leite Lopes, 2013: 156).

nas um programa de denúncia de violências, mas também de defesa. Os autores interpretam o envolvimento de pesquisadores como sendo crucial para que naquele momento o serviço fosse concebido também como um centro de produção de dados e não apenas de atendimento a vítimas. Até então os únicos dados existentes eram oriundos de notícias de jornais, através dos levantamentos organizados pelo GGB, enquanto que os serviços forneceriam material oriundo dos relatos das próprias vítimas. A análise desses dados descortinou dinâmicas bastante diversificadas de violência, revelando que a maior parte das denúncias versava sobre agressões verbais, extorsões, ameaças, agressões físicas e queixas de discriminação ocorridas em contexto de relações próximas dos denunciantes, como a própria casa ou vizinhança[151].

Proceder uma análise aprofundada a respeito da violência relacionada à orientação sexual e/ou identidade de gênero escapa ao escopo desta tese, mas é pertinente fazer uma pequena consideração. Ainda que possam incidir críticas que apontem as limitações da vitimização, não é possível ignorar a sua eficácia para justificar a reunião de pessoas sob um mesmo grupo que sofre violência motivada por um mesmo tipo de preconceito. Como visto neste capítulo, as denúncias sobre a vitimização e a violência letal são ainda muito utilizadas para angariar atenção e solidariedade durante o processo de demanda de ações de combate à homofobia. Em parte, para usar os termos de Efrem Filho (2013), são essas imagens que garantem o "preenchimento semântico" e emprestam sentido à categoria "homofobia"[152].

---

[151] A análise de Ramos & Carrara (2006) também destaca a produção de Carrara & Vianna (2001) a partir de processos de justiça de crimes letais cujas vítimas eram homossexuais e os *surveys* realizados nas Paradas do Orgulho, já destacados anteriormente. Para os autores, a experiência do DDH, descontinuada poucos anos após a sua implantação, também inaugurou um novo tipo de relação entre ativismo e academia para a formulação de políticas públicas nessa seara. No capítulo 5 volto a discutir mais detidamente a repercussão da experiência do DDH e a relação produtiva entre "ativismo" e "academia" na implementação de políticas LGBT na atualidade.

[152] Roberto Efrem Filho (2013) vem desenvolvendo uma análise bastante instigante a respeito da maneira como "o recurso discursivo à brutalidade" concorre para conformar pautas políticas e emprestar uma identidade ao movimento LGBT. O autor procura explorar especialmente como as imagens da violência brutal performam os corpos das vítimas, bem como as estratégias e negociações em torno da materialidade dos crimes - e dos corpos - envolvidas nas disputas entre o movimento e esferas do Governo.

O campo de estudos que trata da "violência contra a mulher"[153] já faz há alguns anos a crítica dos limites da perspectiva vitimizadora e da abordagem da violência através do par mulher-vítima e homem-algoz[154]. O trabalho pungente de Gregori (1993 e 1993A) demonstrou que esse tipo de dualidade contribui para a produção da vítima como um "não-sujeito", enquanto a figura do agressor é preenchida pelo "homem" como uma espécie de categoria genérica que cumpre a função de reiterar o papel de subordinação da mulher. Esse tipo de perspectiva naturaliza não só "o homem" e "a mulher", enquanto categorias analíticas, como falha ao não considerar a dimensão relacional da violência. Ao instituir um agressor ativo e uma vítima passiva pode corroborar mais do que ajudar a superar estruturas violentas de relação, uma vez que congela papéis e desconsidera os contextos mais amplos que as envolvem. Como chama a atenção Sarti (2009), esse tipo de leitura pode acabar por cristalizar a "vulnerabilidade" como uma característica constitutiva da identidade de certas "vítimas"[155].

Creio que para o campo que se estrutura a partir da violência correlata ao preconceito motivado por orientação sexual e/ou identidade de gênero, ou simplesmente "violência homofóbica", as consequências, alcances e limites desse tipo de ênfase na vítima ainda estão por ser investigadas. Minha intenção não é sugerir que a crítica que incide sobre a área de "violência contra a mulher" possa ser fácil e diretamente transposta para cá. No entanto, as indicações levantadas por esses estudos podem ser proveitosas para a reflexão, uma vez que guardam algumas semelhanças em relação à maneira como o campo que articula demandas por políticas públicas vem se estruturando. Além disso, também nessa arena as "hierarquias sociais acionadas em relações violentas vão de encontro ao jogo entre um

---

[153] Debert & Gregori (2008) discutem a denominação dessa área de estudos e os desafios e nuances envolvidas no uso de expressões como "violência contra a mulher", "violência conjugal", "violência doméstica", "violência familiar" e "violência de gênero": "trata-se de saber o que significa o emprego de cada uma dessas noções, sua rentabilidade em termos analíticos, bem como as limitações e os paradoxos que elas apresentam (: 167)".

[154] Paula Lacerda (2006) analisa como a dualidade vítima/algoz aparece em notícias sobre o assassinato de gays e travestis em jornais do Rio de Janeiro entre 1980 e 2000.

[155] Sarti (2009) oferece um bom exemplo para pensar nesse sentido. A autora discute o caso de um homem que chega a um serviço de atendimento apresentando-se como vítima de violência sexual e é dispensado pela funcionaria que explica que aquele era um serviço destinado ao atendimento de mulheres. Nessa situação "o homem é visto como agressor, e não como objeto da violência. Não é o ato em si que configura a violência, mas a definição prévia de quem é a vítima. Um mesmo ato pode ser considerado violência ou não, conforme a representação que se tem da vítima" (Sarti, 2009: 96).

conjunto de atributos relativos à masculinidade, à feminilidade e aos diferentes conteúdos associados a cada um desses termos" (Gregori, 1993:177).

Se para a "violência contra a mulher" a dimensão representada como "doméstica" é a que fica sob holofotes e a extensão mais abrangente de relações de desigualdade de poder é obliterada (Debert & Gregori, 2008), para a "homofobia" o que ocorre é o oposto. A face brutal da violência pública e "espetacularizável" ganha destaque em detrimento dos conflitos em âmbito doméstico e dos confrontos que se imiscuem em relações cotidianas e de proximidade das vítimas. Esses ainda são pouco reconhecíveis para a face política visibilizada.

Se a "figura da vítima" se tornou central enquanto elemento que "assegura inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, assegurando legitimidade moral às suas reivindicações" (Sarti, 2011: 54), os modos como a violência relacionada à homofobia será delimitada, classificada, coletada, interpretada e negociada politicamente importa desde o princípio. Evitando-se o risco de que um "efeito vitimizador" restrinja possibilidades reflexivas e de construção de ações políticas de enfrentamento[156].

Seguindo essa reflexão, parece interessante atentar para a relação entre a produção da vítima, a inteligibilidade da violência e a inteligibilidade dos próprios sujeitos correlatos a essa operação. Ao abordar a "violência relacionada à homofobia", Gail Mason sugere que a violência se infiltra não só no cotidiano desses sujeitos, mas também nos sistemas de conhecimento através dos quais nós construímos e reconhecemos identidades sexuais:

> I suggest that the statements that violence makes cannot be confined to the insults that are hurled during an attack. Homophobia-related violence also marks the bodies of lesbians and gay men with signs of vulnerability and victimhood; signs that name the category of homosexuality as being "in danger" of hostility. [...] This is not so much because violence is something that we observe, but, more, because violence is a mechanism through which we distinguish and observe other things. In other words, violence is more than a practice that acts upon individual subjects to inflict harm and injury. It is, metaphorically speaking, also a way of looking at these subjects (2002: 10-11).

[156] Debert & Gregori (2008) retomam a revisão crítica conduzida por Gregori (1993) da literatura sobre a questão da violência contra a mulher na década de 1980, para indicar que naquele momento a autora já apontava a tendência dos estudos do período em reproduzir a estrutura assimétrica constitutiva das relações violentas. Nesse sentido, a autora alertava para o "efeito vitimizador" localizado em "convenções explicativas e descritivas presentes no tratamento político e acadêmico da violência contra a mulher" (: 176).

Se um mapa mais abrangente e qualificado do tipo de violência que poderia ser enquadrada sobre o guarda-chuva da "violência homofóbica" ainda está por ser feito, é fundamental não perder de vista a dimensão relacional das situações denunciadas, assim como as diferentes variantes relacionadas a classe, cor/raça, religião etc. Mas ainda há que se atentar para o fato de que a "vítima" também é produzida pela performatividade política dos movimentos sociais, pelos discursos acadêmicos sobre o tema, pelas políticas institucionalizadas pelos governos, bem como pela construção retórica daqueles que se opõem à sua institucionalização.

Na próxima seção veremos que se a violência, como uma linguagem de legitimação, tem sido privilegiada para as construção de "políticas LGBT", não é o único caminho estratégico argumentativo adotado, ainda que permaneça sempre sendo articulada em algum nível.

3.2 – "Não queremos destruir a família de ninguém, queremos construir a nossa" – uma nota sobre moralidades em disputa ou estratégias de sujeitos emergentes e seus "adversários"[157]

No âmbito do poder legislativo federal, um dos principais obstáculos para o avanço de propostas feitas na área de Direitos relacionados a pessoas LGBT é o fato da Constituição brasileira não abordar diretamente a discriminação por orientação sexual. Um dos principais canais de mobilização do ativismo vem sendo o Projeto de Lei que propõem a inclusão da orientação sexual e da identidade de gênero na Lei que coíbe a Discriminação por motivo de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Existem ainda outros projetos em tramitação relativos à união entre pessoas do mesmo sexo, à regulamentação da adoção conjunta por casais homossexuais e à alteração do registro civil para travestis e transexuais. Entretanto, a dificuldade de articular o lobby parlamentar necessário para o andamento de propostas relativas a proposições controversas e a resistência de parte das bancadas religiosas, faz com que os projetos não caminhem. Com relação à proposta de criminalização da discriminação (homofobia), líderes religiosos do

[157] Parte das idéias desenhadas nessa seção devo à participação no GT 01- Instituições estatais e "famílias": práticas de gestão, moralidades e estratégias, realizado durante a 27ª RBA, em 2010 e no GT38 - Famílias e ações estatais de gestão: práticas, moralidade e estratégias, realizado durante a 28ª RBA, em 2012. Agradeço a todos os participantes desses grupos pelas contribuições recebidas e em especial às suas coordenadoras: Adriana Vianna e Maria Gabriela Lugones.

congresso alegam que o projeto "cercearia a liberdade de expressão ou opinião" (no caso, a condenação pública da homossexualidade com base em crenças religiosas). Com relação a propostas de regulamentação da união civil entre pessoas do mesmo sexo, uma das principais resistências relaciona-se com o não reconhecimento desse tipo de parceria como entidade familiar. A argumentação dos opositores se prende a uma determinada concepção de "família natural" onde não haveria espaço para os pares homossexuais.

Para certa parte do movimento social LGBT, mesmo que nada seja aprovado no âmbito do legislativo, é muito importante manter a pressão sobre a discussão dos projetos, por conta da visibilidade que a questão ganha, mesmo que envolva algum risco. Por exemplo, ao propor dispositivos que explicitamente regulam as relações entre pessoas do mesmo sexo, as discussões sobre o tema provocam reações contrárias extremamente hostis e combativas no sentido de limitar a concessão de direitos. Nesse processo aparecem projetos de lei proibindo explicitamente a adoção por casais homossexuais, por exemplo[158].

De outra parte, o oposto desse tipo de resistência vem sendo verificada no poder judiciário, onde diversas decisões favoráveis concernentes a "população LGBT" vem sendo aprovadas. Em torno de direitos sociais relacionados a previdência social, por exemplo, cabe citar rapidamente um caso ilustrativo. Em 1999, o Grupo Nuances, grupo ativista do Rio Grande do Sul, entrou com uma ação civil pública contra o INSS por violação de direitos humanos por indeferir pedidos de pensão previdenciária para companheiros do mesmo sexo e ganhou a causa. Hoje consta da Instrução Normativa do INSS, "o companheiro ou a companheira homossexual de segurado" como "integrante do rol de dependentes", reconhecendo, portanto, a constituição de uma entidade familiar nesse tipo de vínculo (reconhecimento que não é alcançado no legislativo)[159].

---

[158] Em 2010, o Projeto de Lei 7018/10 (autoria do deputado Zequinha Marinho, PSC-PA) visava proibir a adoção de crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo. Outros dois exemplos mais recentes: o PDC (Projeto de Decreto Legislativo) 232/2011 (autoria do deputado André Zacharow PMDB-PR), apresentado após a decisão favorável do STF, que propõe a realização de um plebiscito questionando a opinião do eleitorado sobre o posicionamento contrário ou favorável a união civil entre pessoas do mesmo sexo. E o PDC 234/2011 (autoria João Campos, PSDB-GO), conhecido como "projeto da cura gay", que visava suspender a Resolução do Conselho Federal de Psicologia que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questões envolvendo a orientação sexual.

[159] Ver Golin et al. (2003).

Em relação à adoção, em 2009 um caso bastante noticiado na mídia foi o da decisão tomada pela justiça de Catanduva (SP) que abriu precedente ao conceder o direito de dois homens colocarem seus nomes na certidão de nascimento da filha adotiva. A juíza que decidiu o caso alegou que "o bem-estar da criança está acima de tudo". Dessa maneira, garante-se direitos como herança e pensão e também o direito de guarda em caso de morte de um dos pais[160]. Em 2011 ocorreu a já mencionada decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a figura jurídica da união estável entre pessoas do mesmo sexo, igualando-a em direitos e deveres a uniões estabelecidas "entre o homem e a mulher", tal qual inscrito atualmente na Constituição Federal e garantido o seu estatuto enquanto unidade familiar[161]. Em maio de 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), "considerando a eficácia vinculante à administração pública e aos demais órgãos do Poder Judiciário" da decisão do STF, aprovou uma resolução segundo a qual todos os cartórios do Brasil ficam impedidos de recusar pedidos de conversão de união estável em casamento ou de celebração de casamento civil entres pessoas do mesmo sexo[162].

Temos, então, na incidência da pressão do movimento social nas diferentes esferas de poder, um cálculo entre custos e benefícios em jogo todo o tempo. Entre a estratégia de tentar criar novos dispositivos reguladores no âmbito do legislativo e buscar reinterpretar e adaptar os já existentes através do judiciário (ainda que nesse âmbito se permaneça a cargo das decisões dos juízes).

Mesmo que a denúncia da violência e a criminalização da homofobia venham sendo os focos privilegiados de atenção do movimento LGBT, ou a que adquire mais visibilidade em eventos públicos, como visto no item anterior, existem outras estratégias concomitantes em circulação e muitas vezes em disputa. Para pensar essas estratégias, proponho aqui o exercício de olhar para as argumentações contrárias e a favor que circundam duas outras tentativas de regulação jurídica, já mencionadas no capítulo 1: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que versa sobre o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e o anteprojeto de lei que visa a criação do Estatuto da Diversidade Sexual.

---

[160] Para uma análise sobre adoção e homossexualidade, além da abordagem do debate a respeito de "novos arranjos familiares" e da relação entre família e homossexualidade, ver Uziel (2007).

[161] http://oglobo.globo.com/politica/stf-reconhece-por-unanimidade-uniao-civil-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-2773524. impressa em anexo C9.

[162] Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013, aprovada durante a 169ª Sessão Plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ver anexo página C8.

Especialmente após a decisão do STF favorável à união estável em maio de 2011, o reconhecimento de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar vem ganhando corpo. Assim, faz-se oportuna uma reflexão sobre a relação entre diferentes estratégias de regulação de direitos LGBT, o seu diálogo com distintas concepções de família circuladas nesse debate e o porquê deste acionamento específico. Podemos localizar como "a família" é evocada por vezes como ponto de partida para mobilizações e por outras surge como uma resposta estratégica para determinadas provocações. Também é possível perceber que "a família" aparece aqui ora como instituição modelar ideal acionada em argumentações de ordem moral, ora como figura ou forma jurídica cuja significação vem sendo disputada por diferentes atores. Obviamente estes planos estão profundamente imbricados, mas promovo aqui uma separação para fins analíticos.

Tanto na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do casamento civil, quanto no Estatuto da Diversidade é possível localizar uma determinada concepção de família entre os seus argumentos centrais, mas veremos que ainda que nem sempre explicitamente mencionada, a entidade familiar também circunda discursos a respeito da criminalização da homofobia. Essas três proposições - que apresentarei em ordem mais ou menos cronológica dos períodos em que ganham mais visibilidade pública (2006, 2007, 2010, 2011 e 2012) - estão inseridas em um campo mais amplo de disputas que mobiliza diferentes representações do movimento social, distintas estratégias de reivindicação de direitos e também distintas entradas nos aparatos jurídico-legislativos da administração estatal.

Começando pelo PLC 122/2006, mais conhecido como projeto de criminalização da homofobia. O projeto iniciou sua trajetória de tramitação na Câmara dos Deputados em 2001, onde permaneceu durante cinco anos até ser aprovado na forma de um substitutivo e daí foi enviado para o Senado Federal onde se encontra parado até o presente momento[163]. Desde o inicio de sua tramitação, o projeto de lei já passou por diversas comissões na Câmara e no Senado, já esteve na mão de diferentes relatores, bem como já foi o foco de debates e de al-

[163] PLC122/2006: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) para definir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Estabelece as tipificações e delimita as responsabilidades do ato e dos agentes" (http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79604)

gumas audiências públicas promovidas no Congresso Nacional. Como já dito, aos parlamentares que também são lideranças religiosas é creditada a responsabilidade pelo fato do projeto ter avançado muito pouco no sentido de uma aprovação ao longo de todo esse tempo. Além de considerações propriamente religiosas e aquelas que se fixam em termos de "natureza" e "normalidade", os opositores tem se fiado no argumento de que a proposta fere o princípio da liberdade de expressão, alegando que uma vez aprovado, quaisquer tipo de manifestação contrária à homossexualidade passaria a ser criminalizada. E mesmo nessas argumentações que defendem uma suposta limitação à liberdade de expressão, subjaz a ameaça a um determinado modelo de família e sociedade. Destaco a seguir alguns trechos de argumentações favoráveis e contrárias ao PLC 122/2006 proferidas em alguns dos debates públicos de que já foi alvo em diferentes momentos de sua trajetória.

Quando ainda tramitava na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em 2003, um voto em separado do Deputado José Divino (PMDB-RJ), contrário à aprovação da proposição, apresentou a seguinte argumentação:

> "A orientação sexual ao meu ver é uma opção, e não um gênero de vida, raça e cor. Trata-se de uma escolha humana para um determinado comportamento, assim como a orientação religiosa, política (...) A opção sexual não é nativa; o ser humano não nasce hetero ou homossexual, ele opta pela vida intima que levará a partir de um determinado período [...]. Portanto (...) não cabe[m] (...) punições por não aceitação de uma orientação sexual, cujo os parâmetros fogem das orientações familiares e sociais, por não se tratar de preconceito e sim de opção de vida (...) Vale enfatizar que homossexualismo não é uma cultura; os optantes não vivem em culturas diferenciadas, eles convivem nas diversas classes sociais e culturais, não há como identificar um optante homossexual por sua cultura, raça ou cor (...)"[164].

A pauta da criminalização da homofobia opera no sentido de se fazer reconhecer "pessoas LGBT" como vítimas históricas de preconceito e discriminação, em busca de proteção do Estado. Sendo assim, é frequente a analogia com dispositivos legais anti-discriminação já existentes, como os relacionados à raça, população indígena ou pessoas com deficiência. Esse tipo de analogia encontra resistência entre aqueles que consideram a homossexualidade uma "opção",

[164] Voto apresentado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados em 18 de setembro de 2003. Cópia impressa no anexo C10. (Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=171353&filename=VTS+1+CCJC+%3D%3E+PL+5/2003, último acesso em maio de 2011)

algo passível de escolha ou, enquanto comportamento desviante ("que foge das orientações familiares e sociais"), passível de correção, como fica claro na fala do deputado supra citado.

Em 23 de maio de 2007, quando o projeto de lei já estava tramitando no Senado, em audiência pública convocada para instruí-lo, além de parlamentares, alguns convidados da "sociedade civil" foram chamados para o debate. A partir da ata da audiência convocada pela Comissão de Direitos humanos e Legislação Participativa, temos acesso a algumas falas que trouxeram "família" para o debate[165].

Um desses convidados foi um representante da Academia Evangélica de Letras do Brasil - Reverendo Guilhermino Cunha:

> É verdade sim [...] que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. Portanto, é inviolável a liberdade de consciência, de crença e a manifestação do pensamento. Não apoiamos a violência contra os homossexuais, ainda que discordemos da sua opção. É preciso proteger a integridade física daqueles sem prejudicar a liberdade das famílias de ensinarem os princípios bíblicos, da Igreja de pregá-los com a coragem profética e fidelidade bíblica. A liberdade de conto e de liturgia é consagrada[...].

Na mesma audiência e ainda contra o projeto, deputado Takayama (PAN-PR):

> Temos garantia pelo Estado de direito a tranquilidade àqueles que buscam viver uma vida simples do lar, que levam em alta conta os valores da família, o matrimônio, como venerado, respeitado e digno de honra entre todos. Aos que são apenas marido, mulher e filhos, esta é para nós a ordem natural e não pode ser simplesmente desconsiderada. Homofobia não. Quem defende a si mesmo, quem valoriza o matrimônio e considera a origem sagrada da família não é homofóbico, não está atacando ou execrando a quem quer que seja, mas agindo de maneira legítima e natural.

Nessa ocasião, a única argumentação favorável ao projeto, que de alguma forma trouxe a entidade familiar para a argumentação, veio da cineasta Tizuca Yamazaki, que iniciou a sua explanação questionando qual teria sido o motivo para estar naquela audiência e, depois de uma digressão sobre uma possível maior abertura e aceitação da homossexualidade no mundo do cinema, chega a conclusão de que estava ali por ter um filho gay:

---

[165] Audiência Pública convocada pela Comissão de Direitos humanos e Legislação participativa do Senado Federal, realizada em 23 de maio de 2007. (Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/08/07082007/suplemento/00082.pdf , último acesso em maio de 2011).

> [...] Eu pensei assim: eu vou aceitar falar aqui na frente porque eu tenho filho homossexual, entendeu? E acho que a mulher talvez tenha uma possibilidade mais fácil de chegar e entender esse problema da discriminação, porque quando se tem um filho homossexual, você não gosta ou desgosta do filho porque o filho é homem ou porque o filho é mulher ou porque é homossexual. A gente gosta porque é filho da gente.

Temos aqui um exemplo bastante tímido trazendo a entidade familiar para uma argumentação favorável ao projeto, significado apenas pela evocação do depoimento de uma mãe de um homossexual. O que procuro apontar é o fato da família aparecer, até então, com mais (e muita) frequência na voz daqueles que tem como objetivo atacar a suposta anormalidade dos que se engajam em relações ou práticas homossexuais. De uma maneira geral, a estratégia dos que militam para que a criminalização da discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero seja inscrita na letra da lei, vem sendo denunciar casos de violação de direitos e apontar estatísticas de assassinatos, através de dados produzidos pelas poucas pesquisas existentes e através da apresentação de depoimentos-testemunho de sobreviventes de agressões homofóbicas. Entretanto, mais recentemente, começou a aparecer com mais força uma outra estratégia, justamente o acionamento de mães (e por vezes outros familiares) de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Argumento que em 2010 a presença das mães ganhou outra dimensão nessa cena e um ponto marcante nesse sentido foi a sua presença nos eventos realizados no Congresso Nacional no mês de novembro, explicitados na seção anterior. Retomo então alguns elementos de destaque daquela ocasião. O ponto alto de comoção do evento ficou por conta do depoimento de uma mãe cujo filho, Alexandre Ivo, de 13 anos, foi brutalmente espancado e assassinado por ser ou parecer gay, apenas cinco meses antes do evento em questão:

> Eu, na condição de mãe e de cidadã, tenho de vir a esta Casa pedir que sejam aprovadas leis que dêem segurança, porque assim como eu perdi meu filho, outros adolescentes livres acham que podem expor a sua liberdade, porque adolescente não mede consequências... (Choro.) Eles acham que sua liberdade não incomoda, que sua alegria não incomoda. Mas, no caso do meu filho, incomodou, incomodou ao extremo de ser tirada a vida dele. (Choro.) Então, é esse o relato, é essa a minha luta. Eu não tive tempo de viver o meu luto, porque eu tenho de brigar por justiça, porque hoje os assassinos do meu filho estão esperando o julgamento em liberdade[166].

[166] Reprodução das notas taquigráficas do evento "Seminário Assassinatos praticados contra a população LGBT", realizado em 24/11/2010, disponibilizadas em www.camara.gov.br .

Na mesma ocasião, outra mãe que não estava inserida na programação oficial do seminário foi chamada para dizer algumas palavras. O seu filho, de 18 anos, sobreviveu a um tiro na barriga, disparado por um soldado do exército, durante uma "dura" realizada entre rapazes que confraternizavam no parque do Arpoador após a Parada do Orgulho LGBT realizada no Rio de Janeiro em outubro de 2010:

> Resolvi fazer isso não só pelo meu filho, que é o grande amor da minha vida, mas também por aqueles que, a exemplo do Alexandre, não tiveram chance de se defender, por aqueles com quem, de repente, pode vir a acontecer o mesmo, pelos amigos do meu filho, pelos amigos dos amigos e por toda classe — e eu me considero da classe, por ser mãe de um homossexual.

As mães, enquanto encarnação da família por excelência, trazem para si o sofrimento da discriminação, do preconceito e da violência acometida contra seus filhos. A estratégia nesse sentido é de conquistar solidariedade. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais fazem parte de uma família, têm pai e mãe, irmão e tios. E as mães também sofrem a homofobia quando os seus filhos são vitimados. Seguindo o argumento de Vianna & Farias (2011), as mães acionam tanto o "o caso particular (quando o discurso é preenchido por 'meu filho')", quanto coletivizam e relacionam o seu sofrimento ao de outras mães e familiares "nos momentos que correspondem à 'des-singularização' do caso, afinal, é a condição de 'mãe' que conecta aquela mãe que faz o discurso às outras mães e demais familiares de vítimas que ali estão sendo representados" (: 90). Estrategicamente, a mobilização das mães responde ao argumento da homossexualidade como uma ameaça à "família, base da sociedade"[167].

Em junho de 2011, como reação a aprovação pelo STF da união civil entre pessoas do mesmo sexo, uma "Marcha pela Família" foi organizada pelo pastor Silas Malafaia e reuniu diversas lideranças evangélicas em Brasília, inclusive alguns parlamentares[168].

---

[167] A maternidade é articulada como instrumento fundamental para a luta política em uma série de outros campos. Para algumas análises, além de Vianna & Farias (2011), ver Catela (2001), Freire (2002), Birman & Leite (2004), Araujo (2008), Soares et al. (2009), Movimento Mães de Maio (2011), Lacerda (2012), entre outros.

[168] Na época foi noticiada a presença de 20 a 30 mil pessoas. Matéria reporduzida no anexo C11 e diponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/06/lei-nao-pode-criar-terceiro-sexo-diz-magno-malta-em-marcha-em-brasilia.html em 01/06/2011

Cerca de dois ou três meses após esses eventos, surgiu a articulação "Mães pela Igualdade", impulsionada por uma organização internacional chamada All Out. O grupo reúne "mães de LGBT" em geral e, em especial, "mães que perderam filhos em crimes homofóbicos" e difunde "uma mensagem simples e poderosa: A igualdade é um valor da família". O lançamento público de uma campanha mobilizando essa ideia, juntamente com uma exposição de fotos das mães junto a seus filhos, foi feito no Senado Federal como parte de um seminário chamado "Famílias pela Igualdade", promovido pela Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT em 29 de setembro de 2011[169].

Da argumentação que evoca a "família" primordialmente como ponto de articulação de moralidades concorrentes, podemos passar para aquela centrada na "família" enquanto categoria de normatização jurídica, em torno da qual se organizam elementos de proteção estatal e distribuição de direitos.

O deputado federal Jean Wyllys[170] tem um posiocionamento crítico em relação aos encaminhamentos dados ao PLC 122 no Congresso Nacional. No que seria referente a uma pauta LGBT, o deputado investe os esforços do seu mandato na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que trata da regulamentação do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

A proposta da PEC é alterar o artigo 226º da Constituição: "A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado", alterando o parágrafo 3º onde passaria a constar que:

> Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre duas pessoas, sejam do mesmo ou de diferente sexo, como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento[171]

Em 2011, o VIII Seminário LGBT da Câmara dos Deputados[172] que antecedeu a 2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia, foi organizado pelo deputado e então coordenador da

---

[169] http://www.allout.org/pt/maespelaigualdade

[170] Eleito deputado federal pelo PSOL-RJ, para o mandato 2011-2013.

[171] Texto atual: *§3º – Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.*

[172] O seminário foi iniciativa organizada em conjunto pela Comissão de Legislação Participativa, a Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e pela Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT no Congresso Nacional. E contou com o apoio da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais — ABGLT.

Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT e teve como tema "Quem ama tem o direito de casar - pela aprovação da PEC do casamento civil entre homossexuais". Na abertura Jean Wyllys explicou que a ideia de que o seminário tivesse um tema central foi da deputada Manuela d'Ávila (PCdoB-RS), naquele momento presidente da Comissão de Direitos Humanos. Então ficou decidido: "que o tema seria o casamento civil entre homossexuais, porque acreditamos que, além da luta pela criminalização da homofobia, precisamos de uma agenda proativa, uma agenda que assegure direitos". A essa explicação, ainda completou o esclarecimento de que naquele ano havia sido tomada uma decisão estratégica de "divisão de tarefas": a Frente Parlamentar ficou responsável pelo Seminário e a "ABGLT e os movimentos representantes de diferentes segmentos" ficaram responsáveis pela Marcha Contra a Homofobia. Em suas palavras: "nós tratamos do tema do casamento aqui na Câmara, e o movimento trata da criminalização da homofobia lá fora, numa parceria que nunca pode se desfazer".

A proposta da PEC já vinha sendo articulada há algum tempo pelo deputado, mas foi lançada como uma campanha nacional em abril de 2012, com o título de "casamento civil igualitário"[173]. Para o Jean Wyllys essa seria a pauta, de direitos afirmativos, que deveria ser seguida pelo movimento social. Segundo o deputado, com a garantia do *Casamento Igualitário* "o Estado vai ter que proteger a família [...] resolvemos fazer campanha da sociedade civil, para que os deputados não se sintam inibidos de votar"[174]. Segundo o seu raciocínio, o direito ao casamento provocaria uma "transformação cultural" mais ampla, através da garantia de direitos relacionados à família e em médio prazo garantiria também o enfrentamento da homofobia. Para o deputado a decisão do STF não encerra a pauta, pois nem todos teriam acesso ao sistema de justiça. Destaco a seguir um pequeno trecho do texto de justificativa da PEC, exposto no site da campanha:

---

[173] Através de vídeos gravados com personalidades , a campanha divulga e busca assinaturas de apoio popular para a PEC que propõe alterar o artigo 226º da Constituição. Para ser protocolada na Câmara a PEC precisa da assinatura de 172 parlamentares. Em abril de 2013 o site da campanha informava que "*O projeto já foi assinado por deputados e deputadas de quase todos os partidos, da base governista e da(s) oposiç(ões). Mas até termos a assinatura número 172, é melhor não publicar a lista para evitar as pressões que os fundamentalistas de sempre vão tentar exercer contra aqueles que já assinaram [...]*" (www.casamentociviligualitario.com.br , último acesso em novembro de 2013).

[174] A campanha pelo casamento igualitário vem sendo construída nos moldes da campanha Argentina, onde o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo foi aprovado em julho de 2010. O mandato do deputado Jean Wyllys conta inclusive com um assessor que trabalhou na campanha daquele país.

> A nossa luta pelo casamento, portanto, é também pelo reconhecimento social e político da dignidade e da condição humana das pessoas homossexuais. É uma luta cultural e simbólica. Nos países onde o estado reconheceu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, as novas gerações crescem e se educam sabendo que gays e lésbicas não são melhores ou piores que os heterossexuais, mas apenas diferentes e que nossas famílias valem o mesmo que as famílias de origem heterossexual e merecem o mesmo respeito e reconhecimento. A lei também serve para educar.
>
> O casamento civil igualitário, além de garantir direitos específicos, garante a igualdade perante a lei, a cidadania plena e o reconhecimento simbólico do Estado — e também vai ser, quando aprovado, um pedido de desculpas a gays e lésbicas, por tantos séculos de discriminação[175].

Em suma, essa estratégia aposta que o caminho para o reconhecimento pleno enquanto sujeitos de direitos pelo Estado viria através do reconhecimento pleno enquanto família, constituída pelo casamento civil ou pela possibilidade de se constituir via casamento civil. Seria também uma medida de reparação e uma ação de abrangência pedagógica mais ampla, que igualaria homossexuais e heterossexuais.

Outro tipo de argumentação que aposta no reconhecimento enquanto família é a proposta do *Estatuto da Diversidade Sexual*. O Estatuto investe tanto no reconhecimento de "direitos de LGBT" enquanto vítimas de discriminação e violência quanto na afirmação de direitos, porém aposta em um vocabulário bastante próprio de justificativa de demandas, relacionadas ao surgimento de um alegado "novo ramo do direito", o "direito homoafetivo".

A desembargadora Maria Berenice Dias, que se apresenta como a responsável por cunhar o termo *homoafetivadade*, o explica nos seguintes termos:

> Não adianta procurar no dicionário, não está lá, ainda [...] Há palavras que carregam o estigma do preconceito. Assim, o afeto a pessoa do mesmo sexo chamava-se "homossexualismo". Reconhecida a inconveniência do sufixo "ismo", que está ligado a doença, passou-se a falar em "homossexualidade", que sinaliza um determinado jeito de ser. Tal mudança, no entanto, não foi suficiente para pôr fim ao repúdio social ao amor entre iguais [...].
>
> A marca da discriminação resta evidente na omissão da lei em reconhecer direitos aos homossexuais. A negativa do legislador revela nítida postura punitiva, pois condena à invisibilidade os vínculos afetivos envolvendo pessoas da mesma identidade sexual.
>
> Ao denunciar esta evidente afronta à dignidade humana e aos princípios constitucionais da liberdade e igualdade, acabei por cunhar o neologismo 'homoafetividade'" [176].

---

[175] www.casamentociviligualitario.com.br/casamento-igualitario/

[176] "Homoafetividade: um novo substantivo" (Disponível em: http://www.mariaberenice.com.br/uploads/30_-_homoafetividade_-_um_novo_substantivo.pdf , último acesso em abril de 2011).

O Estatuto da Diversidade segue os moldes de outros estatutos já existentes (como o do idoso e o da igualdade racial), aposta em "regras protetivas diferenciadas" e pretende reunir em uma legislação única, "todas as questões envolvendo diversidade sexual"[177]. Vejamos um trecho do seu texto:

> Disposições gerais:
>
> Art. 1º - O presente Estatuto da Diversidade Sexual visa a promover a inclusão de todos, combater a discriminação e a intolerância por orientação sexual ou identidade de gênero e criminalizar a homofobia, de modo a garantir a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos.
>
> Art. 2º - É reconhecida igual dignidade jurídica a heterossexuais, homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais, individualmente, em comunhão e nas relações sociais, respeitadas as diferentes formas de conduzirem suas vidas, de acordo com sua orientação sexual ou identidade de gênero.
>
> Art. 3º - É dever do Estado e da sociedade garantir a todos o pleno exercício da cidadania, a igualdade de oportunidades e o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas.

Em trabalho desenvolvido anteriormente[178], pudemos localizar os "usos do afeto" no debate que circundou o Projeto de Lei 2285, conhecido como Estatuto das Famílias e desenvolvido por um grupo em grande parte coincidente com o que desenvolve o Estatuto da Diversidade Sexual[179]. O projeto que tramitava desde 2007 no Congresso Nacional, em sua formulação original pretendia regular temas como a adoção e a união entre pessoas do mesmo sexo. Aqui e lá, uma das estratégias empreendidas é o deslocamento da ênfase na 'sexualidade' para a 'afetividade' presente nessas relações.

---

[177] Entrevista com a desembargadora aposentada e presidente da Comissão da Diversidade da OAB, Maria Berenice Dias, publicada em 23 de agosto de 2011, em http://www.ibdfam.org.br/?clippings&clipping=5053 .

[178] Aguião & Barbosa (2010).

[179] Ambos os projetos foram desenvolvidos por um grupo ligado ao IBDFAM cuja a atual vice-presidente é a ex-desembargadora Maria Berenice Dias. De acordo com o seu site na internet, o IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família "é uma instituição científica, sem fins lucrativos, criada em 1997, reconhecida pelo Ministério da Justiça como Utilidade Pública Federal pela portaria 2134, de 27/05/2013, possuindo representação em todos os estados da federação". O seu objetivo é "produzir e divulgar conhecimentos e ideais de uma nova ordem jurídica, adequada à realidade da sociedade contemporânea, no campo do Direito de Família, Direito das Sucessões e Direito da Criança e do Adolescente" (http://www.ibdfam.org.br , último acesso em novembro de 2013).

No Estatuto das Famílias, o projeto era justificado em termos da necessidade de abarcar novos arranjos e composições familiares no sentido de buscar a resolução de conflitos e demandas "*a partir de novos valores jurídicos como o afeto, o cuidado, a solidariedade e a pluralidade*" (IBDFAM, 2007:4). Naquele momento, em resposta aos que eram contrários à proposta e a atacavam com termos como: "malvado projeto de lei", "estatuto da desconstrução da família", "algozes da família natural"[180], seus defensores a valorizavam ressaltando "a afetividade, os sentimentos e as emoções" presentes nos "laços familiares" estabelecidos entre pessoas do mesmo sexo. Parte da argumentação da proposta do Estatuto da Diversidade Sexual caminha no mesmo sentido, os seus propositores defendem a ampliação do conceito de família tomando o "afeto" como o seu princípio básico.

Esse tipo de ênfase esboça um processo de 'des-sexualização' das relações estabelecidas por pessoas do mesmo sexo e é uma estratégia que visa deslocar a discussão do campo dos direitos sexuais para o campo do direito de família, com ganhos e perdas correlatos. Por um lado isso ajudaria a legitimar o reconhecimento da união civil, mas por outro deixaria de fora exercícios da sexualidade que não sejam caracterizados por afeto ou por parcerias estáveis e monogâmicas.

A Constituição atualmente reconhece três formas de arranjos familiares: aquele fundado no casamento civil, o oriundo da união estável e da reunião de qualquer dos pais e seus descendentes (família monoparental). O texto do Estatuto parece inaugurar um nova modalidade de categoria familiar: a "família homoafetiva". Alguns excertos do texto do anteprojeto:

> V. Direito a convivência familiar
>
> Art. 18 - A lei do País em que a família homoafetiva tiver domicílio determina as regras do Direito das Famílias.
>
> X. Direito a educação

[180] Palavras do pastor da Assembleia de Deus, Abner Ferreira, um dos convidados da audiência pública que discutiu o referido projeto na Câmara dos Deputados em audiência pública realizada em maio de 2010. Para o pastor, o projeto de lei contraria "os usos, costumes e tradição da família brasileira" e desconfigura a "família natural". Que para ele seria definida como "*união de um homem e uma mulher, através do casamento, para partilhar amor e alegria, gerar filhos, suprir sua educação moral, construir uma base doméstica vital de produção e consumo, oferecer segurança em tempos de dificuldades e unir as gerações. Todas as outras formas de família são incompletas e falsificações do Estado*" (Notas taquigráficas da audiência. Comissão de Constituição e Justiça. Audiência 12/05/2010. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Câmara Dos Deputados).

> Art. 63 - Os professores, diretores, supervisores, psicólogos, psicopedagogos e todos os que trabalham em estabelecimentos de ensino têm o dever de evitar qualquer atitude preconceituosa ou discriminatória contra alunos filhos de famílias homoafetivas.
>
> XII. Direito a moradia
>
> Art. 76 - Os agentes financeiros públicos ou privados devem assegurar acesso às entidades familiares homoafetivas para a aquisição da casa própria.

Para Roger Raupp Rios (2011), esse tipo de uso da "afetividade" tem função "anestésica e acomodadora da diversidade sexual às normas da heterossexualidade compulsória", promove a "higienização da orientação sexual" transformando-a em uma condição assimilável. O autor indica os riscos de limitar a discussão à "moldura jurídica" do direito de família, essa abordagem limitaria a "compreensão do conteúdo jurídico dos direitos sexuais à convivência familiar". Esse tipo de aproximação operaria justamente no mesmo sentido das formas que se busca enfrentar, não repensaria padrões, não traria novos termos para o debate. Rios trata essa abordagem como "assimilacionismo familista", onde o primeiro termo se refere a tendência "na qual grupos subordinados ou tidos como inferiores adotam padrões oriundos de grupos dominantes, em seu próprio detrimento" e o segundo termo designa a "tendência a subordinar o reconhecimento de direitos sexuais à adaptação a padrões familiares e conjugais institucionalizados pela heterossexualidade compulsória" (2011:108).

Todas essas discussões acionam a "família" em argumentações de ordem, sobretudo, moral. Nos debates a respeito da criminalização da homofobia, pelo lado de seus detratores há os que se identificam com uma dada ordem "natural" de moral religiosa que ronda a instituição familiar. Do lado favorável do mesmo debate, temos a exposição do sofrimento das mães, como exemplar do sofrimento que a homofobia ocasiona a toda a "família", acionada como um contra-argumento moral poderoso e valorizado frente aos "fundamentalismos" que impedem a regulação de direitos para a "população LGBT". Já na proposta do Casamento Igualitário, o reconhecimento como "família" é a via mais eficaz de garantia de igualdade plena e proteção estatal, implicando a pedagogia de uma moral que reconhece a "dignidade e a condição humana das pessoas homossexuais". Com o *Estatuto da Diversidade*, a "família homoafetiva", domesticada, seria a resposta final, articulada através de uma concepção que produz uma nova figura jurídica de família, ao mesmo tempo que a inclui na ordem de uma boa e desejável moral.

Podemos pensar todas essas propostas como imbuídas da crença de uma pedagogia legal apaziguadora. Estas "novas famílias" não representariam a desnaturalização de um suposto antigo modelo, mas a normalização de outras *naturezas*, o que produziria o efeito de reafirmar a existência de uma "família normal". Permaneceriam inabaláveis as crenças na vida familiar organizada em torno da conjugalidade, nesse tipo de vida familiar como "base da sociedade" e como componente mais profundo da constituição da subjetividade dos sujeitos. Os argumentos trazem a "família" na frente do sujeitos, são sujeitos reconhecidos enquanto tal porque fazem parte de uma "família".

No entanto, a proposição de regulação do casamento pode ser compreendida como normalizadora e "familista" por um lado, mas por outro iguala direitos e não reconhece apenas vítimas historicamente violadas. Ao comentar as consequências da decisão de efeito vinculante do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo, Rios (2011) relaciona os ganhos relativos aos direitos adquiridos em decorrência desse reconhecimento: "inclusão em planos de saúde, previdência, associação como dependente em clubes e sociedades, dever de alimentos em caso de necessidade, divisão de bens adquiridos na constância da união, direitos à herança, usufruto dos bens do falecido e acompanhamento de parceiro em instituições hospitalares" (: 103). O autor faz outra ponderação interessante ao analisar a argumentação do voto do relator do julgamento e considera que o tribunal expressou claramente "a abrangência do conceito constitucional de "sexo" para as hipóteses de discriminação por orientação sexual" (:105). Essa poderia ser uma interpretação feita por extensão ou analogia dos termos já contidos no artigo 3º da Constituição, que explicita como um dos "objetivos fundamentais" da República: "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Em artigo no qual refletem sobre cerimônias coletivas em que casais formalizaram a união estável, pouco tempo após a aprovação do STF, Uziel et al. (2012) apontam para uma discussão interessante sobre como o reconhecimento pelo Estado do contrato firmado entre duas pessoas pode ter o efeito de convertê-las em sujeitos políticos, ao afetar a percepção dos próprios sujeitos enquanto possuidores de direitos. As autoras indicam que o fato de "ser homossexual não é em si mesmo transgressor ou subversivo" ou não implica necessariamente a recusa "de

todas e quaisquer normas ou construções sociais". E, em diálogo com Eric Fassin (2004)[181], nos lembram que homossexuais compartilham do mesmo sistema simbólico que heterossexuais, no qual ideais de "complementaridade e amor romântico" podem ser valorizados (:375).

Um dos pontos centrais da argumentação de Butler (2003), ao tratar do Pacto de Solidariedade Civil francês, incide sobre se queremos de fato limitar ao Estado os termos ou critérios de legitimação de certo tipo de relações íntimas – no caso, o casamento homossexual -, sob a consequência de nos submetermos a um novo processo de normalização e ampliação de poder sobre os "corpos e os prazeres":

> Ser legitimado pelo Estado é aceitar os termos de legitimação oferecidos e descobrir que o senso público e reconhecível da pessoalidade é fundamentalmente dependente do léxico dessa legitimação. Dessa forma, a delimitação da legitimação ocorrerá somente através de uma exclusão de um certo tipo, embora não evidentemente dialética. A esfera da aliança íntima legítima é estabelecida graças à produção e intensificação de zonas de ilegitimidade. Todavia, ocorre aqui uma oclusão ainda mais fundamental. Compreendemos mal o campo sexual se considerarmos que o legítimo e o ilegítimo esgotam todas as suas possibilidades imanentes (2003: 226).

O que pode virtualmente se tornar legítimo (formatos determinados de união estabelecidas entre duas pessoas do mesmo sexo), produz imediatamente aquilo que não está imbuído dessa virtualidade. Ou seja, aquilo que não poderá ser legitimado. Então, onde ficariam as práticas sexuais que não aparecem imediatamente nos léxicos de legitimação disponíveis? Butler aborda aquilo que escapa do binarismo legítimo/ilegítimo, evocando "zonas intermediárias e formações hibridas" e um tipo de política na qual seja possível operar com aquilo que pode ser do campo da imponderabilidade. Nesse sentido, o debate que ancora este tipo de reconhecimento estaria circunscrito à lógica segundo a qual "a sexualidade é pensada em termos de casamento e o casamento é pensado em termos de aquisição de legitimidade" (2003: 227).

---

[181] Eric Fassin (2004) aponta o casamento como uma forma de "coming out", como uma linguagem pública para sentimentos e práticas privadas: "Marriage (and the lesser forms of partnership and cohabitation) cannot be understood merely as a practical arrangement, designed in terms of its legal consequences. Rather, this renewed institution should be apprehended as a symbol of gay and lesbian coming out, undermining the hierarchy of sexualities. Therefore, this other logic results in a social gesture, not simply private, as it is a claim for legitimacy, nor merely individual, as it reclaims the form of the couple" (: 192).

Entretanto, outras interpretações, como a desenvolvida por Vale de Almeida (2007), advogam que "o casamento em si não é nem um conteúdo nem uma relação. É uma das formas contratuais que podem recobrir ou não determinados conteúdos relacionais" (: 162). Nesse sentido, "transformar" os significados simbólicos depositados nesse tipo de contrato, seria algo que pode ser feito desde o seu interior[182].

O conjunto de argumentos expostos nestas tentativas de regulação de direitos pode ser lido a partir do acionamento de diferentes moralidades que incidem sobre regimes de gestão da sexualidade. Carrara (2013) propõe revisitar o dispositivo da sexualidade delineado por Foucault (1988) e questionar se continuamos sob o mesmo tipo de "regulação físico-moral" ou se observamos um processo de atualização ou transformação, que deslocaria a sexualidade como ponto de articulação de uma "biopolítica das populações" e de uma "anatomopolítica dos corpos"[183].

Ao refazer o percurso de formação do regime secular da sexualidade ao longo do século XIX e parte do XX, o autor argumenta que a assunção de um novo regime deve ser considerado a partir da emergência dos direitos sexuais. O que permitira essa nova configuração seria um deslocamento na fronteira que distingue "o bom e o mal sexo". Se os parâmetros antes estavam relacionados à (boa) reprodução (da espécie da raça, da população, da nação), nessa nova configuração "a promoção do bem estar individual e coletivo através do bom uso dos prazeres", estão baseados na gestão responsável do consentimento. Assim, desde que não envolva risco a terceiros, todos os sujeitos - ou "quaisquer manifestações da sexualidade" - tem direito à cidadania.

Teríamos então a passagem de uma linguagem centrada em concepções bio-médicas para outra progressivamente centrada em um vocabulário sócio-jurídico e, correlatos

---

[182] Para uma análise a respeito de conjugalidades e parentalidades entre pessoas do mesmo sexo em Portugal, França e Espanha, ver Vale de Almeida (2010). O autor reflete sobre o debate público a respeito do tema nos três países, ao mesmo tempo em que explora a sua própria experiência de pesquisa e de atuação política como militante e deputado.

[183] Foucault apresenta dois pólos de desenvolvimento da nova forma de poder sobre a vida desenvolvida durante os séculos XVII e XVIII: o "corpo como máquina"–"anátomo-política do corpo humano" e o "corpo-espécie"-"bio-política da população". O primeiro caracterizado por procedimentos de disciplina e o segundo por controles reguladores: "temos pois duas séries: a série *corpo- organismo-disciplina-instituições; e a série população-processos biológicos-mecanismos regulamentadores-Estado*" (Foucault, 2002: 298).

a essa transição, diferentes *corpus* morais entrariam em cena. Ainda acompanhando os desenvolvimentos do autor, estaríamos vivendo um momento no qual "diferentes regimes da sexualidade colidem e provocam, de tempos em tempos, abalos mais ou menos intensos" (Carrara, 2013).

As três propostas recortadas aqui - a PEC do casamento civil, a criminalização da homofobia e o Estatuto da Diversidade - funcionam como bons artefatos políticos de articulação de diferentes valorações morais. Quando novas fronteiras entre o "bom e o mau sexo" garantem a possibilidade de que "sujeitos LGBT" pleiteiem direitos, a "família" entra no debate como reação aos ataques fundamentados na religião, mas também porque é assumida como um valor inquestionável. A centralidade da "família" nas argumentações mobilizadas tanto pela produção discursiva pró-"direitos LGBT", quanto por seus opositores, em certo plano faz lembrar a antiga permutação entre os dispositivos da aliança e da sexualidade postulados por Michel Foucault[184]. Nas argumentações expostas, não podemos facilmente isolar uma nova moral colocada de um lado e uma "antiga" de outro, pois nesse embate traços dessas distintas moralidades se interpenetram[185].

Toda essa discussão reflete (e é refletida por) diferentes caminhos de compreensão de mecanismos jurídicos de reconhecimento de direitos e sujeitos, e também distintas moralidades imiscuídas nas diferentes demandas, denúncias ou controvérsias. Independente da possibilidade de aprovação dessas proposições, de sua incorporação ou não às normas legislativas, já concorrem para a produção de convenções de entendimento que são chave tanto

---

[184] A família aparece como central na análise de Foucault (1988) pois surge como permutadora dos dois dispositivos centrais, o da sexualidade e o da aliança. É em torno dela que se desenvolvem e é ela que constitui o seu suporte: "saúde, progenitura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade e para a sexualidade; quando a esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo" (: 138).

[185] Trabalhando com outro contexto, Debert (2006) chama a atenção para o modo como propostas e ações políticas de movimentos "que pretendem ser progressistas e defensores de direitos humanos" tem dado lugar a família" como instituição privilegiada para garantir a boa sociedade". A autora está tratando do modo como uma reconceitualização em curso tem convertido as Delegacias de Defesa da Mulher em delegacias de defesa de crimes contra a família e da tendência dos JECRINS em operar com uma lógica que privilegia a "defesa da família", despolitizando e desvinculando, dessa forma, a violência contra a mulher do âmbito dos direitos da mulher e reinscrevendo a questão na seara das relações privadas. Nesse sentido, aponta que "a família passa a desempenhar um novo papel nas políticas públicas, transformando-se num aliado imprescindível no tratamento que a agências governamentais oferecem a cidadania malograda" (: 34).

para a compreensão, quanto para a manutenção da correlação de forças que movimenta esse campo de produção de sujeitos e direitos.

Enquanto argumentos seguem disputados em um plano desse processo - que podem ser chamados de "legislativo" e "judiciário", algumas ações são institucionalizadas no plano "executivo". O período em que desenvolvi a pesquisa de campo coincidiu com aquele em que muitas iniciativas começaram a ser implementadas no plano administrativo governamental. É disso que trato no capítulo imediatamente a seguir.

Capítulo 4 – Os desafios dos enquadramentos administrativos e das classificações identitárias

Cena 5 – Maio de dois mil e onze

Sede da Secretaria de Direitos Humanos - SDH, Brasília. Local de uma reunião de "Gestores LGBT" com duração de dois dias.

A reunião começou depois de dois outros eventos de público mais amplo –o VIII Seminário LGBT do Congresso Nacional e a II Marcha Nacional Contra a Homofobia – e dois dias antes da 2ª Reunião ordinária do Conselho Nacional LGBT. Esses dois dias de encontro de gestores foram chamados pela Coordenação LGBT da Secretaria de Direitos Humanos através do próprio site da SDH e também, a pedido da SDH, o convite para a reunião circulou em algumas listas de e-mails populares entre pessoas, grupos e organizações envolvidas com movimentos LGBT. Segundo esse e-mail, os gestores interessados em participar da reunião deveriam entrar em contato com a SDH. Essa introdução é pertinente, pois o primeiro dia de reunião começou com uma reclamação contundente por parte dos cerca de 30 gestores e gestoras presentes, direcionada ao coordenador LGBT da SDH.

A reclamação, enunciada por um gestor, mas acordada em consenso entre todos em conversa prévia, tratava do não recebimento de um "ofício" ou "convite oficial" da SDH para a participação da reunião. Os presentes postulavam que "nós gestores estaduais e municipais que recebemos e executamos a demanda [...] ficamos sabendo da reunião através de listas de discussão do movimento social, [...] nós não somos movimentos social"[186]. A reclamação trazia embutido um tom de crítica ao modo "não profissional" como a SDH vinha conduzindo o processo, sem "ofícios" e outras documentações que formalizassem o encontro. Diante disso, o coordenador nacional LGBT procurou esclarecer

[186] Falas reconstruídas a partir de anotações do diário de campo.

que com as mudanças de governo, a SDH não sabia exatamente quem eram os secretários a quem deveriam enviar um convite formal, tampouco existiria uma lista de contatos atualizados dos "gestores LGBT" e por isso pensaram que a circulação do convite nas listas dos movimentos sociais produziria um efeito de divulgação satisfatório e que a partir do contato dos próprios gestores, os "ofícios" necessários poderiam ser encaminhados. Essa explicação não satisfez os reclamantes. Cabe pontuar que o coordenador nacional LGBT havia tomado posse há poucos meses naquele momento e parecia ser o seu primeiro cargo de gestão governamental. Durante a reunião foram frequentes as falas dos gestores presentes que buscavam ensinar a melhor maneira e os trâmites burocráticos mais adequados a serem seguidos por um "gestor de governo".

Além da ausência de "ofícios", os gestores municipais e estaduais ali reunidos ainda expuseram um outro incômodo: o fato de não terem assento no Conselho Nacional LGBT. Em momento considerado particularmente importante, pois o Conselho deliberava sobre a organização da II Conferência Nacional, evento cujos gestores seriam responsáveis pela execução. Diante disso, foi a vez da Coordenação da SDH esclarecer que não teria gerência sobre as decisões do Conselho. Assim os próprios gestores deveriam se organizar para pleitear essa vaga e, enquanto isso não acontecia, deveriam elaborar um documento formalizando as suas reivindicações em relação a organização da Conferência e entregá-lo diretamente no dia da reunião do Conselho. No encerramento da reunião, quando encaminhamentos relativos à produção desse documento estavam sendo feitos, uma das duas transexuais presentes pediu a palavra para uma "questão de ordem", já que teria que deixar o encontro antes dos demais: "Nós que somos as únicas mulheres trans aqui, as únicas transgestoras, e não estaremos presentes na reunião do Conselho amanhã, vamos conversar diretamente, ainda hoje, com a nossa presidenta [da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, com assento como membro efetivo do conselho] e pedir que haja sensibilidade e compreensão para as nossas questões".

> Nesse momento, a separação entre movimento social e gestão pública foi posta de lado, pois colocava-se a necessidade de articulação de lobby para questões de interesse político. O que aconteceu foi o manejo e o acionamento de identidades particulares, bem como de redes pessoais vinculadas ao movimento social e não à gestão pública, que inúmeras vezes durante a reunião teve destacado o seu caráter "profissional", de oficializar meios de comunicação e troca de informação entre gestores.

4.1 – "O tripé da cidadania": a relação entre demandas e formatos da administração estatal

A situação reconstruída acima é ilustrativa dos tipos de desafios e disputas que envolvem a constituição e a gestão de organismos voltados para a "população LGBT". Nos últimos anos, é notável a criação de instâncias administrativas nos níveis estaduais e municipais direcionadas a oferecer serviços e/ou promover "direitos LGBT". Nesta cena, destaco um ponto que ganhou progressiva relevância durante o trabalho de campo: a disputa entre as técnicas administrativas com que opera a gestão pública e certo *modus operandi* praticado pelo movimento social.

Vale mencionar que na situação descrita, quase todos os gestores presentes tiveram uma carreira anterior mais ou menos atuante em organizações de militância LGBT ou de mulheres. Parece haver um processo de conversão burocrática (no sentido weberiano) da lógica de funcionamento mais pessoalizada tida como própria de algumas organizações de movimento social, para um caminho de crescente rotinização administrativa própria das repartições públicas (Weber, 1974). A crença no Estado burocratizado, ou "na idéia abstrata e 'objetiva' das 'razões de Estado'", apostaria que um "sistema de razões racionalmente debatíveis se oculta atrás de cada ato da administração burocrática" (:256). Em torno desse tipo de convicção, estabelecem-se disputas a respeito de quem é mais profissional, eficaz e competente.

O "tripé da cidadania" é a fórmula que vem sendo utilizada para expressar uma das principais revindicações do movimento LGBT na atualidade e se refere a implantação de três medidas nas esferas municipais e estaduais de governo: coordenadorias LGBT, conselhos LGBT e planos de combate à homofobia nos níveis locais.

Outro aparato que vem se multiplicando nos últimos anos são os centros de referência. Em 2005, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) lançou um edital para o "desenvolvimento de atividades de Prevenção e Combate a Homofobia, por intermédio da implantação e manutenção de Centros de Referência em Direitos Humanos que contemplem o combate à discriminação e à violência contra o segmento de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais – GLTB". Podiam se candidatar à chamada "instituições públicas, de âmbito federal, estadual e municipal, bem como a organizações não governamentais sem fins lucrativos, legalmente constituídas"[187].

Segundo Mello et al. (2012)[188], no ano de 2005, foram instalados 15 centros de referência e no ano de 2006, outros 30 centros. Também em 2006 os projetos foram estendidos para universidades, com o investimento na implementação "*Núcleos de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual* (NRDHCH), em oito instituições públicas de ensino superior". Entretanto os autores revelam certo ceticismo em relação a efetividade dessas ações. Em novembro de 2008, foi realizado pela SDH um seminário de *Capacitação dos Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e dos Núcleos de Pesquisa e Promoção da Cidadania LGBT.* De acordo com os autores, nesse encontro foi feita uma tentativa de avaliação das atividades conduzidas pelos núcleos e centros e "a tônica dos discursos de representantes dos diversos estados foi a descontinuidade dos trabalhos, tendo em vista a escassez de recursos e a dificuldade de sustentabilidade dos projetos, sem o apoio financeiro da SDH ou dos governos estaduais e municipais"(: 297).

Um relatório sobre o monitoramento do Plano Nacional LGBT, divulgado pela SDH no 1º semestre de 2010, apontou a implantação de 29 Centros de Referência no final daquele ano. Não existem informações sistematizadas e atualizadas periodicamente sobre a existên-

---

[187] Em janeiro de 2013 o edital ainda podia ser visualizado no endereço: www.mj.gov.br/sedh/ct/edital_homofobia.doc.

[188] Mello et al. (2012). O conteúdo do artigo faz parte do relatório da pesquisa "Políticas públicas para população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar", desenvolvida pelo Ser-tão - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade e financiada pela Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República (SDH/PR). Os resultados da pesquisa podem ser encontrados em: http://www.sertao.ufg.br/politicaslgbt/.

cia de coordenadorias, conselhos, centros de referência ou planos de promoção de direitos LGBT nos níveis estaduais ou municipais[189].

Da reunião em que estive presente em maio de 2011, destaco de maneira resumida, como alguns dos gestores presentes expuseram, com mais ou menos detalhes, as iniciativas existentes nos estados e municípios que ali representavam. Certamente esta não é uma visão abrangente de todas as ações existentes naquele momento no estados e municípios em questão, mas as exposições feitas nos deixam antever alguns formatos possíveis para a construção de políticas.

Em geral, é comum que representantes de estados e municípios comecem a apresentação dizendo quais dos elementos do "tripé da cidadania" a sua região "já" implementou ou "ainda não". Reproduzo as informações registradas em caderno de campo na ocasião:

> **Paraíba** – "Gerência LGBT" localizada na Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do governo do estado. Segundo a gestora presente, naquele momento estava para ser inaugurado um Centro de Referência LGBT e Combate à Homofobia.
>
> **Alagoas** – Gerência ligada a Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e de Direitos Humanos. Segundo o gestor representante de AL, também existiria um centro de referência, mas não pude saber se especificamente para "LGBT" ou se seria um centro de direitos humanos em geral que atenderia "LGBT".
>
> **Campinas (SP)** – Centro de Referência LGBT funciona desde 2003 (foi o primeiro do Brasil e já esteve ligado a diferentes instâncias) e desde 2010 existe a Coordenadoria de Políticas para a Diversidade Sexual, estrutura ligada à Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social.
>
> **São Paulo e SP** – Políticas existentes no âmbito do estado: Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual (CDS) ligada a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, desde 2009. Conselho Estadual LGBT instituído em 2010, mas até aquela data não havia sido composto. Plano Estadual de Combate à Homofobia. Em 2009 foi inaugurado o Ambulatório de Saúde Integral de Travestis e Transexuais, ligado ao Programa Estadual de DST-AIDS. Lei anti-discriminação promulgada em 2001[190]. No âmbito municipal: CADS – Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual, compondo a estrutura da Secretaria de Participação e Parceria da Prefeitura, CCH – Centro de Combate à Homofobia. Possui conselho em âmbito municipal de Atenção à

[189] Um levantamento não muito aprofundado de políticas existentes na época pode ser encontrado no texto-base da 2a Conferência Nacional LGBT, sob o subtítulo "Diagnóstico das Políticas Públicas". E uma exceção mais recente foi a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic) realizada pelo IBGE, referente ao ano de 2012, que verificou que cinco estados possuíam Conselhos voltados a direitos LGBT: Pará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/estadic/estadic2012/, último acesso em maio de 2013).

[190] Lei 10.948/01, define em seu artigo 1º - "Será punida, nos termos desta lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero".

Diversidade Sexual. Um dos gestores citou ainda a DECRADI. – Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância.

Mato Grosso – Centro de Referência LGBT de Combate à Homofobia. Foi criado em 2005 com o apoio da SDH e hoje integra a estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Segundo um dos gestores presentes, o Centro "também é gestor de políticas", além de atender usuários. Ao que o outro gestor completou explicando que existe um termo de cooperação com a Defensoria Pública, desenvolvem ações de prevenção e atuam junto a segurança pública, com atividades nos presídios e capacitação de oficiais da PM, além da atuação na educação, através de projetos em escolas.

Goiânia e Goiás – Gerência de Políticas para a Diversidade dentro da estrutura da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial. O gestor presente mencionou a existência de um centro de referência que atende LGBT, mulheres, idosos e negros. Desde de 2009 existe o Conselho Estadual de LGBT do Estado de Goiás.

Santo André (SP) – Segundo o gestor presente, uma assessoria de gênero existente na prefeitura começou a trabalhar a "questão LGBT" em 2009 e a questão da diversidade sexual foi incluída no conselho da mulher (para mulheres lésbicas e bissexuais).

Acre – Existe um centro de referência alocado na Secretaria de Direitos humanos e Justiça. Segundo o gestor presente existe ainda uma "divisão que trata de políticas públicas para LGBT" na secretaria e um núcleo de combate â homofobia ligado à universidade.

Belo Horizonte e MG – Um centro de referência iniciou as atividades através do financiamento da SDH, com o fim do convênio ficaram inativos e naquele momento voltariam a funcionar como parte de uma estrutura da prefeitura. No âmbito do estado: Centro de Referência LGBT do Estado de Minas Gerais, ligado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (estaria sendo preparada para breve uma campanha de combate a discriminação por raça e sexualidade).

João Pessoa (PR) – O gestor presente explicou que existe uma "Assessoria de Diversidade Humana" alocada na estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social e lá seriam desenvolvidas políticas para "negros, LGBT e outras minorias vulneráveis".

Recife (PE) – Sob a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã existe a Gerência de Livre Orientação Sexual, criada em 2005, com advogados, assistentes sociais e psicólogos.

Fortaleza e Ceará – A gestora presente explicou que uma assessoria de políticas públicas LGBT foi criada em 2007. No mesmo ano em que foram criadas assessorias para mulher, pessoas com deficiência, juventude e idosos. As assessorias teriam sido transformadas em coordenadorias, com orçamento próprio em 2010. As políticas desenvolvidas no estado incluem um programa de qualificação profissional para travestis e transexuais, uma campanha Ceará Sem Homofobia e a existência de grupos de trabalho para traçar políticas LGBT em todas as secretarias, bem como delegados e destacados da defensoria pública especialmente para acompanhar crimes correlatos de homofobia. Possui lei municipal anti-discriminação.

Rio Grande do Sul – Coordenadoria Estadual de Diversidade Sexual criada em 2011. Não possui um conselho LGBT e, segundo o gestor presente, o governo disse que não iria fazer naquele ano por questão financeira. Estaria para ser lançado o programa Rio Grande Sem Homofobia. Também não existe centro de referência, mas segundo o gestor, a deputada Manuela D'Ávila e o senador Paulo Paim se comprometeram em colaborar.

> **Palmas (TO)** – Segundo o gestor presente, existe o programa Palmas Sem Homofobia e uma coordenadoria com *status* de Secretaria.
>
> **Bahia** – Dentro da Secretaria de Direitos Humanos, existe um núcleo que trata de questões LGBT, "com orçamento que supera as questões do idoso e do indígena". Segundo o gestor presente, são priorizadas a instalação de núcleos e centros de referência em lugares de "transbordo" e estaria para ser lançado um programa de combate à homofobia.

Durante a reunião, os gestores explicaram que a implementação das ações depende muito da "vontade política" dos governos locais. O governo federal pode incentivar algumas ações, mas não pode intervir, pois precisa respeitar o Pacto Federativo definido pela Constituição. O coordenador LGBT perguntou aos demais gestores se achavam válido que a SDH fizesse algum tipo de pressão junto aos estados que não tem uma coordenadoria LGBT ou organismo equivalente em sua estrutura. Ao que os gestores responderam que isso não seria papel da Coordenação Nacional LGBT, mas do Conselho LGBT, pois seria essa a instância responsável por pressionar e "fiscalizar" as ações empreendidas pelo governo.

Não atualizei nenhuma dessas informações que foram passadas pelos gestores em 2011[191] - o que significa que neste momento pode haver mais ou menos políticas funcionando nessas regiões -, pois meu interesse é atentar para a relação entre as demandas e os formatos administrativos que as políticas adquirem[192]. No trecho reconstruído acima é interessante notar a que instâncias estão "penduradas" e as diferentes formas que ações voltadas pra LGBT são efetivadas em cada localidade. Algumas iniciativas aparecem atreladas a organismos do governo do estado, outros do município. Muitas são adicionadas como um novo braço de atuação em instâncias que já trabalhavam outras questões "específicas" como mulheres, jovens e idosos e em algumas localidades são criadas novas estruturas independentes de outras questões. Nota-

[191] Para uma análise e levantamento não exaustivo , porém mais sistemático, do estado da arte da implantação de políticas LGBT até o ano de 2010, ver Mello et al. (2012a; 2012b) e (http://www.sertao.ufg.br/politicaslgbt/index.php, último acesso em maio de 2013).

[192] Em fevereiro de 2013, a SDH lançou um edital para: " Contratação de consultor especializado para a identificação dos órgãos e instituições componentes de um sistema de defesa e promoção de direitos humanos da população LGBT em cada estado, articulação desses órgãos e entidades para atuar em rede quando do recebimento de denúncias provenientes do Disque Direitos Humanos, assim como, capacitar os profissionais envolvidos para lidar com as denúncias recebidas e fomentar a necessidade de retorno das informações para favorecer o monitoramento dos casos" (Edital 001/2013 - Projeto PNUD BRA/07/019, acessado em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/editais/pdfs-dos-editais/edital-001.2013).

mos que com mais frequência as iniciativas para "LGBT" estão ligadas a secretarias relacionadas à direitos humanos, assistência social, cidadania e/ou justiça, realçando uma concepção que atrela direitos humanos e justiça à assistência social e com menor frequência aparecem instâncias de outra ordem, tal qual "diversidade humana" e "livre orientação sexual".

Toda essa movimentação em torno da criação de novas estruturas de administração governamental faz surgir mais uma figura nesse campo: os "Gestores LGBT". Por ocasião desta reunião em Brasília foi divulgado um informe sobre a criação do FONGES - Fórum Nacional de Gestoras e Gestores LGBT[193]. A esse anúncio, o representante LGBT da SDH pediu explicações do porquê da coordenação nacional não ter sido convidada para integrar esse Fórum. A resposta de um dos gestores presentes foi de que seria um "um fórum só nosso, de gestores estaduais e municipais, separado". A resposta não satisfez a Coordenação Nacional, que pediu que o seu interesse em participar no Fórum ficasse registrado. Nessa situação apesar de todos serem "gestores LGBT", esboçou-se um antagonismo entre a gestão federal e as gestões estaduais e municipais[194].

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa de campo foi possível notar, entre diversos atores, um progressivo aprendizado do funcionamento administrativo do governo e consequentemente, a colocação de demandas de acordo com o que se entende que sejam os formatos institucionalizados possíveis e corretos a cada propósito. Em seminários, encontros e reuniões, várias vezes ouvi variações da assertiva: "temos que estar antenados em como

---

[193] A criação do FONGES foi formalizada em reunião realizada em 20 de junho de 2011 em São Paulo com nome completo: Forum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para a População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ver anexo C12.

[194] Em 08 de abril de 2013, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República disponibilizou para consulta pública o "documento-base" do Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência Contra LGBT, "O sistema tem como objetivo incentivar a instalação de Conselhos e Coordenadorias estaduais, distrital e municipais LGBTs em todo o País". http://portal.sdh.gov.br/clientes/sedh/sedh/2013/04/08-abr-13-sistema-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-lgbt-entra-em-consulta-publica . Cerca de 3 meses depois, em 3 de julho de 2013, a Portaria Nº 766 instituiu o referido Sistema com a "finalidade de "organizar e promover políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBT, compreendidas como conjunto de diretrizes a serem observadas na ação do Poder Público e na sua relação com os diversos segmentos da sociedade". Segundo a Portaria, os integrantes do Sistema Nacional de Enfrentamento à violência Contra LGBT seriam: "executores de políticas LGBT", "Conselhos LGBT" de nível nacional, estadual e municipal, "Comissão Intergestores da Política LGBT" e "Conferências LGBT". Uma outra Portaria, datada do mesmo dia e de Nº 767, instituiu o "Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República". Dentre as suas "competências", consta a articulação das ações do Sistema Nacional (as duas portarias podem ser encontradas no anexo C13 e C14.

funciona o Estado administrativamente". Esse investimento em compreender morfologias da administração acontece já há alguns anos. O Projeto Aliadas, por exemplo, mencionado no Capítulo 2, foi um importante signo desse esforço em "aprender a língua do Estado". A dubiedade dessa espécie de "empoderamento" é que se aprende a operar com a mesma linguagem de poder que supostamente se pretende superar. Ou seja, adquire-se competência em linguagens e modos de operação que dificultam o acesso para aqueles que não são muito bem "entendidos" na "máquina pública", que não possuem acesso a redes de contato e influência. Mas não se faz muito para que esses modos e linguagens sejam transformados. Nota-se, ao contrário, uma verdadeira pedagogia em relação à adequação a procedimentos tradicionais da política.

O Conselho Nacional LGBT, espaço disputado na Cena 5 reproduzida acima, pode ser considerado como um dos locais privilegiados para o exercício - e exibição - desse aprendizado administrativo. O Conselho é também considerado a ferramenta principal de "controle social e participação", indispensáveis ao modelo de democracia que o Estado brasileiro vem se empenhando em produzir. Nesse sentido contribui para agregar uma marca moral bastante valorada e significativa a um Estado que administra em parceria com a "sociedade civil"[195].

Acompanhei alguma das reuniões do Conselho. Na primeira, um dos integrantes da "sociedade civil" brincou: "esse é o controle social do controle social", referindo-se ao fato do encontro, sediado na SDH em Brasília, estar sendo transmitido pela internet em tempo real. Em uma outra reunião um representante da Secretaria de Participação Social apontou o desconhecimento que as pessoas tem de outras conferências que não sejam as de seu interesse mais diretamente relacionado: "é preciso que haja articulação entre os conselhos [...] para somar forças e não elaborar políticas repetidas". E ainda em outra ocasião um conselheiro do governo federal brincou dizendo que o nível de compreensão entre governo e sociedade civil ali era alto, "acho que apanhamos pouco".

---

[195] O decreto Nº 7.388, 9 de dezembro de 2010, que ajustou o formato do Conselho Nacional de Combate a Discriminação para que passasse a atuar no "combate à discriminação e promoção dos direitos LGBT", dispõe sobre sua competência "de natureza consultiva e deliberativa", com a finalidade de "respeitadas as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração federal, formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional". O Conselho é composto por 30 membros, 15 representantes de Ministérios e Secretarias da Presidência da República e 15 da "sociedade civil".

De volta à *Cena 5*, outro momento interessante da reunião foi a apresentação dos dados acumulados até aquele momento pelo Disque 100. O Disque Direitos Humanos (ou Disque 100) é um serviço da Ouvidoria da SDH para a denúncia de violações de direitos[196]. Naquela ocasião, um coordenador do Disque 100 apresentou como o sistema funcionava, como os dados eram registrados, quais eram as formas de encaminhamento de denúncias, bem como alguns dados computados até aquele momento. Quando existem estruturas montadas nos níveis de estados e municípios cuja atribuição específica cubra o atendimento de "questões LGBT", o Disque encaminha as denúncias recebidas para que sejam processadas localmente. Esse era o caso de algumas das instâncias representadas pelos "gestores LGBT" presentes na reunião.

A esse respeito, um dos gestores se manifestou dizendo que o sistema era ótimo, mas havia aumentando muito "a demanda" e questionou como faria para dar conta das denúncias encaminhadas, inclusive financeiramente. Foi dado um exemplo. A ouvidoria envia faxes para os organismos locais com os dados das denúncias recebidas, "mas quem paga as resmas de papel?". Alguns se manifestaram dizendo que era preciso aumentar a divulgação sobre os Disque 100, pois talvez esse fosse o motivo da diferença notada entre a quantidade de denúncias recebidas entre diferentes estados e municípios. Um reflexo do baixo conhecimento do serviço entre a população. Já outros interpretaram que a divulgação do Disque da SDH causaria um problema. Algumas regiões possuem serviços telefônicos de denúncia próprios e uma divulgação maior do Disque 100 faria com que as pessoas passassem a acioná-lo ao invés dos canais locais (inclusive pelo número ser mais fácil de decorar). Então, a longo prazo, uma maior divulgação "enfraqueceria os serviços locais". Um dos gestores presentes, demonstrando-se "mais experiente" dirigiu-se aos demais presentes "ensinando" que eles precisariam fazer pressão para que os recursos de que precisam constem dos PPA dos seus estados, pois não seria possível "ficar esperando só do governo federal".

[196] O Disque existe desde 2004 para a denúncia de violações de direitos de crianças e adolescentes. Em fevereiro de 2011, foi lançado oficialmente um módulo específico destinado ao recebimento de denúncias de violação de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Na mesma época também foram acrescentados módulos específicos para "idosos, pessoas com deficiência e população em situação de rua". Em abril de 2013 foi anunciada a possível inclusão de mais um módulo destinado à "população cigana". (http://www.sdh.gov.br/disque100/ouvidoria-disque-100).

Outras discussões ocorreram sobre como estabelecer formatos e “rotinas para a emissão de relatórios gerenciais”. Alguns manifestaram a preocupação de que denúncias estariam “caindo no limbo” ao serem encaminhadas, pois não existiria muito controle sobre a forma como isso vinha sendo feito ou de como estariam sendo recebidas. Por fim, para haver mais “agilidade”, decidiu-se que seria criado um “e-mail oficial” especialmente para encaminhamentos da SDH às gestões locais. Para tal, foi solicitado que a SDH enviasse um “ofício” pedindo formalmente a criação de um e-mail para as respectivas instâncias administrativas locais competentes.

A expectativa para com o Disque 100 é de que a partir dele seria efetivamente possível construir e monitorar um “mapa nacional de violação de direitos humanos LGBT”, para isso seria preciso trabalhar com cuidado as categorias a partir das quais as informações são registradas. Esse foi um ponto de especial atenção entre os presentes na reunião.O entendimento, particularmente, sobre a categoria “identidade de gênero” foi um ponto de controvérsias. De acordo com a exposição feita pelos responsáveis pelo Disque 100, o “sujeito LGBT” seria localizável nos registros através das seguintes categorias: “identidade” - “heterossexual, homossexual ou bissexual”, “sexo biológico” - “ (F) feminino ou (M) masculino” e “identidade de gênero” - “(F) feminina ou (M) masculina”. Os gestores presentes se esforçaram em explicar para os presentes que identidade de gênero não poderia ser preenchida simplesmente pelas variáveis 'F' ou 'M', pois a identidade de gênero incluiria 'travestis' e 'transexuais' e, ainda segundo um dos gestores, 'F' ou 'M' seria “gênero” e não “identidade de gênero”.

Com as categorias preenchidas da maneira tal qual foram apresentadas pelos responsáveis pelo Disque 100, as travestis e transexuais de fato não seriam identificáveis. Durante a discussão alguém chegou a propor a inclusão da categoria “identidade sexual” no sistema, mas a ideia não teve adesão. Por fim ficou acertado que alguma nova implementação seria feita para que pudessem efetivamente capturar registros relacionados a travestis e transexuais. Essa passagem deixa evidente o quanto sistemas burocráticos de classificação tem dificuldade de incorporar categorias que escapam da concepção binária do dismorfismo sexual.

Em 2012 a SDH divulgou o primeiro “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil”, incluindo as denúncias registradas pelo Disque 100 ao longo do ano de 2011. Especificamente sobre a informação da “identidade de gênero” para a composição do “perfil da vítima”,

o levantamento registra que em 18,6% das denúncias o dado não foi informado. A interpretação para a essa porcentagem, considerada alta, é a de que a categoria "não é corrente no senso comum, tornando-se seu entendimento um obstáculo para a resposta" (Brasil, 2012: 22). O relatório divulgado para os casos denunciados no ano de 2012, também traz considerações sobre o alto índice de registros "não informados" sobre "identidade de gênero": "Categorias como 'orientação sexual' e 'identidade de gênero', bem como suas diferenciações, não são amplamente conhecidas entre a população, desinformação que torna-se um obstáculo para a denúncia" (Brasil, 2013: 23).

A categoria "identidade de gênero" voltará a ser discutida na próxima seção. Por ora, considero importante registrar como a discussão ressaltou a importância de classificar sujeitos para a produção posterior de dados e igualmente a dificuldade dessa tarefa, sobretudo quando o que se está a classificar escapa de enquadramentos mais ordinários ou de categorias de apreensão mais convencionais.

O fazer cotidiano das políticas implica a compreensão dos modos de funcionamento administrativo do Estado, ao mesmo tempo que a construção contínua das populações que são o objeto da administração. As dinâmicas produzidas pela interação desses novos agentes (gestores) com uma também "nova população" permite vislumbrar como negociações cotidianas são imprescindíveis. A fabricação da necessidade de "ofícios", ou a miríade de formalizações e institucionalizações burocráticas das quais os "ofícios" são um grande signo, as disputas por espaços de poder, a produção de enquadramentos, as fixações em "papel" e as disputas por enunciações legítimas. Filigranas que vão constituindo políticas e sujeitos para essas políticas.

A noção de "trama institucional" articulada por Gregori (2000) é bastante útil aqui, "na medida em que supõe a existência de uma rede formada por uma gama de instituições e atores" e não desprovida de conflitos (:166). Não é possível olhar para a trama institucional que vem constituindo "sujeitos LGBT" no plano governamental brasileiro, sem considerar as disputas e rearranjos internos que envolvem os sujeitos que se reúnem sob esse coletivo. Essas movimentações condicionam e ao mesmo tempo são condicionadas por essa trama ou por essa malha de relações. Esse é o aspecto abordado na próxima seção.

4.2 – "Atrás do silicone também bate um coração"[197] – travestis, transexuais e alguns deslocamentos ou desestabilizações

Uma discussão pormenorizada e detida sobre travestis e transexuais não é o foco desta tese. Contudo, é impossível refletir sobre o processo de construção de uma "população LGBT", sem considerar as inflexões particularmente relacionadas ao T desse coletivo. Observei duas áreas de tensão que apareceram mais explicitamente durante o meu trabalho de campo. Notadamente, as maneiras como os sujeitos que se pretende reunir sob esse "T" imprimem distensões: i) no interior do próprio movimento organizado, quando funcionam para personificar o alvo da homofobia ou "a cara do movimento" e ao mesmo tempo desestabilizam a "homossexualidade" como categoria englobante do coletivo, e ii) as relações controversamente produtivas que estabelecem com as políticas de saúde. O que pretendo destacar é a maneira como essas distensões reverberam "perturbações de gênero" que desestabilizam convenções[198] refletidas em disputas por categorias de enunciação e classificação que percorrem determinadas "tramas institucionais".

Ainda nesse sentido, é bastante instigante para a reflexão a desestabilização ou desnaturalização da categoria *mulher*, provocada por travestis e transexuais que se definem como mulheres (independentemente do desejo de realização de cirurgia de transgenitalização) ou que procuram se aproximar de organizações feministas, oscilando entre uma identificação com o movimento de mulheres ou o movimento *LGBT*[199]. Vianna (2009) destaca as "provocações ruidosas" e as "dissidências inscritas no e pelo gênero" que surgem com a entrada em cena de travestis e transexuais que reivindicam o tratamento de seus relacionamentos afetivo-sexuais como relações heterossexuais. Dessa forma, provocam a "matriz de inteligibilidade"

---

[197] O enunciado completo diz: "não, não, não à discriminação, atrás do silicone também bate um coração".

[198] Utilizo convenções aqui no sentido desenhado por Gregori (2011) que, em diálogo de Roy Wagner (2010 [1981]), assume para além do significado presente no dicionário, a relação dialética entre convenção e invenção: "a convenção tem a ver com o ponto de vista coletivo, com a orientação da cultura, com o modo como as pessoas aprendem a experenciar, agir e comunicar; as convenções sofrem mudanças, e novas inflexões são inventadas, a partir de operações de diferenciação e particularização, no marco de contextos anti-convencionais" (: 21).

[199] Cf. Vianna & Carrara (2007) e Machado (2008). Em março de 2009, pela primeira vez transexuais puderam participar oficialmente do XI Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado no México.

que pressupõe a coerência linear e encadeada entre sexo anatômico, performance de gênero e orientação sexual (Butler, 2008)[200].

Entre os materiais reunidos para esta análise, o uso do termo "identidade de gênero", forjado especialmente para "incluir" sujeitos que se definiriam mais pelos atributos de gênero incorporados ou desempenhados do que pela orientação sexual, parece ter ganhado corpo progressivamente a partir de 2005. Por volta dessa época, "homossexualidade" como termo englobante começa a dar lugar ao composto "orientação sexual e identidade de gênero". Através de alguns documentos podemos ter uma visão desse processo.

A expressão *identidade de gênero* não aparece no Brasil Sem Homofobia (BSH), de 2004, mas aparece no relatório do I Congresso da ABGLT realizado no ano seguinte. Nesse momento, o 'T' da sigla significava *transgêneros* e a introdução do conceito de "identidade de gênero" aparece mencionada em relação a ações de *advocacy* nacionais e internacionais para a inserção de "pessoas transgêneros e transexuais"[201]. Em alguns momentos a expressão ainda aparece atrelada ao termo "homossexual", como em um item específico intitulado "Identidade de gênero e orientação homossexual".

Já nos anais do II Congresso da ABGLT de 2006 a fórmula a ser utilizada para se referir às ações indica a consolidação do par *orientação sexual e identidade de gênero*. No mesmo congresso também foi aprovada uma proposta para que a ABGLT alterasse o seu Estatuto nos seguintes termos:

> Que no próximo Encontro da ABGLT, o Secretário geral peça como pauta a mudança do Estatuto no que se refere a sigla "transgênero" e que possa se referenciar as categorias "travestis e transexuais", para com essa mudança possa dar visibilidade aos transexuais;

---

[200] De acordo com Judith Butler, "gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo". Sendo assim, "a própria noção de 'pessoa' se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é 'incoerente' ou 'descontínuo', os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas" (:38).

[201] Como nos trechos: "Nesse trabalho de advocacy devemos também solicitar a introdução e uma menção mais explícita sobre o direito das pessoas Transgêneros e Transexuais e, introduzindo além da Orientação Sexual, a dimensão da Identidade de Gênero, protegendo com isso as/ os Transgêneros e Transexuais" e "Introduzir a discussão da Identidade de Gênero na Resolução Brasileira visando à proteção das pessoas Transgêneros e Transexuais, através de discussão com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e com o Ministério das Relações Exteriores". Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros [ABGLT]. (2006). *Resoluções do I Congresso da ABGLT :avanços e perspectivas, 2005* – Curitiba PR.

Se, como no capítulo 2, percorremos alguns documentos, podemos compreender termos e expressões a partir dos parâmetros que o próprio campo vai estabelecendo ao longo do tempo. O Brasil Sem Homofobia (2004) possui uma sessão chamada "dúvidas frequentes", onde algumas definições são apresentadas:

> O que é **identidade sexual**?
> É o conjunto de características sexuais que diferenciam cada pessoa das demais e que se expressam pelas preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo. A identidade sexual é o sentimento de masculinidade ou feminilidade que acompanha a pessoa ao longo da vida. Nem sempre está de acordo com o sexo biológico ou com a genitália da pessoa.
>
> O que é **orientação sexual?**
> Orientação sexual é a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num continuum que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade.
>
> **Transgêneros**: Terminologia utilizada que engloba tanto as travestis quanto as transexuais. É um homem no sentido fisiológico, mas se relaciona com o mundo como mulher[202].
>
> **Transexuais**: São pessoas que não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente. Sendo o fato psicológico predominante na transexualidade, o indivíduo identifica-se com o sexo oposto, embora dotado de genitália externa e interna de um único sexo.

Então em 2004, as "Dúvidas mais frequentes" se voltavam para identidade sexual, orientação sexual, transgêneros e transexuais. E identidade de gênero não aparece no texto em nenhum momento. Já no documento que resulta do I Congresso da ABGLT de 2005, não veremos mais nenhuma menção à *identidade sexual*, volta-se a definir *orientação sexual* e *transgêneros*, a definição de *transexuais* é a mesma do BSH e teremos outras em acréscimo, como *travesti*, *gênero* e *identidade de gênero*. O glossário contido no documento define:

> **Gênero:** É uma categoria analítica desenvolvida recentemente nas Ciências Humanas e se origina das discussões e lutas feministas, em seu esforço para desnaturalizar a situação e o lugar social de homens e mulheres na sociedade. Gênero não significa o mesmo que sexo, pois este se refere às características biológica de uma pessoa, enquanto gênero remete à construção social, histórica e cultural envolvendo relações de poder, identidades, papéis e funções sociais, imagens e significados associados a cada um dos sexos.

[202] O texto do BSH indica como referência para essa definição: Guia de Prevenção das DST/Aids e Cidadania para Homossexuais, PN-DST/AIDS.

identidade de gênero: Refere-se à maneira como alguém se sente e apresenta para si e para os demais como homem ou mulher, ou ainda uma mescla de ambos, independente do sexo biológico. Trata-se de uma dimensão fundamental da existência humana, não devendo portanto constituir motivo para a discriminação. As pessoas transgêneros – travestis e transexuais – são aquelas que constroem sua maneira de ser, de se expressar e de agir sem seguir estritamente as regras e valores socialmente impostos a cada sexo. Devido à sua visibilidade, são tratadas com as piores formas de desprezo, abuso e violência.

Orientação Sexual: É a direção espontânea do desejo afetivo e erótico, que pode ter como objeto pessoas do sexo oposto (heterossexual), pessoas do mesmo sexo (homossexual) ou de ambos os sexos (bissexual). O objeto do desejo sexual não é uma opção consciente da pessoa, pois é uma construção individual a partir da leitura e vivência que cada um faz dos elementos disponibilizados pelo meio social: família, escola, vizinhança, mídia, entre outros. Nesta Tese, Orientação Sexual não significa Educação Sexual.

Transgêneros: Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais da sexualidade. Estão entre os/as transgêneros: as/os travestis, as/ os transexuais, os transformistas, as Drag Queens, as Drag Kings, os Cross Dressers, os intersex.

Transexuais (igual BSH): São pessoas que não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente. Sendo o fato psicológico predominante na transexualidade, o indivíduo identifica-se com o sexo oposto, embora dotado de genitália externa e interna de um único sexo.

Travestis: As travestis, apesar de aproximar seu corpo formas femininas através das roupas e adereços como de alterações físicas, não deixam de obter prazer com seu pênis. Uma travesti normalmente não tem a intenção de alterar seu sexo biológico. Essas características costumam aparecer na puberdade e intensificam-se na adolescência. Ela se sente e se expressa publicamente de forma feminina, mas sem abrir mão de alguns atributos masculinos em algumas relações que estabelece com a sociedade.

Entre 2004 e 2005 vemos como *gênero* ganha preponderância ou mais atenção. Poderíamos interpretar que *identidade de gênero* aqui, seria o *gênero* que precisa ser nomeado e afirmado, quando em desacordo com o convencionalmente associado ao sexo biológico (ou às "regras e valores socialmente impostos a cada sexo"). Nesse caso há uma associação entre esse sentido e as "pessoas transgênero", aquelas que "transcendem as definições convencionais". Por sua vez, entre *transgêneros*, temos a diferenciação entre *travestis* - pessoas que aceitam e "não deixam de obter prazer" com o "sexo biológico" e *transexuais* - que "não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente". Se em 2004, evocam as formulações da psicologia, em 2005, o campo de referência é ampliado para as "ciências humanas". À psicologia mesclam-se concepções oriundas das "discussões e lutas feministas" para afirmar a "construção social, histórica e cultural" do gênero e da sexualidade.

Pulando para 2008[203], como já mencionado nos capítulos 1 e 2, o primeiro painel da I Conferência Nacional LGBT consistiu em uma apresentação didática a respeito dos conceitos de *orientação sexual* e *identidade de gênero* e o "texto-base" da Conferência apresentado pela Comissão Organizadora para a ocasião, trouxe um glossário bastante extenso. Vejamos alguns dos verbetes:

> **Transexual**: pessoa com identidade de gênero que se caracteriza por uma afirmativa de identificação, solidamente constituída e confortável nos parâmetros de gênero estabelecidos (masculino ou feminino), independente e soberano aos atributos biológicos sexualmente diferenciados. Esta afirmativa consolidada pode, eventualmente, se transformar em desconforto e estranheza diante destes atributos, a partir de condições sócio-culturais adversas ao pleno exercício da vivência dessa identidade de gênero constituída. Isto pode se refletir na experiência cotidiana de auto-identificação com o gênero feminino - no caso das mulheres que vivenciam a transexualidade, que apresentam órgãos genitais classificados como masculinos no momento em que nascem -, e ao gênero masculino - no caso de homens que vivenciam a transexualidade, que apresentam órgãos genitais classificados como femininos no momento em que nascem. A transexualidade também pode, eventualmente, contribuir para o indivíduo que a vivencia objetivar alterar cirurgicamente seus atributos físicos (inclusive genitais) de nascença para que os mesmos possam ter correspondência estética e funcional à vivência psico-emocional da sua identidade de gênero.
>
> **Travesti**: pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papeis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos através de hormônioterapias, aplicações de silicone e ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isto não é regra para todas.
>
> **Gênero**: o conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença entre homens e mulheres é culturalmente significada e hierarquizada. Envolve todas as formas de construção social das diferenças entre masculinidade e feminilidade, conferindo sentido e inteligibilidade social às diferenças anatômicas, comportamentais e estéticas. Contemporaneamente se compreende que não há linearidade na determinação do sexo sobre o gênero e sobre o desejo, sendo o gênero uma construção individual, social e cultural que sustenta a apresentação social da masculinidade e/ou feminilidade por um indivíduo.
>
> **Identidade de gênero**: nos Princípios de Yogyakarta está definida como a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo – que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros – e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.
>
> **Orientação sexual**: nos Princípios de Yogyakarta está definida como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva, ou sexual

[203] Para exemplificar com outro documento anterior, o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST entre Gays, HSH e Travestis do Ministério da Saúde, lançado em 2007 também utiliza o par orientação sexual e identidade de gênero.

> por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou ambos, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. Modernamente, as orientações sexuais são distinguidas em "heterossexualidade" (quando o interesse afetivo-erótico-sexual da pessoa se dirige em direção a pessoas do sexo oposto), "homossexualidade" (quando esse interesse se expressa por pessoas do mesmo sexo) e "bissexualidade" (interesse por pessoas de ambos os sexos).

A partir daqui a definição de *transexualidade* abandona a ênfase na não aceitação dos "atributos biológicos sexualmente diferenciados" ou "órgãos genitais classificados como masculinos ou femininos ao nascer", deixando assim em aberto o desejo de realização de "cirurgia para alteração de seus atributos genitais de nascença" e surge a possibilidade dos "homens vivenciando a transexualidade", ausente até então. A diferenciação entre travestis e transexuais é menos enfática aqui. O verbete *transexual* menciona a possibilidade de cirurgia e o que se refere a *travestis* descreve a possibilidade do uso de hormônio e/ou silicone, mas nos dois casos a questão central se volta para a não correspondência entre o *sexo biológico* e a *identidade de gênero* assumida. Esse glossário parece ser mais cauteloso diante de definições muito fechadas.

As definições para *orientação sexual* e *identidade de gênero* reproduzem em parte os termos contidos nos Princípios de Yogyakarta[204]. Aqui a *orientação sexual* é uma "capacidade" do indivíduo, lá no documento de 2005 aparecia como "uma direção espontânea" (mais próxima do impulso), talvez pelo esforço também expresso lá, de afastar a idéia de "opção" de direcionamento do desejo sexual. A *identidade de gênero* não é mais explicitamente vinculada a *transexuais* ou *travestis*. E note-se também que em 2008 o termo transgênero parece

[204] A tradução d'*Os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero*, foi lançada no Brasil em agosto de 2007, através da Secretaria de Direitos Humanos, como uma ação do Programa Brasil Sem Homofobia. Os "Princípios" foram originalmente elaborados por um grupo de especialistas em direitos humanos e direito internacional de vários países, na cidade de Yogyakarta, na Indonésia, em reunião presidida por Sonia Onufer Corrêa e Vitit Muntarbhorn, e foram apresentados na IV Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em março de 2007. Os Princípios de Yogyakarta formam um conjunto de normas que versa sobre a legislação internacional de direitos humanos e sua aplicação "a personas de diversas orientaciones sexuales e identidades de gênero". Partem do pressuposto de que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Todos os direitos humanos são universais, interdependentes, indivisíveis e inter-relacionados. A orientação sexual e a identidade gênero são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso". Ver, respectivamente: "Guía del activista para usar los Principios de Yogyakarta" (*Dreilinden Gesellschaft fur gemeinnutziges Privatkapital; Fund for global Human Rights; Hivos*, 2010) e http://www.yokyakartaprinciples.org .

praticamente sair de circulação. No Plano Nacional LGBT, de 2009 - apesar de não conter nenhum glossário -, percebemos que o sentido dos termos articulados são mais ou menos os mesmos desse documento de 2008.

Cabe mencionar que *gays*, *lésbicas* e *bissexuais* também constam como verbetes desses documentos, mas as definições variam quase nada ao longo do tempo e são bem mais simplificadas. Cito apenas duas nuances mais significativas. Em 2005, para *Bissexuais*, tivemos:

> São pessoas que se relacionam sexual e/ou afetivamente com ambos os sexos. Alguns assumem as facetas de sua sexualidade abertamente, enquanto outros vivem sua conduta sexual de forma fechada.

Definição que claramente deixa pairar sobre pessoas bissexuais uma suspeita ou acusação de viver "no armário". Em 2008, a definição muda para:

> **Bissexual**: pessoa que têm desejos e práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com homens e mulheres.

A outra nuance curiosa tem a ver com uma característica que envolve todo o glossário apresentado em 2008, nele não se fala em sexo mas apenas gênero (com a exceção das definições para *travesti* e *transexual* reproduzidas acima):

> **Homossexual**: pessoa que tem desejos e práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com pessoas do seu mesmo gênero.
>
> **Heterossexual**: pessoa que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com pessoas do gênero oposto.
>
> **Gay**: pessoa do gênero masculino que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino.
>
> **Lésbica**: pessoa do gênero feminino que têm desejos e práticas sexuais, e relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero feminino.

Fica claro, enfim, que termos e categorias para se referir a sujeitos específicos vão sendo construídas e reconstruídas, compreendidas e assimiladas de forma diferente ao longo do tempo[205]. Esse processo guarda relações cada vez mais próximas com os desenvolvimen-

[205] É digno de nota a total ausência de intersexuais ou da intersexualidade nessa cena, incorporada já há algum tempo em movimentos da Europa e outras partes das Américas, tanto ao norte quanto ao sul.

tos de teorias e pesquisas da área de estudos de gênero e sexualidade e acompanha a tendência de progressivamente afastar o peso contaminado da natureza do sexo e enfatizar o caráter de construção sociocultural. No entanto, são formulações também determinadas pela relação com táticas e estratégias características do movimento social tidas como mais ou menos propícias para a relação com os formatos dados da burocracia jurídico-governamental.

Se todo esse esforço vem sendo feito para encontrar a categoria mais adequada para significar (ou representar) esse determinado conjunto de pessoas que se reúne entre "travestis e transexuais", a sua apresentação como vítimas exemplares do preconceito e discriminação não variou.

"Nós somos a cara do movimento"

Retratada como a população "mais estigmatizada e mais vulnerabilizada", as travestis e as transexuais[206] de fato perfazem o maior número de vítimas de discriminação e preconceito contabilizadas nos levantamentos existentes sobre a violência que acomete "pessoas LGBT", ao mesmo tempo em que apresentam os menores índices de escolaridade[207]. E como protagonistas das estatísticas de violência, as travestis e as transexuais cumprem um papel importante de visibilidade e mobilização para o movimento LGBT. Mas não sem que isso seja um ponto de conflito e foco de disputas internas. Durante o trabalho de campo em situações variadas pude perceber e presenciar desacordos, discussões e brigas, envolvendo travestis e transexuais que acusam o próprio movimento LGBT de discriminá-las.

Mario Carvalho (2011) aborda especificamente o discurso de militantes travestis e transexuais em relação às demandas e às proposições de políticas públicas de saúde no Brasil. Para o desenvolvimento do trabalho o autor realizou entrevistas com uma série de lideranças do movimento de travestis e transexuais brasileiro, nas quais indagou sobre agenda prioritária, formas de organização, trajetórias pessoais, transformações corporais, entre outras questões. Recorro a algumas de suas entrevistadas para dar ênfase ao que nos interessa abordar aqui:

> [No] nascimento da primeira instituição de travestis e transexuais do Brasil, a gente enfrentou muito problema com o próprio grupo... com eles que diziam que não tinham ne-

[206] Por ora estou me referindo apenas "**as**" transexuais", mais para frente no texto, "**os"** transexuais entram no quadro.

[207] Ver: Carrara & Ramos (2005) e Carrara et al. (2006).

> cessidade, eles que tentavam de todas as formas sempre cercear a nossa participação na parcela de recurso... disponibilizada para a população LGBT em geral. Mas, a nossa... a organização do movimento de travestis e transexuais foi... também se deu por conta do preconceito, da homofobia do próprio movimento... que na época era movimento GLS. [...] E foi por conta dessas coisas todas que a gente decidiu criar um movimento... e que tem hoje grandes lideranças gays e lésbicas que estão aliadas a nós, mas que no passado nos desacreditavam, não nos davam espaço, mas que hoje viram a nossa força, a nossa capacidade... **[E]les sabem que nós é que somos a cara do movimento**. Se vai ter uma parada, são as travestis que têm que estar liderando. Se vai ter uma manifestação, são as travestis... é que todos os holofotes estão virados para as travestis... **nós somos a ponta de lança**, nós somos a cara do movimento. [...] Agora... nós sofremos muito preconceito... ainda sofremos dentro do próprio movimento LGBT. [...] A gente não consegue explicar, mas algumas coisas... as pessoas que nos discriminam deixam escapar. Eles nos chamam de homens de peito [...][208].
>
> A travesti era protagonismo do trabalho dos outros em prol da cidadania dela, e achava que era protagonista. **O protagonismo [não] é a minha miséria, ser a fundamentação da campanha ou do projeto, mas que eu diga como isso vai ser feito**, que eu possa estar executando essa política ou essa ação. Aí sim eu acredito em empoderamento. Empoderamento é quando você tem um projeto [...][209]

Para Carvalho (2011), narrativas como as mencionadas nos depoimentos acima, denotam "uma certa manipulação política das travestis". O autor menciona a situação da I Marcha Contra a Homofobia em Brasília quando travestis foram o "abre-alas" do ato, carregando uma faixa com os dizeres: "De Luto Contra a Transfobia. E você?" (descrita na Cena 4 do capítulo 3), como exemplo de como "são tomadas como elementos visuais importantes em diversas manifestações do movimento". Entretanto, também nota que somente "três travestis discursaram no carro de som durante a concentração da Marcha e nenhuma delas fez uso do microfone durante o trajeto pela Esplanada do Ministérios" (:48). As entrevistadas pelo autor demonstram insatisfação diante das dificuldades em alcançar espaços de direção no movimento mais amplo e acusam a falta de atenção direcionada para questões que seriam especí-

[208] Jovana Baby em entrevista concedida a Mario Carvalho em 18/06/2010, ênfase do original . Fundadora da ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro), primeira ONG de travestis do Brasil, no momento da entrevista Jovana era a presidente da ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (Carvalho, 2011: 47).

[209] Majorie Marchi em entrevistas concedidas a Mario Carvalho em 16/08/2010, grifo meu. (Carvalho, 2011:130-1). A época da entrevista Majorie era presidente da ASTRA-Rio (Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro, vice-presidente da ANTRA e vice-presidente do Conselho Estadual LGBT do Rio de Janeiro. Atualmente trabalha para um equipamento do governo do estado voltado para o atendimento da população LGBT.

ficas de travestis e transexuais. Ao indagar sobre os termos "homofobia" e "transfobia", se o primeiro poderia englobar o segundo, uma das suas entrevistadas respondeu:

> A chamada homofobia que engloba tudo, como engloba tudo se eu não me sinto englobada? Tiram as travestis da frente. Por que as travestis não estão na frente [da sigla LGBT]? Quem é que leva a palavra homofobia nas costas? Nas justificativas de morte, exclusão, violência, em todas as pesquisas realizadas, a não ser as pesquisas sobre travestis, são pesquisas sobre violência, violação dos direitos, há um protagonismo absoluto, enorme. [...][210]

Outro ponto de conflito fala sobre as pautas prioritárias do movimento mais amplo. Durante o meu trabalho de campo, algumas vezes me deparei com reclamações de travestis e transexuais que diziam que a sua pauta não poderia ser apenas união civil e criminalização da homofobia. As entrevistas realizadas por Carvalho também refletem esse incômodo. A mesma entrevistada, prossegue:

> Ao mesmo tempo que ela [a homofobia] tem isso e tem toda essa visibilidade para legitimar sua causa, quando você se remete em política e pega do movimento LGBT, o movimento todo não luta por uma bandeira das travestis. **O movimento como um todo luta pela união civil e pela criminalização da homofobia.** Imagina esses dois aprovados hoje? Eu, enquanto travesti, o que é que muda para mim? A minha união civil será como homem, me unir como numa relação homossexual, que não sou. Vou me casar com nome de homem. [...] **Mas para mim não faz diferença** [...] Vou casar como? Vai ser Felipe casado com Marcelo? Porque a Majorie não existe, a Majorie não tem documento. O que me dá mais tristeza é que a grande maioria das travestis não tem essa percepção. Ficam falando sobre homofobia, PLC 122, união civil [...]. A questão é esclarecer socialmente o que é homofobia e o que é transfobia, o que causa homofobia, o que causa transfobia, aonde se dá e aonde pode se dar a homofobia e a transfobia, mostram que são dois fatores totalmente diversos. Mas no imaginário coletivo é tudo uma coisa só[211].

O preconceito e a discriminação que são dirigidos às travestis e às transexuais trariam algumas nuances de diferenciação em relação ao que atinge gays e lésbicas, pois, entre outras particularidades, as primeiras não poderiam "passar por". Ainda que as transformações na aparência permitam que sejam percebidas como mulheres, existiria um limite para esse "passing", como na hora de mostrar os documentos, por exemplo, nos quais a grande maioria permanece com o nome masculino de registro civil. Além disso, o mundo social convencional excluiria

---

[210] Majorie Marchi em entrevista a Mario Carvalho concedida em 20/09/2010)

[211] Majorie Marchi em entrevista concedida a Mario Carvalho em 20/09/2010, grifo meu. (Carvalho, 2011:130-1).

com mais frequência travestis e transexuais de espaços como a escola e a família, o que contribuiria para limitar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, desembocando na prostituição como meio compulsório de subsistência. E estar nas ruas as tornaria também alvos mais fáceis para a violência. Outra fala que ouvi algumas vezes durante o trabalho de campo, relacionado com "ser a cara do movimento", dizia: "travestis e transexuais são boas para justificar projetos". Por conta da relação com as políticas de prevenção a AIDS e também porque, com frequência, as travestis aparecem como as mais pobres, as mais pretas, as menos escolarizadas, por vezes são acionadas como uma espécie de ícone de "vulnerabilidade".

Podemos dizer que a organização política mais autônoma do movimento "T" é mais ou menos recente, se comparado ao que já foi chamado Movimento Homossexual Brasileiro. A primeira organização de travestis foi fundada em 1992. A Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro - ASTRAL surge em resposta à violência policial que reprimia a prostituição nas ruas. Naquele momento, o grupo contou com o apoio do ISER, através de um projeto de prevenção às DST/AIDS chamado "Saúde na Prostituição". Em 1993, aconteceu o primeiro "Encontro Nacional de Travestis e Liberados". Segundo Carvalho (2011), esse encontrou contou com 95 participantes, de 5 estados e foi importante para dar início a formação de outros grupos. A partir de 1996, em sua quarta edição, o encontro passou a ter o financiamento do então Programa Nacional de DST/AIDS (PN DST/AIDS)[212] e a chamar- se ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Liberados na Luta Contra a Aids. No ano de 2000, surgiu a primeira organização de nível nacional, a ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais e Transgêneros[213]. No dia 29 de janeiro de 2004, o Ministério da Saúde, através do PN DST/Aids lançou a primeira campanha voltada exclusivamente para Travestis. O desenvolvimento da campanha foi feito junto com o movimento organizado e é

[212] Atual Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais (www.aids.gov.br).

[213] Mario Carvalho interpreta essa trajetória como uma espécie de "empoderamento tutelado" através do qual progressivamente a organização do movimento de travestis e transexuais busca atuar de maneira mais autônoma: "incorporação de travestis e transexuais ao movimento LGBT se dá inicialmente num processo paradoxal de 'empoderamento tutelado', uma vez que os elementos discursivos e a práxis política na construção dessas militantes uma trama de relações que envolvem diversos atores, como as lideranças gays e lésbicas, agências governamentais e profissionais de saúde envolvidos em programas de prevenção de DST e AIDS" (Carvalho, 2011: 46). Para uma versão mais pormenorizada sobre o processo de inclusão de travestis no então chamado Movimento Homosexual Brasileiro ver também Carvalho & Carrara (2013).

considerado um grande marco para o movimento, tanto que desde então o dia 29 de janeiro entrou para o calendário como "Dia Nacional da Visibilidade Trans"[214].

A organização do movimento de travestis e transexuais esteve desde sempre muito relacionada às políticas de saúde. E essa relação significa mais do que apenas o financiamento de organizações ou de outras ações. Ao analisar a intervenção realizada através das políticas de prevenção às DST/AIDS entre travestis que se prostituem, Larissa Pelúcio (2009) chamou de "SIDAdanização" a lógica que ancora o processo de "conversão" dessa "população-alvo" em "cidadãs". Essa "conversão" implicaria a "adesão a princípios tipicamente modernos, como a 'individualização' e a 'racionalização'", mobilizando aspectos como a "potencialização da auto-estima" e o "desenvolvimento de uma nova consciência política"[215]. A autora alerta para o fato de que o objetivo de politização desses indivíduos pode ser visto "como uma estratégia de controle bastante sutil, centrada na responsabilização dos sujeitos diante das questões de saúde" (:110-111). Podemos daí depreender que seguindo um determinado modelo de "empoderamento", as travestis são incluídas através das políticas de saúde não como sujeitos integrais, mas como sujeitos preventivos: "até porque, tem sido nos espaços das unidades especializadas em DST/Aids que elas tem encontrado possibilidades de serem ouvidas, vistas e, assim, experimentando uma cidadania possível, ainda que esteja associada a doenças sexualmente transmissíveis e à aids" (Pelúcio, 2009: 132).

Somada a essa relação, o foco nas travestis como público-alvo da prevenção está diretamente relacionado a sua associação como trabalhadoras da prostituição. O que rende a acusação, feita pelo movimento, de que não são lidas como sujeitos per se para as políticas

[214] Majorie Marchi em entrevista para o site do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos CLAM, publicada em 30/01/2007: "No dia 29 de janeiro de 2004, 27 ativistas trans adentraram o Congresso Nacional para o lançamento da campanha "Travesti e respeito". Esta foi uma ação pioneira, tratando-se de travestis e transexuais. Acredito que este evento mostrou para o grande público o real poder de articulação do movimento social organizado. Foi também neste dia que fundamos a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Rio de Janeiro (Astra Rio). Por isso o dia 29 de janeiro será o marco histórico para simbolizar a luta por cidadania e igualdade de direitos desses segmentos altamente discriminados" (http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2287&sid=51, último acesso em março de 2013).

[215] A elaboração de Pelúcio é inspirada nas dicussões realizadas por Duarte et al. (1993) a respeito de processos de "cidadanização" ou "conversão à cidadania" em camadas populares.

de saúde, mas apenas como uma via de transmissão do HIV, para os homens com quem se relacionam diretamente e para suas esposas, indiretamente.

"Homens e mulheres tem gênero, mas trans tem identidade de gênero"

Em 2007, o Ministério da Saúde lançou o *Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS e outras DST*, trazendo na capa o título "*Mulheres contra DST e Aids*". Nesse plano, foram especificadas todas as mulheres a quem ele se destina, assim suas estratégias devem contemplar: "gestantes; mulheres vivendo com HIV e AIDS; adolescentes e jovens; *lésbicas, bissexuais e outras mulheres que fazem sexo com mulheres*; *transexuais*, negras; indígenas; mulheres em situação de prisão; profissionais do sexo; trabalhadoras do campo e da cidade; mulheres em situação de violência sexual e doméstica; portadoras de deficiência; mulheres no climatério e as mulheres idosas"[216]. A outra iniciativa semelhante, lançada em 2008, foi o *Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, Homens que Fazem Sexo com Homens (HSH) e Travestis*. Vemos aí como o "T" oferece certa resistência às classificações formuladas. Por que travestis são postas ao lado de homens, e transexuais ao lado de mulheres nos planos lançados? Talvez exista uma relação com a lógica da saúde que historicamente procurou enfatizar o sexo anatômico no enfrentamento da epidemia de AIDS, o que vem sendo questionado mais recentemente. Outra explicação para tal que ouvi durante o campo, dizia que estar junto com os homens seria uma escolha das próprias travestis, pois esse plano teria um orçamento maior do que o voltado para a "feminização" da epidemia.

Em março de 2010 acompanhei o Seminário *Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde*, organizado pela CCR - Comissão de Cidadania e Reprodução[217]. O evento,

---

[216] Para uma análise a respeito da construção discursiva do "corpo lésbico" como vulnerável às DST/AIDS e considerações sobre sua "invisibilidade" frente ao SUS, ver Almeida (2005).

[217] O Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde, ocorreu em São Paulo no Centro Universitário Maria Antônia, durante os dias 24 e 25 de março de 2010. Alguns textos e a relatoria do encontro podem ser encontrados em Arrilha et al. (2010) e no site da CCR. A CCR foi fundada em 1991 e está sediada no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), em São Paulo. Define-se como "uma entidade civil de âmbito nacional e sem fins lucrativos que tem o objetivo de promover e defender os direitos reprodutivos segundo os princípios das Declarações da ONU, em especial aqueles da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher" (www.ccr.org.br).

com duração de dois dias, reuniu pesquisadores, ativistas, médicos e outros profissionais que atuam em serviços públicos de saúde que prestam atendimento para travestis e transexuais. Convidada do seminário, Larissa Pelúcio disse que era a primeira vez que era chamada pra falar sobre travestilidade em um evento não relacionado diretamente à Aids. A "cidadania para além da saúde" foi um ponto tocado diversas vezes durante o seminário.

O seminário discutiu o direito ao acesso amplo aos serviços de saúde, o aconselhamento médico para hormonização e uso de silicone, independente da entrada em programas do processo transexualizador, entre outros assuntos. Durante a programação, discussões que giraram em torno do processo transexualizador foram o grande ponto de atenção e de tensão. A inclusão do processo no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2008[218] foi celebrado como uma grande conquista. No entanto, essa "vitória" vem atrelada a certas concepções biomédicas sobre gênero e sexualidade, que hoje são o que garantem a "transexuais" o acesso à realização da cirurgia de redesignação sexual através do sistema público de saúde. Para acessar a cirurgia é preciso que a pessoa seja diagnosticada como portadora de "transtorno de gênero"[219]. Ou seja, um reconhecimento que passa por uma patologização, muitas vezes, não desejada, revela como os sujeitos não tem autonomia sobre os próprios corpos e tampouco sobre as relações que estabelecem com e através deles. O processo também exige obrigatoriamente a submissão a um período mínimo de dois anos de terapia psicológica, antes que qualquer modificação corporal seja realizada. Além disso, o sujeito ainda deve provar que vive (através do uso de vestimentas adequadas, entre outros aspectos) de acordo com a "iden-

[218] Instituído no SUS pela Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008. Uma reconstrução do percurso dos debates políticos e acadêmicos que envolveram a publicação da Portaria pode ser encontrado em : Arán et al. (2008) e Murta (2011).

[219] Para uma leitura crítica da emergência da noção de "transtorno de gênero" na psiquiatria e na psicanálise, ver: Arán (2006) e Áran & Murta (2009). Para a relação entre essa noção usada como meio de acesso ao sistema de saúde pública no Brasil e a problematização de seus possíveis efeitos para a constituição de subjetividades, ver Arán et al. (2008).

tidade" para a qual se deseja fazer a transição. Sendo assim, não basta declarar-se transexual, é preciso "convencer" os responsáveis pelo diagnóstico[220].

A mobilização em torno da despatologização é um movimento crescente nos últimos anos. Entretanto, não existe exatamente um consenso sobre quais seriam os melhores termos e condições para que o processo continue sendo garantido no Sistema Único de Saúde sem a exigência de um diagnóstico[221].

Bento & Pelúcio (2012B)[222] discutem os termos através dos quais a transexualidade é arrolada como um transtorno mental tanto no DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, quanto no CID - Código Internacional de Doenças[223], bem como os argumentos favoráveis ao fim do "diagnóstico de gênero". Para tal mencionam a campanha internacional Stop Trans Pathologization, que surgiu em 2007 justamente visando a retirada dos termos que patologizam a transexualidade nesses manuais. Até janeiro de 2013,

---

[220] O texto da portaria que regulamenta o processo, diz: "Diretrizes Assistência ao Indivíduo com Indicação para a realização do Processo Transexualizador: O CID - 10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde define, em seu capítulo F64 - Transtornos da Identidade Sexual, F64.0 - Transexualismo como "um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado./Reconhecendo então que esta situação é determinante para um processo de sofrimento e de adoecimento a que estão sujeitos os transexuais e a necessidade de distinguir transexualismo dos demais transtornos da identidade sexual, o que possibilitaria erros incorrigíveis no atendimento a estas populações, estabeleceram-se diretrizes, as quais buscam garantir a eqüidade do acesso e orientar as boas práticas assistenciais, primando pela humanização e pelo combate aos processos discriminatórios como estratégias para a recuperação e a promoção da saúde" Portaria nº 1.707 / 18/08/2008, Ministério da Saúde.

[221] Do Plano Nacional LGBT consta uma ação sobre a questão, onde é possível ler a indicação de despatologização, ainda que de maneira não explícita: "Implantação e implementação do Processo Transexualizador no SUS, garantindo atenção integral às pessoas que busquem os Centros de Referência credenciados, sejam transexuais ou travestis, assegurando que o diagnóstico diferencial não seja fator de exclusão de usuários desses serviços.

[222] O artigo faz parte de um dossiê que reúne a contribuição de diversos pesquisadores a respeito de "vivências trans". O conjunto dos trabalhos oferece ainda um convite ao questionamento e à reflexão sobre as limitações e incômodos dos pesquisadores que enveredam por etnografias nesse campo, em que as experiências alargam alguns dos limites convencionados para a "normalidade" (cf. Bento e Pelúcio, 2012A).

[223] Elaborados pela Associação Norte-Americana de Psiquiatria (APA) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), respectivamente.

entre América Latina, América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, a campanha contava com a adesão de mais de 360 grupos[224].

As autoras concentram a sua elaboração na desconstrução de quatro argumentos nos quais o "diagnóstico de gênero" se sustentaria. O primeiro seria a "*diferença natural entre os gêneros*", ancorado na ideia da "diferença sexual natural" - "ou se nasce homem, ou se nasce mulher". O segundo argumento é nomeado pelas autoras como "*a visão suicidógena*", trata-se do discurso que se apóia na irreversibilidade do processo, para afirmar que qualquer flexibilização ou a retirada do caráter obrigatório da terapia psicológica, incorreria em risco de vida para os sujeitos que pleiteiam a transição. O terceiro argumento trataria de "concessões estratégicas" e estaria embasado no entendimento de que se o caráter de "doença" for retirado, o acesso ao Processo deixará de ser justificável no âmbito dos serviços públicos de saúde. As autoras interpretam que é justamente essa concepção de que o Estado estaria desobrigado a oferecer acesso a saúde integral, caso o "diagnóstico de gênero" seja desmontado, que precisa ser combatida:

> Se, para o Estado, os/as normais de gênero são aqueles/las que têm uma correspondência entre genitália, performance e práticas eróticas e se essa definição gera um modus operandi que exclui sujeitos que estão nos seus marcos, estamos diante de uma contradição com a sua própria definição universalizante (Bento & Pelúcio, 2012: 577).

O quarto e último argumento articulado por Bento & Pelúcio seria "a autoridade científica" e de certa maneira é muito simples: a inscrição em manuais compreendidos como repositórios de "verdades científicas" basta para assegurar essa "verdade do gênero". O DSM e o CID representariam, pois, a materialização de uma visão hegemônica e heteronormativa de gênero que, numa espécie de profecia que se cumpre por si mesma, é garantida pela articulação retórica que garante a "cientificidade" de seus conteúdos[225].

---

[224] O site da campanha internacional disponibiliza informações em sete línguas diferentes: http://www.stp2012.info/old/pt.

[225] É importante destacar que a regulamentação do Processo Transexualizador pelo SUS é uma conquista bastante valorada. Mas isso não significa que os serviços oferecidos não padeçam de profundas carências ou que não sejam insuficientes diante da demandas existentes. São apenas quatro os hospitais credenciados para a realização da cirurgia em todo o Brasil e as condições de seu funcionamento parecem estar longe de serem as ideais. Para uma visão elaborada a partir de uma experiência nesse tipo de serviço, ver Almeida (2010).

Destaco ainda algumas argumentações debatidas no *Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde* de 2010. Muitas falas se direcionaram para a crítica da maneira como a concepção das políticas em saúde - mas também grande parte de outras políticas levadas a cabo de maneira mais geral - estão atreladas a uma visão binária de gênero.

> Meu esforço aqui é revelar como a saúde – e sou uma defensora do SUS – é o setor de governo que mais avançou na garantia dos direitos LGBT no geral, [...] por exemplo, com relação à política de enfrentamento da Aids. Mas o que eu gostaria de discutir hoje é que, ao mesmo tempo em que avançamos em termos de políticas públicas, a lógica do binarismo de gênero comparece nessa formalização da política pública, comparece na forma como o movimento social vem reivindicando seus direitos sexuais e de gênero, e penso que é sobre tais aspectos que devemos pautar nosso debate, nosso esforço crítico em relação ao modo como fizemos as coisas até agora. Os debates travados durante o seminário questionaram a relação normativa constitutiva entre corpo sexuado e identidade, ou entre a forma do corpo e a identidade, e chamaram a atenção para a inexistência de outro vocabulário para dialogar com as políticas de governo voltadas para travestis e transexuais que não seja profundamente marcado por termos médico-psico-biologizantes. "Se insistirmos que transexualidade não é doença, que um diagnóstico não é o que define a sua existência? Quem é o sujeito de direito trans?", "Há espaço nas agendas políticas para essa desconstrução?", "Como desmantelar o controle do Estado sobre os nossos corpos?" (trecho da exposição de Tatiana Lionço)[226].

Podemos considerar que um dos efeitos da ampliação da discussão sobre o processo transexualizador é a multiplicação de sujeitos que passam a adotar essa identidade. A entrada do processo no SUS e o debate daí ocasionado, por si só ampliam o conhecimento dessa possibilidade de identificação, mas não apenas. O fato de não ser um serviço franqueado a travestis ou quaisquer outros sujeitos que queiram passar por processos de hormonização, realizar implantes de silicone ou retirada de mamas, por exemplo, e ser um serviço destinado única e exclusivamente para transexuais diagnosticados como tal, pode provocar a

[226] Alguns trabalhos que destacam essa relação "médico-psico-biologizante": Zambrano (2003); Bento (2006 e 2008); Vianna e Carrara (2007), Arán & Murta (2009), Leite Jr. (2011). Outras contribuições para o debate sobre a despatologização das transexualidades no Brasil, considerando a garantia ao acesso à saúde integral através do Sistema Único de Saúde, podem ser encontradas em Almeida & Murta (2013).

adesão à essa categoria identitária como uma chave de acesso aos serviços[227]. Mas não apenas, um efeito de migração de outras identidades para a transexualidade pode também estar relacionada ao desejo de um reconhecimento pelo feminino:

> Se você conversar com dez, quinze travestis, verá que hoje elas estão com a cabeça atordoada, pensando em fazer cirurgia, sem sequer saber se de fato são transexuais, porque a diferença é muito pouca, a diferença é aquelas que não estão em conformidade com seu sexo biológico e que querem fazer a cirurgia e aquelas travestis que realmente estão satisfeitas com seu sexo biológico, com o pênis que ajeitam no meio das pernas, mas que querem e lutam pelo direito de serem reconhecidas como "femininas" e terem reconhecido seu nome social. (trecho da exposição de Fernanda Benvenutty[228] no Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde).

Assim, essa escolha identitária não pode ser analisada apenas pragmaticamente, como uma forma de acessar um serviço. Poderíamos dizer que os debates em torno do Processo Transexualizador dão novos contornos e teor discursivo para a diferenciação entre travestis e transexuais. Bruno Cesar Barbosa (2011 e 2013) através de trabalho etnográfico realizado em reuniões chamadas "Terças Trans", sediadas no CRD - Centro de Referência da Diversidade de São Paulo[229], localizou uma miríade de categorias que as pessoas usavam para se identificar e dedicou-se a percorrê-las seguindo as formas como eram enunciadas. O autor discorre sobre a produção performática de tais categorias e sobre o acionamento de elementos como cor/raça, classe, geração, que se intersecionam na produção dos significados e sentidos que distinguem travestis e transexuais.

A diferenciação entre os termos tem um histórico traçado pela medicina psiquiátrica: travestis como fetichismo e a transexualidade como transtorno[230]. Mas no dia-a-dia do

---

[227] Em trabalhos nos quais acompanharam a experiência de pessoas transexuais, tanto Bento (2006) quanto Teixeira (2009) apresentam de maneira bastante sensível como sujeitos manejam as expectativas de equipes de médicos e psicólogos adequando-se às suas expectativas em relação a "transexualidade verdadeira". Constroem assim narrativas e performances de acordo com o que se espera como padrão de comportamento e subjetividade para receber o "diagnóstico" que permita a inclusão em programas nos quais poderão ter acesso a procedimentos de transformação corporal.

[228] Apresentada, no momento do seminário, como "ex-presidente e atual relações públicas" da Associação de Travestis da Paraíba - ABRAPA.

[229] As reuniões eram organizadas pela Secretaria de Travestis e Transgêneros da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT). O CRD é um equipamento público da prefeitura de São Paulo que se localiza no centro da cidade.

[230] Ver Leite Jr. (2011).

campo político observado são termos que ganham significação justamente na diferenciação entre si e espelhados na projeção do que seria a "mulher heterossexual natural", o "cume da feminilidade", para usar expressões localizadas pela pesquisa de Barbosa (2013). Algumas definições observadas pelo autor durante as reuniões das Terças Trans: "as travestis seriam 'menos' mulheres que transexuais" ou estariam no "campo do indefinido", pois não desejam realizar a cirurgia. A diferenciação entre travestis e transexuais é situada conforme um espectro que gradua "o desconforto com o órgão genital". Transexuais idealmente localizadas do lado extremo do desconforto e travestis no outro.

Barbosa localizou uma série de expectativas "convencionalizadas" para o comportamento de travestis e transexuais entre o público das "Terças Trans". Além de gênero e sexualidade, essas convenções intersectam aspectos relacionados a estilos de classe, cor/raça e geração. De travestis, espera-se uma composição de elementos e estilos corporais exagerados, uso de silicone em quantidade, formas escrachadas de expressão, "um esforço pelo feminino que beira o exagero" e por isso mesmo mal sucedido. Já entre transexuais o gestual seria comedido, o esmero na depilação de pelos faciais e outros ocultamentos de marcas corporais consideradas masculinas são indispensáveis, os cabelos bem tratados e ajustados e as transformações cuidadosamente construídas para serem "naturais". Nesse caso não há necessidade de "fazer esforço para parecerem mulheres, são naturalmente femininas" (2011: 37). O autor nota que travestis são de uma maneira geral localizadas em um "gradiente de cor da pele mais escura", mais pobres e menos escolarizadas. As características de raça/cor aqui podem estar relacionadas à sensualidade e certa provocação que remetem ao universo da prostituição. Entretanto o autor faz a ressalva de que esses elementos não podem ser tomados de forma absoluta, mas devem ser encarados a partir de uma perspectiva fundamentalmente relacional[231].

[231] Barbosa aciona o exemplo de Tina para ilustrar esse ponto. Tina se identifica como "mulher transexual" e "mulher vivendo a transexualidade" e como "negra", adotando cabelos cuidadosamente arranjados em estilo "afro/black" e vestimentas que "denotavam interesse por tendências de moda associadas a estilos de classe mais elevados". Seu timbre de voz é feminino, sua silhueta é magra e "sem exageros de silicone". Mesmo tendo a pele mais escura, não pairam suspeitas sobre a "transexualidade" de Tina, pois outros elementos de diferenciação articulados ganham preponderância nesse contexto (2011: 41).

Cabe, por fim, destacar que o trabalho de campo realizado por Bruno Cesar Barbosa encontrou também pessoas que oscilavam situacionalmente, identificando ora com um, ora com outro termo, ou que não se identificavam com nenhum deles. Além de "travestis" e "transexuais", apareceram "trans", "transex", "trans", "mulher que vive a transexualidade", "mulher", entre outras categorias.

> [...] Essas confusões de identidade dos Ts...é só nos Ts, viu? Onde tiver um T, tem uma confusão, porque sempre tem uma que não é mais transexual, a outra que não é mais travesti, a outra que... aí tem uma história de transgênero, que, graças a Deus, deu muita confusão e as pessoas deixaram de lado, mas sempre está aparecendo alguém que não se enquadra [...]. (Fernanda Benvenutty no Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde)

> [A] travestilidade é uma coisa que é muito fortemente desenvolvida no nosso contexto, na nossa realidade brasileira. Você não vê a travesti como ela é conceituada aqui no Brasil, numa Holanda, numa Rússia, numa China ou num país da África por questões sociais e culturais de cada lugar. Aqui existe uma diferença dentro da própria população na forma como ela se autopercebe. Concordo com a Fernanda, também tenho essa visão de que é a mesma coisa, como dizem: "negros e brancos são todos iguais". Mas a questão é que existem diferenças de autopercepção; [...] elas se degladiam, essa população, porque existe esse estigma carregado com a palavra travesti e a maioria da população transexual não quer estar inserida. Existe a questão da travesti, a Fernanda é uma travesti que se considera mulher, mas a nossa experiência mostra que a grande maioria da população travesti, por diversos motivos, não se autopercebe enquanto mulher e acaba por discriminar a transexual por se reconhecer enquanto mulher, então fica essa guerra. (Carla Machado no Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde)

Até aqui me referi mais enfaticamente às travestis e às transexuais. Vimos que nos documentos percorridos a referência a homens transexuais aparece pela primeira vez em 2008[232].

Guilherme Almeida (2012) expõe mais alguns dos matizes em torno da transexualidade ao refletir sobre "homens trans"[233]. Uma categoria identitária em "ascensão" no Brasil nos últimos anos, ainda que estejam representados em número reduzido no interior da movimentação política, oferece uma outra perspectiva interessante para a compreensão do campo.

---

[232] Apenas em 2010 uma resolução do Conselho Federal de Medicina retirou o caráter experimental da cirurgia de redesignação do sexo feminino para o masculino.

[233] O autor esclarece que para as reflexões realizadas considera "como equivalentes as categorias empíricas 'homem transexual', 'homem trans', 'transhomem', 'transman', 'FTM' ou 'transexual masculino'". E escolhe utilizar o termo "homem trans" no sentido de "condensar a experiência da transexualidade masculina" .

(Almeida, 2012: 513).

> A busca do acesso às modificações corporais tem tido o efeito colateral de produzir uma identidade social radicalmente distinta para além das paredes hospitalares./Na minha percepção tal identidade vem se construindo menos em função do diagnóstico psiquiátrico e mais na suposição de uma completa adesão aos signos corporais e aos comportamentos sociais que constituem as masculinidades, principalmente em seu 'modelo convencional' (Almeida, 2012: 516).

O autor enfatiza que a experiência da transexualidade para esses sujeitos pode se dar de maneiras muito distintas, como o recurso a vestimentas e outros acessórios, como faixas torácicas para ocultar os seios, o uso de hormônios e a realização de cirurgias. No mesmo sentido de diversidade de vivências, o autor faz questão de destacar como características de classe, cor/raça, geração, origem e orientação sexual concorrem para imprimir os contornos dessas experiências. Almeida registra ainda a "reabilitação do termo transexualidade, apreendido como descritor de vivências particulares e não como patologia" (idem: 518).

É interessante como o autor nota que a transexualidade não é adotada como uma categoria identitária total por esses sujeitos, mas como um adjetivo, sempre precedida pelo substantivo 'homem'. Para alguns, a identidade trans se configura como uma condição temporária, uma ferramenta de acesso institucional[234]. Essa recusa se daria não necessariamente por seu caráter patologizante, mas pelo desejo de se identificarem e serem reconhecidos plenamente como homens: "há alivio diante do encontro com uma unidade semântica capaz de oferecer inteligibilidade a suas trajetórias pessoais até então inomináveis e, por isso mesmo, mais abjetas" (Almeida, 2012: 517).

Outra dimensão fundamental trabalhada por Guilherme Almeida está mais diretamente relacionada às políticas de identidade e representação, tal como vêm sendo articuladas na atualidade. Trata-se da relativamente rápida capacidade de "passing" que homens trans conseguem desempenhar. Almeida reconhece que esses sujeitos, através da bem sucedida e elaborada construção corporal de signos reconhecidos como masculinos, especialmente após a realização da mastectomia e do uso continuado de testosterona, conseguem o "desconhecimento social da condição FTM[235]".

---

[234] Ao processo transexualizador, por exemplo.

[235] A sigla FTM (female to male) indica a transição feita do feminino para o masculino e a sigla MTF (male do female) indica a transição de masculino para o feminino.

> Em outras palavras, o uso da testosterona no caso dos homens trans, ao contrário do que ocorre com as mulheres trans, torna-os bastante próximos fisicamente às expectativas sociais de como deve parecer um homem, o que contribui para invisibilizá-los. Essa invisibilidade adquirida com frequência a duras penas significa para a maior parte um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero./ Por esse motivo, não sei se homens trans desejam comunidades reais e muito menos formar grupos políticos, ou se a necessidade de encontrar pares se basta nesses encontros pontuais e/ou virtuais de socialização. É possível que o desejo predominante seja de fato o de sumir na multidão, o 'direito à indiferença'. Esse é facilitado pelo fato de que o *passing*, como dito, é obtido com facilidade (Almeida, 2012: 519).

Essa "invisibilidade" dos *homens trans* concorre diretamente com a "visibilidade" massiva tomada como estratégia de afirmação política privilegiada pelos movimentos sociais.

> Não ficamos na saúde da mulher, não ficamos na saúde do homem, aí vem o Plano de Enfrentamento da Aids e também não estamos, em nenhum dos Planos, nem no Plano de Feminização, nem no Plano de HSH, gays e travestis, também não pegamos Aids, não nos infectamos.
>
> A questão dos homens trans é complicada e não tenho muito a falar. As outras demandas são as mesmas que têm as mulheres trans e, algumas vezes, as mesmas das travestis. Acho que a pior de todas pra nós é realmente a invisibilidade, em todos os sentidos. (trechos da exposição de Alexandre Santos (Xande) no Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde).

Em junho de 2012, em um evento realizado em São Paulo, foi fundada a primeira Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), contando naquele momento com a participação de 17 "homens trans" de diferentes locais do Brasil. Essa associação nasceu se posicionando mais claramente a respeito da despatologização da sua identidade. Por ocasião do I Encontro de Homens Trans do Norte e Nordeste, em junho de 2013, foi aprovada uma "*Moção sobre a reformulação da Portaria do Processo Transexualizador no SUS e a despatologização das transidentidades*". Nessa moção, os participantes do encontro manifestaram-se muito claramente exigindo a retirada da obrigatoriedade do diagnóstico como condição para modificações corporais e pelo fim da compulsoridade da psicoterapia pelo

período de dois anos, sem, entretanto, desconsiderar a importância do acompanhamento terapêutico enquanto escolha e direito dos sujeitos[236].

Na *Conferência Nacional GLBT* e nas etapas que a antecederam, quando se colocaram cotas de participação por gênero, travestis e transexuais foram incluídas na cota de gênero feminino. Em 2008, ainda não existiam homens transexuais visivelmente no campo, mas na Conferência de 2011 estiveram presentes e foram incluídos na cota de gênero masculino. Uma mulher lésbica não pode se identificar com o gênero masculino sem assumir uma identidade "trans" e o mesmo ocorre para homens que queiram se identificar com o gênero feminino, mas não como travestis e transexuais. Claramente nessa esfera de negociação e ocupação de um espaço político, não se rompeu com o binarismo.

"Homens e Mulheres tem *gênero*. Travestis e transexuais tem identidade de *gênero*", essa frase, dita de forma irônica e provocativa por um participante do Seminário discutido acima, é um forte signo dos limites da linguagem e das políticas colocadas em curso. A assunção da *identidade de gênero* enquanto nova categoria, "por entender que *gênero* não atende a todas as questões de gênero", me parece um sinal de que a política (ainda?) compreende gênero como uma outra maneira para falar de sexo (anatômico). Procura-se resolver a limitação de uma categoria através da utilização de uma outra, por sua vez, não menos limitada[237]. O esforço de produzir novas categorias, seguido pelo esforço de produção de diferenciação entre elas (realizado pelo campo biomédico, pelas políticas de governo, pelos próprios "nativos" e pelos pesquisadores do campo) explicitam a fragilidade dessas mesmas diferenciações. O "T" coloca em cheque não apenas a estabilidade das outras letras que compõem o coletivo,

---

[236] Trecho da moção: "A exigência de um diagnóstico de nossas transidentidades invalida nossa capacidade de decisão sobre nosso próprio corpo, submetendo esta decisão a uma equipe de profissionais da saúde e ferindo nossa dignidade. Repudiamos e solicitamos a imediata retirada do diagnóstico. [...] Consideramos ilegítimo o estabelecimento de prazo de dois anos para que seja feito este diagnóstico junto a uma psicoterapia compulsória, tendo em vista que a realidade de nossas vidas não se reflete dentro de um período de tempo universal, e nem se resume a estereótipos estanques de gênero. Coerentes com a realidade, demandamos do Ministério da Saúde que não haja tempo pré-estabelecido, que este seja negociado entre paciente e equipe, respeitando a individualidade da pessoa trans".

[237] Cabe fazer a ressalva que aqui me refiro ao sentido que vem sendo circulado pelos atores que compõem a cena da "política LGBT" ora apresentada e não ao sentido da "identidade de gênero" forjada pelo discurso das ciências psi, embora os significados remanescentes dessa origem não possam ser desprezados. Para uma aprofundada e acurada leitura sobre "a invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico", ver Leite Jr. (2011).

mas também as categorias "homem", "mulher", "heterosexualidade" e "homossexualidade", forçando as fronteiras do binarismo.

Vianna (2012) comenta uma situação etnográfica do trabalho de Flávia Teixeira (2009) em que uma travesti, a partir de uma transação financeira, travestiu-se de homem e casou-se com uma mulher para obter um visto de permanência no exterior. E assim, através desse "arranjo matrimonial" heterossexual foi possível continuar vivendo do trabalho na prostituição. Em verdade, esse arranjo é algo frequente na trajetória de travestis acompanhadas por Teixeira. A situação provoca deslocamentos variados e desmonta categorias identitárias tão cuidadosamente construídas. Ou, nas palavras de Adriana Vianna: "o fascinante dessa situação debochada é que seu potencial subversivo está na exacerbação das próprias regras e da nossa crença nelas" (:243).

Nesse caso, as regras centradas no sistemas sexo-gênero-desejo podem ser manipuladas, reassaltando a fragilidade dessa estabilização. Em outro sentido, para travestis e transexuais, as políticas voltadas à (homo)sexualidade podem ser limitadoras ou simplesmente não lhes dizer respeito, como no caso da união civil destacado na fala de Majorie Marchi algumas páginas atrás[238]. Situações como essas desorganizam a coerência e a estabilidade do gênero, dos corpos e de normas reguladoras construídas como um efeito naturalizado de "práticas significantes", para usar uma expressão Judith Butler.

4.3 – "Não somos um simples conjunto de letrinhas" – "segmentos", disputas e (re)arranjos da política

Cena 6 - Vinte e nove de outubro de dois mil e onze

Era outubro de 2011, um auditório do Hotel Jaraguá, centro de São Paulo, e acontecia a 2a Conferência Estadual LGBT. Estávamos em plenária e era o momento de decidir como seria a composição de chapas para a eleição de delegados

[238] Reproduzo o trecho: "Eu, enquanto travesti, o que é que muda para mim? A minha união civil será como homem, me unir como numa relação homossexual, que não sou. Vou me casar com nome de homem. [...] Mas para mim não faz diferença [...] Vou casar como? Vai ser Felipe casado com Marcelo? Porque a Majorie não existe, a Majorie não tem documento".

para a etapa nacional da conferência. Eu estava sentada no fundo do salão junto de outras pessoas (mulheres) quando uma menina nos abordou com uma proposta. Dizendo-se preocupada com a possibilidade de mulheres lésbicas e bissexuais serem "invisibilizadas" por conta da maioria de homens gays, travestis e transexuais presentes, nos apresentou a proposta de que a eleição não fosse feita através de chapas, mas por "segmento". Ou seja, a composição teria que ter necessariamente uma lésbica representando lésbicas, uma gay representando gays, uma travesti... Outra justificativa para a sua proposta era a de que as chapas normalmente seriam compostas por pessoas ligadas a grupos/organizações dominantes e por "segmentos" isso obrigatoriamente teria que ser mais diversificado.

A proposta foi apresentada à plenária com a explicação de que cada "segmento" deveria votar em seu representante individual por segmento: gays, lésbicas, travestis e transexuais. Não mencionaram bissexuais e diante dos protestos que se seguiram a isso, explicaram que não seria necessário que bissexuais fossem representados especificamente, pois já estariam representados por gays ou lésbicas.

Após a apresentação da proposta, a representante do Conselho Nacional LGBT interveio e disse que a composição de chapas por segmentos feria o regimento nacional que estabelecia a proporção de 60% de gênero feminino e 40% de gênero masculino para a composição da delegação.

Novamente os proponentes da eleição por "segmento" se manifestaram, dizendo que a proporção de gênero seria respeitada. No total de 27 delegados a serem eleitos, estariam 10 lésbicas e bissexuais, 7 travestis e transexuais e 10 gays. Uma das proponentes justificou: "eu, mulher bissexual e feminista, não me sinto à vontade para falar pelos homens gays e pelas trans, assim como não aceito que homens gays falem por mim. Então a proposta é manter a proporcionalidade, mas por segmento".

Outros participantes ainda se manifestaram contra a proposta na plenária: "O movimento é para todos, não somos um simples conjunto de letrinhas";

"As travestis e transexuais são o segmento mais vulnerável, é injusto que tenhamos menos vagas. Além disso, são dois segmentos em um, não dá pra ser 3,5 transexuais e 3,5 travestis". E a proposta de "segmentação" perdeu.

A discussão dessa proposta foi um dos momentos de ebulição da II Conferência Estadual LGBT de São Paulo. As plenárias, como visto no capítulo 1, são espaços privilegiados para que as distensões existentes se coloquem a descoberto. Nessa situação a comoção pode ter sido gerada pelo alegado absurdo da obrigatória representação identitária de delegados, ou por esse formato de eleição dificultar a junção de grupos que já estariam pré-acordados em compor, ou por alguma resistência relacionada especialmente às pessoas que fizeram a proposta. Em cada discussão encenada nesse espaço podemos perceber vários níveis diferentes de disputa e negociação.

Atentando para atos de fala e enunciações de posicionamento, temos de volta aqui questões já apontadas no capítulo 1, relativas a enfrentamentos por representação. Quem pode representar o quê ou qual a representação mais legítima, são definições passíveis de compreensão apenas em relação ao jogo político encenado. Jogo que se faz produzindo diferenciações e selecionando quais são os mais e os menos inseridos, quais incorporam melhor as marcas consideradas legítimas, tanto quanto quais são os que melhor as articulam retoricamente ou expressam as conexões e alianças tidas como mais rentáveis para a disputa. As plenárias são palco de disputas pessoais, tanto quanto de disputas por espaço público político.

Na cena acima, por exemplo, a exclusão de bissexuais dos "segmentos", expõe o entendimento, por parte de alguns, de que bissexualidade não definiria uma identidade *per se*. Se uma mulher é bissexual e se relaciona com outra, automaticamente poderia ser representada por uma lésbica e o processo correlato aconteceria com homens bissexuais.

Ainda na mesma conferência outra cena revela esse tipo de questão de modo bastante claro. Era o momento de eleição das vagas de delegados para a conferência nacional. Quatro chapas foram compostas para a eleição de delegados e apresentaram as suas candidaturas em plenária. Foram elas:

Chapa 1: "Aliança feminista contra a homofobia".
A apresentação da chapa foi feita por uma "mulher, lésbica e negra" que conclamou a representação da "periferia". A chapa se colocou como representativa das religiões de matrizes

africanas, pastores, "pessoas que estão na academia estudando as questões da comunidade LGBT", da Marcha Mundial das Mulheres, de organizações do interior e da Aliança Paulista[239]. "A aliança está comprometida com o processo, como o feminismo". Apesar de não se identificar assim, a chapa foi lida como composta por pessoas ligadas ao PT.

Chapa 2: "Independência ou morte".
A apresentação da chapa 2 foi feita por uma mulher transexual: "além de transexual, eu sou índia, eu sou mãe de santo". A chapa se colocou como a de maior representatividade [em quantidade] de travestis e transexuais, mencionou a defesa do PLC 122 e a despatologização da transexualidade. Alguns trechos do discurso da responsável pela defesa da chapa: "o crime contra travestis e transexuais é muito pior, porque as pessoas não nos veem como mulheres, mas como homens vestidos de mulher. [...] chega de negociar a nossa identidade por kit homofobia que nem foi aprovado. O nosso movimento não é partidário, é político-social. [...] nos unimos como travestis e transexuais e depois procuramos parceiros, para visibilizar a posição de travestis e transexuais [...] essa é a realidade do Brasil, de travestis e transexuais que morrem todos os dias [...] nós queremos ir para Brasília mostrar a nossa cara [...] nós não precisamos nos esconder".

Um número realmente grande de travestis e transexuais participantes da conferência integraram essa chapa, que também foi vista como composta por militantes do PSDB.

Chapa 3: "Democracia e Pluralidade"
A apresentação da chapa foi feita por um homem gay, que expôs como parte da composição as seguintes redes ou grupos: Conexão Paulista LGBT, Fórum Paulista de Travestis e Transexuais, Rede Afro LGBT, Conexão Jovem LGBT, CUT, UNE, ABL, União Juventude Socialista. Alguns trechos do discurso do responsável pela defesa da chapa: "temos diferenças, mas temos que construir aquilo que nos unifica. [...] a conquista no Supremo é importante, mas o Congresso tem que aprovar essa lei [da união civil]. Nos orgulha a presença de todos os segmentos que poderiam estar representados, homens trans, travestis [...] mandato de delegado não é cheque em branco, tem que se comprometer. Pela construção mais ampla, mais democrática, mais plural".

Chapa 4: "Rabo Solto" ("vai de quatro com o rabo solto")
A apresentação da chapa foi feita por uma travesti. Reproduzo alguns trechos do seu discurso: "[...] quem me conhece sabe o meu posicionamento, desde quando eu me assumi, eu não consigo me enquadrar dentro de alguns parâmetros. Será que estamos fazendo de fato o que deveria ser feito? Somos representantes de uma população. São gays, lésbicas, travestis que estão lá fora. Nós tentamos até o último momento fazer uma chapa única de travestis e transexuais. Algumas pessoas acham que a gente vale ouro, para mim isso é massa de manobra. [...] aí a gente vai pra Brasília e volta para a violência na Paulista, e não só na Paulista, é na periferia. [...] Apresentando o nome da chapa, eu não preciso dizer mais nada.O que vamos fazer em Brasília mesmo? Vamos questionar ou não? Vote com consciência, não pense só em garantir a sua estadia em Brasília por uma semana".

[239] De acordo com o blog Aliança Paulista LGBT, o fórum é constituído pelas "seguintes entidades: 1. Visibilidade LGBT – São Carlos; 2. Corsa – São Paulo; 3. Diversitas – Taboão da Serra; 4. GESC – Presidente Prudente; 5. A REDE de Cidadania – Jales; 6. ONG Primavera – Sertãozinho; 7. Grupo Diversidade em Ação – Jandira; 8. CAD – Limeira; 9. Movimento LGBT de Rio Claro – Rio Claro; 10. Triunfo da Razão de Viver – Jandira; 11. Somos – Araras; 12. Núcleo LGBT da Associação São Jorge - Guarulhos. (informações do último acesso, realizado em abril de 2013: http://aliancapaulistalgbt.wordpress.com/about/).

Os discursos de apresentação de si expostos pelos candidatos nos permitem antever uma série de elementos que concorrem para a conformação desse campo interno de disputas. Todos são "sujeitos LGBT", mas se faz necessário o acionamento de outros marcadores ou posicionamentos, para além da orientação sexual e identidade de gênero: a lésbica negra de periferia ou a transexual, índia e mãe de santo -, que agregam valor aos que almejam ser a representação mais legítima do coletivo, oferecendo "múltiplos lugares de solidariedade" (Vianna, 2012). E assim, apesar da exacerbação de diferenciações (ou especificidades) internas, expõem o esforço de expressar uma unidade constitutiva: "temos que construir aquilo que nos unifica", "chega de negociar a nossa identidade".

Cena 7 - Trinta de outubro de dois mil e onze

> A votação foi secreta, feita através de cédulas e a Chapa 1 foi anunciada como a mais votada. Ao anúncio do resultado, um dos integrantes e principais articuladores da Chapa 1, Julian Rodrigues, pediu a divulgação do número de votos de todas as chapas. Seguiu-se, entre os 272 votos válidos: chapa 1 - 106 votos, chapa 2 - 57 votos, chapa 3 - 81 votos, chapa 4 - 28 votos. Imediatamente após a divulgação Julian comemorou o resultado em plenária aberta e de maneira bastante entusiástica. Ato contínuo, percebemos uma confusão, algumas pessoas correndo para o fundo do auditório, outras se afastando. Enquanto uma aglomeração se formava no fundo da sala, tudo ficou suspenso e as atenções foram todas voltadas para a cena. Alguns minutos depois fiquei sabendo que Ághata Lima, integrante de uma das chapas de menor votação, deu um tapa na cara de Julian Rodrigues.

Recorro aqui a relatos feitos a mim durante o evento e as versões postadas em sites dos grupos ligados as duas partes da contenda. Segundo me disseram, quando do anúncio da votação, Agatha Lima (que se identifica como mulher transexual) teria se dirigido aos componentes da chapa 1, dizendo algo que condicionava a vitória à sua ligação com o PT. Julian teria então respondido com algo provocativo que relacionava Agatha ao PSDB e a essa altercação teria se seguido o tapa na cara.

O blog da Aliança Paulista LGBT, fórum ao qual Julian Rodrigues se filia, divulgou uma "nota de repúdio"[240] relacionada ao episódio, na qual, sem mencionar o nome de Agatha, dizia que em momento de comemoração, Julian "recebeu covardemente um tapa na cara" e explica que o ato teria "na verdade por intenção 'desmoralizar' o conjunto de forças que compôs a chapa Aliança Feminista". Alguns trechos da nota:

> Nota de Repúdio da Aliança Paulista LGBT
> A Aliança Paulista LGBT – rede que congrega grupos e ativistas que lutam diariamente contra a homofobia, provenientes de vários pontos do Estado de São Paulo – vem a público manifestar sua total perplexidade e rechaço diante das violentas agressões físicas ocorridas ao final da II Conferência Estadual LGBT no último fim de semana.[...]
>
> Julian Rodrigues, que liderou a formação da chapa "Aliança Feminista contra a Homofobia", que obteve quase 40% dos votos na eleição da delegação paulista à II Conferência Nacional LGBT, recebeu covardemente um tapa na cara [...]. Ao reagir instintivamente contra a agressão descabida, Lula Ramires segurou o braço da agressora para detê-la e esta, totalmente enfurecida, ameaçou revidar sendo então protegido por Lucia Castro, que o abraçou por trás e o puxou. Ao perceberem o ocorrido, Fernanda Estima – também integrante da chapa vitoriosa – e sua companheira Juliana Lora de Sá acorreram para defender Julian, no que receberam empurrões e tapas de lésbicas de outra chapa, que provocaram vários ferimentos em seus braços. O mesmo ocorreu com Mariana Rodrigues, também eleita delegada pela chapa. Mais tarde, outras ameaças foram feitas a Phamela Godoy, cabeça da chapa, e a mesma teve que sair escoltada do local do encontro.
>
> Ao repudiarmos veementemente esta lamentável violência física que, atingindo a três companheiras e um companheiro de nossa articulação política, tinha na verdade por intenção "desmoralizar" o conjunto de forças que compôs a chapa "Aliança Feminista". É inaceitável que pessoas que se dizem defensoras da população LGBT, tão humilhada por constantes atos de discriminação cotidiana, se valham das mesmas atitudes para com outras e outros militantes da mesma causa. Com esse gesto, sai perdendo a nossa comunidade como um todo.
>
> A Aliança Paulista LGBT se esforça com vistas à organização dos segmentos mais fragilizados que exigem de nós um olhar diferenciado, até por estarmos cientes das vulnerabilidades resultantes da classe social, da bagagem cultural e da escolaridade. Estamos e sempre estaremos abertos ao diálogo e à construção coletiva, com espírito democrático e ético.[...]
>
> Articulando a luta contra o machismo e o racismo (e temos muito orgulho de ver nossa chapa sendo apresentada por uma lésbica negra da periferia), enfrentamos a homofobia sem perder de vista que a sociedade nova que pretendemos construir pressupõe a justiça, a igualdade, a liberdade e a solidariedade. Só assim, *TODAS* as formas de violência e privação de direitos serão superadas.
>
> **Aliança Paulista LGBT [publicada em** 02 de novembro de 2011].

[240] http://aliancalgbtsp.wordpress.com/2011/11/02/nota-de-repudio-da-alianca-paulista-lgbt/, acessado em março de 2013.

Para o que seria o outro lado da história, recorro a dois textos divulgados pelo site *Diversidade Tucana*[241]. Um deles exprime que o conflito que resultou no tapa na cara, teve início em disputa anterior, quando se discutia a maneira como seriam eleitos os componentes do Conselho Estadual LGBT. A contenda estava dividida entre os proponentes de eleições diretas e os proponentes de que a eleição fosse realizada através de "entidades representativas", ou seja, por indicação de ONGs ou grupos. Julian era defensor da segunda proposta, que perdeu a votação. Assim, o episódio da eleição das chapas de delegados seria uma espécie de "troco à derrota política" anterior. De acordo com essa versão, após a divulgação do resultado da votação "*Julian Rodrigues resolveu provocar as travestis e transexuais – mais especificamente Agatha Lima – pelo fato de esta não ter sido eleita como delegada. Essas provocações deram-se por meio de insultos e agressões verbais contra a militante*"[242].

O outro texto, divulgado no site *Diversidade Tucana,* apresenta uma nota de "Posição Oficial" a respeito do ocorrido[243]. O seu conteúdo é bastante interessante, pois afirma que a contenda particular entre Julian e Agatha é apenas a "ponta do iceberg" de questões mais profundas envolvendo o movimento LGBT local. Sem se deter muito nos pormenores do atrito entre as duas pessoas, o texto discorre sobre outros acontecimentos que perpassaram o evento:

> Posição Oficial do Diversidade Tucana sobre acontecimentos da II Conferência Estadual LGBT de São Paulo
>
> O Diversidade Tucana repudia qualquer forma de violência - seja física, seja verbal. Atuamos e acreditamos no debate de ideias, visões de mundo, propostas, ações. Também não pretendemos julgar as diferentes versões do episódio e definir vítimas e algozes. Porém, acreditamos ser necessário desmitificar os acontecimentos da II Conferência Estadual LGBT de São Paulo [...].
>
> O machismo foi a tônica da atuação de diversos militantes da sociedade civil desde antes da abertura da conferência. E se já é inaceitável o machismo que parte de homens e pessoas de identidade de gênero masculina, o que dizer quando ele parte de mulheres? O que dizer quando alguns militantes ainda insistem em rejeitar a união do Movimento LGBT, querendo substituí-la por uma atuação segmentada, em que lésbicas não lutam junto a

[241] Núcleo de Diversidade Sexual do PSDB fundado em São Paulo em 2006. http://www.diversidadetucana.blogspot.com.br/2010/05/diversidade-no-psdb.html

[242] Texto assinado por Dario Neto e publicado no blog "Diversidade Tucana". disponível em: http://diversidadetucana.blogspot.com.br/2011/11/violencia-de-quem-cara-palida.html (último acesso em março de 2013).

[243] Texto disponível em http://www.diversidadetucana.blogspot.com.br/2011/11/posicao-oficial-do-diversidade-tucana.html (último acesso em março de 2013).

> gays, em que gays não reconhecem a luta de travestis e transexuais, e em que ninguém realmente se importa com a invisibilidade de bissexuais?
>
> O Movimento LGBT paulista há anos sofre recorrentes crises protagonizadas sempre pelas mesmas pessoas. [...]
>
> Ainda assim, essas mesmas pessoas não titubearam em puxar vaias aos representantes do Governo do Estado e até mesmo ao vídeo enviado pelo governador Geraldo Alckmin exclusivamente para a conferência, afirmando de forma inquestionável o compromisso de sua gestão com o combate à homofobia. Curioso olhar os militantes que vaiavam os aliados presentes como se fossem inimigos e, ao mesmo tempo, lembrar que as lideranças políticas chamadas de aliadas por esses militantes estavam ausentes. Mais uma prova de que, para essas pessoas, não é a atuação o que conta, mas apenas a filiação partidária.[...]
>
> O episódio que envolveu a mulher Agatha Lima e Julian Rodrigues é, portanto, apenas a ponta de um iceberg que, em nossa opinião, o Movimento LGBT Paulista precisa reconhecer e discutir. Ou buscamos uma agenda comum de união do nosso movimento ou aprofundaremos uma espiral autofágica que há anos já vem consumindo a atuação de nossa militância. E, em nossa opinião, o primeiro ponto dessa discussão deve necessariamente ser o verdadeiro reconhecimento e visibilidade das demandas de travestis e transexuais, para que possamos sair do discurso demagógico e paternalista que tomou conta deste movimento e possamos avançar verdadeiramente em espaços de protagonismo para as Travestis e Transexuais.
>
> [...] Acreditamos em uma nova relação da militância LGBT com seus atores partidários, de simbiose e não de subjugação. Somos um grupo partidário que luta por um Movimento LGBT independente de partidos e governos, forte, unido e com o compromisso único com a vida e os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do Brasil.
>
> Diversidade Tucana - Secretariado de Diversidade Sexual do PSDB [nota publicada em 04 de novembro de 2011].

Apenas uma curiosidade rápida. Na época do episódio o governo do estado e a prefeitura de São Paulo funcionavam sob a gestão do PSDB. E assim as políticas voltadas para a "diversidade sexual" nos dois âmbitos eram conduzidas por pessoas ligadas ao partido. Em janeiro de 2013, um governo do PT, com Fernando Haddad, tomou posse na prefeitura de São Paulo e Julian Rodrigues foi nomeado para a coordenação da CADS - Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual, órgão inserido na estrutura municipal do governo[244].

Ao reproduzir extensamente as notas das duas partes, não pretendo avaliar quaisquer dos lados como mais ou menos coerentes em suas justificativas, entretanto creio que a con-

[244] Em certa ocasião durante o trabalho de campo, ainda no início de 2011, conversava com uma ex contratada da prefeitura de São Paulo sobre a minha dificuldade em encontrar alguém disposto a me receber para uma entrevista. Ela me disse que era "assim mesmo", pois "eles acham que gente da academia é do PT, logo vai ser contra o governo do PSDB".

tenda pode ser tomada como profundamente ilustrativa de algumas tensões significativas e não exclusiva a esse grupo de pessoas particularmente envolvidas. Se aqui os relatos apontam para uma dimensão circunscrita, que seria o movimento LGBT paulista, creio que desenham uma dinâmica que pode ser tomada como mais ampla do campo das políticas LGBT no Brasil. Esse tipo de conflito não é novidade em São Paulo, assim como pode acontecer, com outras variações e outros elementos, em todos os locais em que exista acúmulo de militância e de construção de políticas relacionadas ao tema.

Essas cenas falam sobre cisões que podem estar personificadas em determinadas figuras do campo, sobre a formação e a dissolução de redes e alianças. Quando em situações desse tipo, todo o campo é movimentado e chamado a se posicionar, no caso em questão, por exemplo, muitas discussões a respeito de formas de violência que circulam no interior do próprio movimento foram feitas. Talvez essa seja uma dinâmica própria do percurso de um movimento social que nasce e se expande a partir de cisões internas e da multiplicação de arranjos, inclusive institucionais[245]. Esse percurso envolve trajetórias pessoais, partidos políticos e diferentes tipos de gestão governamental, que amplificam os conflitos produzidos pelas políticas de identidade que contribuem para a multiplicação das "especificidades". Se no evento acima, realizado em São Paulo, aparece a *lésbica/gay/travesti/transexual negra e de periferia*, nos eventos que acompanhei no Rio de Janeiro o personagem correspondente é a lésbica*/gay/travesti/transexual morador(a) de favela*.

As "*especificidades*" surgem com uma eficácia bastante produtiva e mobilizadora em termos de enunciação e atração de solidariedades, mas na prática, no cotidiano da aplicação das políticas, podem se transmutar apenas em categorias descritivas. Para dar um exemplo nesse sentido, durante um seminário que acompanhei em 2009, em uma das mesas estavam presentes gestores de governo relacionados a área da saúde, que trataram, entre outras questões, das políticas de prevenção às DST/Aids. No momento do debate direcionei aos expositores uma questão. Diante da existência de um plano de feminização da epidemia, de outro voltado para homens, travestis e HSH, de uma outra política especificamente direcionada para a "população negra", um outro projeto direcionado para "populações de terreiro" (todos

[245] Dinâmica já enfatizada desde MacRae (1990) e abordada novamente sob outro ângulo por Facchini (2005).

estes mencionados durante o evento), como se daria a gestão desses direcionamentos ou o cruzamento dessas "especificidades" no cotidiano dos serviço? O conjunto das respostas foi interessante. Uma das pessoas respondeu que "um plano pega ou não pega", "o cruzamento não acontece". De acordo com essa expositora, "os gestores são chamados para discutir em cada fórum separadamente, mas não acontece a liga". Uma outra pessoa, ligada ao movimento social, disse que "os planos vêm do movimento e o movimento caminha em bloco mesmo". Já a terceira expositora a responder destacou "a perspectiva pedagógica dos planos". De acordo com ela, os planos são "uma estratégia para forçar a gestão a olhar para o problema", uma vez que "todo mundo disputa o SUS". E o que estaria em jogo não seria "apenas o cruzamento das demandas, mas a colocação das demandas para o SUS"[246].

Um outro sentido produtivo e interessante para se pensar as "especificidades" pode ser lido em situações como a relatada na reflexão de Leite Lopes (2011), justamente sobre o processo de criação do grupo responsável pelo seminário mencionado no parágrafo anterior: o Grupo Conexão G da favela da Maré, no Rio de Janeiro. O autor nota que a ênfase na "especificidade" da experiência como "LGBT morador de favela" é feita destacando o contraste em relação ao "gay classe média" que comporia a maioria do movimento LGBT institucionalizado. Essa distinção por oposição tem eficácia não apenas como um mecanismo de mobilização e formação da identidade do novo grupo, mas também no sentido de ganhar um espaço próprio. No contexto das disputas internas que marcam o movimento, tomar para si o domínio da experiência do "LGBT favelado" empresta legitimidade e garante a delimitação de um lugar no campo. O Conexão G é o primeiro e até o momento o único grupo LGBT formado por moradores de favela e sediado nesse espaço.

Como visto na seção anterior, travestis e transexuais disputam entre si, os significados das categorias que as identificam. Ao mesmo tempo, podem se unir na acusação de que são usadas para dar "a cara do movimento" quando conveniente, enquanto as suas demandas particulares são preteridas. Assim, acusam o movimento LGBT mais amplo de discriminá-las. A mesma acusação também é feita por mulheres lésbicas que, por vezes, podem se unir

[246] Essas falas foram registradas em caderno de campo durante o seminário *Refletindo sobre Políticas Públicas para a População LGBT moradora de favelas*, promovido pelo Grupo Conexão G, durante os dias 5 e 6 de novembro de 2009 no Rio de Janeiro.

a travestis e a transexuais em uma acusação uníssona de machismo por parte da maioria de homens gays que compõe o coletivo. Outras vezes são lésbicas e travestis que brigam entre si, em disputas internas a esse "feminino", como na situação reproduzida na *Cena 3* do capítulo 1. Assim como abordado para a *Cena 3*, a contenda que se desdobra a partir da *Cena 7* é também construída com base na relacionalidade que envolve, além das identidades, outros marcadores como classe e cor/raça. Logo, também é relevante considerar que subjaz a essas disputas uma imagem do *homem-gay-branco-classe média* que serve de modelo *standard* através do qual a produção discursiva das outras identidades que compõem o coletivo são forjadas, em relações de oposição e espelhamento.

Esses embates entre as "letrinhas" descortinam disputas por legitimidade, retóricas e estratégias políticas de visibilidade e reivindicação e evidenciam a potência contida na instabilidade dessa unidade, uma vez que é justamente essa suposta fragilidade que vem fazendo com que o campo se movimente não apenas para fora, mas também internamente. Se seguimos as sugestões de Butler (2008), essas dinâmicas de produção e afirmação de identidades por oposição apontam para o "processo ilimitável de significação" que deve ser o ponto de partida para pensar as "identidades como efeito", não como "fundantes e fixas", mas como parte de "estruturas políticas generativas".

Os processos aqui apontados podem deixar mais claros os limites e alcances das políticas em curso e assim estimular reflexões a respeito de como uma nova população é *gestada e gerida* pelos formatos dados da administração governamental. Pensando nessa perspectiva, o próximo capítulo acompanha parte dos processos que envolvem a implantação de uma política específica, o Programa Rio Sem Homofobia.

Parte III

Da proposição à execução ou dos aprendizados das gestão

Essa terceira parte aborda a dimensão local de implantação de uma política voltada para a "população LGBT". Em 2010 fiz a escolha de que um dos focos de atenção privilegiada da pesquisa de campo seria acompanhar uma iniciativa específica no Rio de Janeiro. Dois fatores principais contribuíram para essa escolha. Um deles refere-se a minha proximidade com redes de ativismo e de pesquisadores na cidade e o outro está relacionado com a inauguração de um serviço que desde antes de sua abertura vinha sendo divulgado e celebrado como uma espécie de modelo de implementação e gestão de "políticas públicas LGBT".

Em termos metodológicos, a observação detida da implantação de uma política permitiu o acompanhamento de um processo em andamento. De demandas até então pronunciadas em termos de *tornar visíveis* sujeitos articulados politicamente como uma população específica, passou-se à formulação de propostas de ação, até o ponto em que constituiu-se uma instância governamental na qual essa população precisa ser efetivamente gerida cotidianamente.

Através desse tipo de observação mais detida, encarei a proposta de olhar para o Estado enquanto administração pública. Para isso, procurei seguir a proposta de Souza Lima (2002) ancorada no *gestar* e no *gerir*, que remetem a funções constitutivas e pedagógicas de coletivos e sua correlata gestão administrativa cotidiana (:16). O acompanhamento dos processos de rotinização dos serviços prestados pelo CR-LGBT do Rio de Janeiro manteve como questionamentos mais amplos: Qual é o papel e a função de um centro de referência? Como é definida a sua "população-alvo"? Quais são as demandas que devem ser enquadradas sob o guarda-chuva da violência relacionada à orientação sexual e/ou identidade de gênero? O cotidiano da administração produz classificações, enquadramentos e disputas a respeito de quem é a autoridade sobre o assunto, imbricadas entre decisões técnicas e administrativas e estratégias político-simbólicas. Mantendo essas questões em perspectiva, procuro descrever

a experiência de implantação dessa política específica, enfatizando o envolvimento de uma universidade nesse processo.

Cena 8 – Dia primeiro de julho de dois mil e dez.

"Antigamente meu endereço era a delegacia pra ir presa, hoje eu tenho um endereço para nossos problemas, hoje temos nosso espaço. Esse espaço".

"Um lugar para chamar de seu".

"Acredito que um Centro como esse vai passar a ser copiado em nível nacional, por outros estados".

"A militância *saiu do público-alvo de pesquisa, objeto de estudo e mostra que pode propor, desenhar política e dar pontapé na criação de um novo estado [...]. A sociedade civil deu um passo atrás* para aprender com o governo como tornar demandas exequíveis e o governo deu um passo atrás para aprender com o terceiro elemento, que é a sociedade civil".

"A relação [entre governo e sociedade civil] tem que ser de diálogo e tensão, não é de troca de favores ou do Estado como canal de veiculação da sociedade civil".

"Burocracia é uma máquina de triturar nossos sonhos e esperanças".

"A lei só confirma aquilo que já está acontecendo na sociedade"

Essas assertivas foram proferidas por diferentes pessoas, inseridas no movimento social e em cargos administrativos de governo, durante a cerimônia de lançamento de um conjunto de serviços lotados num equipamento público do governo estadual do Rio de Janeiro. Os trechos aqui reproduzidos resumem um pouco do tom e das expectativas suscitadas pelo evento.

O serviços que tiveram a inauguração anunciada em 1º de julho de 2010 foram:

- "Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBT";
- "Disque Cidadania LGBT";

- “Comissão Processante para o Cumpra-se de Leis Anti-Discriminação: Lei 3406/00, que pune a discriminação contra LGBT e Lei 3559/01, que pune a discriminação a pessoas vivendo com HIV/Aids”;
- “Núcleo de Monitoramento de Crimes contra LGBT”;
- “Núcleo do Programa Rio Sem Homofobia”;
- “Centro de Documentação e Informação LGBT;
- Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT”;
- “Centro de Referência de Promoção da Liberdade Religiosa e Contra a Intolerância, defesa e apoio jurídico, psicológico e social”;
- “Centro de Referência de Promoção dos Direitos Humanos em DST/Aids e outras doenças, defesa e apoio jurídico, psicológico e social”;
- “Centro de Formação de Cidadania e Diversidades”.

Capítulo 5 – Sobre uma política (que se quer) modelo

A cerimônia descrita na *Cena 8* consistiu em uma solenidade organizada para celebrar a inauguração de um conjunto de dez serviços a serem oferecidos pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDIR) da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) do Estado do Rio de Janeiro. Parte das atividades recebeu o apoio do Governo Federal, através da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e da SDH (Secretaria de Direitos Humanos). A SUPERDIR funciona no prédio da Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro. O espaço foi cedido no início de 2009 pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, que se localiza no mesmo prédio. Todo o amplo espaço, que inclui salas, escritórios e um grande auditório, estava fechado e inutilizado há quase 10 anos e foi totalmente reformado para que pudesse abrigar a estrutura dos serviços. A verba para a reforma, 1,5 milhão de reais, foi liberada pelo governo do estado[247].

Na mesa oficial da solenidade de abertura esteve presente o Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, o superintendente da Secretaria de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDIR), a Subsecretária de Direitos Humanos da Presidência da República, o Secretário Estadual de Segurança Pública, um representante do reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e um representante de cada área coberta pelos serviços, ou seja: uma representante "LGBT", uma representante da diversidade religiosa e uma representante de ONG/Aids[248]. As falas da mesa de abertura foram ao encontro da maneira como o evento foi divulgado e ressaltaram o pioneirismo do estado do Rio de Janeiro e o caráter de "vanguarda" dos serviços que estavam sendo inaugurados para a "luta pela cidadania sem distinção de credo, raça, orientação sexual e identidade de gênero". Alguns dos presentes enfatizaram que este deveria ser um modelo de serviço a ser replicado em todo o Brasil. Outro ponto

[247] Antes de ocupar esse espaço no prédio da Central do Brasil, a SUPERDIR ocupou uma sala no Palácio da Guanabara, sede do governo do estado do Rio de Janeiro (entre 2007 e 2008) e um espaço no prédio do DETRAN - Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (em 2009).

[248] Segundo um boletim divulgado em 2007, a "Superdir iniciou suas ações de combate à discriminação e à promoção da cidadania junto à população GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais); pessoas discriminadas por estado de saúde (HIV-Aids, tuberculose e hepatites); comunidades de religiões de matrizes africanas; comunidade judaica e outras populações discriminadas em razão de sua nacionalidade, origem, religiosidade, além das intolerâncias correlatas e das múltiplas formas de discriminação".

destacado durante algumas das falas, foi o de que os serviços seriam fruto de uma resposta governamental frente a uma demanda dos movimentos sociais.

Onze meses depois o mesmo espaço abrigaria outra cerimônia que teve novamente o seu caráter pioneiro como grande destaque. Desta vez o evento seria o lançamento da campanha publicitária Rio Sem Homofobia.

Cena 9 – Dezesseis de maio de dois mil e onze.

A entrada do edifício da Central do Brasil foi enfeitada com balões nas cores do arco-íris. Na portaria - que também funciona como acesso para as instalações da Secretaria de Segurança Pública, para as instalações da Secretaria Estadual de Assistência Social, entre outros equipamentos - , chamava a atenção dos passantes, além dos balões, a circulação de travestis e transexuais "montadas', entre outros personagens não tão frequentes ali. Ainda contava para o estranhamento a intensa circulação dos fotógrafos encarregados de registrar o momento.

Lá em cima, no amplo auditório do 7º andar, o salão foi organizado de maneira a garantir um espaço reservado para as "autoridades" presentes entre o público. Telões dispostos nas laterais do pequeno palco montado em uma das extremidades do auditório, mostravam fotos de outros eventos e ações promovidas pela SUPERDIR, enquanto o público chegava e ia se acomodando.

Com alguns minutos de atraso, foi anunciado o início da cerimônia. Ao convidar as "autoridades" para compor a mesa de abertura, o governador do estado, Sergio Cabral, o secretário de assistência social e direitos humanos, Rodrigo Neves, e o superintendente de direitos individuais coletivos e difusos, Cláudio Nascimento, surgiram no fundo do salão e atravessaram o corredor formado entre os dois conjuntos de cadeiras da platéia, caminhando até o pequeno palco. O pequeno percurso se deu sob muitos aplausos e foi seguido por muitas luzes das câmeras de foto e vídeo que os acompanhavam. A quantidade de fotógrafos e cinegrafistas realmente impressionava. E dessa maneira também outras 'autoridades' foram recebidas, como a senadora Marta Suplicy e a dele-

gada Marta Rocha. Uma travesti, Jane di Castro, interpretou o hino nacional. A cantora Elza Soares,no palco, recitou uma poesia e cantou à capela. Ainda antes do início dos discursos, muitas fotos foram tiradas. O superintendente, de mãos dadas e erguidas com o governador e o secretário, em pose de vitória[249].

Lideranças de movimentos LGBT da capital e de outros municípios do estado, o secretário de administração penitenciária, deputados, representantes da defensoria pública, das secretarias estaduais de saúde e educação, foram algumas das autoridades que tiveram presença registrada. No palco e na platéia.

Os discursos ressaltaram a "vanguarda" do estado do Rio de Janeiro no que tange a garantia de "direitos LGBT".

Um representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos disse: "Rio de Janeiro, vocês são demais! Porque é tanta ação simbólica! [...] vocês realmente são vanguarda e tem feito avançar os direitos e o respeito aos cidadãos."

O vice-governador do estado, Pezão: "O Rio volta a ser a caixa de ressonância para todo o país [...]"

O governador, Sergio Cabral: "Hoje já fizemos uma catarse de mudanças e desejos [...] Vocês são corajosos, a Parada Gay mais charmosa é na Avenida Atlântica, com perdão Martha, você que é a grande prefeita de São Paulo [...] fomos o primeiro estado a reconhecer os companheiros do mesmo sexo [...] hoje é um dia em que estamos implementando mais políticas públicas".

Após os discursos, assistimos o vídeo da peça publicitária da campanha e para encerrar a cerimônia, travestis, transexuais, lésbicas e gays super produzidos, entregaram flores aos convidados.

[249] Algumas fotos oficiais divulgadas após evento no anexo C15.

Solenidades ou lançamentos como os descritos acima não são simples lançamentos, mas atos públicos que envolvem a montagem de uma cena reunindo elementos específicos a serem utilizados na produção de uma determinada imagem para a política. E essa parece ser uma especialidade da maneira como a "política LGBT" vem sendo constituída no Rio de Janeiro, em que determinados tipos de evento costumam seguir um mesmo *script*. Quase sempre Jane Di Castro é chamada para interpretar o hino nacional e outras canções[250]. Nenhuma mesa de abertura se faz sem "autoridades". Todos os eventos são produzidos como "marcos".

A presença das "autoridades" é tida como importante por agregar legitimidade: se o próprio governador está presente, isso garante que a política seja compreendida como um compromisso do estado. Ao se referir a outras cerimônias organizadas pela SUPERDIR que contaram com a presença do governador, entre outras figuras de destaque na gestão do governo, Cláudio Nascimento diz:

> [Essas grandes cerimônias], todas elas tiveram a presença do governador e de secretários importantes. Isso foi para quê? Para demarcar que a política pública de combate à homofobia no estado, em função dos direitos da população LGBT, era uma política que fazia parte de uma agenda prioritária, não era algo penduricalho. Então, isso foi importante, do ponto de vista simbólico e político, para reafirmar esse lugar institucional dentro da gestão[251].

A campanha foi alardeada como sendo a primeira do tipo na América Latina, mais uma vez investindo na imagem de "vanguarda". Orçada em 4 milhões de reais, as peças publicitárias contavam com cartazes, inserções em rádio, TV e mídia impressa e materiais promocionais como bolsas, bonés, camisetas, chinelos, cadernos e barracas de praia. O investimento nessa campanha aponta para uma preocupação com comunicação, divulgação e boa relação com a imprensa em sentido mais amplo. Não basta fazer a política bem feita, é preciso fazer e investir para que a política apareça bem feita. Esse tipo de orientação diz algo sobre as formas através das quais o Estado representa a si mesmo. O espetáculo e a cerimônia da afirmação política, rituais encenados como parte da tecnologia de adminis-

[250] Em uma dessas ocasiões, o superintendente explicou: "Jane di Castro canta o hino em todas as nossas cerimônias públicas para mostrar o lugar que queremos que todas as travestis e transexuais ocupem, um lugar de protagonismo, de agência, de cidadãs".

[251] Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do Projeto Retratos da Política LGBT no estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

tração do poder, produzem um modelo exemplar, que pode ser tomado em dois sentidos. Como a representação de um modelo irrepreensível e como mais um exemplar da simulação de um Estado idealizado[252].

A retórica que exalta o "pioneirismo" e a "vanguarda" reveste a imagem construída para essa política e é utilizada para falar de todo tipo de "primeira vez". O release divulgado logo após o evento de lançamento da campanha destacava o hino nacional cantado por Jane di Castro, ela mesma uma pioneira: "Uma das fundadoras da Parada Gay no Rio de Janeiro e primeira travesti do país a cantar o Hino Nacional em eventos e locais públicos, como o Congresso Nacional e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) [...]"[253].

Ainda nessa mesma ocasião foi lançado o "Caderno de Ações e Metas do Programa Rio Sem Homofobia" - com 125 ações previstas para serem executadas por diferentes secretarias do estado - e foi anunciada a assinatura do decreto que garantiria o uso do nome social para travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual. Tal decreto só seria efetivamente publicado em diário oficial alguns meses depois, em 08 de julho de 2011[254], quando mais um release foi liberado para a imprensa:

> "A pessoa transexual ou travesti poderá solicitar inclusão do nome social nos registros dos sistemas de informação, cadastros, fichas, requerimentos, formulários, prontuários e congêneres. Isso é *mais uma vitória histórica* e marcante para esta população, que há muito vem sendo violada em seus direitos humanos. *O Rio de Janeiro é um exemplo para o país!*", orgulha-se o superintendente de Direitos Individuais Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado Assistência Social e Direitos Humanos, Cláudio Nascimento[255].

---

[252] Essa disposição poderia ser aproximada de um modo livre a algo semelhante ao investimento moral e estético e à relação entre o poder e a sua dramatização, tal como no Estado-teatro elaborado por Geertz (1991).

[253] Uma leitura particular poderia ser feita a respeito da execução do hino nacional, realizada não só em eventos chamados por instâncias do governo, mas seminários e outros eventos organizados pelo movimento social e nas Paradas do Orgulho. O hino na imensa maioria das vezes é cantado por uma travesti/transexual, a realização reiterada desse "ato cívico" evoca um apelo de inclusão e reconhecimento como cidadãos.

O release completo de lançamento da campanha pode ser encontrado no anexo C16.

[254] Decreto nº 43.065 de 08 de julho de 2011**. "**Art. 1º - Fica assegurado às pessoas transexuais e travestis capazes, mediante requerimento, o direito à escolha de utilização do nome social nos atos e procedimentos da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro".

[255] Release divulgado pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos em 08/07/2011 (grifo meu). Disponível no anexo C17.

Durante o período em que realizei a pesquisa de campo, muitos outros eventos "históricos" aconteceram no espaço do auditório da SUPERDIR. O lançamento da campanha foi feito alguns dias depois da decisão do STF que reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo. Um mês depois o espaço sediaria "a maior cerimônia de casamento gay da história":

> Programa Rio Sem Homofobia vai unir 50 casais no próximo dia 22 de junho
>
> O Rio de Janeiro reafirmará, mais uma vez, seu pioneirismo na luta pela igualdade de direitos a gays, lésbicas e transexuais no Brasil. No dia 22 de junho, o Programa Rio Sem Homofobia, promove o maior casamento gay coletivo do mundo, unindo 50 casais. Dois terços das uniões estáveis homoafetivas serão celebradas entre mulheres[256].

Uziel et al. (2012), em artigo que analisa justamente essa primeira celebração coletiva de uniões - outras aconteceriam depois - , notam a cobertura midiática que o evento recebeu nos principais jornais do país e comentam a estratégia de visibilidade com vistas a diminuição da homofobia que cercou a ação da Superintendência[257].

A atuação da SUPERDIR com relação aos "direitos LGBT" teve início em 2007. O órgão tomou para si a tarefa de "combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT no estado do Rio de Janeiro". Em reflexão sobre o conjunto de cerimônias realizadas durante um período de mais ou menos cinco anos de funcionamento, o superintendente avalia:

> Então, pra você ver, em quatro anos, cinco anos, nós tivemos sete ou oito cerimônias grandes, importantes, de marcação de lugar de visibilidade pública da agenda LGBT no estado. Se você pensar, fora as duas conferências, pode contar aí uns 10 grandes eventos; fora as conferências regionais que a gente fez, somando tudo, dá em torno de 20 grandes eventos; fora a campanha [de divulgação do Programa Rio Sem Homofobia], que foram 15 lançamentos regionais. Então, mostra o volume realmente de presença do estado inclusive, muito fora da capital [...][258]

---

[256] Ver "Rio celebra maior casamento gay coletivo do mundo" (Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro) . Ver anexo C18 e C19.

[257] Como já discutido no capítulo 3, outra interessante discussão colocada pelas autoras trata de como o reconhecimento do contrato firmado entre duas pessoas do mesmo sexo pode ter como efeito convertê-las em sujeitos políticos, ao afetar a percepção dos próprios sujeitos enquanto detentores de direitos antes não acessados (Uziel et al., 2012).

[258] Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do Projeto Retratos da Política LGBT no estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

Para compreender um pouco de como essa "presença do estado", identificada pelo lugar de "visibilidade pública da agenda LGBT", tornou-se possível no Rio de Janeiro, cabe retomar parte da trajetória dessa política.

5.1 – Um histórico breve

É preciso voltar um pouco no tempo para falar da experiência que possivelmente é a precursora da retórica do "pioneirismo" da "política LGBT" do Rio de Janeiro. Trata-se da criação do CERCONVIDH - Centro de Referência Contra Violência e Discriminação ao Homossexual e do Disque Defesa Homossexual - DDH. Serviços que foram lançados oficialmente em junho de 1999 e sediados na Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro.

De acordo com um relatório do DDH, o centro de referência coordenava "iniciativas de formação, sensibilização e capacitação das polícias civil e militar", entre outras ações de enfrentamento à homofobia. As principais razões para a criação do serviço foram:

> i. o reconhecimento da inexistência de um política de segurança que atendesse as necessidades e especificidades da população homossexual;
>
> ii. a necessidade de estabelecer canais diretos entre a comunidade homossexual e os órgãos de segurança;
>
> iii. a importância de aumentar os registros de ocorrência de crimes contra homossexuais, para diminuir sua incidência e;
>
> iv. experiências localizadas positivas (como em visitas das entidades a Batalhões da Polícia Militar e em encontros com Delegados de Polícia) que indicavam que uma aproximação entre a comunidade homossexual e os órgãos de segurança era possível, sendo preciso ultrapassar tabus e desobstruir os mecanismos de comunicação[259].

Claudio Nascimento destaca que a experiência do DDH significou um importante aprendizado de como lidar com a implantação desse tipo de política. Ele pondera que apesar de nunca ter sido "gestor público", a participação no processo de criação do DDH configu-

[259] Segundo o relatório do primeiro ano de atividades do DDH, durante o período foram atendidos 382 casos. "1o Relatório do Disque Defesa Homossexual - DDH, 2000", (disponível em: http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/06/Relatorio-1ano-DDH.pdf, último acesso em maio de 2012).

rou-se como uma importante experiência em termos de "lições aprendidas" e especialmente do que "não deveria ser feito".

> A criação, em 1999, do serviço de Disque-Defesa Homossexual, no CERCONVIDH, Centro de Referência de Combate à Violência Homossexual [...] e, na época, foi um serviço importante, tinha a presença, por conta da orientação de como tratar na segurança pública a questão da cidadania, com a entrada do Luiz Eduardo Soares no Governo Garotinho, na época, o PT estava também na relação, a esquerda também, parte da esquerda que foi eleita, que apoiou aquela famigerada aliança com o Garotinho, teve então esse espaço do Luiz Eduardo Soares, que pôde estar com a presença da Silvia Ramos, da Lúcia Xavier, Barbara Soares [...][260].

No trecho acima, Claudio Nascimento refere-se ao contexto político da época, crucial para a compreensão do processo de instalação do serviço. O foco da campanha eleitoral para o governo do estado naquele momento, cujo vencedor foi Anthony Garotinho (PDT), era a promessa de renovação das políticas de segurança pública, área cuja condução vinha sendo alvo de incisivas críticas nos governos anteriores. Nesse cenário a figura do antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares destacou-se como de importância fundamental. Convidado a coordenar o plano de segurança pública da campanha de Garotinho, após a eleição, tornou-se Subsecretário de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública do estado, espaço no qual seria implantado o DDH.

Martins (2002), ao analisar parte desse mesmo processo, aponta o contexto político daquele momento, compreendido como favorável à implantação de "um projeto pioneiro em toda a América Latina". O DDH fazia parte de um conjunto de ações que significariam uma nova proposta de políticas de segurança pública para o estado:

> "[E]ra um programa, entre outros, de um governo 'moderno' e atento às necessidades das ditas 'minorias' e, por isso, poderia representar uma imagem mais 'liberal', mesmo que algumas dúvidas pairassem em relação às alianças políticas e ao comprometimento religioso desse mesmo governo"(: 66)[261].

---

[260] Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do Projeto Retratos da Política LGBT no estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

[261] Aqui o autor se refere ao governador Anthony Garotinho, de religião evangélica, e que em um episódio chegou a declarar ser "contra o homossexualismo". Ver "Garotinho pede desculpas e aceita projetos de homossexuais". Jornal O Globo, 12/11/2001. Ver anexo C20.

A política de segurança juntamente com outros programas do governo, como os Restaurantes Populares oferecendo refeições ao custo de R$ 1,00 e a construção do Piscinão de Ramos, funcionavam como uma vitrine de grande apelo popular e catalisavam a atenção midiática para as iniciativas da nova gestão do estado.

Foram três as iniciativas de organizações não governamentais que desembocaram no Disque Defesa Homossexual (DDH). O "Disque-Violência/Disque Aids", iniciativa do Grupo Atobá[262], as denúncias de assassinatos realizadas através dos levantamento do Grupo Gay da Bahia (GGB) e da exposição crescente dos casos na mídia[263] e as "campanhas de conscientização, como o alerta sobre o 'boa-noite cinderela', do Grupo Arco-Íris, realizado em 1997". Essas ações teriam chamado a atenção para a "necessidade de um acompanhamento mais eficaz dos casos e violência contra o público gay" (Martins, 2002: 61). Ainda foi fundamental para que o projeto tomasse forma, a articulação com a ALERJ, através do mandato do deputado Carlos Minc e a parceria com pesquisadores do Instituto de Estudos da Religião (ISER), do Centro Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC/UCAM) e do Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ).

A Secretaria de segurança cedeu o espaço físico, a linha telefônica e o salário de poucos funcionários alocados na Subsecretaria e do gerente do DDH, mas o cotidiano do atendimento ficava a cargo de voluntários recrutados através dos grupos de militância e da colaboração dos parceiros envolvidos no projeto.

Ao recuperar o trajeto de implantação do DDH, Larvie (2001) relembra que o projeto costumava ser mencionado como uma realização de "custo quase zero" e que aquele governo tomava a "parceria com a sociedade civil como uma medida de baixo custo para aumentar a eficácia de políticas públicas e a eficiência do seu provimento" (:29). Entretanto essa avaliação sobre os custos só foi possível graças ao tempo e à experiência de trabalho que os voluntários do atendimento e outros colaboradores cediam para que o serviço pudesse

---

[262] O atual Grupo Atobá - Movimento de Afirmação Homossexual, foi fundado em 1985, com o nome de Atobá - Movimento de *Emancipação* Homossexual e tendo como sede o bairro de Realengo, na zona oeste do Rio de janeiro.

[263] Cf. Mott & Cerqueira (2001). E para uma análise de como casos de assassinatos de homossexuais eram tratados pela mídia durante o período 1980-2000, ver o trabalho de Lacerda (2006), já citado no capítulo 3.

funcionar. Esse valor agregado não era contabilizado entre os custos do projeto. Apesar disso, as análises sobre a experiência do DDH avaliam a parceria entre movimentos sociais e a administração pública como extremamente positiva, especialmente no que tange às políticas de segurança. Esse tipo de esforço conjunto ajudaria a "garantir que as estratégias adotadas sejam coerentes em termos conceituais e viáveis em sentido prático" (:24)[264].

O serviço, inaugurado oficialmente em junho de 1999, foi afetado por uma crise mais ampla que atingiu a Secretaria de Segurança, em março do ano seguinte, e resultou na demissão de Luiz Eduardo Soares e conseguinte saída da equipe que o acompanhava[265]. De acordo com Martins, a sustentação desse projeto no governo se concentrava nesse conjunto de pessoas. Com a sua saída tornou-se evidente a " falta de interlocução entre a Secretaria [...] e a coordenação do DDH", que "só se sustentava pela intervenção direta de Luiz Eduardo e sua equipe e não numa parceria entre o governo e grupos comunitários" (Larvie, 2001:82).

Luiz Eduardo relata que muito tempo foi despendido em persuadir o governador para que os "projetos ganhassem vida própria":

> A única forma de defender nossa política era colocá-la em prática e torná-la real, visível, socialmente reconhecida e aprovada, antes que desse na telha de Garotinho inventar uma idéia qualquer incompatível com nossos programas e com a seqüência lógica de sua implantação. Isso me levou a colocar na rua vários projetos ainda insuficientemente amadurecidos e insuficientemente negociados com as polícias, o que reduziu sua qualidade, suas chances de êxito e desgastou minha liderança junto às corporações (entrevista publicada em Steil et al., 2001: 269)[266].

O investimento em comunicação, no relacionamento com a mídia e com a opinião pública era uma das estratégias valorizadas pelo então subsecretário para consolidar uma nova política de segurança pública para o estado. Uma aposta que envolvia a "*perfomance* pública

---

[264] Análises sobre a experiência do Disque Defesa Homossexual realizadas pelo grupo de pesquisadores envolvidos no processo podem ser encontradas em: *Violência e Minorias Sexuais*. Comunicações do ISER. Rio de Janeiro, número 56, ano 20, 2001.

[265] Com a justificativa de que havia uma ligação entre Luiz Eduardo Soares e o cineasta João Moreira Salles, que, por sua vez, forneceria uma "mesada" para o traficante Marcinho VP, naquele momento procurado pela polícia, o governador demitiu o subsecretario ao vivo, durante a transmissão de um programa de TV. Para a versão do próprio Luiz Eduardo Soares sobre o episódio, ver Soares (2000).

[266] Nessa entrevista Luiz Eduardo Soares fala sobre o episódio de sua demissão do governo e reflete sobre a relação entre a sua formação como antropólogo e cientista político e a prática na atuação administrativa, em especial sobre a experiência na secretaria de segurança pública do Rio de Janeiro.

e a construção midiática das *persone* dos gestores", seria esse o espaço em que "a gestão política intervém na esfera das percepções públicas, das interpretações sobre os eventos da vida cotidiana [...]" (Soares 2002: 22).

Do ponto de vista de Claudio Nascimento, o ponto fraco naquele momento estava de fato relacionado à falta de estrutura do projeto:

> Uma das fragilidades naquele momento é que não havíamos conseguido ainda um acúmulo de forças para que a política que se iniciava ter uma consistência maior, do ponto de vista inclusive de sua estruturação. No sentido de ter uma equipe técnica estruturada para a ação, de estar dentro da estrutura da secretaria, de não ser algo conduzido pelo movimento, que na época foi o que aconteceu. A secretaria deu o espaço, deu o telefone e era a sociedade civil que dirigia o serviço. Na época, a compreensão de parte do movimento era que isso era bom, então, poucos divergiram; o Grupo Arco-Íris, um ou outro militante, em separado, mas a maioria dizia: "concordamos que esse é o caminho que a gente quer agora, e que a gente tem que acumular". O Arco-Íris continuou participando com uma atitude crítica pública, mas participou. Na época, [...] primeiro foi o Atobá que coordenou com o Fábio, depois foi a Yone Lindgren, pelo Movimento D'Ellas, eu participava pelo Arco-Íris, a Jussara Bernardes. Nós tínhamos uma crítica muito forte, havia uma reflexão muito grande que a gente estava enxugando gelo, tentando fazer uma coisa que não conseguia ter resposta, que, internamente, ficava no favor [...]. E como também não era reconhecido dentro da estrutura, então você não tinha como mandar um ofício para um outro órgão cobrando uma determinada questão, porque era visto como um serviço da sociedade civil, apoiado pelo governo, mas não necessariamente tinha obrigação de setores do poder público de dar resposta para aquilo, principalmente setores de segurança, que eram, e ainda são, os mais resistentes a esse tipo de questão. Então, nós aprendemos, por exemplo, que era preciso estar dentro da agenda pública, era preciso ser algo assumido pelo Governo do Estado, algo que estivesse dentro da agenda da Secretaria, algo que tivesse a presença de diversos órgãos [...][267].

Martins (2002) reproduz a fala de um "militante"[268] a respeito do progressivo enfraquecimento do Disque Defesa Homossexual (DDH) após a demissão do subsecretário:

---

[267] Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do Projeto Retratos da Política LGBT no estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

[268] Para o desenvolvimento de seu trabalho a respeito do processo de implantação do Disque Defesa Homossexual, Martins (2002) utiliza como recurso analítico a distinção dos atores envolvidos no projeto em "três categorias: os militantes, os executores [aqueles que gerenciavam o serviço] e os pesquisadores". Como no trecho: "Correndo o risco de ser simplista, eu poderia dizer que a violência tinha para cada participante do projeto um significado: como dado a ser colhido e relativizado (pesquisadores), um problema a ser administrado (executores) e uma fonte de exposição na mídia para certas reivindicações e fortalecimento da 'luta política' e um certo discurso de 'vitimização' (militantes)" (:16-17). Para o autor, naquele momento entre tais categorias "havia uma disputa, nem sempre velada, pelo controle do serviço e pela definição do seu 'verdadeiro' papel" (:75). Como será visto logo adiante, apesar de ter encontrado uma distinção semelhante entre três categorias de sujeitos durante a minha pesquisa de campo, não poderia dizer que a minha interpretação sobre as relações estabelecidas entre elas seja semelhante a do autor.

> [A]gora nós temos problemas sérios que aí é uma discussão sobre o DDH, não só sobre o DDH mas sobre políticas públicas voltadas para a minoria dos setores discriminados na SSP [Secretaria de Segurança Pública], que dá pra pensar o que é política de Estado e o que é política de Governo, isso é um grande problema hoje, porque, por exemplo, o DDH num primeiro momento ele ficou mais como política de governo, que na verdade é uma política da Secretaria, à medida que sai o Secretário, esvazia, há uma tentativa de esvaziamento total do serviço [...] e aí é que vem o problema que é não só do governo atual como também preocupações para nós enquanto organizações e também implementadores de políticas. Porque a política do governo, o governo sai, sai a política também [...] (Martins, 2002, 80).

Uma vez que a gestão foi trocada, os laços e alianças que contribuíam para o andamento do projeto foram perdidos e a política desestruturada. Como não existia nenhum estatuto formal estabelecendo o serviço, seu funcionamento ficava vulnerável às vontades da administração responsável[269].

Os então "homossexuais" não foram a única "minoria" priorizada pelo programa desenhado pela equipe multidisciplinar da Subsecretaria de Segurança. "Centros de Referência de Proteção de Minorias" foram criados com ênfase na violência contra a mulher, negros, crianças e adolescentes. Silvia Ramos, que na época ocupava a posição de subsecretaria adjunta, explica que a proposta era "de incorporação de conhecimentos, cultura, prioridades e potencialidades de comunidades delimitadas pela vulnerabilidade específica à violência". Os centros de referência visavam:

> i. romper o círculo vicioso de desconfiança, ressentimento, medo e intolerância, de parte a parte, na relação entre polícia e minorias;
>
> ii. aproximar segmentos fragilizados diante da violência, que nunca ou raramente tinham sido incluídos nas prioridades de políticas de segurança;
>
> iii. aproveitar a parceria desses setores e desenvolver programas de cooperação em relação às tarefas de sensibilização e capacitação dos profissionais de segurança e de outros funcionários do estado em relação aos direitos das minorias e à valorização das diferenças;
>
> iv. usar o conhecimento e o potencial de mobilização desses grupos para desenvolver políticas de prevenção à violência mais eficientes, compreensivas e inteligentes (mimeo, s/p).

[269] Em março de 2000, o deputado Carlos Minc chegou a protocolar uma proposta de lei (projeto de lei nº 1370/2000) que propunha transformar o projeto do DDH em um serviço permanente da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o site da ALERJ o último movimento de tramitação do projeto data de 2008.

De acordo com Ramos, o centro de referência de combate à violência contra homossexuais, do qual o DDH fazia parte, foi o primeiro a ser implantado e assim serviu de modelo para os demais, sempre envolvendo protagonistas dos respectivos movimentos sociais e organizações que já tratassem dos temas. As atividades começaram com aulas para policiais, ministradas por integrantes do então chamado "movimento homossexual" e visitas de grupos de travestis a batalhões da Polícia Militar.

A ênfase na produção de dados, é importante notar, era uma orientação ampla e geral das políticas pensadas pela equipe coordenada por Luiz Eduardo Soares, que não por coincidência estava alocada na Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania.

Com relação a violência contra homossexuais, até aquele momento os únicos dados existentes provinham das notícias de jornal contabilizadas pelo GGB e em sua grande maioria tratavam de assassinatos. Sendo assim, "a primeira providência ao criar o Disque Defesa Homossexual (DDH) - linha de atendimento direto à população homossexual dentro da Secretaria de Segurança - foi a criação de um banco de dados com registros detalhados dos casos atendidos pelos voluntários do movimento gay" (Ramos, mimeo, s/n).

Um dos diferenciais da criação do DDH foi o envolvimento de pesquisadores na articulação, decisivo para que o serviço não funcionasse apenas para o atendimento de vítimas. Cada atendimento gerava uma ficha de cadastro que alimentava diretamente um banco de dados. Havia o entendimento de que além de aprofundar a compreensão dos tipos e formas de violências que acometem "homossexuais", para usar os termos da época, os dados poderiam funcionar como instrumento de pressão para o fomento de políticas direcionadas. Outro diferencial do atendimento, correlato a este primeiro, era o fato de os dados coletados partirem diretamente das vítimas e não de notícias de jornal, o que permitiu que dinâmicas variadas de discriminação e agressão relacionadas à homofobia fossem vislumbradas, para além dos assassinatos veiculados nos jornais (Ramos, 2001).

Em artigo no qual percorrem o tipo de conhecimento produzido nas relações entre ativismo LGBT e academia, Silvia Ramos e Sergio Carrara (2006) debruçaram-se sobre dados produzidos pelo GGB, pelo DDH e pelos *surveys* aplicados nas Paradas do orgulho LGBT. Os autores destacam o final da década de 1990 como um momento de inflexão que marca a conversão da denúncia para a ação. Os autores argumentam que o movimento homossexual,

em contraste com o movimento negro ou as mobilizações contra a "violência de gênero", foi lento em dar início a proposição de ações efetivas, fixando-se "durante muito tempo num modelo estereotipado de 'violência contra homossexuais' (os assassinatos)" (: 198).

Com já comentado no capítulo 3, a análise dos dados levantados através do DDH revelou a "intensidade de dinâmicas cotidianas e silenciosas de homofobia": a grande maioria das denúncias se referiam a agressões verbais e físicas, a discriminações vivenciadas em locais de comércio, trabalho, escola, família e vizinhança, revelando em grande dimensão a ocorrência de "crimes não-espetaculares e não-letais, gerados e vividos em escala micro-societária, na esfera da família e de conhecidos. Uma criminalidade, em geral, "sem fins lucrativos", em que vítimas e agressores partilham as mesmas redes sociais (Ramos, 2001: 193). Essa dinâmica viria a ser corroborada pelos levantamentos dos diversos *surveys* aplicados nas Paradas do Orgulho até o presente momento[270].

Então uma outra compreensão da violência associada à homofobia surgiu a partir da reunião de novos dados, tendo como consequência a possibilidade da assunção de novas formas de ação:

> As experiências do tipo do DDH e as pesquisas desenvolvidas a partir da década atual passaram a demonstrar que, em contraste com as dinâmicas de violências de gênero e de racismo (que por serem mais homogêneas permitem respostas focalizadas), a homofobia opera com muitas variáveis e engloba fenômenos díspares, que vão desde discriminações na esfera doméstica a crimes com fins de lucro. Por essa razão, as estratégias de enfrentamento desses fenômenos e os discursos produzidos pelo movimento homossexual têm que reconhecer essa complexidade e mobilizar demandas específicas para diferentes violências (Ramos & Carrara, 2006: 198)

A experiência do DDH disparou a implementação de outras iniciativas semelhantes na época, em Belo Horizonte, Brasília e Goiânia. O centro de referência e o DDH continuaram a funcionar de forma bastante enfraquecida até 2006, durante esse período houve algumas tentativas de reestruturação, mas a sistematização dos dados foi descontinuada.

---

[270] A título de exemplo, a última pesquisa realizada na Parada do Rio de Janeiro em 2012, revelou que 70% dos entrevistados já haviam sofrido algum tipo de discriminação relacionada à orientação sexual/identidade de gênero. Entre "homens homossexuais", 62% das situações de discriminação ocorreram em contextos que envolvem relações sociais de proximidade, como família, amigos e vizinhos. Para "mulheres homossexuais" a porcentagem de discriminações no mesmo contexto foi de 40%. (Pesquisa *Mobilização, Violência e Políticas LGBT- Parada Orgulho, Rio 2012. Relatório Preliminar. LIDIS/UERJ)*

As análises sobre tal experiência "pioneira", realizadas por alguns dos responsáveis pelo projeto, conferem importância também ao significado simbólico de criar estruturas no plano governamental especificamente voltadas ao combate desse tipo específico de violência. Luiz Eduardo Soares, em avaliação dos efeitos das ações por ele capitaneadas, enfatiza especialmente três políticas que segundo a sua visão ocuparam lugares simbolicamente "desestabilizadores" no sentido de refundar valores e padrões: "a Campanha de Desarmamento, o Centro de Referência contra a Discriminação Homofóbica e os projetos contra a violência doméstica":

> [C]olocávamos em cheque a matriz em que se articulava a constelação semiológica dominante, em cuja sintaxe combinavam-se poder enquanto afirmação falôcentrica, armas de fogo e estigmatizações homofóbicas e misóginas. Essa conexão triádica produzia um enunciado latente de natureza sexista, discriminatória e intrinsecamente subordinado à violência que, supostamente, destina-se a combater ou controlar. Em síntese, esse triangulo simbólico enunciava a mensagem: a ordem, os atores e instrumentos que a produzem são masculinos, não havendo lugar, em sua estrutura, para a diferença, cuja integração imporia uma inflexão radicalmente democrática e pacífica ao conceito e às práticas da segurança pública (Soares, 2002: 29-30).

Em sentido semelhante, Silvia Ramos avalia que as ações propiciavam um novo repertório de imagens e representações sobre homossexualidade e direito à diferença, de amplo alcance:

> O impacto provocado por esse tipo de atividade revelou que essas iniciativas podem ter um alcance maior do que apenas as próprias populações diretamente beneficiadas (as minorias). Elas mobilizam extraordinário interesse da mídia, despertam outros setores da sociedade sobre o potencial de mudanças que podem ocorrer no âmbito da segurança (por exemplo, estimula a participação associações de moradores) e, por extensão, como num círculo virtuoso, as ações atingem de volta a própria polícia, que pode descobrir numa "aula" com um professor do movimento gay ou do movimento negro – pela valorização que a atividade recebe na televisão, na família ou entre os colegas – uma oportunidade para desidentificar-se dos estigmas da incivilidade e para aderir a signos da urbanidade e da modernidade (Ramos, mimeo, s/p).

Ainda de acordo com esta autora, o interesse e respeito com que a mídia veiculou dados e ações do DDH foram fundamentais nesse processo de "construção de experiências" e tiveram repercussão nas relações estabelecidas entre "militância, órgãos de governo, mídia e sociedade". A autora destaca especialmente o impacto midiático de um primeiro encontro entre militantes e policiais:

> No caso do Rio de Janeiro o tratamento que a mídia deu a uma aula (apenas uma, mas com enorme significado simbólico) que o secretário geral da ABGLT, Claudio Nascimento, ofereceu à policia civil antes da implantação do DDH expressa essa dinâmica curiosa de reversão de expectativas, em que um grande preconceito pode se converter em um símbolo de modernidade para uma instituição policial que quer parecer nova e se identificar com o profissionalismo" (2001: 64)[271].

Essas avaliações do sentido simbólico de uma política falam sobre implicações que se estendem para além do cotidiano de um serviço ou projeto. E aqui, mais especificamente, nos permitem indagar a respeito de como as relações de gênero, intricadas a concepções a respeito de sexualidade, podem provocar perturbações e atribuir características específicas à gramáticas de formulação e implantação de políticas governamentais. Volto mais adiante a tratar do que diz respeito às interpelações de gênero que esse tipo de política pode imprimir em determinadas instituições e sujeitos. Por ora gostaria de destacar o profundo investimento em uma nova perspectiva que recobria um conjunto de iniciativas, entre as quais o Disque Defesa Homossexual e o Centro de Referência de Combate a Violência Contra Homossexuais.

Há uma certa continuidade entre o processo precursor de fins da década de 1990 e a história mais recente da "política LGBT" no Rio de Janeiro. O pioneirismo, a inovação, o investimento na relação com a mídia e, como será visto a seguir, a articulação entre pesquisadores, ativismo e executores de políticas no esforço de "fazer do tema da violência contra os homossexuais um problema de Estado" (Martins, 2002: 95).

Apesar de tais processos guardarem certas semelhanças, a SUPERDIR e seus serviços na capital, ainda que estejam fisicamente localizados no mesmo prédio que a Secretaria de Segurança Pública, estão institucionalmente estruturados na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Tal fato pode provocar o deslocamento da concepção das atividades desenvolvidas. Seria possível argumentar que a assunção de uma outra compreensão, mais ampliada, sobre a violência homofóbica, vislumbrada através de levantamentos como os compilados pelo DDH e mais tarde nas Paradas do Orgulho, tenham ampliado também as possibilidades

[271] Ver anexos: "Policiais se preparam para atendimento modelo", 2 de março de 1999, Jornal O Globo. "Política do rosa-choque muda a relação dos policiais com homossexuais no Rio", Jornal O Globo, 27 de junho de 1999. "Homossexuais sofrem extorsões", Jornal O Globo, 9 de setembro de 2000. "Violência no reduto de defesa homossexual, 29 de junho de 2003, Jornal O Globo. Ver anexo: C21, C22, C23, C24, C25, C26.

ou necessidades de repostas para o problema, que claramente não se restringem a uma questão de polícia ou segurança pública. Esse deslocamento descortinou a necessidade de ações em outros âmbitos, mobilizando redes de assistência e proteção mais amplas do que a policial.

Olhar para iniciativas no plano administrativo governamental, implica reconhecer que os 'jogos da política' estão atrelados a conexões pessoais, "climas favoráveis", negociações e arranjos políticos de variadas ordens. Avançando no tempo, alguns antecedentes mais imediatos da implantação da Política Rio sem Homofobia remontam a uma carta-compromisso assinada em 10 de outubro de 2006, pelo então candidato ao governo do estado, Sergio Cabral (PMDB). A carta "Compromissos por um Rio Sem Homofobia" consistiu em um documento acordado com lideranças do movimento local[272] e articulado pela deputada federal Cida Diogo (PT) e pelo deputado estadual Carlos Minc (PT), envolvendo 10 "compromissos" em troca de apoio. Um pequeno trecho da Carta:

> Compromissos por um Rio Sem Homofobia
>
> Na qualidade de candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro acompanho com preocupação a questão do preconceito, da discriminação contra o segmento de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais(GLTB) em nosso Estado e reconheço a necessidade de implementação de políticas para o combate a homofobia e promoção da cidadania de GLTB. Sendo assim, caso seja eleito, Governador do Estado do Rio de Janeiro, assumirei o compromisso em incorporar, nas realizações do governo, o seguinte:
>
> 1 - Apresentar, nos primeiros dois meses de governo, um plano detalhado para a aplicação da lei 3406 de 2000, com (A) capacitação do pessoal da área de fiscalização; (B) divulgação da lei; (C) *criação da Coordenadoria de Defesa, Promoção e Garantia de Direitos de GLBT na Secretaria Estadual de Direitos Humanos para sua aplicação*; (D) criação do fundo contra a violência, para acolher os valores advindos das multas cobradas aos estabelecimentos penalizados, com a devida participação da sociedade civil no acompanhamento da aplicação desses recursos em ações especificas. Todos esses itens foram definidos na regulamentação e até hoje não foram cumpridos.

[272] Segundo um informe divulgado pelo Grupo Arco-Íris na época, "estiveram presentes no encontro Claudio Nascimento, membro do Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual e secretário de ações para os direitos humanos da ABGLT; Julio Moreira, diretor do Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual; Majorie Marchi, presidenta da Associação de Travestis e Transexuais do Rio; Katia Jones, diretora da Associação de Travestis e Transexuais do Rio; Vera Couto, diretora do Movimento D'ellas e da equipe Técnica do Centro de Referência contra a Discriminação a Homossexuais do Estado do Rio, Renato Marques, presidente do Grupo Diversidade Niterói; Victor de Wolf, diretor do Grupo Diversidade Niterói; e Rosangela Castro, coordenadora do Grupo Felipa de Souza. Também participaram da reunião a deputada estadual Cida Diogo e o deputado estadual Carlos Minc, que articulou o encontro". (o informe, bem como a íntegra da Carta-Compromisso encontram-se no anexo C27 e C28. Ver também "Cabral participa de reunião com grupos gays". Jornal O Globo. 10/10/2006 (anexo C29).

> 2 - Conceder imediatamente todos os pedidos de pensão para companheiros do mesmo sexo de funcionários públicos estaduais cuja união for devidamente comprovada conforme prevê a lei 3786 de 2001. Hoje são mais de 50 pedidos de pensão que se encontram engavetados no Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro por preconceito e discriminação.
>
> 3 - *Criar até o quarto mês de governo o Programa Rio Sem Homofobia*, ações governamentais de combate a discriminação contra GLBT e promoção de sua cidadania, na diversas pastas do Executivo. Para isso criará no primeiro mês de trabalho uma Comissão Técnica para Elaboração do Programa, com a participação de entidades de defesa dos direitos GLBT. O Governo dotará o Programa de verbas para a implementação de ações nos municípios do Estado e no apoio as iniciativas das organizações GLBT.

Vemos que entre os compromissos do então candidato constavam a criação de um organismo na esfera de governo para lidar com a "promoção e garantia de direitos LGBT", a criação do Programa Rio Sem Homofobia, além de outros "compromissos" que tratavam da criação de um "centro de referência contra a discriminação a homossexuais" e um "Disque Defesa Homossexual". Sergio Cabral iniciou o seu mandato em 2007 e foi reeleito em 2010.

Cabe lembrar que anos antes, Sergio Cabral, enquanto deputado estadual, e o também deputado, Carlos Minc, haviam conduzido uma iniciativa importante ao proporem o Projeto de Lei 2385/2001. O projeto visava equiparar à "condição de Companheira ou Companheiro", os parceiros do mesmo sexo de servidores públicos estaduais que mantivessem relacionamentos de união estável, estendendo benefícios previdenciários e direitos civis, tal qual "os preceitos legais incidentes sobre a união estável entre parceiros de diferentes sexos". O Projeto de Lei foi vetado pelo então governador Anthony Garotinho (PDT), sob a justificativa de "vício de inconstitucionalidade" formal e material, além de "subverter o princípio de separação entre os poderes"[273].

Em maio de 2007, durante cerimônia realizada no jardim de inverno do Palácio da Guanabara, Sergio Cabral, já governador do estado, sancionou a Lei 5034/07, que nos moldes do projeto anteriormente vetado, prevê a concessão de benefícios para parceiros de mesmo sexo

[273] Segundo a justificativa, o projeto contrariava a o disposto no parágrafo 3o do artigo 226 da constituição, onde a união estável é definida como aquela formada entre homem e mulher, incorrendo portanto em "vício de constitucionalidade material". Além disso, a Constituição Fluminense define que matérias envolvendo servidores públicos só podem ser iniciativa do poder executivo, portanto, por ser proposta dos deputados, o Projeto de Lei incorreria em "vício de inconstitucionalidade formal". (ver Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Poder Legislativo, 7 de janeiro de 2002, Ano XXVIII, No 4, Parte II, página 3).

de servidores públicos[274]. Nessa mesma cerimônia, respondendo a um convite de Benedita da Silva, então secretária da SEASDH (Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - RJ), Claudio Nascimento foi empossado como Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos. Ele conta que as conversas sobre o convite começaram no fim de 2006 e que a princípio ele se sentiu "'receoso" em aceitar, mas seguiu dialogando com "os setores do movimento" até se sentir seguro quanto a proposta. Naquele momento Cláudio era um dos diretores do Grupo Arco-Íris e um dos secretários da ABGLT.

A SUPERDIR já era uma estrutura existente na Secretaria do governo, mas não estava em atividade:

> Quando a Benedita veio colocar o convite, eu disse para ela e para o governador, para eles dois, que tinha que deixar claro quais eram as ações prioritárias nessa superintendência, que eu achava até melhor que não fosse Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, pois era um nome muito amplo, que fosse algo mais específico, mas já havia essa estrutura vaga e eles acharam que dava para trabalhar o tema dentro dessa superintendência. Eu disse, então, tudo bem, mas priorizando os eixos: a gente estava priorizando como eixo de atuação a questão LGBT, a intolerância religiosa e a discriminação por estado de saúde – três áreas que a gente abarcou[275].

Segundo um boletim divulgado em 2007, a "SUPERDIR iniciou suas ações de combate à discriminação e promoção da cidadania junto à população GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais); pessoas discriminadas por estado de saúde (HIV-Aids, tuberculose e hepatites); comunidades de religiões de matrizes africanas; comunidade judaica e outras populações discriminadas em razão de sua nacionalidade, origem, religiosidade, além das intolerâncias correlatas e das múltiplas formas de discriminação".

O novo superintendente assumiu o cargo tendo como meta a criação de um programa de combate à homofobia no estado. Cerca de um mês após a posse, celebrando o 28 de junho, Dia Mundial do Orgulho LGBT, outra grande cerimônia foi realizada no Palácio da Guanabara para a assinatura do decreto que criou a Câmara Técnica para a elaboração do Programa Rio Sem Homofobia, o primeiro do tipo a ser implantado por um estado do Brasil.

---

[274] Ver anexo C30.

[275] Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do Projeto Retratos da Política LGBT no estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

De acordo com o decreto, sob a coordenação da SUPERDIR, a câmara técnica seria composta por "especialistas acadêmicos" e organizações da sociedade civil "de renomada expertise e trabalho sobre promoção da cidadania e combate à homofobia", parlamentares estaduais e representantes de governo da administração pública estadual[276]. Mais dois meses se passaram e uma Resolução da SEASDH-RJ, publicada em 14 de agosto de 2007, designou nominalmente os 28 membros a compor o grupo de elaboração do Programa Rio Sem Homofobia[277].

A câmara técnica trabalhou durante seis meses, reunindo representantes das secretarias do estado e representantes de grupos de militância. De acordo com Claudio Nascimento, as primeiras reuniões tiveram como objetivo o "nivelamento de informações" e valeram-se em grande medida dos dados oriundos dos *surveys* realizados durante as Paradas do Orgulho:

> Primeiro era necessário a comunidade e os movimentos conhecerem a secretaria, os seus projetos, suas ações existentes e o que já estava planificado em linhas gerais, como poderia ser então encaixado ou como as propostas poderiam dialogar com as políticas gerais existentes, os programas. Além disso, era preciso que a secretaria entendesse quais eram as demandas da comunidade, as questões identitárias, nomenclaturas, todas essas questões, e também analisar quais eram as principais necessidades da comunidade. Para isso, foi muito importante contar com as pesquisas e com o apoio da UERJ e do CESeC, essas duas pesquisas, de 2003 e 2004, foram base importante para orientar o diagnóstico da política pública estadual [...], o principal dado era aquele que ainda perdura, que menos de 8% das pessoas procuravam os órgãos de defesa dos direitos, portanto, mostrava uma situação de orfandade muito grande da comunidade frente à proteção às suas situações de violação[278].

Do trabalho realizado durante esse conjunto de encontros da Câmara Técnica, foi elaborado um relatório que serviu de base para o "caderno de propostas", contendo "metas", "eixos", "diretrizes" e "propostas de ação", apresentado para alimentar as discussões realizadas durante o processo das conferências realizadas no estado do Rio de Janeiro, previamente à I Conferência Nacional LGBT de 2008. As propostas buscavam envolver todas as Secretarias do governo do estado.

---

[276] Decreto 40.822 de 26 de junho de 2007. Ver anexo C31.

[277] Resolução SEASDH-RJ nº 032 de 14 de agosto de 2007. Ver anexo página C32.

[278] O entrevistado refere-se a Carrara et al. (2003) e Carrara & Ramos (2005). Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do Projeto Retratos da Política LGBT no estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

O decreto que estabeleceu a realização da conferência estadual foi publicado em 28 de fevereiro de 2008, dentre as finalidades do evento aclaradas em seu texto, constava "avaliar e propor estratégias para implantar o Rio Sem Homofobia". O processo das conferências regionais, oito no total, aconteceu entre os meses de março e abril de 2008 e a conferência estadual aconteceu entre os dias 16 e 18 de maio do mesmo ano, nas dependências da UERJ.

De acordo com o relatório produzido pela SUPERDIR, as conferências regionais, que elegeram os delegados para a etapa estadual, reuniram aproximadamente 100 participantes cada uma, com exceção da conferência da capital, que contou com a participação de cerca de 400 pessoas. Já a conferência estadual mobilizou 341 delegados (263 da "sociedade civil" e 78 do "poder público") e mais 351 participantes registrados como "observadores" ou "convidados".

As conferências regionais aconteceram em municípios determinados, mas a responsabilidade de coordenação dos trabalhos ficou a cargo da superintendência do governo do estado. Durante a preparação para os eventos locais, a superintendência precisava mobilizar grupos de trabalho regionais e não foi em todas as cidades que os coordenadores dos trabalhos encontraram o "Movimento LGBT local", como preconizado no decreto que as convocou[279], e as relações foram estabelecidas de maneiras variadas:

> Então, tem lugares que você tem a presença da sociedade civil organizada em grupos, associações e entidades; tem lugares que tem a sociedade civil, mas pessoas que são ativistas independentes, que ainda não estão se construindo no coletivo, no movimento, mas que são até muito orgânicos enquanto atuação LGBT na sua cidade, na sua região. A gente encontrou muitos lugares assim, principalmente no interiorzão, que tem sempre uma pessoa que é uma figura representativa; às vezes é uma figura exótica, ou uma figura muito política, mas todos com um papel de influência, de alguma forma, na cena local. [...] Tem lugar que não tem grupo gay, mas tem organizador de parada; tem lugar que tem organizador de festa, mas não sabe nada das questões de direitos de LGBT, mas que tem interesse; tem lugar que tem grupos organizados; tem lugar que tem LGBTs que são servidores públicos, de carreira inclusive, estatutário, e que queriam tratar desse tema também na sua cidade. Com isso a gente conseguiu talvez uma coisa importante: gerar uma maior capilaridade da cena LGBT dentro do estado [...]. [H]oje eu posso contar com pessoas em pelo menos cinquenta municípios; antigamente, a gente não sabia exatamente... [280].

---

[279] Segundo o decreto que convocou a conferência estadual, umas das finalidades das etapas regionais era "discutir a interiorização e ampliação da participação de Movimento LGBT local e gestores públicos locais e eleição dos delegados para a Conferência Estadual" (Decreto Nº 41.196 de 28 de fevereiro de 2008 - ver anexo C33.

[280] Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do Projeto Retratos da Política LGBT no estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

Essa forma de organização das conferências ressalta o seu papel produtivo de sujeitos politicamente mobilizados para a questão. Nota-se que a preparação do encontro, coordenada por uma instância de governo e originada por um decreto, alimenta a produção de movimento social, de movimentações políticas, envolve distintos sujeitos e instrumentaliza discursos.

A conferência estadual contou com a presença de Benedita da Silva, então Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estadual. Na ocasião a Secretária se comprometeu em criar um serviço telefônico de atendimento para "orientar, acolher e encaminhar LGBT para rede de proteção social", a criação de centros de referência para o apoio de vítimas de homofobia, a criação do conselho estadual de direitos de LGBT, entre outras ações, todas propostas pela Câmara Técnica do Programa Rio Sem Homofobia. Assim, destaca Claudio Nascimento, "a conferência de 2008 foi importantíssima para dar a tônica de qual era a agenda, qual eram as prioridades".

Outro "marco" destacado como um dos resultados da conferência de 2008 foi a "Carta Compromisso da Universidade do Estado do Rio De Janeiro por um Rio Sem Homofobia". O documento, assinado pelo reitor, contemplava sete itens, entre os quais o de apoiar a implantação do Programa Rio Sem Homofobia, criar um laboratório de políticas públicas LGBT na universidade e estabelecer atos administrativos permitindo o uso de banheiros femininos para travestis e transexuais e o uso do nome social, estabelecer resolução punindo atos homofóbicos nas instalações da universidade e do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/ UERJ) e a permissão de acompanhamento em consultas, exames e internações de companheiros/as do mesmo sexo de usuários do HUPE.

Em abril de 2009 foi publicado o decreto que criou o Conselho LGBT do estado do Rio de Janeiro, vinculado a Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos. De acordo com o decreto, o conselho é composto por 40 integrantes, 40% do "poder público" e 60% da "sociedade civil". No poder público estão 12 representantes de secretarias do estado e representantes do Ministério Público Estadual (MPE), da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (DPGE) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), um para cada órgão. Configurando um total de 16 integrantes do poder público. As 24 quatro vagas destinadas à "sociedade civil", segundo o decreto ficam distribuídas entre "organizações LGBT" (18 vagas), "organi-

zações de Direitos Humanos" (3 vagas) e " Especialistas e acadêmicos de renomada expertise e trabalho sobre promoção da cidadania LGBT e combate à homofobia" (3 vagas).

De caráter "deliberativo", o conselho foi criado com a finalidade geral de: "elaborar, acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais". O decreto de sua criação indica ainda onze "competências" específicas para o conselho. Todas definidas em termos de "estimular", "apoiar", "propor", "fiscalizar" ações, leis, propostas e iniciativas visando assegurar ou promover direitos para a "população LGBT" e/ou combater a discriminação por orientação sexual/identidade de gênero[281].

Outro "marco" ou "conquista" do ano de 2009 foi realizado junto a Chefia de Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Desde de junho daquele ano os Registros de Ocorrência lavrados em delegacias do estado permitem assinalar "homofobia" como "motivo presumido" da ocorrência[282].

Então desde o início de seu funcionamento a Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos esteve envolvida com a elaboração do Programa Rio Sem Homofobia, com a organização das conferências LGBT e, eventualmente, com o encaminhamento de denúncias de homofobia que chegavam de maneira não sistematizada ao seu conhecimento. Mas foi somente a partir de 2010 com a estrutura física de funcionamento e o orçamento garantido que os centros de referência começaram a funcionar e foi preciso lidar com um novo tipo de estruturação burocrático-administrativa inerente à gestão desse tipo de serviço.

De acordo com uma publicação do Programa Rio Sem Homofobia de junho de 2012, até essa data os centros de referência já teriam realizado um total de mais de oito mil atendimentos[283]. Os centros funcionam por projeto, então a cada 12 meses toda a estrutura montada e as ações planejadas correm virtualmente o risco de serem desmanteladas simplesmente por

---

[281] Tal qual nos exemplos: "IV - estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate das condições em que vive a população LGBT urbana e rural, propondo políticas públicas, objetivando eliminar todas as formas identificáveis de discriminação; V - propor e estimular políticas transversais de inserção educacional e cultural, com o objetivo de preservar e divulgar o Patrimônio Histórico e Cultural da População LGBT;" (Decreto nº 41.798, Rio de Janeiro, 02 abril de 2009. Ver anexo C34).

[282] De acordo com uma publicação do Rio Sem Homofobia, entre junho de 2009 e setembro de 2012 foram lavrados 1.397 registros constando homofobia como motivo presumido. Revista Rio Sem Homofobia. Ano 1 - n.1 - Junho de 2012.

[283] Revista Rio Sem Homofobia. Ano 1 - n.1 - Junho de 2012.

falta de verba ou "vontade política". Para remediar essa situação, o esforço feito é o de comprometer parceiros, envolver outras secretarias e promover muita visibilidade para as ações. Espera-se assim, que a falta de apoio ocasionada por uma eventual troca de gestão que não seja exatamente apoiadora ou comprometida com "a causa", inviabilize a descontinuidade dos serviços, frente ao constrangimento que seria causado entre a população atendida, o movimento social e outros gestores e parceiros envolvidos.

O superintendente Cláudio Nascimento comenta o processo de estruturação que visa transformar uma "política de governo" em uma "política de Estado" e ressalta o papel das parcerias envolvidas:

> Eu acho que é um processo também de construção do LGBT, o centro de referencia, o disque todos esses serviços ainda estão em processo de consolidação, [...] eu acho que vai precisar de um tempo para essa política ir se estruturando até 2014. Eu acho que aí, mesmo que entre em outra gestão, ela simplesmente não poderá varrer a existência desse serviço, ela pode questionar o formato, mudar uma coisa ou outra na estrutura, mas tirar totalmente é complexo, porque não é como era anteriormente, um projeto com a sociedade civil, que era só acabar o convênio ou acabar a relação, "me dá a sala que porque preciso da sala e tchau". Não, *envolve uma universidade também, envolve outros órgãos públicos na rede de proteção, então modifica a relação*.
>
> [...]
>
> Então eu acho que é um pouco isso, se me perguntarem hoje se as políticas existentes estão mais para políticas de governo ou políticas de Estado, eu vou dizer todas elas ainda estão como política de governo. Mas em processo de entrar numa atmosfera de transição para política de Estado. Iniciando ainda muito devagar, porque política pública precisa levar dez, quinze anos para se estruturar de fato, tem que passar pelo menos por duas ou três gestões diferentes pra aquilo se consolidar como algo que não é mais de alguém, que não é mais porque aquele projeto, aquele político, aquele gestor apóia, por mais que precise disso para iniciar, mas é necessário que ela se consolide[284].

Outra estratégia de consolidação do serviço passa por reforçar o enfoque no combate à violência, mais do que na "promoção de direitos". Dessa forma acredita -se que seja mais fácil lidar com possíveis oposições, como aquela encarnada em algumas lideranças religiosas:

> Uma coisa é impressionante, você pode analisar. Até hoje o Silas Malafaia e todos esse evangélicos, batem na lei anti-homofobia, mas não batem no Rio Sem Homofobia. Pode

[284] Cláudio Nascimento em entrevista realizada em outubro de 2011, no âmbito do Projeto Retratos da Política LGBT no estado do Rio de Janeiro do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos - LIDIS/UERJ.

> reparar, não tem uma matéria falando contra o centro de referência, contra o Disque. [...] Eu acho que aí houve um acerto da política, com a participação da sociedade civil, com o poder público, de focar conceitualmente a estratégia de criação do serviço na questão do combate à violência[...]. Foi uma coisa muito pensada antes, Silvia Ramos, Sergio Carrara, Julio Moreira, eu, Marcio Caetano, sentamos e discutimos isso, vamos focar, Cabral falava disso também, Minc, vamos focar na violência, porque aí como esses setores que dizem que defendem o direito à vida vão concordar que a pessoa seja assassinada?[285]

O primeiro centro de referência foi inaugurado em Nova Friburgo, em agosto de 2010, em seguida foi aberto o Centro da capital, em julho de 2010, junto com o lançamento do Disque Cidadania LGBT, o seguinte foi inaugurado em Duque de Caxias, em agosto de 2011 e o mais recente foi estabelecido em Niterói, em junho de 2012. E a perspectiva de expansão e abertura de novos centros é sempre destacada. Quanto mais equipamentos instalados, maior é a dimensão da política, não só em sentido estrutural mas também simbólico.

As ações do programa Rio Sem Homofobia lograram desdobramentos interessantes. Além da possibilidade de apontar o "motivo presumido" como homofobia em registros de ocorrência, articulado junto à polícia civil e o uso do nome social em estabelecimentos públicos do estado, já mencionados anteriormente, foi realizada uma parceria com a ACADEPOL para a formação de 1200 agentes da polícia civil. A ação chamada "Jornada ACADEPOL de Formação para a Promoção da Cidadania LGBT, da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos" é parte de um projeto maior que visa a formação de mais de 7000 profissionais da segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Outra ação, realizada em articulação com a Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, foi a criação do NUDIVERSIS - Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos. E aqui várias outras iniciativas poderiam ser mencionadas[286].

Claudio Nascimento explica como a comunicação foi considerada uma área estratégica para o sucesso da política, um caminho para dialogar com a "conjuntura", produzir "climas favoráveis" e ter um grupo de interlocutores preparado e qualificado para lidar com negociações entre diferentes setores. E ainda que muitas dessas experiências são lições que tem por base táticas de *advocacy* utilizadas há muito pelo movimento de mulheres:

---

[285] Idem.

[286] Todas as ações do programa são divulgadas em: http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/

> A gente chegou a conclusão de que era importante, no início do programa Rio sem Homofobia, anunciar primeiro e fazer depois, deu um tiro de costas para frente, para sentir como aquilo iria sofrer na sociedade de apoio e, ao mesmo tempo, para ter um espelho para refletir para dentro do próprio governo. Então você pode olhar, desde 2007 pra cá, boa parte das coisas até 2010, primeiro a gente anunciava e depois lutava pela sua implementação internamente [...], a gente fazia uma combinação de comunicação com implementação, pra servir como esse lugar também de consulta [...] E aí tem gente que confunde isso com politicagem de governo, para aparecer, só que na verdade isso é uma estratégia no sentido de gerar uma incidência, porque todas as estratégias de votos políticos elas trabalham assim com três elementos importantes: 1) criação de climas sociais favoráveis, comunicação; e aí entra outro, 2) a comunidade mobilizada no sentido da política; e 3) um grupo de interlocutores qualificados para lidar com a agenda numa determinada negociação. E foi um pouco nesse sentido, utilizando a experiência das mulheres[287].

O investimento na visibilidade e na comunicação da política não é feito apenas através da montagem planejada em eventos como os já tratados anteriormente ou da sua campanha publicitária. O Rio Sem Homofobia e as ações da SUPERDIR são assessoradas por uma equipe de comunicação especialmente contratada para tal. Essa equipe atua em diálogo com a Subsecretaria de Comunicação Social do governo e trabalha para pautar matérias publicadas na imprensa oficial no estado do Rio de Janeiro, bem como se dedica a conseguir espaço em outras mídias de alcance nacional.

Diferentes de outras estruturas do governo do estado, o Programa possui um site próprio, que procura usar uma linguagem "mais próxima da comunidade":

> [...] o governo morre de medo de comunicação descentralizada, a comunicação de todas as secretarias tem uma conta única, para todos os órgãos, mas nós fizemos, temos as nossas próprias contas. A superintendência tem suas próprias contas. Isso também nos deu uma capacidade, inclusive em 2010, diz um estudo interno do governo, que a nossa ata foi uma das que mais apareceu na agenda pública do estado, 2010 e 2011, um estudo da Casa Civil, eles fazem um estudo de quantas vezes apareceu, por centimentragem, aquele órgão de governo, o quanto ele influencia na sociedade, de opinião pública. Só que são relatórios que eles fazem para o governador, não é uma coisa pública para todo mundo não, porque é de mais interesse de como caminha a política do governo e tal. Isso tem a ver com essas estratégias. Caramba, você pega o site do Rio Sem Homofobia, 8 mil seguidores, para um site de governo! Talvez porque soubemos alimentar essa forma de linguagem com a comunidade[288].

Os centros de referência de combate à violência e promoção da Cidadania LGBT representam o esforço de criação de uma nova estrutura administrativa no âmbito gover-

[287] idem

[288] idem.

namental. Portanto, precisam se adequar a todos os arranjos administrativo-financeiros que incidem sobre uma estrutura desse tipo, ao mesmo em que precisam lidar com os "efeitos de produção de um aparato institucional" desse tipo em relação ao público que se pretende atingir:

> Então também, eu acho que o papel de uma gestão pública que trabalha com direitos humanos é entender que só se faz direitos humanos e promoção da cidadania se tiver políticas de gastos [...] tanto elaborando a proposta como avaliando se ela está seguindo o caminho correto [...]. Então às vezes você pensa um caminho, dois anos depois você olha para trás e pensa que não era a melhor estratégia. Então é um pouco diferente a ideia de planejamento que se tem, por exemplo, para a área mais de obras públicas, de planejamento estratégico, de urbanização, onde você pode fazer um planejamento estratégico mais físico, orçamentário. [...] É preciso compreender e construir, e avaliar também esse processo fenomenológico diante da estruturação dos próprios movimentos. Uma agenda que era prioridade da comunidade LGBT em 2007, não é a mesma agenda de 2009, que não é a mesma de 2012. Então, logo esses planejamentos também precisam ser readaptados seguindo uma nova perspectiva [...].
>
> [...] agora, assim, não ter outra superintendência para poder balizar, comparar, será que o que a gente tá fazendo tá certo, tá correto, não tem, eu não tenho hoje no Estado brasileiro, ou em outro estado, que tenha uma estrutura aberta que eu possa dizer assim, entendeu? Qual é? a gente tá fazendo certo, tá fazendo errado, tá fazendo pouco, tá fazendo muito? Então é pra mim um caminho no escuro também, um caminho de gato no escuro.

A relação de proximidade entre movimentos sociais e governo vem sendo crescentemente notada nos últimos anos e sem dúvida foi essa proximidade que possibilitou tantas ações consideradas bem sucedidas. Mas, como expõem Vianna & Carrara (2007), ao mesmo tempo indaga-se se tal proximidade, uma atuação da sociedade civil que muitas vezes passa mesmo pelo interior de esferas administrativas governamentais, também não teria como consequência a redução de seu potencial crítico. Essa aproximação pode ser notada com o surgimento de centros de referência, coordenadorias e programas diversos voltados para "população LGBT" e deixa transparecer conflitos inerentes ao processo de criação e condução de políticas públicas. Possivelmente efeitos do deslocamento de posições de poder e, consequentemente, das relações que se estabelecem através delas.

Aprofundando uma angulação dessa dimensão, a seguir procuro refletir sobre parte das relações estabelecidas entre movimento social, governo e universidade no processo de implantação dos centros de referência do Rio de Janeiro.

5.2 – Uma experiência no exercício da administração cotidiana de "novos" sujeitos

> […] state does not simply handle clients or employ staff but produces state subjects, as bureaucratized, dependent, disciplined, and gendered […] state does not simply address private needs or issues but configures, administers, and produces them. (Brown, 2006: 203)

Em dezembro de 2010, um convênio de cooperação técnica foi firmado entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do governo do estado (SEASDH-RJ), para, entre outras ações, apoiar a implantação dos Centros de Referência ao Combate à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT (CRLGBT).

O convênio acordado cumpria a função prática de ser uma forma de repasse financeiro para a execução de parte das ações do Programa Rio Sem Homofobia. Através do convênio, a UERJ passava a ser a gestora de recursos para pagamento de pessoal e demais ações do projeto. Em um primeiro momento a verba originou-se do governo federal, através da Secretaria de Direitos Humanos e depois do próprio governo do estado.

Esse convênio provocou a criação do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS) na UERJ. Pensando na articulação dessa iniciativa com o meu tema de pesquisa, me aproximei dos pesquisadores do LIDIS e passei a participar de algumas de suas atividades como pesquisadora-colaboradora e a acompanhar as ações de apoio à implantação do CR-LGBT. A proposta desse convênio apresentou-se como um espaço-chave para a realização do trabalho de campo, uma vez que estabeleceu uma parceria entre atores localizados na universidade e na gestão pública, em colaboração com o ativismo social, visando à implantação de uma política governamental específica, direcionada à "população LGBT". E ainda por ter permitido um tipo de inserção bastante privilegiada e particular no campo de pesquisa, através de um grupo de pessoas que vêm sendo as responsáveis pela construção de "políticas LGBT" no estado do Rio de Janeiro na atualidade.

Desde então acompanhei de maneira sistemática esse processo e participei diretamente das conversações entre o Laboratório da UERJ e a SUPERDIR, em ações voltadas para a

implantação, o monitoramento e a avaliação dos Centros de Referência no Combate à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT (CRLGBT) e de algumas outras atividades vinculadas ao Programa Rio Sem Homofobia.

Voltando à *Cena 8*, apresentada algumas páginas atrás, a partir da inauguração desse conjunto de serviços voltados para a "população LGBT", passei a acompanhar essas movimentações no estado do Rio de Janeiro. Para tal, participei de reuniões com a equipe da SUPERDIR e também tive acesso a alguns documentos-base do projeto.

Os objetivos do termo de cooperação firmado em 2010 (e que em 2013 chegou ao seu terceiro ano de renovação) entre a secretaria de governo e a universidade do estado abarcavam:

> i. Apoiar no período do Convênio a SEASDH/SUPERDIR na complementação da equipe técnica para a implementação e monitoramento do Programa Rio Sem Homofobia e os serviços de Centro Metropolitano de Referência no Combate à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT;
>
> ii. Apoiar no período do Convênio a SEASDH/SUPERDIR na avaliação da implantação do Programa Rio Sem Homofobia, bem como os resultados do impacto social em todos os serviços na população beneficiada do Estado do Rio de Janeiro;
>
> iii. Apoiar a criação de sistema de informação e coleta de dados interligados entre todos os serviços de atendimento da SEASDH/SUPERDIR, nas áreas de promoção da cidadania LGBT e combate à homofobia;
>
> iv. Criação/implantação de programa de estágio com objetivo de contribuir para a formação profissional de estudantes das mais diversas áreas de conhecimento dentro dos serviços de atendimento da SEASDH/SUPERDIR;
>
> v. Parceria com os Programas de Iniciação Científica e de Bolsas de Extensão da UERJ, com o objetivo de contribuir para a formação acadêmica de estudantes das mais diversas áreas de conhecimento e desenvolvimento de pesquisas dentro dos serviços de atendimento da SEASDH/SUPERDIR.

Durante a minha observação e participação nas ações do convênio, acompanhei o processo de formulação do edital e seleção da primeira equipe de profissionais que compôs o CRLGBT, durante os meses de dezembro de 2010 e janeiro de 2011. Ao longo desse processo foi interessante perceber quais eram as características de formação pessoal e profissional consideradas desejáveis para a seleção da equipe de trabalho do serviço. Como, por exemplo, que a equipe fosse diversa em termos de sexo, orientação sexual e cor/raça, inclusive uma tentativa de que na seleção houvesse uma reserva de vagas de trabalho para travestis e transexuais, que demonstrou-se juridicamente inviável.

Durante o mês de fevereiro de 2011 participei do seminário de formação da equipe enfim selecionada, entre abril e outubro do mesmo ano estive presente em alguns dos encontros de supervisão e formação da equipe de profissionais que atuavam no serviço (advogados, assistentes sociais e psicólogos, em sua maioria). Participei também de reuniões das comissões de trabalho responsáveis por elaborar um sistema informatizado que deveria contemplar todos os Centros de Referência LGBT a serem estabelecidos no estado do Rio de Janeiro e também um protocolo de fluxo e de rotina de atendimento para todos os Centros.

Desse processo, várias questões curiosas se apresentaram, como, por exemplo, discussões envolvendo como deveriam aparecer definições e classificações por cor/raça, identidade de gênero, sexo, orientação sexual nos documentos e protocolos oficiais de funcionamento do serviço. Ou sobre como a população a ser atendida pelos centros de referência poderia ser identificada ou definida, como o próprio atendimento deveria ser classificado ou como demandas diversas poderiam ser encaminhadas junto aos aparelhos de proteção social básica do estado do Rio de Janeiro.

O dia-a-dia de como lidar com essa questões e de como criar consenso entre a equipe sobre a melhor forma de conduzir encaminhamentos e atividades, não se mostrou como de simples execução. Contribuía nesse sentido o fato da grande inauguração do serviço (descrita na Cena 8) ter acontecido sem que o formato prático de condução das atividades tivesse sido efetivamente discutido ou estruturado internamente.

Nesse sentido, o processo guarda semelhanças com a descrição feita por Gregori (1993) a respeito das origens do SOS-Mulher de São Paulo na década 1980. A autora descreve que naquele momento a pressa e a ansiedade para que os atendimentos começassem a ser feitos, impediu uma discussão prévia aprofundada sobre a definição de formas de atuação, ou sobre como o público seria mobilizado e atendido, ou mesmo sobre o que era compreendido como "violência contra a mulher". O que era consenso consistia na expectativa de que os trabalhos fossem logo iniciados e que produzissem "visibilidade pública imediata". Acreditava-se também que entrando em contato com os relatos e histórias da mulheres atendidas, seria possível definir mais claramente o formato do atendimento (Gregori, 1993: 34-35). No caso dos centros de referência LGBT, havia uma definição ampla sobre quais eram os objetivos dos centros de referência, mas não sobre como os procedimentos necessários para que esses objetivos fossem

atendidos seriam encaminhados. O que havia era a expectativa de que com a contratação de pessoal e a partir da assessoria oriunda do convênio forjado com a universidade, a estruturação do serviço poderia ser feita de forma concomitante com o início de seu funcionamento.

Os objetivos definidos para os centros, em termos gerais, reuniam-se em torno de dois pontos: i) oferecer um serviço de "acolhimento" e "encaminhamento" através de "atendimento interdisciplinar (jurídico, social, psicológico)" e ii) funcionar como um centro produtor e irradiador de informações úteis para a mobilização de políticas públicas "de combate a homofobia e promoção da cidadania LGBT". Um *poster* que anuncia o serviço diz o seguinte:

> Centro de Referência da Cidadania LGBT
> *A gente cuida de Você*
>
> O que é o CR LGBT?
>
> Precisa de informações sobre seus direitos? Orientações de como agir judicialmente em relação aos mais variados problemas? Quer perguntar sobre saúde? Cirurgia de readequação de sexo ou hormonioterapia? E as uniões estáveis homoafetivas? Sabe tudo sobre elas? Sente-se sozinho? Ou depressivo?
>
> O governo do Estado do RJ coloca à disposição para você, seus amigos e familiares um espaço para chamar de seu.
>
> Objetivos
>
> - Atender LGBT, familiares e amigos vítimas de discriminação e violência homofóbica;
> - Orientar LGBT e sociedade em geral sobre direitos civis;
> - Sensibilizar e capacitar gestores públicos e segmentos da sociedade local sobre homofobia e cidadania LGBT;
> - Formar e adequar políticas públicas pró-LGBT;
> - Formar banco de dados estadual sobre homofobia e rede de apoio.

A equipe dos centros de referência é composta por psicólogos, assistentes sociais e advogados, responsáveis pelo atendimento dos "usuários". Completam a equipe os estagiários dessas três áreas disciplinares e o corpo administrativo de funcionários. Além do atendimento direto do público que o procura, a equipe dos centros de referência também se envolve em atividades externas como oficinas, palestras e atividades de formação.

Os "usuários" podem chegar até o serviço a partir das ligações feitas para o Disque Cidadania LGBT, que mantém sua linha de atendimento funcionando 24h por dia, encaminhados por outros serviços e instituições, acessando diretamente os equipamentos, que funcionam de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Existe também um canal de comunicação no site http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/, no qual é possível esclarecer dúvidas e solicitar atendimento. Por fim, os Centros recebem denúncias encaminhadas pelo Disque 100, o serviço da Ouvidoria de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A partir do convênio de cooperação acordado com a universidade, os pesquisadores e professores reunidos sob o Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS/UERJ) comprometeram-se com a condução de uma série de atividades, tais como: a supervisão acadêmica e técnica de parte da equipe de psicólogos, assistentes sociais e advogados responsáveis pelos atendimentos dos centros de referência, a seleção e o acompanhamento de estagiários para essas três áreas, a organização e a participação em encontros, seminários, entre outras atividades relacionadas ao Programa Rio Sem Homofobia. Outra consequência da cooperação foi a formação de uma "comissão de monitoramento e avaliação" reunindo membros da superintendência e os professores e pesquisadores da UERJ, para o acompanhamento do processo de implantação do centros de referência. Esse acompanhamento se deu basicamente através de reuniões.

Durante o primeiro ano da parceria, parte da pauta dessas reuniões girava ao redor de discussões como: as melhores maneiras de formatar rotinas de atendimento, fichas de cadastro, atribuições de cada cargo da equipe de profissionais do Centros etc. Ou seja, questões práticas que emergiam do cotidiano dos serviços.

Durante a discussão dessas questões foi possível notar que se desenhava uma disputa no interior da cadeia de comando da administração dos centros de referência e que em parte ela foi alimentada pela maneira como os quadros profissionais e administrativos do serviço foram compostos. Parte das pessoas que trabalham no dia-a-dia do CRLGBT, incluindo todos os que ocupam cargo de gerência e coordenação, portanto uma posição hierarquicamente superior na estrutura, foi indicada para o trabalho a partir de relações pessoais, de redes de movimento social e militância LGBT. A outra parte dos contratados chegou até o serviço a partir de um processo de seleção pública conduzido pela UERJ. Todos esses com algum tipo

de experiência acadêmica mais ou menos aprofundada e não necessariamente com passagem por organizações LGBT ou outros movimentos sociais. Outro ponto a ser levado em consideração é que alguns daqueles imbuídos da função de gerência e coordenação chegaram ao serviço antes da equipe composta para realizar os atendimentos diretos.

Essa forma de condução da seleção de profissionais criou uma configuração interna particular. Os profissionais contratados para o atendimento dos "usuários" - psicólogos, advogados e assistentes sociais - figuram como aqueles investidos do saber "técnico", sendo essa uma categoria êmica para tratar o saber oriundo da sua formação acadêmico-científica. Já os profissionais encarregados da gerência e da coordenação das atividades dos Centros são aqueles que, a despeito de também possuírem formação acadêmica em alguns casos, tem a legitimidade de sua atuação garantida em termos do saber oriundo da sua experiência e prática prévia na militância política do movimento social.

Assim, entre "técnicos" e "políticos" distribuíam-se reclamações. Os investidos do saber "político" diziam que os "técnicos" estariam vivendo pela primeira vez o contato com o cotidiano da população "LGBT" atendida pelos Centros. Essa falta de experiência faria com que não compreendessem muito bem os modos mais apropriados de conduzir o trabalho, pois esse não seria um aprendizado que pode ser garantido na salas das universidade, mas apenas na experiência prática da vida. Enquanto isso, os "técnicos" queixavam-se de não ter a sua competência valorizada e de serem desinvestidos pela coordenação da autonomia necessária para que o seu trabalho fosse conduzido a contento.

Antes da entrada da equipe selecionada pela universidade, o centro já fazia alguns atendimentos e estes eram realizados pelos que agora ocupavam os cargos de comando na estrutura do serviço (os dotados de "experiência política"). Podemos dizer que se não existiam regras escritas ou formalizadas sobre o modo como esse tipo de trabalho deveria ser conduzido, existia um modo de fazer baseado em "regras derivadas da experiência" (Lugones, 2009). Ou seja, mesmo que não contassem com nenhum tipo de "protocolo" ou manual que guiasse a ação, a experiência acumulada era instrumentalizada como um guia para atuação.

Após o acordo de cooperação com a universidade e a entrada da nova equipe, era preciso dar uma forma mais institucionalizada para as atividades. Forma essa esperada para um serviço oferecido pelo governo do estado e prevista como um dos itens do convênio fir-

mado[289]. Então a chegada de novos atores ao serviço provocou o questionamento dos modos de fazer postos pelos que lá já estavam e a falta de formalização das atividades passou a ser discutida e disputada. Os debates a respeito da melhor maneira de conduzir tais processos, constituíram um cenário propício para a emergência de conflitos por lugares de autoridade. O que contaria mais, a competência acadêmica ou a prática política?

Um outro personagem nessa composição é "a gestão", forma também êmica de designar os atores ligados mais diretamente a superintendência responsável pelo gerenciamento dos centros de referência e do Programa Rio Sem Homofobia. Todas as questões envolvendo a rotinização administrativa do serviço, tais como: a atribuição de funções e atividades de cada profissional, a distribuição de horários de trabalho, a padronização e os modos de preenchimento de fichas de atendimento, o formato e a periodicidade para a feitura de relatórios, precisavam passar pelo crivo e aprovação dessa "gestão". Então um outro nível da disputa se distribuía entre os profissionais das equipes do centros de referência e a "gestão" da superintendência, que insistia em ter o controle absoluto sobre todas as decisões referentes a rotina de trabalho do serviço.

Essa tentativa de dar conta das tarefas necessárias para organizar o dia-a-dia de um serviço que visa atender uma população específica (ainda que os termos dessa especificidade nem sempre sejam claramente definidos), através da construção de dinâmicas de rotinização burocrática das atividades, era considerada uma forma de transição necessária. Apesar dos conflitos inerentes, essa transição era desejada por todos e tida como um processo natural para um serviço que teve sua concepção e origem forjadas pelo movimento social, mas que agora atingia outro estatuto, estabelecendo-se como um equipamento do governo do estado.

Os professores e pesquisadores ligados ao convênio com a universidade entraram nesse cenário como que fazendo uma espécie de mediação. Como parte dos membros da universidade lidava com o trabalho de assessoria e supervisão dos profissionais ligados aos Centros, essa posição se convertia em canal de comunicação entre essa equipe e a superintendência, responsável pela gestão dos centros. As questões e problemas levantados eram

[289] "Objetivo iii) Apoiar a criação de sistema de informação e coleta de dados interligados entre todos os serviços de atendimento da SEASDH/SUPERDIR, nas áreas de promoção da cidadania LGBT e combate à homofobia;".

levados pela universidade para as reuniões de "monitoramento e avaliação" previstas no convênio, mas na grande maioria das vezes as decisões tomadas não eram encaminhadas e voltavam na reunião seguinte. E assim, como presos numa espécie de ritual infinito, percebíamos que as reuniões funcionavam apenas para agendar outras reuniões e que um possível papel de mediação nunca se concretizava de fato. Volto a tratar desses conflitos adiante.

Com o tempo, a pauta dessas reuniões de "monitoramento" foi se alterando e passaram a girar mais em torno de encaminhamentos burocráticos, como contratações, pagamentos, acertos sobre a participação em eventos, apresentações e outras reuniões de interesse para o Rio Sem Homofobia, nos quais os professores da UERJ eram solicitados a representar a "cara da universidade".

Ainda que o encaminhamento prático dessas questões nos afligisse e parecesse nunca ser concluído a contento, aos poucos ficava claro que enquanto discutíamos a organização de um serviço, tentando dar resoluções ainda que provisórias aos problemas que se colocavam no dia-a-dia, categorias iam sendo forjadas, conceitos substancializados e a "população" a quem ele se destina progressivamente ganhava forma e substância. A constituição de um serviço de atendimento passa por também constituir os problemas ou questões específicas que serão seu objeto de atendimento, o que também concorre para a produção ou definição da "população" que será atendida.

Uma constatação entre a equipe que trabalha no serviço foi a de que a violência física não era a principal demanda, em termos numéricos, com a qual era preciso lidar. O maior empenho aparecia na direção da "garantia de direitos", o que fez com que uma outra compreensão sobre os sentidos da violência tenha surgido, associada com a violação do princípio de acesso à direitos e imiscuída em práticas cotidianas diversas. E novamente chegou-se a conclusão semelhante a que já tinha vindo à tona com a experiência do DDH, há mais de uma década.

Os centros recebem denúncias de diferentes formas de violência e discriminação, mas sobretudo lidam com "demandas" relacionadas à união estável - tanto para a sua realização quanto para a sua dissolução - conversão de uniões em casamento, retificação de registro civil, readequação sexual, depressão, ansiedade, mães buscando ajuda para lidar com filhos e filhas "LGBT" ou professores para lidar com seus alunos e abordar temas como 'diversidade

sexual'. Muitas das "demandas" recebidas não estão necessária e/ou obviamente relacionadas à orientação sexual ou identidade de gênero, como o aconselhamento sobre direitos trabalhistas ou previdenciários, promoção de inserção no mercado de trabalho etc. Os casos em geral são encaminhados para outros equipamentos da rede pública de assistência e saúde (hospitais, UPAs, abrigos, CAPS, CRAS e CREAS etc)[290]; no caso de denúncias criminais, para delegacias, com o incentivo para que registro de ocorrência com o 'motivo presumido' homofobia seja lavrado; já questões jurídicas são encaminhadas para a Defensoria Pública e eventualmente para escritórios-modelo de universidades. Existe ainda muita procura por informação, especialmente nas ligações recebidas pelo Disque Cidadania LGBT, desde informações sobre datas de Paradas do Orgulho e outros eventos LGBT, sobre locais de distribuição de preservativos, até pessoas que ligam apenas para saber do que a linha se trata ou estudantes que procuram informações e dados para escrever trabalhos de curso. Mas parte da resposta ao que é trazido pelo "usuário", se encerra no atendimento mesmo, no que os profissionais dos centros costumam chamar de "acolhimento" e "escuta", e não obrigatoriamente acontece um encaminhamento externo ao serviço.

O envolvimento entre a universidade e a gestão dos Centros, de diferentes formas, incentiva a produção de reflexões sobre as ações empreendidas. A equipe de pesquisadores da UERJ envolvida também desenvolve pesquisas individuais que de alguma forma aproveitam o espaço dos CRLGBT como campo de investigação, assim como alguns dos profissionais envolvidos com o atendimento nos centros também realizam trabalhos acadêmicos. Parte dos estagiários aproveitaram a experiência no serviço para produzir suas monografias de conclu-

[290] UPA - Unidade de Pronto Atendimento, CAPS - Centro de Apoio Psicossocial, CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

são de curso[291]. Esses últimos trabalhos, produto da experiência dos estagiários, que entraram em contato com a temática pela primeira vez em sua prática profissional, representam produções interessantes por conjugar a reflexão sobre as experiência de atuação, ao mesmo tempo em que tecem considerações sobre gênero e sexualidade a partir da visão dos seus cursos de formação. Destaco a seguir algumas dessas reflexões.

Tendo como fonte as fichas de atendimento do CRLGBT da capital, Isabela Scheufler Pereira[292] olhou para casos caracterizados como agressão e ameaça de agressão com "motivação homofóbica", na tentativa de traçar um perfil do agressor. Em sua análise notou alguns problemas nas fichas de registro dos atendimentos feitos pelo centro de referência. As informações coletadas dos casos funcionariam mais para a quantificação do que para a caracterização dos atendimentos realizados e há pouquíssima informação a respeito do agressor. A autora aponta inconsistência nos registros de orientação sexual e identidade de gênero, nota ainda que quase não há registro de cor/raça, religião ou outras informações que seriam relevantes para traçar um perfil do casos de discriminação e violência acompanhados pelo Centro.

Nas fichas analisadas por Pereira (2013), os "usuários" apareciam classificados por sua orientação sexual "heterossexual, bissexual, gay e lésbica, sem que fosse apurada a distinção entre a orientação sexual e a identidade de gênero, presumindo, por exemplo, que todo gay teria uma identidade de gênero masculina ou que toda lésbica teria uma identidade

---

[291] Podemos citar alguns exemplos desse tipo de produção reflexiva. Em novembro de 2012 a equipe dos centros de referência realizou, em parceira com o LIDIS e nas dependências da UERJ, o seminário "Diversidade sexual e identidade de gênero: refletindo sobre as práticas voltadas ao adolescer". Em agosto de 2013 aconteceu um outro seminário, também na UERJ, dessa vez sobre as monografias produzidas a partir da experiência dos estagiários nos centros de referência. Durante o ano de 2013, o convênio entre o governo do estado e a UERJ, através do LIDIS, passou a destinar parte de sua frente de trabalho para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa que, entre outros objetivos, propõe-se a produzir um levantamento crítico a respeito dos dados produzidos pelos CRLGBTs e sobre a relação entre as "demandas" trazidas por seus "usuários" e o seu impacto nas redes de proteção de assistência do estado. No âmbito de pesquisa individuais, Aureliano Lopes acompanha ações onde pode-se depreender os sentidos que o investimento em "cultura" tem sido tomado na execução de "políticas LGBT", Vanessa Leite desenvolve sua pesquisa de doutorado a respeito da legitimação da "juventude LGBT", tendo a política Rio sem Homofobia como um dos campos de investimento de sua pesquisa e Adriana Shad Balthazar, que a partir do trabalho de campo realizado em dois dos centros de referência existentes no estado do Rio, elaborou a sua dissertação de mestrado sobre "o lugar que o silêncio ocupa na narrativa de pessoas que sofreram violência homofóbica" (Balthazar, 2012).

[292] Trata-se de uma monografia de conclusão do curso de graduação em assistência social, a autora realizou o estágio disciplinar obrigatório para a conclusão do curso no centro de referência LGBT da capital do Rio de Janeiro, sob a orientação do professor Guilherme Almeida (FSS/UERJ).

de gênero feminina (59-60). Já as identidades de gênero "que aparecem para o serviço são apenas as de travestis e transexuais" e nesse caso o que "fica invisibilizado para o serviço é a orientação sexual, pois o pressuposto em vigor é que travestis e transexuais são necessariamente heterossexuais" (:60).

Uma outra monografia foi produzida a partir de "grupos de conversa" reunindo a equipe que trabalha com o atendimento de casos nos centros de referência. Elisa Oliveira (2013)[293] procurou discutir as maneiras como esses profissionais compreendem o fenômeno da homofobia. Em uma dessas discussões surgiram algumas reflexões dos profissionais a respeito dos sentidos da discriminação com que lidam no seu dia-a-dia de trabalho:

> Em um dos grupos de conversa, houve um debate acerca das ações dos CRLGBTs: seria a ação deles somente pela via do combate à discriminação? No início do debate um dos participantes classificou cem por cento dos casos atendidos como casos de homofobia. No entanto, a discussão se encaminhou de certa forma que a questão girou em torno das ações outras que os CRLGBTs também atuam. Como por exemplo, a elaboração de um contrato de união estável homoafetivo, que se configura, na fala de uma das advogadas, como uma ação de garantia de direitos e não combate à homofobia. Entretanto, a necessidade de elaboração de um contrato de união estável, haja vista a não existência do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (salvo por decisões judiciais), não se configuraria como uma forma de homofobia? Uma forma de homofobia mais institucionalizada, mas que de certa forma discrimina no sentido de que não garante os mesmos direitos para casais homossexuais e heterossexuais? O fato de ir a um espaço público voltado para um segmento específico numa tentativa de garantir direito já não implica na não garantia desse direito a priori? (2013: 33)

Outra discussão interessante realizada pela autora versa sobre os efeitos que a existência de um equipamento como os Centros de Referência LGBT (CRLGBT) - "espaço público voltado para a especificidade de sua identidade de gênero e orientação sexual" - pode ter sobre os seus "usuários". Para Oliveira, toda a "diversidade de demandas" recebidas pelos centros se dirige para um mesmo ponto:

> A diversidade de demandas converge em um ponto único e comum: a legitimação daquele usuário enquanto sujeito. As intervenções dos CRs legitimam enquanto sujeito de direito, enquanto sujeito de desejo, enquanto ser no mundo. Com um encaminhamento impresso realizado por nós, por exemplo, usuários relatam que são mais bem recebidos, que se

[293] Monografia de conclusão do curso de graduação em Psicologia, a autora realizou o estágio disciplinar do curso no centro de referência LGBT da capital do Rio de Janeiro, sob a orientação do professora Anna Paula Uziel.

> sentem respaldados e assegurados nos outros serviços que muito comumente não estão preparados para receber o LGBT. Em sua dimensão psíquica e emocional, ousaria dizer que a criação de um espaço voltado para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais pode ter um efeito muito positivo. A possibilidade de falar abertamente sobre sua sexualidade – e muitas vezes, pela primeira vez na vida – se mostra para alguns usuários como uma experiência de libertação e alívio (:34).

A proposta dos centros de referência é de que funcionem como um dispositivo de "combate à homofobia e promoção da cidadania". Nesse sentido, a violência associada à homofobia pode compreender um espectro de sentido bastante amplo, inclusive o suposto de que o desconhecimento, a dificuldade ou o impedimento de acesso a algum serviço ou direito tenha como causa anterior e persistente, o preconceito e a discriminação vivenciados por determinados sujeitos ao longo de suas vidas.

Das interpretações sobre os sentidos da homofobia e sobre os "efeitos" positivos dos Centros para os "usuários" destacados por Oliveira, também podemos perceber algo sobre outro aspecto que sobressai da montagem dessa política. Uma disposição que pode ser depreendida do *slogan* do CRLGBT: "A gente cuida de você". Esse anúncio diz algo sobre a forma como alguns dos envolvidos na criação dos Centros o conceberam. A política se destina a uma "população desamparada", nunca antes assistida por políticas públicas e que finalmente ganhou "uma porta onde pode bater". Essa imagem é comumente utilizada por alguns profissionais para falar dos "usuários" que chegam ao serviço. Nesse sentido, o CRLGBT deveria estar preparado para "acolher" e encaminhar da melhor forma possível, qualquer tipo de "demanda" trazida por seu público.

Em mais um trabalho que reflete sobre os atendimentos do CRLGBT, Carolina Salles (2012)[294] chama a atenção para os "efeitos micropolíticos" de ações como as empreendidas pelos centros de referência. Para isso desenvolve a sua reflexão através de um caso de denúncia de homofobia na escola recebida por um CRLGBT.

No caso por ela analisado, vemos que Dimitri, de 43 anos, aluno de uma escola para jovens e adultos, procurou o centro de referência para relatar que passava por constrangimentos, decorrentes de insinuações sobre a sua orientação sexual feitas por sua professora.

[294] Monografia de conclusão do curso de graduação em Psicologia, a autora realizou o estágio disciplinar do curso no centro de referência LGBT da capital do Rio de Janeiro, sob a orientação do professora Anna Paula Uziel.

Dimitri mencionou grande desconforto com a situação, que afetava a sua relação com os demais alunos e também afirmou já ter vivenciado situações semelhantes no passado, que acabaram por afastá-lo de outras instituições de ensino. Os profissionais do centro de referência realizaram alguns atendimentos com Dimitri para discutir os caminhos possíveis de desdobramento do caso. Segundo relata Salles (2011), uma possibilidade seria a via judicial. Dimitri poderia registrar um ocorrência por discriminação em uma delegacia, acionar o Ministério Público e uma Coordenadoria Regional de Educação e denunciar a professora. Outra possibilidade seria buscar dialogar com a escola "com o objetivo de criar uma estratégia de orientação, responsabilização e sensibilização, tanto nos docentes quanto nos discentes" (:29). A equipe que atendeu Dimitri tomou como prioridade a sua continuidade na escola, uma vez que já havia um histórico de evasão, e após avaliar as possibilidades junto com o interessado, decidiu-se que a equipe do centro de referência entraria em contato com a direção e a coordenação pedagógica da escola para discutir a possibilidade de algum tipo de ação de intervenção.

Após conversas e negociações, foi acordada a realização de uma ação na escola em questão, envolvendo alunos e professores de todas as turmas. Em parceria com o Grupo Arco-Íris, a equipe do centro de referência realizou uma oficina de reflexão sobre estereótipos e os integrantes do Grupo Arco-Íris apresentaram uma esquete teatral baseada no Teatro do Oprimido. As atividades renderam um longo e profícuo debate com o envolvimento ativo de todos participantes. O caso teve um desfecho satisfatório e meses depois Dimitri entrou em contato com a equipe para contar que continuava na escola e que havia ficado feliz com o desdobramentos do seu caso [295].

A análise deste caso chama a atenção para o fato do encaminhamento realizado não ter sido a simples denúncia da discriminação e para as ações capilares que se desdobram a partir da alternativa encontrada:

> Concluí a partir dessa atividade que quando os profissionais do CR saem do seu espaço físico de trabalho e se deslocam, entrando no ambiente onde se vivenciou o conflito/homofobia para discutir o "problema", se cria um diálogo aberto, nos possibilitando inter-

[295] Dimitri é um nome fictício atribuído pela autora. Para mais detalhes sobre os atendimentos realizados, o percurso do caso e sobre a atividade realizada na escola, ver Salles (2011: 29-36).

> venções mais diretas, e de forma capilar naquele ambiente. O "problema" pode se transformar em uma problemática que atravessa o cotidiano de todos nós (: 36).
>
> Uma das análises possíveis é a comparação entre uma ação focada no indivíduo professora, através do processo jurídico, e uma ação mais coletivizada, sem culpabilizações individuais, buscando promover reflexão, debate e transformações na comunidade escolar (: 37).

A análise feita por Salles e a sua participação nos desdobramentos do atendimento, falam sobre uma dimensão "micropolítica", como define a autora, que escapa em análises apressadas dos possíveis efeitos de um serviço como o prestado pelos CRLGBT.

Um outro caso de atendimento feito pelo Centro de Referência LGBT da capital do Rio de Janeiro, dessa vez analisado por Amanda Moura (2013)[296], traz mais alguns pontos interessantes. O caso escolhido pela autora é tido como marcante por vários membros da equipe, tanto pela complexidade de suas "demandas" - que passaram pelo atendimento da psicologia, do serviço social e do direito - quanto por ser um dos mais antigos, uma vez que a "usuária" nunca deixou de frequentar o serviço e chegou até ele há quase três anos. Trata-se de Mabel, transexual, " negra, pobre, de aparência frágil, mas com olhar doce, jeito meigo, fala mansa, delicada e determinada". De acordo com a autora, esse é um caso sempre muito discutido nas reuniões de equipe do CRLGBT, pois os ajuda a pensar sobre as limitações de sua atuação.

A primeira "demanda" de Mabel no CRLGBT foi por abrigamento. Duarte nos revela o percurso de Mabel ao poucos ao longo de sua análise, talvez porque tenha sido assim durante a trajetória da "usuária" no serviço. Mabel está inserida há 4 anos no programa do processo transexualizador do HUPE (Hospital Universitário Pedro Hernesto), onde recebe o tratamento de hormonização, atendimento psicológico e psiquiátrico. Além de abrigamento, Mabel recebeu auxílio do CR para dar entrada na sua retificação de registro civil e para lidar com outras situações de discriminação vivenciadas - como em uma situação em que estava internada em uma clínica psiquiátrica, devido a ingestão de muitos medicamentos de uma só vez, e ligou para o centro para denunciar que havia sido posta na ala masculina e estava sendo obrigada a cortar unhas e o cabelo. Através do percurso reconstruído por Duarte, ficamos sabendo que Mabel,

[296] Monografia de conclusão do curso de graduação em Psicologia, a autora realizou o estágio disciplinar do curso no centro de referência LGBT da capital do Rio de Janeiro, sob a orientação do professora Anna Paula Uziel.

não é "usuária" apenas dos serviços oferecidos pelo CRLGBT e pelo HUPE, ela também é acompanhada pela equipe de um hospital psiquiátrico, além de outras instituições:

> O trânsito pelas instituições foi se configurando de forma gradual e com um aspecto de rede: a partir do contato com primeiro local que frequentou foi conhecendo os outros e a medida que tinha suas demandas sanadas, passa a se desligar da instituição ou não, como no nosso caso da nossa, que ela permanece vinculada. A moça mantêm laços institucionais com diversos órgãos públicos do município. E estes espaços se configuram como as únicas redes que possui. Mabel não tem amigos, nem colegas na cidade, quando questionada como era essa situação em sua cidade natal, relata que sempre teve poucos amigos, desde a infância. A jovem é acompanhada pelo nosso Centro de Referência, por uma instituição psiquiátrica do Estado, onde tem acompanhamento psiquiátrico, psicológico, social e frequenta um bazar organizado pela instituição, realiza eventualmente atividades numa oficina de teatro de uma outra instituição psiquiátrica, frequenta uma ONG que se propõe a elaborar projetos que assegurem a cidadania LGBT, além de ter passado por um projeto de capacitação profissional de travestis e transexuais da cidade (:43).

A autora destaca uma ocasião em que a equipe do CRLGBT promoveu uma oficina de fotos com Mabel. O objetivo era "criar um campo de afirmação de sua identidade feminina" e servir como embasamento jurídico para o processo jurídico de retificação de registro civil (:25). Esse tipo de atividade explicita o papel do Centro na produção de gênero e de identidades para os sujeitos que o acessam, como visto com Oliveira (2013), mas também fala sobre outros efeitos.

O percurso de Mabel talvez seja um exemplo extremo de sujeito que se constitui nas e através de instituições, de aparatos administrativos que "acolhem", reconhecem e coetaneamente constituem as suas identidades. Identidades reforçadas pelas instituições e que correm o risco de se esfacelarem fora delas.

Nestes trabalhos desenvolvidos a partir da experiência de estudantes que completaram a sua formação profissional na primeira turma de estagiários dos serviços promovidos pela política Rio Sem Homofobia, transparece a forma de funcionamento de um serviço que não nasce com a estrutura e método de funcionamento definidos. Mas que primeiro "abriu as portas" e vem se construindo no processo e aos poucos "se modelando ao perfil da população usuária". E esse é um trajeto de mão dupla, a "população usuária" também vem se modelando ao "perfil do serviço". As atividades relatadas pelas monografias citadas, podem ser compreendidas também através de certas expectativas pedagógicas como um efeito para dentro dos CRLGBT, para as

outras instituições envolvidas de alguma forma com essa política e para a própria "população usuária"[297]. A "promoção da cidadania" de que fala a política, ensinaria a ter direitos. E esses são efeitos de difícil mensuração através da produção de indicadores quantitativos, que parecem ser os mais valorizados pelos gestores da política ou pela linguagem de Estado com a qual dialogam.

Olhar para iniciativas no plano administrativo governamental, implica reconhecer que essa é uma ação que também produz sujeitos, identidades, necessidades e normatizações. A administração burocratizada que pretende gerir sujeitos definidos a partir do gênero e da sexualidade não dá conta de abarcar os sentidos das "demandas" trazidas pelos "usuários". Talvez essa seja uma explicação possível para a dificuldade dos profissionais em estabelecer um registro padronizado e sistematizado de "identidade de gênero" e "orientação sexual", ou talvez esse campo do cadastro não tenha tanta atenção porque no fim das contas não é o que mais importa no imediatismo do dia a dia dos atendimentos. Ou ainda porque esse tipo de registro importe mais para a produção de dados e para a gestão das atividades a longo prazo, o que não é feito pelas mesma pessoas que lidam com os atendimentos diários. A experiência do atendimento muitas vezes leva os profissionais responsáveis pelo trabalho a questionarem a cristalização de identidades, mas ao mesmo tempo reconhecem a necessidade instrumental de sua existência. Entretanto, os instrumentos e mecanismos existentes da rotinização das atividades não deixam muito espaço para que relatem e reflitam sobre essa experiência, ou isso não é solicitado ou tido como relevante para os relatórios exigidos pela gestão. Estes, em geral, são pensados para comprovar a relevância e premência da existência do serviço em termos numéricos e resultam na produção de tabelas, gráficos, números de atendimento e ofícios encaminhados, quantificação de notícias na mídia e eventos públicos realizados.

Retomando as disputas entre "técnicos" e "políticos" e as questões e "acusações" trocadas relativas à organização do trabalho, poderíamos dizer que existe uma certa resistência - de ambos os lados - para o encaminhamento prático de possíveis soluções para os problemas surgidos no cotidiano das atividades dos Centros. Não pretendo sugerir que essas

[297] Gregori (1993) menciona as expectativas das feministas em transformarem as mulheres atendidas pelo SOS -Mulher em militantes. Debert (2006) aponta intenção parecida relacionada a criação de delegacias especiais, por aqueles que compreendem essas iniciativas como um movimento de "politização da justiça".

disputas são a origem do problema, porque este de fato não é o caso, mas que a manutenção do problema serve a alguns propósitos.

Por exemplo, o formato das fichas de atendimento é criticado tanto pela falta de espaço para o preenchimento de questões relevantes, quanto pela maneira incompleta como são preenchidas. O resultado disso, como aponta o trabalho supracitado de Pereira (2011), é que informações consideradas importantes para o desdobramento dos casos, tanto práticas quanto analíticas, são perdidas. Mas ainda que sejam incompletas e mal preenchidas, as fichas tem funcionado para que o trabalho seja quantificado e fornecem os números considerados satisfatórios para os propósitos políticos de afirmação da necessidade de manutenção e incremento da política[298]. E aí o fato de serem mal preenchidas é culpa dos "técnicos" que não fazem o trabalho como deveria ser feito. Mas se acompanhamos a visão dos "técnicos", as fichas ruins permitem que apontem para a fragilidade da gestão política dos serviços, que não implementa fichas melhores e que não fornece a autonomia necessária para que o façam. Se o resultado final é ruim é porque estão impedidos de fazê-lo como a sua formação qualificada os permitiria. Através dessa acusação podem reafirmar o seu potencial e competência, não valorizados pelos que só estariam preocupados com os rendimentos políticos decorrentes da existência do serviço. Além disso, fichas mal preenchidas ou com poucos dados aproveitáveis significam que os dados completos que lá deveriam constar ficaram retidos com o profissional que fez o seu preenchimento. Ou seja, se não consta no papel, só quem pode realmente saber o que aconteceu são os "técnicos". O correlato disso é óbvio e não exatamente uma novidade em organizações burocrático-administrativas: a retenção da informação é uma forma de barganhar poder, se a pessoa sai, leva as informações junto com ela.

Parte da dificuldade de resolver os problemas colocados também se explica pela convicção de que existiria uma forma exemplar de organização burocrática que deveria ser alcançada para que tudo enfim começasse a funcionar perfeitamente, aspecto que remete à crença na racionalidade burocrática das repartições públicas já apontada no capítulo 4. Como essa rotinização ideal não é atingida e nem poderia sê-lo, torna-se se possível dizer que não

[298] Segundo uma publicação do Programa Rio Sem Homofobia,em pouco menos de dois anos, apenas o centro de referência localizado na capital teria realizado 6.506 atendimentos. Revista Rio Sem Homofobia. Ano 1 - n.1 - Junho de 2012

funciona agora, mas um dia, quando tudo estiver perfeitamente organizado, funcionará. E essa dimensão também pode ser relacionada ao reforço da crença nas institucionalidades estatais, abordada mais diretamente no capítulo 1.

Se existe uma falha na condução das atividades do serviço, não é porque aquilo a que se propõe seja de difícil enquadramento e implementação, ou porque o objetivo de sanar qualquer problema posto pelos sujeitos que o acessam seja impossível de ser cumprido. A demanda de ter a "atenção do Estado" foi conquistada, sujeitos historicamente negligenciados, agora estão sob a proteção de um aparato montado especialmente para tal: "um lugar para chamar de seu". E se existe algum tipo de falha nessa proteção, ela não pode ser mais localizada no Estado, mas naqueles que administram a política e falham em conduzir o processo da maneira como deveria ser. Ainda podemos pensar que a constante falta ou insuficiência das políticas é congruente com a forma como o campo se organiza e movimenta, para haver política, tem que haver cobrança e para haver cobrança, tem que haver a falta.

Por fim, é pertinente pensar em qual seria o lugar da universidade nessa composição. O convênio firmado entre a superintendência e a UERJ, ambas parte do aparato do Estado, envolvia a universidade em basicamente duas frentes: i) o "apoio a implantação, o monitoramento e a avaliação" da política; ii) "contribuir para a formação acadêmica de estudantes", tornando o centro um possível espaço de estágio para graduandos, e "estimular a produção acadêmica sobre o tema".

Para as duas instituições envolvidas, essa cooperação trazia proveitos. O respaldo acadêmico empresta legitimidade para a política, reforçada pelo envolvimento de especialistas reconhecidos na área sobre a qual a política se propõe intervir. A parceria com a universidade representa ainda um signo positivo de um governo atento para forma como o conhecimento acadêmico-científico pode ser investido em boas práticas da administração pública e pode produzir, assim, mais conhecimento a ser reinvestido. Para a universidade, a parceria significava mais que apenas um novo campo para a produção de pesquisas e formação de alunos, ou simples incremento da sua produção acadêmica. Estabelecer parceria na construção de políticas públicas também a imbui de certo prestígio. Transmite a imagem de uma instituição comprometida para além da comunidade universitária, que compartilha o saber engajando-se

na construção de políticas. Além disso, demonstra o seu compromisso com uma pauta atualmente em alta na agenda de direitos humanos[299].

Entretanto, nesse cenário, em que todos tinham algo a ganhar, a universidade foi recebida pela gestão do serviço de forma contraditória. O respaldo da academia era bem-vindo e, em certa medida, considerado necessário, mas ao mesmo tempo suas tentativas de intervenção nas ações da política eram recebidas com reticências e muitas vezes não levadas adiante. Nesse sentido, ainda que operando de maneira diferente, o conflito colocado entre "técnicos" e "políticos" no nível dos centros de referência, também estava presente na relação entre a "universidade" e a "gestão". À medida que os envolvidos na "gestão" também possuem uma trajetória de envolvimento com movimento social LGBT, essa resistência ecoa a permanência de uma velha desconfiança ou "prevenção à academia"[300].

Temos então que as dinâmicas provocadas pelo convênio, acabaram por explicitar três categorias reificadas nas quais os sujeitos vão sendo constantemente posicionados "A Universidade ou A Academia" e "O Poder Público ou O Gestor Público", duas categorias que constituem-se por oposição entre si e por oposição a uma terceira categoria, também não menos reificada, que é "O Movimento Social ou O Ativismo". À "Universidade" caberia o saber acadêmico, mais reflexivo e também o saber técnico concernente a áreas de formação específicas dos profissionais que atuam nos centros de referência, mais instrumental e operativo. Já ao "Poder/Gestor Público" caberia o saber político-administrativo, de cunho mais pragmático e resolutivo. A nenhum dos dois caberia aquilo que é considerado, não menos estereotipadamente, como característico dos movimentos sociais: a mobilização apaixonada, a impulsividade e a improvisação livre diante dos imprevistos que por ventura se apresentem no dia-a-dia de uma instituição. Refiro-me a reificações aqui, no sentido de que certas características são atribuídas como inerentes a essas esferas, como se o pertencimento a esses

[299] Cabe apontar que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro já tem a reputação de se envolver com a agenda de direitos humanos e de promover projetos de extensão que visam atingir um público externo à universidade. Parte dessa reputação hoje também é creditada ao seu pioneirismo na implantação de cotas raciais no seu processo seletivo.

[300] A expressão é utilizada por Heloisa Pontes (1994) ao descrever a resistência com que foi recebida ao propor a realização de sua pesquisa junto as militantes do SOS-Mulher em 1982.

espaços pudesse determinar formas de agir e pensar que retroalimentam a produção desse tipo de ficções institucionais estanques.

Esse tipo de relação não pode ser considerada exatamente como uma novidade. Ao comentar a formação do campo de estudo de gênero no Brasil e a sua "capilaridade com o desenvolvimento do feminismo como movimento social" (: 226), Gregori (1999) descreve relação parecida envolvendo a relação entre pesquisadoras e feministas no contexto da década de 1980. A autora nos conta que durante a pesquisa de campo realizada no SOS-Mulher, concomitantemente com Heloísa Pontes, eram tratadas como "'as acadêmicas', com toda a distância e comedimento que o rótulo implica" (Gregori, 1999: 228). Em relação a esse contexto, talvez a originalidade da situação aqui enfocada seja a introdução de um terceiro elemento, disputas semelhantes se dão agora no interior das malhas do governo.

Como visto, a história da política LGBT do Rio de janeiro, desde a experiência precursora do DDH, fez-se com uma relação de diálogo muito próxima entre implementadores de políticas de governo, organizações do movimento social, pesquisas e pesquisadores[301].

Na última década é notável o incremento da produção acadêmica a respeito de gênero e sexualidade. Ramos & Carrara (2006) mencionam que uma busca no Currículo Lattes das palavras 'homoerotismo', 'homossexualidade', 'gay', 'lésbica', 'queer' retornou 1420 pesquisadores em junho de 2006. A busca apenas da expressão "homossexualidade" em janeiro de 2013 retornou 3589 pesquisadores envolvidos com o tema.

Parte dessa produção, o aumento da circulação de pesquisadores, a multiplicação de núcleos em universidades e de pesquisas na área, é feita com o financiamento da Secretaria de Direitos Humanos. O incentivo para a realização de pesquisas e levantamentos de dados que colaborem para o "combate a violência e promoção de direitos LGBT" esteve presente desde o PNDH II (2002) e também no Brasil Sem Homofobia (2004) e no Plano Nacional

[301] É interessante notar que se a trajetória do que veio a ser tornar o movimento LGBT no Brasil é contada a partir da sua relação com as políticas de saúde, no caso particular do Rio de janeiro, essa trajetória primordial está mais particularmente ligada às políticas de segurança pública.

LGBT (2008)[302]. A Secretaria de Direitos Humanos tem lançado editais de apoio a núcleos de pesquisa, contratação de consultorias e apoio a eventos, seminários e encontro de pesquisadores e, desde 2011, começou a divulgar dados oficiais sobre homofobia, com base nos registros feitos pelo Disque 100 trabalhados com a consultoria de pesquisadores. Na Conferência LGBT de 2011 promoveu-se uma pequena reunião improvisada dos pesquisadores presentes no evento, cerca de 40 pessoas, atores que podem ser lidos como representativos dos fios de uma trama que vem sendo formada por agendas mutuamente constituídas de pesquisa e intervenção.

O formato da experiência de implantação de uma política nos moldes como foi descrita nesse capítulo pode ser tomada como uma consequência destes desdobramentos ocorridos na última década. E é um exemplo da trama relacional que se forma em torno de sujeitos constituídos na relação entre demandas dos movimentos sociais, aparatos governamentais e a produção acadêmica.

---

[302] Exemplo de propostas do PNDH II investidas com esse sentido: "Promoção de pesquisas e coleta de informações sobre a situação sócio-demográfica dos GLTTB [...] assim como violência e discriminação praticadas em razão da orientação sexual"; "incentivar ações que contribuam para a preservação da memória e fomento à produção cultural da comunidade GLTTB no Brasil"; "promover campanha junto a profissionais de saúde e do direito para o esclarecimento de conceitos científicos e éticos relacionados a comunidade GLTTB" (PNDH II). Além de estar presente entre um dos três princípios do Brasil Sem Homofobia, o estímulo à pesquisa aparece ainda em 5 de um total de 53 propostas de ação: "A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento GLTB em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta" (Brasil, 2004:12). E ainda um trecho do Plano Nacional LGBT: "O Estado deve se comprometer a incentivar pesquisas acadêmicas e das organizações da sociedade civil no sentido do esclarecimento das reais condições de vida da população LGBT, bem como utilizar o conhecimento já acumulado. Essas pesquisas são essenciais para que as políticas públicas sejam construídas de acordo com as reais necessidades dessa população (Brasil, 2009: 17). Sobre o lugar e importância das pesquisas qualitativas e quantitativas nas investigações que envolvem sexualidade nas arenas da política e dos direitos humanos, sociológica e epidemiológica, ver Moutinho et al.(2005).

Considerações finais:
notas sobre uma situação eloquente

Como visto no primeiro capítulo, as conferências estaduais, além de discutirem propostas locais, tem como um de seus objetivos a eleição dos delegados que representam o estado na conferência nacional. Para tal, a metodologia é a seguinte: os participantes da reunião podem se inscrever em duas categorias: como *delegados*, que possuem voz e voto em plenária e podem ser eleitos como representantes para a etapa nacional; ou *observadores*, que podem até ter voz, mas nunca voto durante a reunião. Os delegados, por sua vez, são subdivididos em "poder público" ou "sociedade civil", conforme a sua inserção institucional. Na plenária final, através de chapas compostas pelos credenciados como *delegados*, são eleitos aqueles que irão assumir a representação na próxima etapa da conferência.

Até então, em todas as conferências das quais eu já havia participado, o meu crachá sempre foi de *observadora*. Mas nesse evento não foi assim. Durante a pré-conferência realizada na capital, cumprindo uma das etapas que antecederam a reunião estadual, minha posição no campo foi alterada. Nesse nível do processo das conferências, todos os presentes estão aptos a se reunirem em chapas para disputar uma vaga como delegação, ou não.

Eu e outras pessoas ligadas ao Laboratório da UERJ estávamos participando da conferência e contribuindo em diferentes grupos de trabalho, mas não estávamos particularmente interessados em nos credenciar como *delegados* para a próxima etapa - a conferência estadual, pois estávamos certos de que poderíamos estar presentes e contribuir da mesma forma continuando no nosso papel de *observadores*. No entanto, no momento de composição das chapas fomos persuadidos a nos credenciar como "poder público", uma vez que todos tínhamos vínculo, enquanto professores ou estudantes, com universidades públicas. Além disso, estávamos colaborando para a implantação de uma política pública no governo do estado.

Naquela pré-conferencia o número de vagas disponíveis para delegados era grande e foi montada uma chapa única reunindo "poder público" e "sociedade civil, logo não haveria qualquer disputa. Todos os dispostos nas chapas seriam automaticamente eleitos *delegados*, bastando para tanto que a plenária referendasse a chapa montada.

Nós, da Universidade, discutimos um pouco sobre se aquele era o nosso lugar, "o poder público". Não era assim que nos enxergávamos a princípio. Se tivéssemos que escolher lados, provavelmente o primeiro impulso seria colocar-nos ao lado da "sociedade civil". Mas acabamos por admitir que os argumentos eram convincentes, mesmo que esse não fosse o lugar mais confortável para o pesquisador, era o que éramos instados a assumir naquele contexto. Entendemos que o os gestores do governo, que seriam os demais integrantes da chapa, compreendiam que o apoio da universidade era importante e, afinal, estávamos de fato envolvidos em um trabalho de parceria estreita com o governo do estado para implantação de parte da política Rio Sem Homofobia.

Sendo assim, dois meses depois, ao chegar à II Conferência Estadual LGBT do Rio de Janeiro, eu e os outros pesquisadores ligados à Universidade recebemos o crachá de "poder público". Não nos preocupamos mais com isso durante a conferência, até que percebemos que havia chegado o momento de formação das chapas para a eleição de delegados para a etapa nacional da reunião. E essa discussão começou a aparecer pelos corredores.

A essa altura já sabíamos que, além da nossa situação, havia um entendimento geral naquela conferência de que as universidades ali presentes (UERJ e UFRJ), por serem órgãos públicos e outras entidades como a OAB, ou Conselhos regionais e federais de psicologia ou serviço social estavam sendo entendidos como "poder público", portanto pessoas vinculadas a estas instituições receberam esse respectivo crachá. Diferentemente de outros eventos onde pesquisadores ou professores de universidades públicas receberam o crachá de *observadores* ou *convidados*[303].

O fato é que se formaram duas chapas de "poder público", uma composta por pessoas inseridas na instância de governo com a qual a UERJ trabalhava em parceria (entendidos como "os da situação") e outra de pessoas não ligadas ao governo do estado e com alguns posicionamentos bastante críticos das ações levadas a cabo por essa gestão (entendidos como "de oposição"). E então as duas chapas nos abordaram com um convite para composição e ficamos, nós os "pesquisadores da academia" (nesse momento subsumida como "A UERJ"), numa "saia justíssima". Localizados nessa situação como "poder público", éramos

[303] Ou em outras situações como, por exemplo, o Conselho Estadual LGBT do Rio de Janeiro, onde os pesquisadores que na conferência estavam definidos como "poder público", ocupam a vaga de "sociedade civil".

pressionados a nos posicionar de um lado ou de outro. Não queríamos compor nenhuma das duas chapas, mas o que significava politicamente uma recusa ou uma aceitação para qualquer um dos lados naquela situação ou mesmo o que significava ficar "em cima do muro" e não tomar nenhum dos lados?

Considero esta uma situação eloquente à medida que oferece uma miríade de leituras possíveis. Entretanto irei aqui abordá-la brevemente, retomando as principais questões situadas nas três partes que estruturam a tese.

A primeira delas pode ser pensada em torno da delegação e da representação. O que significava nessa situação a universidade representar o "poder público"? Por que isso nos causava estranheza? Como essa delegação nos comprometia?

Essa situação fala sobre o traçado artificial de determinadas fronteiras ou da justaposição de domínios tidos como idealmente distintos - inclusive por nós mesmos muitas vezes, "os acadêmicos". E nessa cena, a nossa resistência diante do crachá de "poder público" é sintomática disso, uma vez que a distinção entre nós e eles torna-se borrada. Mas a situação fala também sobre um certo processo de conversão ou "colonização" a que estão sujeitos pesquisadores, coagidos a se engajarem e a se comprometerem politicamente e moralmente com os seus objetos de estudo. A ação de "comprometer-se" envolvida nessa situação aponta para os dois sentidos que podem ser atribuídos à palavra: "obrigar por compromisso", "responsabilizar" e "expor (alguém ou a si próprio) a situação constrangedora ou perigosa", "empenhar ou arriscar (palavra, honra, patrimônio etc)"[304]. Essa situação nos forçou a sair da trincheira de qualquer fantasia remanescente de neutralidade que eventualmente ainda pudesse existir. Nos obrigou a assumir os riscos de um determinado posicionamento no campo político, riscos esse já colocados desde muito antes desta situação.

A segunda questão a retomar versa sobre o que essa situação nos diz a respeito dos conflitos e disputas que envolvem esses "sujeitos em processo". A academia surge como um ator de peso nessa cena não apenas por conta dos significados que produz e/ou (re)afirma através de pesquisas, mas por ser ator ativo no fazer das políticas e nas "respostas do Estado". A situação explicita a inclusão desses atores também no que muitas vezes é considerado um

[304] Verbete "Comprometer". Dicionário Caldas Aulete.

campo de disputas internas dos seus objetos de estudo. Outro ângulo a ser considerado, diretamente relacionado a esse, é a "academia" ou o "saber acadêmico-científico" como um marcador social da diferença. Que como qualquer outro marcador, pode atribuir qualidades positivas ou negativas aos sujeitos que constitui, a depender de relações e contextos contingentes.

E a terceira questão, que agora pode parecer bastante óbvia, é que a "academia" é parte dos processos que compõem a nossa imaginação de Estado. Não apenas porque faz parte de uma instituição pública, mas porque os seus modos de funcionamento, a legitimidade atribuída a sua "produção científica", passa também por construir os modelos ideais a partir dos quais produzimos essa imaginação.

Divisões entre academia, ativismo ou movimento social, governo ou Estado falam sobre disputas de território e espaço no campo, sobre competições por financiamentos, sobre a produção e o deslocamento de hierarquias, entre outras coisas. O que importa não é definir o que essas categorias significam exatamente, mas compreender como elas são mutuamente produzidas e de que maneira são manejadas em cada contexto. Ao começar essa pesquisa, eu tinha o palpite de que deveria olhar pra essas três arenas: a produção acadêmica sobre gênero e sexualidade, as movimentações do ativismo "LGBT" e as políticas levadas a cabo no plano governamental, e de fato elas apareceram com força no campo da pesquisa e eu pude continuar operando com elas. Mas meu próprio posicionamento e papel no campo, intencionalmente ou não, mostrou-me como essas arenas, entendidas como categorias de reflexão, são facilmente desmontáveis ou idealizadas. Pode-se atribuir tais deslocamentos, por sua vez, tanto às estratégias desenvolvidas no interior da arena política para colocar o pesquisador em determinada posição, quanto a táticas assumidas pelo próprio pesquisador no sentido de aceitar a posição onde foi colocado ou buscar definir-se como pertencendo a um ou outro lugar.

No que foi dito até aqui é perceptível que os significados de "campo" se misturam: o *campo* político (como aquele tratado por Bourdieu) e o campo da pesquisa (de que fala o jargão antropológico). Creio que essa oscilação de sentido reflete a dimensão colocada entre participar da produção de um campo político, ao mesmo tempo em que se produz o campo tomado como um objeto de pesquisa. Ou, nesse caso, colaborar para a implantação de uma política pública do governo do estado, que resulta imediatamente na produção justamente do campo que se toma como objeto de estudo.

A relação entre movimento social, governo e academia, como acompanhada ao longo da pesquisa, ecoa conceito de "tríade" elaborado por George Simmel (1950). Ainda que não se enquadre exatamente na tipologia traçada pelo autor, podemos considerar a relação entre os elementos segundo o seu modelo de tríade sociológica, pois carrega os traços de uma relação imanente/persistente entre os elementos. As configurações que operam entre a tríade excluem a possibilidade de um absoluto contraste entre os seus elementos, ainda que ocasionalmente uma parte seja contrastada à outra e que alianças permanentes ou temporárias estejam sempre sendo formadas.

Souza Lima & Castro (2008) apostam na superação da separação entre mundos de "ONGS" e "universidades", "militantes" e "pesquisadores" que foram construídos como separados, em grande parte como um aspecto do efeito de Estado presente em nossa percepção da vida social. Sobretudo quando lidamos com e de dentro da administração pública:

> Ao invés de um conjunto de estereótipos sobre o seu fazer profissional, a atitude do antropólogo em trabalhos "aplicados" deve ser a de um humilde "profissional do estranhamento", atento à permanente reinvenção de assimetrias, que exercerá uma atitude dialógica, seja no interior da administração pública, seja debatendo com uma comunidade [...] Cremos que aí está o plano inicial para a ponte entre mundos separados e para um asenhoramento de nosso papel quando atuamos "fazendo Estado", seja como produtores de conhecimento e/ou ideologias, seja no exercício executivo de processos de intervenção: criar os mecanismos para mudar da mera sensação de estar 'implicado' numa situação para a consciência de que, de um modo ou de outro, nunca estamos fora do campo da produção para o 'aplicado'" (Souza Lima & Castro,2008 :378).

Pensando novamente no modelo da tríade desenvolvido por George Simmel, é a própria relação que sustenta o equilíbrio entre os elementos engajados na interação, ainda que seja um equilíbrio instável.

Sustentar ou manter o processo de reconhecimento pelo Estado requer manter o equilíbrio das tensões que ocorrem nas fímbrias dessa trama de relações. As contradições e instabilidades mencionadas, por sua vez, devem ser pensadas como inerentes a tal formação política. O que torna "sujeitos LGBT" possíveis enquanto uma "população" a ser administrada é conseguirem se produzir como fazendo sentido no interior de uma determinada "morfologia de Estado". Enquanto população "imaginável", modelável, e adaptável dentro de uma certa gramática, cujas regras e limites são mais ou menos elásticos.

Nos limites dessa tese procurei dar conta de algumas das dimensões desse processo e estas certamente não foram esgotadas aqui. Outros caminhos para o aprofundamento dessas dimensões são possíveis e necesários para a compreensão das dinâmicas políticas que permitem a produção e a articulação entre sujeitos, formatos de administração governamental e a constituição de direitos.

Referências Bibliográficas

ABRAMS, Philip. (1988). Notes on the Difficulty of Studying the State (1977). Journal of Historical Sociology vol.1. N.1 pp: 58-89.

ADORNO, Sergio (2010) "História e Desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos". *Revista Novos Estudos CEBRAP*, 86, março.

AGUIÃO, Silvia (2004) Raça e sexualidade em Rio das Pedras: Percepções e Classificações. [Monografia de graduação] Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IFCH/UERJ.

AGUIÃO, Silvia (2007) *"Aqui nem todo mundo igual!": Cor, Mestiçagem e Homossexualidades numa Favela do Rio de Janeiro.* [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGSC/ IMS/ UERJ.

AGUIÃO, Silvia & BARBOSA, Bruno Cesar (2010). "Moralidades, convenções e direitos LGBT: estratégias retóricas de legitimação". Paper apresentado no GT 01- Instituições estatais e "famílias": práticas de gestão, moralidades e estratégias. Coordenação: Adriana Vianna (UFRJ) e Maria Gabriela Lugones (UN). 27ª Reunião Brasileira de Antropologia – Brasil Plural: Conhecimentos, Saberes Tradicionais e Direitos à Diversidade. Belém, Pará.

AGUIÃO, Silvia. (2011) "Cenas da circulação: fragmentos de uma etnografia sobre homossexualidade, gênero, cor e mestiçagem em uma favela do Rio de Janeiro". Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. Nº 9. Dezembro de 2011.

ALMEIDA, Guilherme S. de (2005) Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do "corpo lésbico" na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids. [Tese de doutorado] Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGSC/ IMS/ UERJ.

ALMEIDA, G.; HEILBORN, M. L. (2008) "Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras". Revista Gênero, v.9, n.1, 2º sem.

ALMEIDA, Guilherme S. (2010) "Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a partir de uma experiência de atendimento" in ARRILHA, Margareth; LAPA, Thaís de S.; PISANESCHI, Tatiane, C. (orgs.) Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde. São Paulo: Oficina Editorial.

ALMEIDA, Guilherme S. (2012) "Homens Trans: novos matizes na aquarela das masculinidades". Revista Estudos Feministas. 20 (2), maio-agosto. Florianópolis.

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela (2013) "Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil". Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), v. 1.

ALTMANN, Helena (2001) "Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais". Revista Estudos Feministas. v. 9, n.2, p.575-585.

ANDERSON, Benedict (2008) Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras.

ARÁN, Márcia (2006) "A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero". *Revista* Ágora. V. IX, N. 1, jan/jun. Rio de Janeiro.

ARÁN, Marcia; ZAIDHAFT, Sergio; MURTA, Daniela (2008). "Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva". Psicologia & Sociedade; 20 (1): 70-79.

ARÁN, Márcia; LIONÇO, Tatiana; MURTA, Daniela; VENTURA, Miriam; LIMA, Fátima; GONÇALVES, Lidiane (2008). *Transexualidade e saúde pública: acúmulos consensuais de propostas para atenção integral*. (Disponível em: http://www.ccr.org.br/uploads/eventos/seminariomar10/transexualidade%20-%20ac%C3%BAmulos%20consensuais.pdf , último acesso em maio de 2013).

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela (2009). "Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde". Revista Physis. Vol. 19, N.1, Rio de Janeiro.

ARAUJO, Fabio A. (2008) "Falta alguém na minha casa: desaparecimento, luto, maternidade e política". In: LIMA, Roberto Kant de. (org.) Antropologia e Direitos Humanos V. Brasília: Booklink.

ARRILHA, Margareth; LAPA, Thaís de S.; PISANESCHI, Tatiane, C. (orgs.) (2010) *Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde*. São Paulo: Oficina Editorial.

AUSTIN, John Langshaw. (1962) How to do things with words. Oxford University Press.

BALTHAZAR, Adriana S. (2012) O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas do sofrimento. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGSC/ IMS/ UERJ.

BARBOSA, Bruno César (2010) Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo - USP.

BARBOSA, Bruno César (2013) "'Doidas e Putas': usos das categorias travesti e transexual". Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. Nº 14, agosto.

BENTO, Berenice. (2006) A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. (2008). O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense - Coleção Primeiros Passos.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa (2012A) "Vivências Trans: Desafios, Dissidências e Conformações. Apresentação". Revista Estudos Feministas. 20 (2), maio-agosto. Florianópolis.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa (2012B) "Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas". Revista Estudos Feministas. 20 (2), maio-agosto. Florianópolis.

BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira. (orgs.) (2004) Um mural para a dor: movimentos cívico religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

BLÁZQUEZ, Gustavo (2012) "Celebraciones escolares y poéticas patrióticas: la dimensión performativa del Estado-Nación". Revista de Antropologia. São Paulo: USP, v.55, nº2.

BOURDIEU, Pierre. (1989) O Poder simbólico. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.

BOURDIEU, Pierre. (1996) Razões Práticas : sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus.

BOURDIEU, Pierre. (2004) "A Delegação e o Fetichismo Político" in Coisas ditas. São Paulo: Ed. Brasiliense.

BRAH, Avtar (2006) "Diferença, diversidade, diferenciação" Cadernos PAGU, (26) janeiro – junho.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate a Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos/ Ministério da Saúde. (2004) Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos humanos. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL [MS]. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. (2005) Projeto Somos Desenvolvimento Organizacional, Advocacy e Intervenção para ONGs que trabalham com GAYS e outros HSH / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/projeto_somos.pdf (último acesso em janeiro de 2013).

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI (2008). Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008 - ano base 2007.

Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. (2009) Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Programa Brasil Sem Homofobia, Brasília – DF. (Disponível em http://www.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf, último acesso em 08/06/2009)

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (2009A) Segurança Pública: Outros olhares, novas possibilidades / editado por Aparecida Gonçalves, Ana Teixeira da Cruz; organização João Trajano Sento Sé. Brasília: SPM.

BRASIL [PNDH3]. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. (2010). Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: SEDH/PR.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (2012) Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil: Ano de 2011/ Secretaria De Direitos Humanos; Priscila Pinto Calaf, Gustavo Carvalho Bernardes e Gabriel dos Santos Rocha (Organizadores). – Brasília, DF : Secretaria de Direitos Humanos.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (2013) Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil: Ano de 2012 – Brasília, DF : Secretaria de Direitos Humanos.

BRITES, Jurema e FONSECA, Claudia (orgs.). (2006) Etnografias da Participação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

BROWN, Wendy. (2006) "Finding the man in the State" In: Sharma, Aradhana; Gupta, Akhil, ed. The anthropology of the state: a reader. Oxford: Blackwell Publishing.

BUTLER, Judith (1997). Excitable speech: a politics of the performative. New York: Routledge.

BUTLER, Judith (2003) "O parentesco é sempre tido como heterossexual?" Cadernos PAGU (21), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp.

BUTLER, Judith (2008) Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2ª edição.

CÂMARA, Cristina (2002). Cidadania e orientação sexual: a trajetória do Grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada.

CAMARGO JR, Kenneth; MATTOS, Ruben (2007) "Looking for Sex in All the Wrong Places:The Silencing of Sexuality in the World Bank's Public Discourse". In: PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert. (Org.). SexPolitics - Reports from the Front Lines (e-book).

CARDOSO, Ruth C. L. (1987) "Movimentos Sociais Na América Latina". Revista Brasileira de. Ciências Sociais, v.3, (1). São Paulo.

CARRARA, Sergio; RAMOS, Silvia; CAETANO, Marcio. (2003) Política, direitos, violência e homossexualidade. 8ª Parada do orgulho GLBT - Rio - 2003. Rio de Janeiro: Pallas.

CARRARA, Sergio; VIANNA, Adriana (2004) "A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro: características gerais". In: CÁCERES, Carlos F.; FRASCA, Tim; PECHENY, Mario; TERTO Jr., Veriano. (Org.). Ciudadanía Sexual en América Latina: abriendo el debate. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia. (2005) Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC.

CARRARA, Sergio; RAMOS, Silvia; SIMOES, Julio A.; FACCHINI, Regina.(2006) Política, direitos, violência e homossexualidade. Rio de Janeiro: CEPESC.

CARRARA, Sergio; SIMÕES, Julio (2007). "Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira". Cadernos Pagu (UNICAMP), v. 28.

CARRARA, Sergio; VIANNA, Adriana (2008) "Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da 'constituição cidadã'" in Oliven, R. G.; Ridenti, M.; Brandão, G. M. (orgs.) A Constituição de 1988 na Vida Brasileira. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs.

CARRARA, Sergio (2010) "Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo". Revista Bagoas, n.5, Natal, UFRN.

CARRARA Sergio (2013) "O dispositivo da sexualidade revisitado". Trabalho apresentado durante o 37o Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia/SP, 23 a 27 de setembro de 2013.

CARRARA, Sergio (2013) "Negociando fronteiras, negociando nas fronteiras: a antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil". Comunicação apresentada em 17 de outubro de 2013. Palestra promovida pelo NuSEX - Núcleo de Estudos em Corpos, Gêneros e Sexualidades Dissidentes. Museu Nacional - UFRJ.

CARVALHO, Mario (2011) Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de janeiro: PPGSC/IMS/UERJ.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sergio (2013) "Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil". Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. Nº 14. agosto de 2013.

CASARES, Adolfo Bioy; Jorge Luis Borges; Silvina Ocampo (2013) Antologia da Literatura Fantástica. São Paulo: Cosac Naify.

CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. (2005) Respostas aos desafios da AIDS no Brasil: limites e possibilidades. – Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde.

CATELA, Ludmila. (2001) Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo, Hucitec, Anpocs.

CHAVES, Christine de Alencar (2002) "A marcha nacional do Sem-terra: estudo de um ritual político" in Peirano, M. (org.) O Dito e o Feito: Ensaios de Antropologia dos Rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

COELHO, Maria Claudia. (2009) "Lágrimas com Farinha: percepções femininas da violência em Belém do Pará". In: João Trajano Sento-Sé. (Org.). Segurança Pública - outros olhares, novas possibilidades. Brasília: SPM.

COMERFORD, John (1999) Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política.

COMERFORD, John (2002) "Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas" in Peirano, M. (org.) O Dito e o Feito: Ensaios de Antropologia dos Rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

CLIFFORD, James (1998) A Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. (org. Gonçalves, José Reginaldo) Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

CORRÊA, Sonia. (2006) “Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais”. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n.26, jul./dez.

DAGNINO, Evelina (2004) “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” in Mato, Daniel (org.) *Políticas de ciudadania y sociedade civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.

DANILIAUSKAS, Marcelo (2011) *Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia*. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.

DEBERT, Guita Grin (2006) “Delegacias de Defesa da Mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça?”. In: CORRÊA, Mariza (org.). *Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra*”. Pagu/Unicamp.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena (2008). “Violência e Gênero. Novas propostas, velhos dilemas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23 n. 66, fevereiro.

DOIMO, Ana Maria (1995) A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Anpocs.

DUARTE, Luiz Fernando D., BARSTED, Leila L.; TAULOIS, Maria R.; GARCIA, Maria H. (1993). “Das vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 22, ano 8, junho.

EFREM FILHO, Roberto (2013) “Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT”. Paper apresentado no SPG15 - Sexualidade e gênero: espaço, corporalidades e relações de poder. 37o Encontro Anual da Anpocs. 23 a 27 de setembro, Águas de Lindóia, SP.

ELIAS, Norbert. (2006) “Processos de formação do Estado e construção de nações”.In:___. Escritos & Ensaios 1 - Estado, Processo, Opinião Pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

EWALD, François (1993) Foucault, a norma e o direito. Lisboa, Vega.

FACCHINI, Regina (2003) “Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico”. Cadernos AEL, v.10, n.18/19.

FACHINNI, Regina (2005) Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond – Seção Garamond Universitária.

FACCHINI, Regina (2008) Entre umas e outras: Mulheres, (homos)sexualidades e diferença na cidade de São Paulo. [Tese de doutorado em Ciências Sociais] Campinas: IFCH/UNICAMP.

FACCHINI, Regina & FRANÇA, Isadora Lins (2009) "De cores e matizes De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro". Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana. V.03.

FASSIN, Eric (2004) "Sociological question. An epilogue to More or Less Together" in Waaldijk, Kees (ed.) More or less together. Levels of legal consequences of marriage, cohabitation and registered partnerships for different-sex and same-sex partners. An comparative study of nine Europeans countries. Paris: Institut National d'Etudes Démographiques - INED.

FELTRAN, Gabriel (2007) Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. In: Revista Lua Nova, n.72, p.83-114.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins (2011) A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010). [Tese de doutorado] Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

FERREIRA, Glauco B. (2012) Arco-Íris em disputa: a "Parada da Diversidade" de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

FERREIRA, Letícia Carvalho M. (2011) Uma Etnografia para Muitas Ausências: O Desaparecimento de Pessoas como Ocorrência Policial e Problema Social. [Tese de doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.

FOUCAULT, Michel (1988) História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal.

FOUCAULT, Michel (2002). Em defesa da sociedade, São Paulo: Ed. Martins Fontes.

FRANÇA, Isadora Lins (2006) Cercas e pontes: O movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRANÇA, Isadora Lins (2012) Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Rio de janeiro, EDUERJ.

FREIRE, Jussara. (2010) Quando as emoções dão formas às reivindicações. In: COELHO, Maria Claudia e REZENDE, Claudia Barcellos. (orgs.) Cultura e Sentimentos - Ensaios em antropologia das emoções. Rio de Janeiro, FAPERJ.

GALVÃO, Jane. AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed.34, 2000.

GEERTZ, Clifford (1991) Negara: O Estado Teatro no século XIX. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil.

GOLIN, Celio; POCAHY, Fernando. A.; RIOS, Roger Raupp. (2003) A justiça e os direitos de gays e lésbicas: jurisprudência comentada. Porto Alegre: Nuances - sulina.

GOLIN, Celio (2004) "Orientação sexual e novos sujeitos de direito" in Fonseca, Claudia; Terto Jr., Veriano; Alves, Caleb F. (orgs.). Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

GREEN, James (2000) Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo, UNESP.

GREGORI, Maria Filomena (1993) Cenas e Queixas - um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS.

GREGORI, Maria Filomena (1993A) "As desventuras do vitimismo". Revista Estudos Feministas.. Florianópolis, UFSC. n. 1. p.143 -149.

GREGORI, Maria Filomena (1999) "Estudos de gênero no Brasil (comentário crítico)" in MICELI, Sergio. (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Sociologia (volume II). São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS; Brasília: Capes.

GERGORI, Maria Filomena. (2000) Viração: Experiências de Meninos nas Ruas. São Paulo: Cia das Letras.

GERGORI, Maria Filomena. (2011) Prazeres Perigosos. Erotismo, gênero e limites da sexualidade. [Tese de Livre Docência]. Departamento de Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família (2007) Estatuto das Famílias – Projeto de Lei no 2285/2007. Porto Alegre.

JACCOUD, Luciana (org.) (2005) Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA.

LACERDA, Paula (2006) O Drama Encenado: assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGSC/IMS/UERJ.

LACERDA, Paula (2012) O "caso dos meninos emasculados de Altamira": polícia, justiça e movimento social. [Tese de doutorado] Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ.

LARVIE, Patrick (2001) "Violência contra homossexuais e organizações comunitárias". Violência e Minorias Sexuais. Comunicações do ISER. Rio de Janeiro, número 56, ano 20.

LEITE JR., Jorge (2011). Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. São Paulo: Annablume.

LEITE LOPES, Paulo Victor (2011) Sexualidade e construção de si em uma favela carioca: pertencimentos, identidades, movimento. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ.

LEITE, Vanessa.; ZIMBRÃO, Adélia, CARRARA, Sergio; AGUIÃO, Silvia (2011). Política Sexual no Brasil Contemporâneo: a trajetória da criminalização da homofobia no Legislativo Federal. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais.

LUGONES, Maria Gabriela (2009) "Obrando em autos, obrando em vidas: formas e fórmulas de Proteção Judicial dos tribunais Prevencionais de Menores de Córdoba, Argentina, no começo do século XXI». [Tese de doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.

LUGONES, Maria Gabriela (2011) "Nuevos impulsos de la reflexión antropológica: confluencias en torno de las políticas de infancia". Paper apresentado no GT03-Agendas de investigación, agendas de intervención: diálogos y tensiones en la producción del conocimiento antropológico. IX Reunião de Antropologia do Mercosul. Curitiba, 10 a 13 de julho.

MACHADO, Lia Zanotta. (2008) Comunicação apresentada no Workshop "Regulações Internacionais, Direitos Diferenciados e Políticas de Reconhecimento". LACED-MN-UFRJ. Porto Seguro, 30 de maio.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura.* Campinas: Editora da Unicamp.

MARTINS, Hildeberto Vieira (2002*) Basta um telefonema? O Disque Defesa Homossexual e a militância homossexual no campo da violência*. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGSC/ IMS/ UERJ.

MASON, Gail. (2002) The spectacle of violence. homophobia, gender and knowledge. London, New York: Routledge.

MATTOS, Ruben A.;TERTO Jr., Veriano; PARKER, Richard. (2001) Coleção ABIA. Políticas Públicas e AIDS N° 1. "As Estratégias do Banco Mundial". Rio de Janeiro: ABIA.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. (2012a) "Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil". Revista Sociedade e Estado. Vol.27, n.2.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela.(2012b) "Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades". Cadernos PAGU. 2012, n.39

MESQUITA NETO, Paulo de. (1997) "Programa Nacional de Direitos Humanos: continuidade ou mudança no tratamento dos direitos humanos no Brasil". Revista CEJ, V. 1 n. 1 jan./abr.

MITCHELL, Timothy (2006) "Society, Economy and the State Effect" in Sharma, Aradhana; Gupta, Akhil. (orgs.). The Anthopology of the State: a reader. MA, USA: Blackwell Publishing.

MOURA, Amanda Duarte (2013) Mabel e o trânsito dos corpos: um estudo sobre transexualidade. [Monografia de graduação]. Instituto de Psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IP/UERJ.

MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo. (2001). Causa Mortis: Homofobia. Salvador: Editora GGB.

MOUTINHO, Laura (2004) Razão, cor e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais "inter-raciais" no Brasil e África do Sul. São Paulo: Editora da UNESP.

MOUTINHO, Laura; CARRARA, Sergio; AGUIÃO, Silvia. (orgs.) (2005) Sexualidade e Comportamento Sexual no Brasil: dados e pesquisas. Rio de Janeiro: CEPESC-UERJ.

MOUTINHO, Laura (2006) "Negociando com a adversidade: reflexões sobre 'raça', (homos) sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro". Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1), janeiro-abril.

MOVIMENTOS MÃES DE MAIO. (2011) Mães de Maio: do luto à luta. São Paulo: Movimento Mães de Maio.

MURTA, Daniela (2011) Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexções sobre a assistência a transexuais no Brasil. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGSC/ IMS/ UERJ.

OLIVEIRA, Elisa Beatriz Alvares (2013) Pensando dentro da nossa caixinha: Discutindo homofobia nos CRLGBTS. [Monografia de graduação]. Instituto de Psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IP/UERJ.

OLIVEIRA, Rosa M. R. (2009) Isto é contra a natureza? Decisões e discursos sobre conjugalidades homoeróticas em tribunais brasileiros. [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

PARKER, Richard (1994) A construção da solidariedade, AIDS, sexualidade e política no Brasil. Rio de Janeiro: Relumé-Dumara, ABIA, UERJ, 1994.

PARKER, Richard (1997) (Org) Políticas, instituições e Aids: enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA, Jorge Zahar Editor.

PECHENY, Mario; FIGARI, Carlos; JONES, Daniel. (orgs). (2008) Todo sexo es político: estudios sobre sexualidad en Argentina. Buenos Aires: Libros del Zorzal.

PEIRANO Mariza (2002) "Rituais como Estratégia Analítica e Abordagem Etnográfica" in Peirano, M. (org.) O Dito e o Feito: Ensaios de Antropologia dos Rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

PEREIRA, Isabela Scheufler (2013) Virando a lente da homofobia: considerações sobre as características do/a "homofóbico/a" a partir de dados coletados num CR LGBT. [Monografia de graduação]. Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FSS/UERJ.

PINHEIRO, Paulo Sergio; MESQUITA NETO, Paulo de (1997). "Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas". Revista Estudos Avançados, v.11, n.30. Agosto.

PIRES, Roberto; VAZ, Alexander (2012) Participação social como método de governo? um mapeamento das "interfaces socioestatais" nos programas federais. Rio de Janeiro: IPEA (Em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15116 acesso em abril de 2013).

PONTES, Heloísa (1994) "Inventário sob forma de fichário. Paixão e compaixão: militância e objetividade na pesquisa antropológica". Revista de Antropologia. Vol. 36. São Paulo: USP.

RAMOS, Silvia. (mimeo). Minorias e prevenção da violência. Disponível em: http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/06/Silvia-Ramos_Minorias-e-prevencaoviol%C3%AAncia.pdf, último acesso em junho de 2013.

RAMOS, Silvia. (2001) "Disque Defesa Homossexual: Narrativas da violência na primeira pessoa". Violência e Minorias Sexuais. Comunicações do ISER. Rio de Janeiro, número 56, ano 20.

RAMOS, Silvia. (2004) "O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental". Ciênc. saúde coletiva, out./dez., vol.9, n°4.

RAMOS, Silvia; BORGES, Dorian (2001) "Disque Defesa Homossexual: números da violência". Violência e Minorias Sexuais. Comunicações do ISER. Rio de Janeiro, número 56, ano 20.

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sergio.(2006) "A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas". Physis. Revista de Saúde Coletiva, v. 16 (2).

RIOS, Roger Raupp (2006) "Para um direito democrático da sexualidade". Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 71-100, jul./dez.

RIOS, Roger Raupp (2008) "Desenvolver os direitos sexuais – desafios e tendências na América Latina" in Cornwall, Andrea; Jolly, Susie (orgs). Questões de sexualidade: ensaios transculturais. Rio de Janeiro: ABIA.

RIOS, Roger Raupp (2010) "Direitos humanos, direitos sexuais e homossexualidade" in Pocahy, Fernando (org.) Políticas de Enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer. Porto Alegre, NUANCES.

RIOS, Roger Raupp. (2011) "Direitos Sexuais, uniões homossexuais e a decisão do Supremo Tribunal Federal (ADPF no 132-RJ e ADI 4.277)" in Rios, R.R; Golin, C. Leivas, P. G. C. (orgs.) Homossexualidade e Direitos Sexuais: reflexões a parir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina.

RIOS, Roger Raupp (2012) “Direito à diferença ou direito geral de igualdade?” in Souza Lima, A. C.(coord. geral). Antropologia e direito: temas antropológicos para os estudos jurídicos. Rio de Janeiro/ Brasília: Contra Capa; LACED; ABA.

SALLES, Carolina Motta Cardoso (2012) Experiência no Centro de Referência e Cidadania LGBT. [Monografia de graduação]. Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IP/UERJ.

SARTI, Cyntia (2009) “Corpo, violência e saúde: a produção da vítima”. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. Nº 1.

SARTI, Cyntia (2011) “A vítima como figura contemporânea”. Caderno CRH. V.24, N.61, jan-abr. Salvador.

SZASZ, Yvonne; SALAS, Guadalupe. (2008) Sexualidad, derechos humanos y ciudadanía. Diálogos sobre un proyecto en construcción. México, D. F.: El Colegio de Mexico.

SILVA, Cláudio Roberto da. (1998) Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de FFLCH, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo.

SIMMEL, Georg (1950) “The Triad”. In:WOLFF, Kurt H., ed.. The sociology of Georg Simmel. New York/London, The Free Press/Collier MacMillan Publishers.

SIMÕES, Júlio A.; FACHINNI, Regina (2009). Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.

SOARES, Barbara Musumeci (2002) “A Antropologia no executivo: limites e perspectivas” in: Corrêa, Mariza (org.) Gênero e Cidadania. Coleção Encontros. Campinas-SP, Pagu/ Núcleo de Estudos de Gênero -Unicamp.

SOARES, Barbara Musumeci; MOURA, Tatiana; AFONSO, Carla. (orgs.) (2009) Auto de resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada. Rio de Janeiro, 7Letras.

SOARES, Luiz Eduardo (2000) Meu casaco de general. Quinhentos dias no front de segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo, Companhia das Letras.

SOARES, Luiz Eduardo (2002) “A eficácia pragmática da sensibilidade antropológica e a inversão do modelo defensivo. Observações sobre o lugar do simbólico na política pública de segurança. Gênero e Cidadania”. in Corrêa, Mariza (org) Gênero e Cidadania Coleção Encontros. Campinas-SP, Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero -Unicamp.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (org.). (2002). Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

SOUZA LIMA, Antonio C.; CASTRO, João P. M. (2008) "Políticas Públicas" In: Sansone, Livio & Pinho, Osmundo, eds. Raça: Novas Perspectivas Antropológicas. Brasília;Salvador: ABA; EDUFBA.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (2012) "Apresentação. Dossiê Fazendo Estado". Revista de Antropologia. São Paulo: USP, v.55, nº2.

STEIL, Carlos Alberto et al. (2001) Entrevista com Luiz Eduardo Soares. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 239-270, julho.

TATAGIBA, L. (2002) "Os conselhos gestores e a democratizacao das politicas publicas no Brasil" in: DAGNINO, E. (Org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. Sao Paulo: Paz e Terra.

TEIXEIRA, Ana Claudia. (Org.) (2005) Os Sentidos da democracia e da participação. São Paulo: Polis.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso (2008) "L'Italia dei Divieti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição". Cadernos Pagu (31), julho-dezembro.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso (2009). Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia dos construir-se outro no gênero e na sexualidade. [Tese de Doutorado]. Ciências Sociais. Insitituto de Filosofia e Ciências Humanas. - IFCH, Unicamp.

UZIEL, Anna Paula. (2007). Homossexualidade e Adoção. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

UZIEL, Anna; SILVA, Daniele Andrade; HERNÁNDEZ, Jimena de Garay (2012) "A luta pelo amor e o amor pela luta: notas sobre a cerimônia coletiva de uniões homoafetivas no Rio de Janeiro". Revista Sociedade e Cultura. v.5, n.2. p.369-377. dez. Goiânia.

VALE DE ALMEIDA, Miguel (2007) "O casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sobre 'gentes remotas e estranhas' numa 'sociedade decente'". in Grossi, Miriam; Uziel, Anna Paula; Mello, Luiz (orgs.). Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond.

VALE DE ALMEIDA, Miguel (2010) A chave do armário: homossexualidade, casamento, família. Florianópolis: Ed. da UFSC.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (Orgs.) (2011) Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

VIANNA, Adriana (2002) "Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento". [Tese de doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula (2004) Direitos e Políticas Sexuais no Brasil: o panorama atual. Rio de Janeiro: CLAM/IMS.

VIANNA, Adriana; CARRARA, Sergio (2004) "As vítimas do desejo: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980". In: Adriana Piscitelli; Maria Filomena Gregori e Sérgio Carrara. (Org.). Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond.

VIANNA, Adriana; CARRARA, Sergio (2007). "Sexual Politics and Sexual Rights in Brasil: a case study." In: PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert. (Org.). SexPolitics - Reports from the Front Lines (e-book).

VIANNA, Adriana R. B.; CARRARA, Sergio Luis. (2008) "Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da 'Constituição Cidadã'". In: OLIVEN, Ruben; RIDENTI, Marcelo; BRANDÂO. Gildo. (Org.). A Constituição de 1988 na vida brasileira. São Paulo: Aderaldo&Rothschild, Anpocs.

VIANNA, Adriana (2009) "(Trans)posições: notas sobre políticas de reconhecimento em sexualidade". Comunicação apresentada no Seminário Territórios Sensíveis: Diferença, Agência e Transgressão, PPGAS/MS/UFRJ e New York University, Rio de Janeiro, 15 e 16 de junho.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana (2011) "A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional". Cadernos Pagu (37), julho-dezembro.

VIANNA, Adriana (2012) "Atos, sujeitos e enunciados dissonantes: algumas notas sobre a construção dos direitos sexuais". In Miskolci, Richard; Pelucio, Larissa. (Org.). Discursos fora da Ordem: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: FAPESP/Anablume, 2012,

VIANNA, Adriana (2013). "Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos". in Vianna, Adriana (org). O Fazer e o Desfazer dos Direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro: Epapers/Laced.

VILLELA, Wilza Vieira. (1999) “Das interfaces entre os níveis governamentais e a sociedade civil” in Parker, R.; Galvão, J.; BESSA, M. S. (orgs). Saúde, desenvolvimento e Política: respostas frente à AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed.34.

VITAL, Christina; LEITE LOPES, Paulo Victor (2013) Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Instituto de Estudos da Religião - ISER.

WAGNER, Roy (2010) A invenção da cultura.São Paulo: Cosac Naify.

WEBER, Max (1974) “Burocracia”; “O significado da disciplina”; in _____. Ensaios de sociologia. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ZAMBRANO, Elizabeth (2003) Trocando os documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre.

Anexo A

Linha do tempo “em construção”- 1993 - 2013

A linha do tempo a seguir é composta por eventos de dimensão nacional e de dimensão local, abrangendo Rio de Janeiro e São Paulo. Aqui constam lançamentos de documentos e eventos tidos como marcos tanto para diretrizes da administração pública de nível federal, quanto para o movimento LGBT em nível nacional. As aspas são utilizadas para “em contrução”, pois assumo a dimensão processual na tentativa de compreender a maneira como uma população é constituída. Nesse sentido, à Linha sempre poderão ser acrescentados novos eventos, a medida que adquiram relevância no tempo ou à medida que outros objetivos analíticos estejam em jogo.

1993

- I Encontro Nacional de Travestis e Liberados, com apoio do Programa Nacional de DST/AIDS

1995

- IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, Beijing, China.
- VIII Encontro Nacional de Gays e Lésbicas
- Fundação da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- Realização, no Rio de Janeiro, da reunião da ILGA (*International Gay and Lesbian Association*), com apoio financeiro do Governo Federal através do Programa Nacional de DST/Aids. Foi o 1º encontro da associação realizado na América Latina.
- 1ª Parada Gay do Rio de Janeiro, realizada durante o encontro da ILGA

1996

- I Conferência Nacional de Direitos Humanos
- Lançamento do Primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I)
- IV Encontro Nacional de Travestis e Liberados na Luta Contra a AIDS – ENTLAIDS
- Rio de Janeiro: Lei 2475/96 - pune administrativamente estabelecimentos comerciais e públicos que discriminarem pessoas em razão de sua orientação sexual.

1997

- II Conferência Nacional de Direitos Humanos

1998

- III Conferência Nacional de Direitos Humanos

1999

- Início do 2º mandato do governo FHC
- IV Conferência Nacional de Direitos Humanos
- "Em dezembro: iniciativa dos grupos Arco-íris e Atobá reivindica a revogação da Portaria n 1.376/93, do Ministério da Saúde, que regulamenta a doação de sangue, a qual impede que pessoas dos chamados 'grupos de risco' doem sangue". (Simões &Fachinni, 2009)
- Implantação do DDH – Disque Defesa Homossexual e do Centro de Referência Contra Violência e Discriminação ao Homossexual, pela Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública no Rio de Janeiro

2000

- V Conferência Nacional de Direitos Humanos
- Assassinato de Edson Néris. Crime emblemático da violência contra homossexuais e que abriu precedentes no judiciário ao ser caracterizado como "crime de ódio".

2001

- III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, Durban, África do Sul
- Criação do CNCD - Conselho Nacional de Combate à Discriminação
- VI Conferência Nacional de Direitos Humanos

2002

- VII Conferência Nacional de Direitos Humanos
- Lançamento do II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II)

2003

- Início do 1º mandato do governo Lula
- Criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH-PR
- Criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM
- Criação da Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, posteriormente renomeada como Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT, no Congresso Nacional
- VIII Conferência Nacional de Direitos Humanos
- Inauguração do 1º Centro de Referência LGBT do Brasil em Campinas (SP)

2004

- I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
- Lançamento do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres
- IX Conferência Nacional de Direitos Humanos
- Lançamento do Programa Federal "Brasil Sem Homofobia"
- Portaria Nº 2.227 GM-MS, de 14 de outubro de 2004, cria o Comitê Técnico de Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais - GLTB

2005

- Decreto 5.397, de 22 de Março de 2005, institui que o CNCD conte com "quinze representantes de entidades e organizações não governamentais das populações negra, indígena e do segmento de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais - GLBT"
- Criação da Rede Afro LGBT, durante o 1º Encontro Nacional de Ativistas LGBT Afrodescendentes, em Brasília
- II Seminário Nacional GLBT: Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais, realizado na Camara dos Deputados pela Comissão de Lesgilação Participativa, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com a Comissão de Educação e Cultura e com a Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, no dia 28 de junho.
- Lançamento do edital para seleção de projetos de prevenção e combate à homofobia (SDH)
- Lançamento do Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e Aids
- Criação da CADS (Coordenadoria para Assuntos da Diversidade Sexual) na estrutura da prefeitura de São Paulo.

2006

- Conferência Regional das Américas (Brasília, 26, 27 e 28 de julho)
- X Conferência Nacional de Direitos Humanos
- Criação da DEGRADI (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância) na cidade de São Paulo
- Inclusão da representação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), juntamente com a dos estudantes e das populações negra, do campo e da floresta, no Conselho Nacional de Saúde

2007

- Lançamento do Plano Integrado de Enfretamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DSTs

- Rio de Janeiro: Lei 5034/07 concede o benefício de pensão para parceiros do mesmo sexo de servidores do estado. (Da contestação dessa lei, deriva o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da ADPF 132 e da ADI 4277 que reconheceu a união estável entre parceiros do mesmo sexo em maio de 2011)
- I Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate a Homofobia, promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e pela ABGLT, no Rio de Janeiro, entre os dias 10 e 13 de abril.

2008

- I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- Lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DSTs entre Gays, HSH e Travestis
- XI Conferência Nacional de Direitos Humanos
- Portaria Nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, regulamenta o chamado "processo transexualizador" no SUS
- Lançamento da campanha "Não Homofobia", promovida pelo Grupo Arco-Íris, em Brasília, durante o "II Seminário de Advocacy e Aliadas"

2009

- Conferência de Exame de Durban (Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Múltiplas Formas de Discriminação e intolerâncias correlatas, 2001), entre 20 e 24 de abril, em Genebra.
- São Paulo: Decreto Estadual nº 54.032 cria a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo.
- Portaria do Ministério da Saúde Nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que estabelece "Os Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde", entre outras disposições, determina direito de atendimento livre de qualquer discriminação "em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais,

estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência". Além disso, a mesma portaria garante a identificação do usuário pelo nome social, independente do registro civil.

- Lançamento Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT
- Criação da Coordenação-geral LGBT, compondo a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- Lançamento do III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3)
- Rio de Janeiro: Decreto nº 41.798, de 02 de abril de 2009, cria o Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do estado do Rio de Janeiro
- Aprovação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) no Conselho Nacional de Saúde

2010

- Reunião ILGA-LAC é realizada em Curitiba (PR)
- Criação de Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação do "Programa Brasil sem Homofobia" e do "Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" (PNLGBT) no âmbito do Ministério da Educação. Publicado no Diário Oficial de 12 de abril de 2010.
- 1ª Marcha contra a Homofobia é realizada em Brasília
- Fica determinado, por decreto presidencial, o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia.
- Criação do Conselho Nacional LGBT
- A 25ª Conferência da ILGA é realizada em São Paulo
- II Encontro Nacional da Rede Afro LGBT realizado em São Paulo.

2011

- Iinício do governo Dilma.
- 1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional LGBT
- Lançamento do módulo LGBT do Dique 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- Aprovação da união estável e reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar pelo Supremo Tribunal Federal (no dia 5 de maio)
- Intensa controvérsia a respeito do programa Escola sem Homofobia que culminou com o veto da presidenta à produção e distribuição de material educativo (mais conhecido como "kit gay" ou "kit antihomofobia") previsto nas ações daquele programa.
- II Marcha Nacional contra à Homofobia é realizada em Brasília
- VIII Seminário LGBT no Congresso Nacional
- Primeira conversão de união estável entre pessoas do mesmo sexo em casamento civil
- Criação do FONGES – Fórum Nacional de Gestoras e Gestores LGBT
- Rio de Janeiro: Em ofício protocolado em setembro de 2011, a SuperDir/SEASDH-RJ, solicita a inclusão do nome social de Travestis e Transexuais nos registros e boletins de ocorrência da polícia do Rio de Janeiro. O pleito foi atendido em 29 de janeiro de 2012.
- Portaria Nº 2.837, de 1º de Dezembro de 2011, redefine o Comitê Técnico de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Comitê Técnico LGBT), instituido pela portaria 2.227, de 14 de outubro de 2004
- II Conferência Nacional LGBT

2012

- III Marcha Nacional Contra a Homofobia é realizada em Brasília.
- IX Seminário LGBT, no Congresso Nacional, com o tema "Sexualidade, papéis de gênero e educação na infância e na adolescência".

2013

- Lançamento do Sistema Nacional LGBT

Anexo B

Principais eventos observados entre 2008 e 2011

		Data	Local
1	Pré-Conferência de Políticas Públicas para GLBT da Capital da Cidade do Rio de Janeiro	05 de abril de 2008	Rio de Janeiro, UERJ
2	I Conferência de Políticas Públicas para GLBT do Estado do Rio de Janeiro	16, 17 e 18 de maio 2008	Rio de Janeiro, UERJ
3	I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais	6, 7 e 8 de junho de 2008	Brasília, Centro de Convenções Brasil 21
4	Seminário do Grupo Conexão G-Refletindo sobre Políticas Públicas para a População LGBT Moradora de Favelas	5 e 6 de Novembro de 2009	Rio de Janeiro
5	Seminário "Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde", organizado pela CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução	24 e 25 de março de 2010	São Paulo
6	Seminário UNB Fora do Armário: Rumo a 1ª Marcha Nacional LGBT - UNB	17 e 18 de maio de 2010	Brasília, UnB

7	VII Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Congresso Nacional – Direitos Humanos de LGBT: cenários e perspectivas	18 de maio de 2010	Brasília, Câmara dos Deputados
8	1ª Marcha Nacional pela Contra a Homofobia Cidadania LGBT e 1º Grito Nacional pela Cidadania LGBT	19 de maio de 2010	Brasília, Esplanada dos Ministérios
9	Mesa -pirâmide da discriminação – Ciclo de Debates: Diversidade em Pauta	17 de junho de 2010	São Paulo
10	Inauguração do Centro de Referência contra a Homofobia, a Intolerância Religiosa e a Discriminação de Pessoas Vivendo com HIV/Aids – Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDIR) - SEASDH – RJ	01 de julho de 2010	Rio de Janeiro
11	3º Seminário Estadual de Travestilidade e Transexualidade- Travestis e Transexuais unidas por um Rio sem Transfobia	13 de agosto de 2010	Rio de Janeiro
12	II Seminário Estadual de Lésbicas e Mulheres Bissexuais “Unindo Esforços, Ampliando Conquistas”	27 e 28 de agosto de 2010	Rio de Janeiro

13	Oficina de apresentação da Pesquisa sobre Homofobia nas Escolas	04 de outubro de 2010	Rio de Janeiro, SUPERDIR
14	I Encontro Nacional de Pesquisa em Diversidade Sexual e Direitos Humanos	09 e 10 de outubro de 2010	Campinas
15	Ato LGBT pelo estado laico e criminalização da homofobia	20 de outubro de 2010	Rio de Janeiro, Cinelândia
16	II Seminário Nacional de segurança Pública para LGBT: Pela Defesa da Dignidade Humana	8 a 11 de novembro de 2010	Rio de Janeiro
17	Ato Protesto contra a Homofobia na Avenida Paulista	21 de novembro de 2010	São Paulo
18	Seminário Escola Sem Homofobia	23 e 24 de novembro de 2010	Brasília, Câmara dos Deputados
19	Entrega do Prêmio Educando para a Diversidade Sexual	23 e 24 de novembro de 2010	Brasília, Câmara dos Deputados

20	Audiência Pública 'Bullying Homofóbico nas Escolas'	23 e 24 de novembro de 2010	Brasília, Senado Federal
21	Seminário sobre os Assassinatos de LGBT- Câmara dos Deputados	23 e 24 de novembro de 2010	Brasília, Câmara dos Deputados
22	II Encontro Nacional da Rede Afro LGBT	3 a 5 de dezembro de 2010	São Paulo
23	25ª Conferência Mundial ILGA	4 a 9 de dezembro de 2010	São Paulo
24	Seminário Interno de Treinamento da Equipe Rio Sem Homofobia	22 a 25 de fevereiro de 2011	Rio de Janeiro
25	I Reunião do Conselho Nacional LGBT, transmissão online (www.aids.gov.br/mediacenter)	30 e 31 de março de 2011	Brasília, SDH
26	Lançamento Campanha Rio Sem Homofobia	16 de maio de 2011	Rio de Janeiro

27	Semana de combate a homofobia e VIII Seminário LGBT no, 17 de maio	17 a 20 de maio de 2011	Brasília, Congresso Nacional
28	II Marcha Nacional Contra a Homofobia	18 de maio de 2011	Brasília, Esplanada dos Ministérios
29	Reunião de Gestores LGBT	18 e 19 de maio de 2011	Brasília, SDH
30	2ª Reunião ordinária do Conselho Nacional LGBT	20 de maio de 2011	Brasília, SDH
31	Reunião do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual	28 de junho de 2011	São Paulo, Secretaria de Participação e Parceria
32	Pré-conferencia LGBT da capital Rio de Janeiro	18 de setembro de 2011	Rio de Janeiro, ACADEPOL-academia de Polícia Civil do Rio de Janeiro
33	2ª Conferência Estadual LGBT de São Paulo	29 a 30 de outubro de 2011	São Paulo, Hotel Jaraguá

34	2ª Conferência Estadual LGBT Rio de Janeiro	18 de novembro de 2011	Rio de Janeiro, prédio da Bolsa de Valores
35	6ª Reunião do Conselho nacional LGBT (transmissão online)	22 de novembro de 2011	Brasília, SDH
36	II Conferência Nacional LGBT	15 a 18 de dezembro de 2011	Brasília

Anexo C

Alguns documentos

(decretos, portarias e material veiculado pela mídia)

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007.

Convoca a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

~~Art. 1º Fica convocada a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que será realizada no período de 9 a 11 de maio de 2008, sob os auspícios da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, com os objetivos de:~~

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que será realizada no período de 6 a 8 de junho de 2008, sob os auspícios da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, com os objetivos de: (Redação dada pelo Decreto de 10 de março de 2007)

I - propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT; e

II - avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia.

Art. 2º A I Conferência Nacional será presidida pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos e desenvolverá seus trabalhos em torno da seguinte temática: "Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais".

Art. 3º A I Conferência Nacional terá a participação de delegados representantes da sociedade civil, a serem eleitos em conferências estaduais, e de delegados representantes do poder público, na proporção de sessenta e quarenta por cento, respectivamente.

Art. 4º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos constituirá, mediante portaria, a comissão organizadora da I Conferência Nacional, com vistas à elaboração do regimento interno e de orientação para as conferências estaduais, assim como ao acompanhamento da organização daquele encontro.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de novembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Dilma Rousseff

Este texto não substitui o publicado no DOU de 29.11.2007

ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)
Casa Civil 2
Governo ....
Planejamento e Gestão 4
Fazenda 8
Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços 29
Obras 30
Segurança 30
Trabalho e Renda ....
Cultura 37
Assistência Social e Direitos Humanos 38
Turismo, Esporte e Lazer 40
Procuradoria Geral do Estado 40

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO 42

REPARTIÇÕES FEDERAIS 54

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 41.195 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE MENCIONA, SITUADO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em especial a conferida pelo art. 6º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e tendo em vista o disposto nos autos do processo administrativo nº E-14/22015/07,

DECRETA:

Art. 1º - Com fundamento no art. 5º, alínea "e" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, combinado com o art. 2, V, da Lei 4132, de 10 de setembro de 1962, ficam declarados de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, os seguintes imóveis, descritos e caracterizados nas respectivas matrículas do 5º. Ofício do Registro Geral de Imóveis:

a) Lote 17/18 do PAL 6122, da Rua Saint Roman, matrícula 67009;
b) Lote 16 do PAL 6122, da Rua Saint Roman, matrícula 21212.

Art. 2º - Incluem-se na presente declaração de utilidade pública as acessões e benfeitorias acaso existentes nos imóveis a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º - Fica autorizada a alegação de urgência no processo judicial de desapropriação, para fins de imissão provisória na posse.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2008

SÉRGIO CABRAL

Id: 456532

DECRETO Nº 41.196 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008

CONVOCA A I CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (GLBT) DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o constante do processo nº E-23/190/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a I Conferência Estadual de Políticas Públicas para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) do Rio de Janeiro em conformidade com o Decreto Federal de 28 de novembro de 2007, que convoca a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais e dá outras providências a realizar-se dos dias 21 a 23 de março de 2008, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos - SEASDH, através da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos - SUPERDir.

Art. 2º - A I Conferência Estadual de Políticas Públicas para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, (GLBT) do Rio de Janeiro, doravante denominada I CE-GLBT, tem por finalidade:

I - discutir e propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional e estadual de promoção da cidadania e direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (GLBT);

II - avaliar e propor estratégias para implantar o Programa Estadual "Rio Sem Homofobia";

III - avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa "Brasil Sem Homofobia";

IV - eleger os delegados do Estado do Rio de Janeiro para Conferência Nacional.

Art. 3º - A I CE-GLBT será presidida pelo Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, que nomeará os membros da Comissão Organizadora Estadual.

Art. 4º - A Comissão Organizadora será composta por 26 membros com a participação dos seguintes representantes: 13 membros de organizações GLBT e convidados e 13 órgãos do governo no âmbito da Administração Pública Estadual, sendo:

I - Secretaria de Estado da Casa Civil - CASACIVIL
II - Secretaria de Estado de Governo - SEGOV
III - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG
IV - Secretaria de Estado de Segurança - SESEG
V - Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil - SESDEC
VI - Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC
VII - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
VII - Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETRAB
IX - Secretaria de Estado de Cultura - SEC
X - Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer - SETE
XI - Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro - DPGE
XII - Assembléia Legislativa - ALERJ
XIII - Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH

Art. 5º - No prazo de 15 dias a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, com o auxílio de sua Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos regulamentará, por Resolução, o presente Decreto, estabelecendo os atos necessários para a composição da Comissão Organizadora da Conferência Estadual.

§ 1º - A Comissão Organizadora Estadual tem por função a realização de consultas e definição dos temas que serão abordados nas 9 (nove) Conferências Regionais, a serem realizadas em nove regiões do Estado do Rio de Janeiro, e na Conferência Estadual.

§ 2º - A realização dos 9 (nove) encontros das Conferências Regionais e das 5 (cinco) Pré-Conferências terão a finalidade de discutir a interiorização e ampliação da participação de Movimento GLBT local e gestores públicos locais e eleição dos delegados para a Conferência Estadual, conforme Regimento Interno da CE-GLBT.

§ 3º - A delegação da Conferência Estadual de Políticas Públicas para GLBT do Rio de Janeiro será eleita nas 9 (nove) Conferências Regionais, com critério de delegação por cada região a ser definido no Regimento Interno da CE-GLBT Rio de Janeiro.

§ 4º - O Regimento Interno da I CE-GLBT obedecerá aos prazos estabelecidos pelo Regimento da I Conferência Nacional de Políticas para GLBT, dispondo sobre:

I - o processo de escolha de delegadas e delegados;

II - a operacionalização dos debates, tendo como base o temário proposto pela organização da Conferência Nacional.

§ 5º - Os integrantes da Comissão Organizadora, ora instituída, não farão jus a qualquer remuneração, sendo as suas funções consideradas como serviços relevantes.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2008

SÉRGIO CABRAL

Id: 456521

DECRETO Nº 41.197 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008

AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PELA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-22/52/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a prorrogação da contratação de profissionais, a partir de 29 de fevereiro de 2008, até o quantitativo permitido no Anexo da Lei nº 4.990, de 27 de fevereiro de 2007, e nos limites pecuniários ali estabelecidos, com vistas à manutenção do relevante serviço público prestado no Estado, através da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, em atendimento a obrigação assumida com a União Federal.

ESTADÃO.COM.BR/Nacional

Para salvar Palocci, Dilma cede e suspende kit anti-homofobia

Bancada evangélica ameaçou apoiar ida do ministro ao Congresso caso cartilha continuasse sendo produzida

25 de maio de 2011 | 17h 52

BRASÍLIA - Assustado com a ameaça feita na noite desta terça-feira, 24, no plenário, de convocação do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, caso o governo não retire de circulação o chamado "kit anti-homofobia", o governo decidiu receber as bancadas religiosas no Planalto e anunciar a suspensão de divulgação de qualquer material sobre o tema. Essas decisões foram anunciadas nesta quarta-feira, 25, pelo ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, logo depois do encerramento de uma conversa com parlamentares das bancadas evangélica, católica e de defesa da família.

Veja Também:
- **Caixa: Palocci foi responsável por vazamento de dados do caseiro**
- **Carvalho nega fim do casamento com PMDB por derrota no Código**
- **CCJ adia votação de pedido de convocação de Palocci**
- **FT: Caso Palocci é primeiro teste político para Dilma**

Sob forte pressão da oposição, Palocci vem sendo cobrado a dar explicações sobre a rápida evolução do seu patrimônio, que se multiplicou por 20 nos quatro anos em que o ministro exerceu mandato de deputado federal.

Gilberto Carvalho anunciou que a presidente Dilma Rousseff determinou a suspensão da produção de vídeos e cartilhas contra a homofobia e mandou suspender a divulgação do que já havia sido distribuído. Os ministros da Educação, Fernando Haddad e da Saúde, Alexandre Padilha, serão chamados ao Planalto para conversar sobre o caso.

"A presidente assistiu ao vídeo, não gostou e vai conversar com os ministros. Ela achou que o vídeo era impróprio para o seu objetivo. Não se trata de uma posição só de aparências. A presidente tem as suas convicções e acha que o material é inadequado. Ela foi muito clara nesse sentido e determinou que esse material não circule oficialmente por parte do governo", declarou Gilberto Carvalho, confirmando a informação dos deputados evangélicos. Abaixo, um dos vídeos que fariam parte do material:

Os parlamentares evangélicos já haviam transmitido a indignação da presidente Dilma sobre o material que trata de homofobia. Os deputados Anthony Garotinho (PR-RJ), Ronaldo Fonseca (PR-DF), e o líder do PR na Câmara, Lincoln Portela (MG) consideraram que o material se tratava de "uma apologia ao homossexualismo". Disseram que "trazia cenas e desenhos de sexo anal e oral", com "uma didática muito agressiva" e se mostraram "preocupados com a maneira virulenta com que esse material está sendo apresentado".

Apesar da pressa do Planalto em receber os parlamentares e atender ao pedido de suspensão das publicações e dos vídeos, Gilberto Carvalho disse que "não houve recuo" do governo em relação à política de discussão sobre homofobia e que "não tem toma lá, dá cá".

Para o ministro, os parlamentares das bancadas religiosas anunciaram que não iriam mais promover a convocação do ministro Palocci porque acharam que essa era a atitude mais conveniente, e não por terem sido atendidos pelo governo. "Nós oferecemos o diálogo. Eles que tomassem a atitude que achassem consequente. Foram eles que decidiram suspender aquela história de que estavam falando (de convocar o Palocci ao Congresso)", reagiu. Os parlamentares, na saída do Planalto, no entanto, avisaram que não iriam mais ajudar a convocar Palocci, pelo atendimento do pleito sobre o corte na divulgação do material sobre homofobia. Abaixo, o segundo vídeo, "Torpedo", que também faria parte do kit

Debate amplo. Gilberto Carvalho informou, ainda, que a presidente convocou os ministros da Educação, Fernando Haddad, e da Saúde, Alexandre Padilha, para conversar sobre a produção de material que trate de questões de costumes e informá-los que qualquer coisa sobre este tipo de tema terá de passar por um debate mais amplo e pelo crivo presidencial. "É importante que esse material, para ser produtivo, para atingir o seu objetivo, seja fruto de uma ampla consulta na sociedade, para não gerar esse tipo de polêmica que acaba prejudicando a causa para o qual foi destinado. Qualquer outro material, daqui para frente, editado pelo governo sobre a questão de costumes passará pelo crivo amplo da sociedade e das bancadas interessadas", avisou.

O ministro da Secretaria Geral insistiu que "não se trata de retrocesso" na discussão do tema, mas que o governo entende que o assunto tem de ser tratado de outra forma e mais amplamente discutido. "O governo está aprofundando o diálogo. Se você produz um material que sofre uma tamanha contestação, o objetivo para o qual está destinado é prejudicado. É preferível produzir um material com mais diálogo para atingir o objetivo. Não se trata de recuo, mas de um processo mais aprofundado de diálogo", avaliou.

Segundo Carvalho, "o governo mantém sua posição clara contra qualquer tipo de homofobia, e as bancadas também se declararam contra a homofobia. Mas o governo achou prudente não editar esse material que estava sendo preparado no MEC. A presidente decidiu a suspensão desse material e do vídeo produzido por uma ONG. O governo decidiu também suspender a distribuição desse material", declarou Gilberto, falando em nome do governo, depois de receber os parlamentares no Planalto.

Ameaças. Os próprios parlamentares reconheceram que o material não está sendo distribuído nas escolas, embora o ministro Fernando Haddad, na semana passada, tenha admitido que isso seria feito. Mas reiteraram que querem a suspensão de todo e qualquer material sobre o tema e ameaçaram criar problemas no Congresso em votações, além da convocação de Palocci e de apoiar mobilização pela instalação de uma CPI contra o Ministério da Educação. O vídeo e o material impresso, entretanto, vazaram para a internet, provocando a ira dos parlamentares da bancada religiosa.Abaixo, o último vídeo da série, "Encontrando Bianca":

---- Original Message -----

From: ABGLT - Presidência

To: Undisclosed-Recipient:;

Sent: Friday, October 26, 2007 6:02 PM

Subject: INFORME PROJETO ALIADAS - CONGRESSO x GLBT

INFORME PROJETO ALIADAS - www.abglt.org.br/aliadas

Brasília – DF, 22 a 25 de outubro.

PLC 122/2006 , Orçamento da União e outras notícias de interesse GLBT.

Conferencia Nacional GLBT no PPA 2008/2011

A ABGLT/Projeto Aliadas garantiu esta semana na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal (CDH), uma nova ação no Plano Plurianual (PPA) 2008/2011, trata-se da Conferencia Nacional GLBT. A emenda foi articulada junto à senadora Fátima Cleide (PT/RO) que apresentou a emenda da Conferência e outras ações já existentes para o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH). A ABGLT/ Projeto Aliadas articulou com os/as parlamentares da CDH para aprovação das emendas sugeridas. Durante a reunião da CDH realizada na quarta-feira (24/10) o Senador Paulo Paim anunciou que das doze sugestões de novas emendas apresentadas de diversos segmentos foram selecionadas cinco emendas para: igualdade racial, idosos, crianças e adolescentes , mulheres e GLBT.

Para efetivar esta ação a ABGLT começou a negociar emendas a Lei Orçamentária Anual (LOA)/2008 a fim de garantir orçamento para a SEDH realizar a Conferência Nacional GLBT.

Outras sugestões de emendas para o programa BSH foram apresentadas pelo Projeto Aliadas nas comissões de Cultura e Orçamento. O relatório com as emendas ao PPA serão postadas no site www.abglt.org.br/aliadas na segunda-feira (29/10).

LOA 2008 – Orçamento GLBT

O presidente da ABGLT, Toni Reis, foi convidado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal (CDH), a participar na ultima quarta-feira (24/10) de uma audiência pública sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2008. A mesa da audiência foi composta por representantes da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI) e pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

Toni Reis apresentou a ABGLT e defendeu a importância de incorporar recursos no orçamento da União para as políticas públicas pró GLBT. Entre as prioridades da LOA/2008 o presidente da ABGLT destacou a importância de alocar orçamento para a Conferência Nacional GLBT. Os prazo para apresentação de emendas à LOA abre no dia 31/10 e encerra no 08 de novembro.

As ONGs podem enviar sugestão e articular emendas individuais para os/as parlamentres de seus estados. O projeto Aliadas dará orientação para as organizações interessadas.

Orçamento de 2007 – liberação de recursos

A ABGLT articulou durante toda a semana na tentativa de descontigenciar recursos da LOA 2007 destinadas ao Ministério da Educação e à Secretaria Especial de Direitos Humanos. No total são R$ 7 milhões e duzentos mil reais contigenciados, esses recursos foram alocados no orçamento da União de 2007 através de ações de advocacy do projeto Aliadas da ABGLT.

A presidência da ABGLT fez diversas reuniões com autoridades e enviou ofícios pedindo a imediata liberação dos recursos para a execução do programa Brasil sem Homofobia.

Para o descontigenciamento, a presidência da ABGLT e a coordenação executiva do Projeto Aliadas reuniram-se com autoridades estratégicas, entre elas:

- Senadora Ideli Salvati (PT/SC) – líder do bloco de apoio ao governo no Senado.
- Deputado Henrique Fontana (PT/SC) - vice-líder do governo na Câmara dos Deputados.
- Deputada Cida Diogo (PT/RJ) – Coordenadora da Frente GLBT
- Rogério Sotili – secretario executivo da SEDH.
- André Lazaro – secretario executivo do MEC.

Se liberados os recursos devem ser repassados ainda este ano.

PLC 122/2006 – Audiência com o presidente do Senado Federal.

Foi grande a movimentação na terça-feira (23/10) no Senado Federal, em torno do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006. Deputados e Senadores da Frente Parlamentar Evangélica, acompanhados de pastores dos estados de Rondônia e Espírito Santo visitaram diversos gabinetes no Senado Federal, e no fim da tarde os adversários do projeto de lei foram recebidos pelo presidente do Senado Tião Viana (PT/AC). Na seqüência o presidente da ABGLT, Toni Reis solicitou às senadoras Ideli Salvati (PT/SC) e Fátima Cleide (PT/RO) que Tião Viana recebesse a ABGLT. A líder do PT e do bloco de apoio ao governo no Senado, Ideli Salvati garantiu rapidamente a audiência. Foi a primeira vez que um presidente do senado e do congresso nacional recebeu lideranças do movimento GLBT. Tião Viana, afirmou que dará prioridade para a votação do PLC 122/2006 quando o mesmo chegar até o Plenário. Os opositores anunciaram que fariam uma manifestação com dez mil pessoas contrarias ao PLC/122 em frente ao Senado Federal durante a 45ª reunião da CDH a ser realizada no dia seguinte pela manhã. Nenhuma manifestação foi registrada pela Policia legislativa. O senador Magno Malta declarou para a imprensa que pretende ser o relator do PLC 122/2006 na Comissão de Cidadania e Justiça CCJ.

PLC 122/2006 – Votação

Na quarta-feira (24/10) na pauta da 45ª reunião da CDH estavam apenas dois itens: na 1ª parte a apresentação do parecer do relatório da senadora Fátima Cleide; e na 2ª parte a audiência pública sobre a LOA com a participação da ABGLT na mesa.

Já no inicio da reunião o senador Marcelo Crivela (PRB /RJ) pediu que o parecer do PLC 122/2006 fosse retirado de pauta alegando que os componentes da CDH não receberam com dois dias de antecedência o parecer para se instruírem. O pedido foi aceito pelo presidente da CDH senador Paulo

Pain (PT/RS), baseado no artigo nº 108 do regimento do Senado. A relatora Fátima Cleide solicitou à presidência se ela pudesse ler o parecer para a comissão. Magno Malta (PR/ES) manifestou-se afirmando que foi na reunião para pedir vistas ao processo mas com o descumprimento do artigo 108, o parecer deveria sair de pauta. Raramente o artigo do regimento do senado é usado, mas por se tratar de matéria polêmica os parlamentares contrários utilizaram o regimento e derrubaram a pauta. A senadora Fátima Cleide lembrou aos senadores opositores que sempre esteve à disposição para debater a matéria e que realizou reuniões com um grupo de trabalho com participação de aliados e adversários do PLC 122/2006.

A votação foi remarcada para a próxima reunião da comissão que acontecera na próxima quinta-feira dia 01 de novembro.

Mesmo com item fora de pauta o senador Flávio Arns (PT/PR) pediu que as partes interessadas na matéria entrassem em um acordo. Em seu pronunciamento o senador paranaense, disse que a discriminação contra GLBT não pode ser admitida. Com o pedido de Arns e a pedido do senador Crivela, a senadora Fátima Cleide marcou para a manha seguinte uma reunião com os opositores, a frente parlamentar evangélica teria uma proposta de alteração do projeto.

PLC 122/2006 – A proposta da Frente Parlamentar Evangélica

Na quinta-feira às 10 horas da manhã no gabinete do senador Marcelo Crivela representantes da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT reuniram-se para receber a proposta da frente evangélica e Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida. O senador e vice presidente da frente GLBT, Geraldo Mesquita (PMDB/AC) junto com a senadora Fátima Cleide, na presença do presidente da ABGLT - Toni Reis, Dr. Ivair dos Santos da SEDH, o representante do minstro Justiça Pedro Abramoway e assessores de parlamentares das duas frentes, receberam o documento dos opositores entregue pelo Deputado Bispo Rodovalho (DEM /DF), que na ausência dos senadores Crivela e Magno Malta prefiram não debater a proposta e remarcaram a reunião para segunda-feira (29/10). Cinco pastores do RO e ES e dos deputados da frente evangélica também estavam presentes na reunião. O documento entregue à frente GLBT foi assinado pelos deputados federais: Henrique Afonso (PT/AC), José Linhares (PP/CE), Pastor Manoel Ferreira (PSB/PB), Bispo Rodovalho (DEM /DF) , Pastor Miguel Martini (PHS/MG), pelos senadores Magno Malta e Marcelo Crivela e pelo deputado estadual de Rondônia Valter Araujo .

Dia 01 novembro será lido o parecer da Senadora Fátima Cleide. É fundamental a participação de todas e todos. A ABGLT/Projeto Aliadas estará presente.

O DOCUMENTO

A proposta entregue descaracteriza totalmente o PLC 122/2006, a frente evangélica quer retirar os termos orientação sexual e identidade gênero, e sugerem a seguinte redação: art.2º “... define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional e sexo”. Com a redação proposta a lei que criminaliza a homofobia deixa de existir.

Em uma reunião com a senadora Fátima Cleide, Toni Reis afirmou que a ABGLT não negociará esta proposta. “Esta sugestão desrespeita a comunidade GLBT e as mulheres, não negociaremos em hipótese alguma” afirmou o presidente da ABGLT.

O documento dos opositores foi assinado por sete parlamentares, e cinco pastores. O projeto Aliadas e a Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT começaram ontem a recolher assinaturas de parlamentares da frente GLBT, pedindo à CDH do senado o voto favorável ao parecer da senadora

Fátima Cleide. Até o final da tarde de ontem já contávamos com a assinatura de 19 aliados.

FOLHA DE S.PAULO

14/11/2010 - 13h30

Grupo usou barra de lâmpadas em agressão a jovens na avenida Paulista

GUILHERME REED
COLABORAÇÃO PARA A **FOLHA**

Atualizado às **14h03**.

O grupo de cinco rapazes --entre eles quatro menores-- que agrediu jovens em dois ataques na avenida Paulista, na manhã deste domingo, usou barras de lâmpadas brancas como arma.

Acompanhe a Folha no Twitter
Conheça a página da Folha no Facebook
Mãe de agressor diz que filho teve 'atitude infantil'

Primeiro, o grupo atacou dois rapazes que saíam de uma festa na altura do número 459 da Paulista --uma das vítimas conseguiu fugir e outra teve que ser internada devido aos ferimentos. Em seguida, os agressores foram em direção a um grupo de outros três jovens, já na altura do número 700 da avenida, e atacaram um deles com um golpe na cabeça.

A polícia investiga se os ataques têm motivação homofóbica --inicialmente, a PM informou erroneamente que os presos eram skinheads. Segundo o boletim de ocorrência, durante a agressão os rapazes diziam coisas como "suas bichas" e "vocês são namorados".

O delegado Alfredo Jang, do 5º DP (Aclimação), informou os menores serão transferidos para a Fundação Casa hoje à noite, e o maior será encaminhado para o 2º DP. Jang indicou que eles devem responder por formação de quadrilha, porque eram cinco, e lesão corporal gravíssima tentada. Além disso, afirmou que, "no mínimo", eles estavam alcoolizados.

A mãe de um dos menores, de 16 anos, disse à **Folha** que o filho teve uma "atitude infantil". "Recebi a ligação quando ele já estava detido. Foi uma atitude infantil. Ele sai sempre com os amigos e nunca aconteceu absolutamente nada. É um garoto que tem boas notas. Estou constrangida pela situação."

Ela contou ainda que os rapazes detidos estudam juntos em um colégio do Itaim Bibi, bairro nobre da região oeste de São Paulo.

OS ATAQUES

3/29/13 À reportagem, João*, 20, contou que ele e Marcos *, 19, tinham acabado de sair de uma festa e esperavam um táxi quando viram o grupo de cinco rapazes atravessando a rua em direção a eles. Segundo João, estavam bem vestidos, usando roupas de marca, conversando e rindo. "À primeira vista, pareciam inofensivos. Quando passaram pela gente, um deles me agrediu na cabeça com um soco", conta.

Cada uma das vítimas fugiu para uma direção. João conta que correu para uma estação de metrô. "Apanhei até entrar no metrô. Ainda tropecei e caí na escada."

Quando estava seguro, ligou para o celular de Marcos, e uma mulher atendeu. Ela relatou que o rapaz estava no chão, sangrando, muito machucado e precisando de ajuda. Socorrido no pronto-socorro Vergueiro, ele foi transferido depois para o hospital Oswaldo Cruz.

"É um trauma, nunca se espera que vá acontecer isso, tão de repente. É inacreditável", lamenta João.

Após esse primeiro ataque, os cinco rapazes continuaram caminhando pela avenida Paulista, levando barras de lâmpadas nas mãos, quando cruzaram com outros três jovens saindo de uma lanchonete.

Desta vez, Bruno*, 23, foi o único agredido. Segundo o boletim de ocorrência, os jovens bateram com a barra de lâmpada na cabeça dele. Quando Bruno estava curvado, recebeu uma segunda pancada no rosto, relatou, e depois vieram socos no tronco e na cabeça.

Uma testemunha presenciou a segunda agressão e chamou a polícia. Os cinco jovens foram detidos.

* **Os nomes são fictícios.**

Endereço da página:

http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/830530-grupo-usou-barra-de-lampadas-em-agressao-a-jovens-na-avenida-paulista.shtml

Links no texto:

Acompanhe a Folha no Twitter
http://twitter.com/folha_com

Conheça a página da Folha no Facebook
http://www.facebook.com/folhadesp

Mãe de agressor diz que filho teve 'atitude infantil'
http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/830526-mae-de-agressor-diz-que-filho-teve-atitude-infantil-grupo-atacou-3-na-av-paulista.shtml

mãe de um dos menores, de 16 anos, disse
http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/830526-mae-de-agressor-diz-que-filho-teve-atitude-infantil-grupo-atacou-3-na-av-paulista.shtml

---

Copyright Folha de S. Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta

ESTADÃO.COM.BR/São Paulo

Jovem é baleado após Parada Gay do Rio e acusa militares

D., de 19 anos, disse que beijava o namorado quando três agentes do Exército apareceram e começaram a agredi-los

16 de novembro de 2010 | 0h 00

Marcelo Auler / RIO - O Estado de S.Paulo

O jovem D.I.M.L., de 19 anos, foi ferido com um tiro na barriga no Arpoador, zona sul do Rio, na noite de domingo, após a Parada Gay na orla de Copacabana. Ele acusa três militares do Exército de abordarem ele e seu namorado quando estavam "dando beijos". Inquérito vai apurar tentativa de homicídio e crime de discriminação por preconceito.

Os três militares, segundo depoimento do jovem ao delegado Alessandro Thiers, apareceram no Parque Garota de Ipanema - separado por uma grade do Forte de Copacabana - no momento em que um grupo de pessoas usava a área para sexo ou simples namoro, como disse ser seu caso. "Eles estavam com roupa camuflada, aquela meio azulada, agruparam cerca de 15 pessoas e começaram a tocar o terror psicológico. Começaram a ofender, a xingar, dizendo que se pudessem matavam cada um de nós com as próprias mãos. Humilharam e bateram, entre outras coisas", disse o jovem, aluno do ensino médio, após ser atendido no Hospital Miguel Couto e liberado. O ferimento foi superficial.

Segundo D., como seu acompanhante estava sem RG, os militares os retiveram no local após liberar os demais. "Ao ficarmos só nós dois, eles nos agrediram verbalmente e fisicamente. Foi quando um deles me empurrou, eu caí sentado e ele atirou na minha barriga", contou. Depois, o militar ainda lhe deu um chute. Ele foi socorrido por PMs.

O Comando Militar do Leste pela manhã divulgou nota afirmando que "nenhum militar do Forte de Copacabana disparou arma de fogo esta madrugada no Arpoador" e negando que militares façam ronda na área externa ao forte. À tarde, encaminhou dois oficiais à delegacia para ajudar no esclarecimento do caso. Os 30 militares em serviço no domingo serão levados à delegacia.

Mackenzie divulga nota contra Lei da Homofobia; OAB fala em "postura da Idade Média"

Rafael Targino
Em São Paulo 16/11/2010 | 18h35

A Universidade Presbiteriana Mackenzie divulgou em seu site, na última semana, uma nota em que se dizia contra a Lei da Homofobia. De acordo com o comunicado, assinado pelo chanceler [reitor] Augustus Nicodemus Lopes, "ensinar e pregar contra a prática do homossexualismo (sic) não é homofobia, por entender que uma lei dessa natureza maximiza direitos a um determinado grupo de cidadãos." A lei torna crime manifestações contrárias aos homossexuais.

> Leia a íntegra da nota do Mackenzie sobre a Lei da Homofobia (http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/11/16/leia-a-integra-da-nota-do-mackenzie-sobre-a-lei-da-homofobia.jhtm)

Segundo o Mackenzie, "as Escrituras Sagradas, sobre as quais a Igreja Presbiteriana do Brasil [controladora da instituição] firma suas crenças e práticas, ensinam que Deus criou a humanidade com uma diferenciação sexual (homem e mulher) e com propósitos heterossexuais específicos que envolvem o casamento, a unidade sexual e a procriação".

O texto foi retirado do ar durante o feriado da Proclamação da República. A assessoria de imprensa do Mackenzie não disse o motivo pelo qual ele não está mais disponível no site.

NOTA OFICIAL DO MACKENZIE

"O pronunciamento sobre o PL 122 é da Igreja Presbiteriana do Brasil, Associada Vitalícia do Mackenzie, feito em 2007, e se encontra em seu site. O Mackenzie se posiciona contra qualquer tipo de violência e descriminação (sic) feitas ao ser humano, como também se posiciona contra qualquer tentativa de se tolher a liberdade de consciência e de expressão garantidas pela Constituição."

Nota da redação: A palavra "descriminação", utilizada pela assessoria do Mackenzie, significa, de acordo com o Dicionário Aulete, "ação ou ato de descriminar, de retirar a imputação de crime a algo; descriminalização" (http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=descrimina%E7%E3o)

Nesta terça (16), a assessoria de imprensa da instituição enviou ao **UOL Educação** outra nota em que afirma que "o pronunciamento sobre o PL 122 [Lei da Homofobia] é da Igreja Presbiteriana do Brasil, Associada Vitalícia do Mackenzie, feito em 2007, e se encontra em seu site." No entanto, no comunicado emitido no site do Mackenzie na última semana, o chanceler afirma que "o manifesto presbiteriano sobre a homofobia (...) serve de orientação à comunidade acadêmica."

Indignação

A nota indignou grupos de defesa de direitos dos homossexuais e especialistas na área. Para o presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Jayme Asfora, a postura do Mackenzie "lembra tempos da Idade

“[A universidade está] Formando seus
alunos na base do preconceito, da discrminação, indo de encontro à Constituição Federal. Ela prega, como um dos seus maiores princípios, a isonomia, a igualdade. Todos são iguais perante a lei”, afirma.

Para o presidente do GGB (Grupo Gay da Bahia), Marcelo Cerqueira, essa é uma postura “esperada” do Mackenzie. “É uma questão de consciência. O que move essa questão do Mackenzie é uma posição reacionária”, afirma. No comunicado, a universidade utiliza o termo “homossexualismo”, que deixou de ser usado por se referir à homossexualidade como doença.

O Mackenzie, na nota enviada ao **UOL**, diz também que “se posiciona contra qualquer tipo de violência e descriminação (sic) feitas ao ser humano, como também se posiciona contra qualquer tentativa de se tolher a liberdade de consciência e de expressão garantidas pela Constituição”.

O **UOL Educação** pediu uma entrevista com o chanceler Augustus Nicodemus Lopes, mas o Mackenzie disse que iria se pronunciar por meio de nota.

Criacionismo

O Mackenzie, em 2008, assumiu oficialmente, nas aulas de ciências, a posição criacionista (http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u473446.shtml) –que defende que foi Deus quem criou o universo. A direção da instituição, na época, afirmou que não negava os avanços da biologia vindos do darwinismo, mas que precisava também, mostrar que existe outra explicação, de fundo religioso, para a origem das espécies.

LEIA MAIS

Livros de ensino religioso em escolas públicas estimulam homofobia e intolerância, diz estudo (http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/06/23/livros-de-ensino-religioso-no-brasil-estimulam-homofobia-e-intolerancia-diz-estudo-da-unb.jhtm)

Escolas e colegas são hostis a alunos e alunas homossexuais, aponta pesquisa (http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/10/04/escolas-e-colegas-sao-hostis-a-alunos-e-alunas-homossexuais-aponta-pesquisa.jhtm)

Polícia instaura inquérito para apurar homofobia em jornal de estudantes da USP (http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/04/27/policia-instaura-inquerito-para-apurar-homofobia-em-jornal-de-estudantes-da-usp.jhtm)

Faculdade abrirá sindicância para apurar jornal com incitação à homofobia (http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/04/26/faculdade-abrira-sindicancia-para-apurar-jornal-com-incitacao-a-homofobia.jhtm)

Justiça de SP determina abertura de processo contra publicação que incitou homofobia na USP (http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/04/26/justica-de-sp-determina-abertura-de-processo-contra-publicacao-que-incitou-homofobia-na-usp.jhtm)

Pesquisa revela que 87% da comunidade escolar tem preconceito contra homossexuais (http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/07/24/ult105u8411.jhtm)

© 1996-2013 UOL - O melhor conteúdo. Todos os direitos reservados. Hospedagem: UOL Host

Edição nº 89/2013 Brasília - DF, quarta-feira, 15 de maio de 2013

Presidência

ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 14, DE 14 DE MAIO DE 2013

A realização de concurso público, de provas e títulos, é medida que se impõe aos Tribunais imediatamente após a declaração de vacância de serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sob sua jurisdição, nos exatos termos do § 3º do art. 236 da Constituição Federal.

Precedente: Procedimento de Controle Administrativo nº 0002328-10.2012.2.00.0000.

Ministro **Joaquim Barbosa**

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 175, DE 14 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais,

CONSIDERANDO a decisão do plenário do Conselho Nacional de Justiça, tomada no julgamento do Ato Normativo no 0002626-65.2013.2.00.0000, na 169ª Sessão Ordinária, realizada em 14 de maio de 2013;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, nos acórdãos prolatados em julgamento da ADPF 132/RJ e da ADI 4277/DF, reconheceu a inconstitucionalidade de distinção de tratamento legal às uniões estáveis constituídas por pessoas de mesmo sexo;

CONSIDERANDO que as referidas decisões foram proferidas com eficácia vinculante à administração pública e aos demais órgãos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento do RESP 1.183.378/RS, decidiu inexistir óbices legais à celebração de casamento entre pessoas de mesmo sexo;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Nacional de Justiça, prevista no art. 103-B, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Art. 2º A recusa prevista no artigo 1º implicará a imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para as providências cabíveis.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **Joaquim Barbosa**

Presidente

Secretaria Geral

Secretaria Processual

O GLOBO

STF reconhece, por unanimidade, união civil entre pessoas do mesmo sexo

Carolina Brígido

BRASÍLIA - Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu legalmente na quinta-feira as uniões entre pessoas do mesmo sexo. A partir desta sexta-feira, devem ser aplicadas a esse tipo de relação as mesmas regras da união estável heterossexual, prevista no Código Civil. A Corte não relacionou os direitos que decorrem da decisão. Mas, por analogia, os gays poderão pleitear, por exemplo, a declaração conjunta de Imposto de Renda, pensão em caso de morte ou separação, partilha de bens e herança. A pessoa só precisa comprovar que integra uma "convivência pública, contínua e duradoura", como diz a lei.

PROTESTO: Para CNBB, união entre homossexuais é a 'destruição da família'

COMEMORAÇÃO:Comunidade gay comenta julgamento do STF sobre união estável

INFOGRÁFICO: Confira os direitos que os casais gays podem ganhar

MÍDIAS SOCIAIS: Internautas comemoram decisão do Supremo

A regra deve ser aplicada pelos órgãos responsáveis, como o INSS, as operadoras de plano de saúde privado, empresas e governos. O cidadão que se sentir discriminado poderá entrar com ação na Justiça. Diante do precedente do STF, a chance de vitória será alta. Em casos de separação, se não houver acordo entre as partes, também será necessário recorrer à Justiça.

Ficou decidido que as ações devem ser julgadas, a partir de agora, individualmente pelos ministros, sem necessidade de ir a plenário, e sempre a favor dos homossexuais. A Corte também decidiu que cabe ao Congresso aprovar lei regulamentando as peculiaridades dos direitos decorrentes das uniões homoafetivas.

- É como que uma convocação. A decisão da Corte implica que o Legislativo assuma essa tarefa de regulamentar a equiparação - explicou o presidente do STF, ministro Cezar Peluso.Críticas à falta de decisões sobre o tema no Congresso

A decisão foi tomada no julgamento de duas ações: uma proposta pelo governo do Estado do Rio, em 2008, e a outra, pelo Ministério Público, em 2009. Há diferentes decisões de tribunais e juízes sobre o tema. Com a decisão do STF, o entendimento fica unificado.

O principal argumento dos opositores da causa é que, ao tratar da família, a Constituição menciona apenas a relação entre homem e mulher. Para os ministros do STF, a falta de menção não pode ser entendida como proibição à união de homossexuais. Eles lembraram princípios constitucionais, como a dignidade, a igualdade, a vedação de discriminação por orientação sexual, a liberdade e a proteção da segurança jurídica.

O relator, Carlos Ayres Britto, defendeu a extensão de todos os direitos dos casais tradicionais às uniões homoafetivas. Luiz Fux concordou com o relator. Votaram da mesma forma Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes, Ellen Gracie, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Peluso. José Antonio Toffoli não participou do julgamento, por ter dado parecer nas ações quando era advogado-geral da União.

- Em casas onde nunca passaram um juiz ou um padre, há amor, há uma família. O conceito de família só tem validade conquanto privilegie a dignidade das pessoas que a compõe. A união homoafetiva enquadra-se no conceito de família - argumentou Luiz Fux.

- O Estado não pode adotar medidas nem interpretações que provoquem a exclusão jurídica de grupos minoritários - concordou Celso de Mello. - Com esse julgamento, o Brasil dá passo significativo contra a discriminação.

Boa parte dos ministros lamentou que o STF tenha tido de tomar essa atitude no lugar do Congresso.

- A ausência de aprovação dos diversos projetos de lei indica a falta de vontade coletiva quando à tutela jurídica das uniões homoafetivas - disse Marco Aurélio.

No julgamento, vários ministros mencionaram direitos que deveriam ser concedidos aos homossexuais. Ayres Britto, por exemplo, citou a adoção oficial de crianças por duas pessoas do mesmo sexo. Porém, a Corte preferiu não definir como ficam esses detalhes. A ministra Maria do Rosário, da Secretaria dos Direitos Humanos, comemorou o resultado:

- Prevaleceram os direitos humanos, a igualdade, o princípio constitucional de um país que rejeita a discriminação. Este é um grande passo, porque todos os cidadãos brasileiros, homens e mulheres, independentemente de serem homossexuais ou heterossexuais, têm o mesmo valor - disse.

URL: http://glo.bo/xNJ8Mk

Notícia publicada em 5/05/11 - 0h00 | Atualizada em 3/11/11 - 22h32 | Impressa em 01/04/13 - 12h40

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTÍÇA E DE REDAÇÃO

Projeto de Lei n.º 5/2003, que altera os arts. 1º e 20 da lei nº 7716, de 5 de janeiro de e o § 3º do art. 140 do Código Penal, para incluir a punição por discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual.

Autor : Deputada Iara Bernardi

Relator : Deputado Aloysio Nunes Ferreira.

Voto em Separado do Deputado José Divino.

O Projeto de Lei em referência foi distribuído as Coordenação de Comissões Permanentes (CCP), e de constituição Justiça e Redação (CCJR).

Ele pretende alterar os arts. 1º e 20 da Lei nº 7716, de 05 de janeiro de 1989, e o § 3º do art. 140 do Código Penal, para incluir a punição por discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual.

Nesta Comissão, a matéria recebeu parecer favorável do relator, pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, apesar de ter consciência de que o PL 5/2003, tenha ignorado algumas normas da Lei Complementar 95/98, apresentando Emenda rejeitando o mérito.

A orientação sexual ao meu ver é uma opção, e não um gênero de vida, raça e cor. Trata-se de uma escolha humana para um determinado comportamento, assim como a orientação religiosa, política etc...

A opção sexual não é nativa; o ser humano não nasce hetero ou homossexual, ele opta pela vida intima que levará apartir de um determinado período ao longo de sua existência.

Portanto Não me deterei em discorrer sobre o PL 5/2003, consciente que não cabe a inclusão na lei nº 7716, e o § 3º do art. 140 do Código Penal, punições por não aceitação de uma orientação sexual, cujo os parâmetros fogem das orientações familiares e sociais, não se tratar de preconceito e sim de opção de vida.

01/06/2011 17h27 - Atualizado em 01/06/2011 18h26

Lei não pode criar 'terceiro sexo', diz Magno Malta em marcha em Brasília

Parlamentares participaram de evento contra projeto que criminaliza homofobia. Manifestantes favoráveis ao PLC 122 fizeram 'contra-marcha' na Esplanada.

Do G1 DF

imprimir

O senador Magno Malta (PR-ES) disse nesta quarta-feira (1), durante manifestação em frente ao Congresso Nacional contra a aprovação do projeto de Lei da Câmara (PLC) 122, que criminaliza a homofobia, que o Senado não tem poder para criar "um terceiro sexo" por meio de legislação.



Marcha pela Família, realizada nesta quarta-feira (1) em frente ao Congresso nacional contra a aprovação de projeto que criminaliza a homofobia (Foto: Dorivan Marinho/AE)

"Se Deus criou macho e fêmea, não vai ser o Senado que vai criar um terceiro sexo com uma lei" disse. "É preciso que eles [homossexuais] entendam que o anseio grotesco de uma minoria não vai se fazer engolir", afirmou.

O evento, batizado de Marcha pela Família, foi organizado pelo pastor Silas Malafaia e reuniu diversos parlamentares contrários ao projeto de lei em cima de carros de som – entre eles os deputados federais João Campos (PSDB-GO), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Anthony Garotinho (PR-RJ), e os senadores Marcelo Crivella (PR-RJ) e Walter Pinheiro (PT-BA). A PM estimou em até 20 mil pessoas os presentes na Marcha pela Família.

Garotinho se manifestou contra a aprovação do projeto. "Eles [os participantes da marcha] amam a todas as pessoas, só que não concordam com o pecado de algumas", disse.

Em oposição ao evento,um grupo de integrantes de movimentos ligados a causas homossexuais fez uma espécie de contra-marcha à Marcha Pela Família. Eles se reuniram em frente à Catedral de Brasília às 15h e seguiram até o Congresso, no mesmo local onde ocorria a Marcha pela Família.

A polícia formou um cordão de isolamento para evitar conflitos entre os dois grupos. Um contingente de 110 policiais foi deslocado para o local para acompanhar o evento.

Ainda assim, os dois grupoos se hostilizaram. Os defensores do projeto de lei chamaram os integrantes da Marcha pela Família de "nazistas" e "fascistas". O deputado Jair Bolsaro rebateu as acusações. "Eles são ridículos. Até o que eles falam é ridículo", afirmou.

Os manifestantes que defendem o PLC 122 carregavam faixas e entoavam palavras de ordem em favor de uma "família plural". Muitos se vestiram de roxo. A manifestação foi organizada pela internet, mas muitos chegaram ao local sem saber que havia um evento organizado.

"Eu viria de qualquer jeito, independentemente de ter um evento organizado ou não", disse Cristiano Ferreira, 35, servidor público. Ele vive há 3 anos com um companheiro e defende o projeto de lei. "O Estado é público e laico, e por isso não pode privilegiar o pensamento de uma religião para defender uma legislação", afirmou.

FONGES LGBT
fórum nacional de gestoras e gestores LGBT

Brasília, 15 de dezembro de 2011.

À Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT
Às delegadas e delegados, observadoras e observadores, convidadas e convidados presentes na II Conferência Nacional LGBT

Esta carta tem a intenção de apresentar as Vossas Senhorias, a criação, em 20 de junho de 2011, na cidade de São Paulo – SP, do Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – FONGES LGBT, uma entidade constituída pelo conjunto das gestoras e gestores responsáveis pela coordenação e execução da política LGBT em seu território, e cujos objetivos são:

- Contribuir para a formulação de diretrizes básicas para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à população LGBT;
- Defender e posicionar-se em favor dos interesses dos Municípios, Estados e Distrito Federal na garantia da execução de políticas públicas e sociais para a população LGBT;
- Fortalecer a participação dos Municípios, Estados e do Distrito Federal, garantindo os direitos LGBT como Políticas de Estado;
- Promover o intercâmbio de experiências e ações que facilitam a operacionalização da política para a população LGBT, respeitando as diversidades regionais;
- Articular junto aos poderes executivos e legislativos a ampliação de recursos financeiros que viabilizem e garantam a sustentabilidade da política pública para a população LGBT;

Endereço: Rua Marechal Cândido Mariano Rondon, 713. Sala 05- Centro. CEP 79002-200. Campo Grande/MS

2 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 127, quinta-feira, 4 de julho de 2013

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 405, DE 3 DE JULHO DE 2013

Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Paraná - UFPR à Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Paraná - UFPR prestará colaboração à Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, observada sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

PORTARIA Nº 766, DE 3 DE JULHO DE 2013

Institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA A REPÚBLICA, no uso de sua atribuição prevista no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a necessidade de enfrentar a homo-lesbo-transfobia estrutural na sociedade brasileira, encontrada nos mais diversos espaços, que desumaniza as expressões de sexualidade divergentes da normatividade heterossexual, atingindo a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em todos os níveis r;

Considerando os dados de homofobia referentes a 2012 que apontam 27,34 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Considerando a Diretriz 10, Objetivo Estratégico V, Ação Programática A,G, I e H do Programa Nacional de Direitos Humanos 03 (PNDH3), aprovado pelo Decreto nº7.037, de 21 de novembro de 2009, assim como as diretrizes aprovadas na II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), com a finalidade de organizar e promover políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBT, compreendidas como conjunto de diretrizes a serem observadas na ação do Poder Público e na sua relação com os diversos segmentos da sociedade.

§ 1º O Sistema Nacional LGBT organiza-se por meio da repartição de competências e da atribuição de funções específicas aos órgãos e entidades que o compõem nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.

§ 2º O Sistema Nacional LGBT deverá atuar de modo que a ação de cada órgão ou entidade integrante respeite a sua finalidade, nos termos desta Portaria.

Art. 2º Constituem marcos regulatórios do Sistema Nacional LGBT:

I - Decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009 que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - 3;

II - deliberações das Conferências Nacionais de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT;

III - Resolução da Organização dos Estados Americanos AG/RES-2435(XXXVIII-O/08) "Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero";

IV - Resolução da Organização das Nações Unidas "Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero" de 17/06/2011; e

V - Portaria MPOG nº 233, de 18 de maio de 2010, que assegura aos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais.

Art. 3º O Sistema Nacional LGBT tem como princípios:

I - articulação interfederativa;

II - participação da sociedade civil;

III - articulação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e

IV - reconhecimento dos contextos socioculturais e regionais do Brasil.

Art. 4º Compete ao Sistema Nacional LGBT:

I - incentivar e apoiar a instalação de Conselhos Estadual, Distrital e Municipal LGBT;

II - incentivar e apoiar a instalação de Coordenadorias estaduais, distrital e municipais LGBT, assim como, de políticas públicas voltadas para este público, como forma de enfrentamento à violência contra LGBT;

III - aplicar e monitorar o Objetivo Estratégico V do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3

IV - promover a equidade social através da cidadania e direitos de LGBT e o enfrentamento à violência resultante do preconceito em razão da orientação Sexual e identidade de gênero, inclusive mediante adoção de politicas afirmativas;

V - formular políticas que enfrentem os determinantes econômicos, sociais, culturais e ambientais da violência contra LGBT;

VI - implementar ações específicas para LGBT, levando em conta a inclusão social e o desenvolvimento humano, por meio do envolvimento dos Estados, Distrito Federal e Municípios;

VII - articular políticas públicas, ações e mecanismos voltados à promoção de direitos de LGBT;

VIII - promover a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das políticas afirmativas, bem como o cumprimento das metas a serem estabelecidas;

IX - monitorar os casos de violência contra LGBT, bem como, as medidas adotadas para seu enfrentamento;

X - promover a troca de experiências exitosas de combate à violência e de promoção de direitos de LGBT no âmbito da união, estados, distrito federal e municípios; e

XI - monitorar, por meio dos Conselhos nacional, estaduais, distrital e municipais, as políticas públicas de promoção de direitos de LGBT, implementadas no país, sistematizando dados para produção de indicadores e socialização de boas práticas entre os entes federados;

XII - assegurar aa participação da sociedade civil o acompanhamento da implementação de políticas, por meio dos Conselhos nacional, estadual, distrital e municipal LGBT; e

XIII - promover a interlocução permanente com os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como com o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Art. 5º Integram o Sistema Nacional LGBT:

I - SDH/PR,

II - Órgãos Executores de Políticas LGBT;

III - Conselhos LGBT nacional, estadual, distrital e municipal;

IV - Comissão Intergestores da Política LGBT; e

V - Conferências LGBT.

Art. 6º A SDH/PR será o órgão central do Sistema Nacional LGBT, com competência para articular definir, coordenar e articular as políticas a serem implementadas pelo Sistema Nacional LGBT,

Art. 7º A participação dos entes estaduais, distrital e municipais no Sistema Nacional LGBT será voluntária e ocorrerá por meio de adesão, observados os requisitos a serem definidos pela SDH/PR, bem como a manifestação do Conselho Nacional de Combate a Discriminação/LGBT.

Parágrafo único. A adesão se dará através da subscrição de termo de cooperação federativa, a ser disciplinado em ato normativo específico.

Art. 8º O Sistema Nacional LGBT deverá estabelecer as estratégias para que o PNDH - 3, Objetivo estratégico V, seja refletido no planejamento e no orçamento dos entes federativos.

Art. 9º O Sistema Nacional LGBT deverá participar da organização, do desenvolvimento, da avaliação e do monitoramento de políticas públicas relativas a LGBT nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, de forma que a perspectiva do Programa Nacional de Direitos Humanos - Objetivo estratégico V, seja incorporada em todas as fases.

Art. 10. Constituem instrumentos necessários ao financiamento do Sistema Nacional LGBT:

I - Plano Plurianual de Governo (PPA);

II - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e

III - Lei Orçamentária Anual.

Art. 11. O Conselho Nacional LGBT, baseado nas deliberações das Conferências Nacionais, indicará as ações e programas a serem desenvolvidas pelo Sistema Nacional LGBT, levando em consideração os recursos disponíveis e fornecendo dados e informações que permitam a à criação de políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBT

Art. 12. Os Conselhos LGBT são instâncias de monitoramento e avaliação das ações do Sistema, bem como propositivos de políticas públicas, além de zelar pelo cumprimento das deliberações das Conferências LGBT.

Art. 13. A Comissão Intergestores da Política LGBT é a instância de pactuação das políticas públicas de âmbito nacional, com a finalidade de ampliar o diálogo entre os gestores federais, estaduais, distrital e municipais da referida política.

Art. 14. As Conferências LGBT constituem instâncias formais destinadas à discussão e à formulação de políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBT; bem como espaços de diálogo entre Poder Público e sociedade, visando garantir a participação social na proposição e na discussão das políticas públicas para esse setor.

Parágrafo único. Cabe ao Sistema Nacional LGBT, articular com os entes federados, por meio do Conselho Nacional de Combate a Discriminação/LGBT, o cronograma de realização das Conferências LGBT nas esferas federal, estadual, distrital e federal.

Art. 15. Institui o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra LGBT, que consiste em um acordo federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, visando à implementação de ações que objetivem o enfrentamento da violência motivada pela Homo-lesbo-transfobia, bem como a proteção e a defesa das vítimas por meio da execução de políticas públicas e de ações afirmativas.

§ 1º As organizações da sociedade civil que atuem na promoção e defesa dos direitos humanos LGBT poderão integrar o Pacto Nacional ora instituído, na forma do ato normativo específico.

§ 2º O Sistema Nacional LGBT deve incentivar e acompanhar a integração dos Estados, Distrito Federal e Municípios ao Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra LGBT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013070400002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 16. São elementos constituintes do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra LGBT :

I - termo de cooperação técnica de Enfrentamento as Homofobias;

II - Centros de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT, e

III - Comitês de Enfrentamento a Homo-Lesbo-Transfobia.

Art. 17. O planejamento das ações e metas em âmbito estadual, distrital e municipal deve ser pactuada no âmbito da Comissão Intergestores da Política LGBT.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

PORTARIA Nº 767, DE 3 DE JULHO DE 2013

Institui o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições previstas no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os dados de homofobia referentes a 201,1 que apontam 18,65 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia;

Considerando a necessidade de uma maior articulação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios visando fazer frente à violência homofóbica;

Considerando a Diretriz 10, Objetivo Estratégico V, Ação Programática A,G, I e H do Programa Nacional de Direitos Humanos 3- PNDH3, aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, assim como as diretrizes aprovadas na II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Nacional Políticas Públicas LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a finalidade de promover as políticas públicas de direitos humanos de LGBT nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.

Parágrafo único. Compete ao Comitê:

I - articular o cumprimento das ações e medidas constantes no Sistema Nacional Enfrentamento a Violência Contra LGBT e Promoção de Direitos;

II - debater políticas públicas de promoção dos direitos humanos de LGBT;

III - propor ações a serem desenvolvidas junto a Estados, Distrito Federal e Municípios referentes à política pública LGBT;

IV - debater e propor diretrizes, de âmbito nacional, estadual, distrital e municipal, a respeito da organização das redes de ações e serviços em direitos humanos LGBT, principalmente no tocante à sua governança institucional e à integração das ações e serviços dos entes federados;

V - propor diretrizes para o enfrentamento da homo-lesbo-transfobia, buscando integrar as ações federais, estaduais, distrital e municipais; e

VI - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

Art. 2º O Comitê será constituído pelos agentes públicos responsáveis diretos pela política LGBT, indicados pelo dirigente do órgão do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Municipal ao qual a política LGBT se encontra vinculada.

§ 1º O Comité será coordenado pela Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

§ 2º Poderão ser convidados para participar dos trabalhos e debates do Comitê especialistas e representantes de instituições, públicas ou privadas, bem como de organismos internacionais.

Art. 3º Será constituída Comissão Executiva, formada por no máximo 5 integrantes do Comitê, coordenada pelo representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com o objetivo de realizar a consolidação das discussões e a organização dos trabalhos do Comitê.

Art. 4º O Comitê se reunirá no mínimo semestralmente e poderá instituir comissões temáticas.

Art. 5º A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República assegurará o apoio técnico e administrativo indispensável ao funcionamento do Comitê, por intermédio da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT.

Art. 6º O Comitê elaborará seu regimento interno, a partir de proposta apresentada pela sua coordenação, no prazo máximo de 90 dias, contados da data de sua instalação, submetendo-o à aprovação do Ministro de Estado Chefe da SDH/PR.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

RETIFICAÇÃO

Na data da Portaria nº 764, publicada no Diário Oficial da União de 03 de julho de 2013, seção 1, página 2, que instituiu o Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, **onde-se lê**: "...28 de junho de 2013..." **leia-se**: "...01 de julho de 2013...".

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.967, DE 3 DE JULHO DE 2013

Aprova o modelo de Instrumento Convocatório de Anúncio Público.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 54 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001471/2013-51, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Aprovar o modelo de Instrumento Convocatório de Anúncio Público, bem como seus anexos, nos termos do processo nº 50300.001471/2013-51.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO BRITO

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 64, DE 2 DE JULHO DE 2013

Defere pedido de isenção temporária de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 21.191(g)(1) do RBAC n° 21.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X e XLVI, da mencionada Lei, e no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 11 (RBAC nº 11), e considerando o que consta do processo nº 00066.034811/2012-91, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 2 de julho de 2013, decide:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Ibraex Comércio e Importação de Aeronaves Ltda., e nos termos da Nota Técnica nº 67/2013/GGCP/SAR, o pedido de isenção temporária, até 30 de junho de 2014, de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 21.191(g)(1) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 21 (RBAC nº 21), Emenda nº 01, para as aeronaves dos modelos RV-10, RV-7, RV-7A, RV-9 e RV-9A que sejam fabricadas pela referida Empresa e que tenham a sua fabricação finalizada e evidenciada à ANAC dentro desse prazo.

Art. 2º A isenção deferida nos termos desta Decisão fica condicionada ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Empresa, conforme declarado em sua petição, com vistas a prover um nível de segurança equivalente àquele provido pelo requisito objeto desta isenção e satisfazer ao caráter educativo da construção amadora.

Art. 3º O descumprimento das condicionantes estabelecidas nesta Decisão implicará o cancelamento da isenção ora deferida.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 65, DE 2 DE JULHO DE 2013

Revoga a autorização operacional de sociedade empresária de táxi aéreo.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o que consta do processo nº 00058.022905/2013-06, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 2 de julho de 2013, decide:

Art. 1º Revogar a autorização operacional para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular de passageiro e carga na modalidade táxi aéreo outorgada à sociedade empresária CLICK TÁXI AÉREO E TURISMO LTDA., CNPJ nº 07.072.723/0001-45, com sede social em Belo Horizonte (MG).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Decisão nº 185, de 22 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2009, Seção 1, página 15.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 1.694, DE 3 DE JULHO DE 2013

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de serviço aéreo público especializado.

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 245, de 04 de setembro de 2012, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo nº 00058.015114/2013-11, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária TOLEDO AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, com sede social em Toledo (PR), como empresa exploradora do serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL
GERÊNCIA DE FATORES HUMANOS NA AVIAÇÃO E MEDICINA DE AVIAÇÃO

PORTARIA Nº 1.691, DE 3 DE JULHO DE 2013

Revalidação de credenciamento de médico, com base no parágrafo 67.37(c) do RBAC 67.

O GERENTE DE FATORES HUMANOS NA AVIAÇÃO E MEDICINA DE AVIAÇÃO, DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX do art. 52 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 180, de 21 de setembro de 2009, e com base no parágrafo 67.37(c) do RBAC 67, resolve:

Art. 1º Revalidar o credenciamento do médico JOSE SABINO MONTEIRO FILHO, CRM-MT nº 611, MC018, com validade até 04 de julho de 2016, para a realização de exames de saúde pericial para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª e 4ª classes, em conformidade com a legislação em vigor. Processo nº 00065.059748/2013-97.

Parágrafo Único - O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIEL BAETA CAMPOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013070400003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


PROGRAMA RIO S
UM LUGAR TÃO MARAVILHOSO COMO O
RESPEITE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXU
Centro de Formaçã
AMA RIO SEM HOMOFOBIA
MARAVILHOSO COMO O RIO NÃO COMBINA COM HOMOFOBIA
BICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

IMPRENSA RJ

NOTÍCIAS

GOVERNADOR

ESTADO LANÇA CAMPANHA RIO SEM HOMOFOBIA

16/05/2011 - 12:48h - Atualizado em 16/05/2011 - 18:18h
» Por Guedes de Freitas

Na ocasião, governador autorizou policiais e bombeiros a participarem uniformizados da Parada do Orgulho Gay

O Governo do Estado lançou nesta segunda-feira (16/5) a Campanha Rio Sem Homofobia, que será veiculada por rádios, televisões, cartazes, outdoors, busdoor, mobiliário urbano, folhetos, além de um site e itens promocionais, como camisetas, barracas de praia e blocos, para reforçar a luta do movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) no Estado do Rio.

Assinada pela empresa de publicidade e propaganda Nova S/B, a campanha vai reforçar a mensagem contra a homofobia mostrando homossexuais como cidadãos comuns. As peças publicitárias vão destacar a atuação inovadora do Programa Rio sem Homofobia, que combate a discriminação e o preconceito contra LGBT, promovendo a cidadania desta população no Estado do Rio.

A campanha estará nas ruas a partir desta terça-feira (17/5), data em que, desde 1993, celebra-se o Dia Mundial de Combate à Homofobia. Este ano a data será comemorada em 102 países, entre eles o Brasil. O governador Sérgio Cabral participou da solenidade, realizada no auditório do 7º andar do prédio da Central do Brasil, ao lado do vice-governador e secretário de Obras, Luiz Fernando Pezão, e da senadora Marta Suplicy, que representa a frente parlamentar LGBT no Congresso Nacional.

Estado também lança o Caderno de Ações e Metas

Na mesma solenidade, aberta pela atriz e travesti Jane Di Castro interpretando o Hino Nacional e a cantora Elza Soares declamando a letra da música Monte Castelo, de Renato Russo, do grupo Legião Urbana, foi lançado o Caderno de Ações e Metas, do Programa Rio Sem Homofobia, que reúne 125 iniciativas para serem executadas nas áreas de administração penitenciária, assistência social e direitos humanos, educação, saúde, segurança pública e defensoria pública geral.

Depois de assinar o documento de lançamento do caderno, Cabral elogiou o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de uma forma geral e, no caso específico do movimento LGBT, as políticas públicas de transformações sociais. Depois, listou uma série de medidas que o Governo do Estado tomou, nos últimos anos, para diminuir a discriminação que esse segmento da população sofre, citando, entre outras, a garantia de pensão a companheiro ou companheira de funcionário público.

Cabral realçou a importância de se divulgar essas e outras ações da luta contra o preconceito e a favor da universalização dos direitos humanos e da liberdade individual. O governador pediu à equipe técnica para rodar as peças publicitárias feitas para o rádio e televisão, que ele próprio ajudou a criar.

Por fim, o governador também autorizou os policiais militares e civis e bombeiros que se assumem gays a participarem uniformizados, se assim desejarem, da próxima Parada Gay, como se vê em outras cidades onde essas marchas são populares, como Nova York, San Francisco e Paris.

– Da minha parte, estão todos liberados para sair na próxima passeata. Podem botar o carro do Corpo de Bombeiros, das polícias. Nenhum problema. O amor não deve ser razão de nenhum tipo de discriminação – garantiu.

Luta agora é para aprovar lei de criminalização da homofobia

Segundo o coordenador do Programa Rio sem Homofobia e presidente do Conselho Estadual dos Direitos da população LGBT, Cláudio Nascimento, também responsável pela Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos, da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, a luta, agora, é fazer com que o Congresso Nacional aprove o projeto de lei 122/2006 que considera crime qualquer ato contra homossexuais. Segundo ele, esta agenda é da sociedade civil, mas conta com todo o apoio do Governo do Estado.

- Um passo importantíssimo que demos foi a aprovação, no Supremo Tribunal Federal (STF), da legalização da união civil de pessoas do mesmo sexo. Uma vitória que foi conseguida por meio de uma ação do Governo do Estado. Isso dá orgulho ao Rio de Janeiro, que sempre foi vanguarda na história das transformações sociais do país. A próxima etapa é fazer com que o Congresso saia da letargia, da sua covardia em relação a esse debate, e assuma de forma objetiva e sincera que um setor da sociedade está excluído dos direitos plenos de cidadania. É preciso ter uma legislação que torne crime a prática da homofobia – disse Nascimento.

O superintendente informou que, amanhã, sairão caravanas de 27 estados para pressionar o Congresso Nacional a votar o projeto de lei. O governador acredita que, assim como os membros do Supremo Tribunal Federal (STF) legalizaram a união civil de pessoas do mesmo sexo, o Senado vai aprovar o projeto de lei.

A senadora Marta Suplicy, que aponta o Estado do Rio como vanguarda nas conquistas sociais no Brasil, disse que há muitos parlamentares que concordam com a causa LGBT, mas temem se manifestar.

– Esta parcela dos parlamentares está de acordo com o casamento homoafetivo, com o combate à homofobia, mas não deixa a causa ir para frente. Conclamo as pessoas simpatizantes a auxiliarem esta parcela, que é mais numerosa, a vencer suas dificuldades em se pronunciar e, assim, podermos aprovar a lei no Senado – pediu Marta Suplicy.

O secretário de Assistência Social e Direitos Humanos disse que é a primeira vez na América do Sul que um governo estadual lança uma campanha de defesa da diversidade sexual. Segundo Rodrigo Neves, o lançamento da campanha vem no momento especial do movimento LGBT, logo após a decisão do STF. Por fim, Neves informou ainda que o Disque Cidadania LGBT (0800 0234567) vai atender 24 horas por dia, a partir de hoje.

Ele citou ainda ações de órgãos fora de sua pasta a favor da causa LGBT, como a decisão da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio Janeiro de criar o núcleo de defesa da diversidade sexual, o primeiro no país, e a disposição da chefe da Polícia Civil, Martha Rocha, também presente ao evento, de incrementar as investigações e o combate aos crimes homofóbicos no Estado. O secretário anunciou a inauguração no segundo semestre dos centros de referência do Programa Sem Homofobia nas cidades de Duque de Caxias, São Gonçalo, Nova Iguaçu e Niterói.

– E, no dia 28 de junho, dia do meu aniversário, o governador vai assinar decreto permitindo que travestis e transexuais possam usar o nome social deles quando forem a uma repartição pública estadual e assim não sofram mais constrangimento – completou Neves.

Uma das fundadoras da Parada Gay no Rio de Janeiro e primeira travesti do país a cantar o Hino Nacional em eventos e locais públicos, como o Congresso Nacional e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), a atriz e ativista do movimento LGBT Jane Di Castro relembrou os tempos difíceis para os homossexuais em todas as áreas de atividade no país devido à discriminação e violência. Nos anos 1960, ela trabalhava no musical Le Girls, em que todos os componentes eram transformistas. O musical só foi liberado pela censura da ditadura em 1966. Segundo Jane, graças às conquistas dos últimos tempos, a situação do homossexual hoje é bem melhor.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

NOTÍCIAS

ESTADO ASSEGURA DIREITO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DE USAREM NOME SOCIAL

selecione/selecione/selecione - selecione:selecioneh - Atualizado em 12/07/2011 - 11:01h

Decreto assinado pelo governador Sérgio Cabral foi publicado no Diário Oficial do dia 11 de julho

Mais uma vez o estado do Rio de Janeiro legitima sua posição democrática e garantidora dos direitos civis da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). O governador Sérgio Cabral assinou um decreto que assegura às pessoas transexuais e travestis capazes, mediante requerimento, o direito à escolha de utilização do nome social nos atos e procedimentos da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro.

Entende-se por nome social o modo como as pessoas travestis e transexuais são reconhecidas, identificadas e denominadas na sua comunidade e meio social. Todos os registros do sistema de informação, cadastro, programas, projetos, ações, serviços, fichas, requerimentos, formulários, prontuários e congêneres da Administração Pública Estadual deverão conter o campo "Nome Social" em destaque, fazendo-se acompanhar do nome civil, que será utilizado apenas para fins internos administrativos.

“A pessoa transexual ou travesti poderá solicitar inclusão do nome social nos registros dos sistemas de informação, cadastros, fichas, requerimentos, formulários, prontuários e congêneres. Isso é mais uma vitória histórica e marcante para esta população, que há muito vem sendo violada em seus direitos humanos. O Rio de Janeiro é um exemplo para o país!”, orgulha-se o superintendente de Direitos Individuais Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado Assistência Social e Direitos Humanos, Cláudio Nascimento.

As denúncias referentes à não utilização do nome social pela Administração Pública Direta deverão ser encaminhadas para a Comissão Processante criada pela Resolução SEASDH nº 310, de 29 de dezembro de 2010, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, em razão da Lei 3.406/2000.

DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio celebra maior casamento gay coletivo do mundo

CHARLINE FONSECA

• O Rio de Janeiro reafirmará, mais uma vez, seu pioneirismo na luta pela igualdade de direitos para gays, lésbicas e transexuais no Brasil. No dia 22 de junho, o Programa Rio Sem Homofobia promove o maior casamento gay coletivo do mundo, unindo 50 casais. Dois terços das uniões estáveis homoafetivas serão celebradas entre mulheres.

Os secretários de Cultura, Adriana Rattes, e do Ambiente, Carlos Minc serão padrinhos dos casais, que poderão convidar até cinco familiares. Além de coquetel, bolo com champanhe e bem-casados, o evento contará com pocket show de Leila Maria e Jane Di Castro. Drag queens recepcionarão os convidados.

André Gomes de Melo





Juntos há 12 anos, Cláudio Nascimento (e) e João Silva vão oficializar no dia 22 a união que foi selada com um pacto de convivência homoafetiva em 2010

As uniões serão oficializadas pelo ex-desembargador Siro Darlan e registradas no 6º Ofício de Notas no 7º andar do prédio da Central do Brasil, às 17h.

A cerimônia será realizada em comemoração à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reconhecer, no dia 5 de maio, a igualdade de direitos entre uniões homoafetivas e heterossexuais, a partir de ação proposta pelo governador Sérgio Cabral.

– Esta cerimônia é a concretização de uma conquista de anos do Movimento LGBT. Queremos avançar cada vez mais na garantia das políticas públicas que garantam direitos civis iguais a todas as pessoas, independente de sua opção sexual – afirmou o coordenador da Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos, da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, Cláudio Nascimento, que também registrará sua união de 12 anos com o assistente social João Silva no dia 22.

IMPRENSA RJ

NOTÍCIAS

ASSISTÊNCIA SOCIAL

RIO DE JANEIRO CELEBRA MAIOR CERIMÔNIA DE CASAMENTO GAY DA HISTÓRIA

18/06/2011 - 10:03h - Atualizado em 18/06/2011 - 17:42h
» Por Charline Fonseca

Programa Rio Sem Homofobia vai unir 50 casais no próximo dia 22 de junho

O Rio de Janeiro reafirmará, mais uma vez, seu pioneirismo na luta pela igualdade de direitos a gays, lésbicas e transexuais no Brasil. No dia 22 de junho, o Programa Rio Sem Homofobia, promove o maior casamento gay coletivo do mundo, unindo 50 casais. Dois terços das uniões estáveis homoafetivas serão celebradas entre mulheres.

Os secretários de Cultura, Adriana Rattes, e do Ambiente, Carlos Minc serão padrinhos dos casais, que poderão convidar até cinco familiares para o evento. Além de coquetel, bolo com champanhe e bem-casados, o evento terá trilha sonora especial com pocket show de Leila Maria, que cantará canções próprias, e de Jane Di Castro, interpretando os maiores sucessos de Roberto Carlos. Drag queens caracterizadas com figurinos inspirados na Belle Époque recepcionarão os convidados.

As uniões serão oficializadas pelo ex-desembargador Siro Darlan e registradas no 6º Ofício de Notas no auditório do 7º andar do prédio da Central do Brasil, no centro, às 17h. Uma equipe do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, que também apóia o evento, estará presente para conceder isenção àqueles que atestarem impossibilidade financeira de pagamento das taxas de cartório.

A cerimônia será realizada em comemoração à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reconhecer, no dia 5 de maio, a igualdade de direitos entre uniões homoafetivas e heterossexuais, a partir de ação proposta pelo governador do estado, Sérgio Cabral. Para o coordenador da Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos, da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, Cláudio Nascimento, o casamento coletivo dará visibilidade aos direitos conquistados pelos homossexuais.

–Esta cerimônia é a concretização de uma conquista de anos do Movimento LGBT. Queremos avançar cada vez mais na garantia de nas políticas públicas que garantam direitos civis iguais a todas as pessoas, independente de sua opção sexual – afirma.

Segundo Cláudio, que também registrará sua união de 12 anos com o assistente social João Silva no dia 22 – há um ano, o casal oficializou a união como pacto de convivência homoafetiva – a superintendência pretende realizar cerimônias regionais para ampliar o acesso da população à informação.

– A partir do segundo semestre, vamos visitar as nove regiões do Estado, promovendo o mesmo evento em cidades-polo, incentivando os casais de gays, lésbicas e transexuais a registrarem suas uniões, o que lhes confere mais segurança, principalmente ao construir um patrimônio comum – adianta Cláudio.

Segunda-feira, 12 de novembro de 2001 O GLOBO

Garotinho pede desculpas e aceita projetos de grupos homossexuais

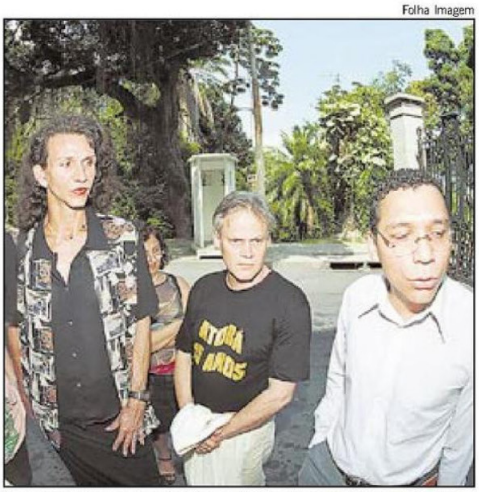
Governador regulamenta a lei estadual que pune a discriminação

João Pimentel

• As declarações do governador Anthony Garotinho recriminando o homossexualismo, na quinta-feira, em São Paulo, num programa de televisão acabaram sendo proveitosas para a própria comunidade gay. A reação indignada de grupos que defendem os direitos dos homossexuais fez com que o governador, em um encontro ontem no Palácio Laranjeiras, sua residência oficial, além de um pedido formal de desculpas, aceitasse uma série de sugestões. A principal delas, a regulamentação da Lei 3.406, do deputado estadual Carlos Minc (PT), que pune qualquer ato de discriminação contra os homossexuais, e que será publicada hoje no Diário Oficial

A reunião, que não foi presenciada por jornalistas, já que não havia sido confirmada pela assessoria de imprensa do governador, foi na realidade a maneira que o governador encontrou para apagar o incêndio causado por suas declarações. O governador conseguiu evitar que hoje, além de uma manifestação em frente ao Ministério Público estadual, dirigentes de grupos que lutam pelos direitos dos homossexuais entrassem com uma representação contra ele.

Folha Imagem



Charla Novi (à esquerda), Nigon e Nascimento no Palácio Laranjeiras

Participaram do encontro com Garotinho, Cláudio Nascimento, do Grupo Arco-íris, Carlos Alberto Nigon, do Atobá, Ione Lindgren, do movimento de lésbicas Delas, Charla Novi, do Travestis do Pela Vida, além dos coordenadores de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania, Jorge da Silva, de Desenvolvimento Humano, Fernando Peregrino, e os secretários de Governo, Fernando William, e dos Direitos Humanos e Sistema Penitenciário, João Luiz Pinaud.

— Apesar deste incidente desagradável, as conquistas são históricas. A regulamentação de uma lei estadual que pune a discriminação é inédita e é a melhor forma de retratação — disse o dirigente do Arco-íris Cláudio Nascimento.

Pinaud concordou com Nascimento em nota oficial:

— O encontro foi ótimo e os grupos saíram fortalecidos.

Segundo Cláudio Nascimento, a reunião começou com um pedido de desculpas de Garotinho, que disse que algumas declarações foram distorcidas e que poderia ter a sua opinião como pessoa, mas como governador deveria tratar igualmente a todos.

— As declarações do governador poderiam incentivar atos de violência contra os gays — disse Nascimento.

Em seguida os representantes dos grupos fizeram propostas que se transformaram em resoluções do governador como a regulamentação da lei 3406 — na quarta, às 12h, no Palácio da Guanabara, vai haver um ato público — e o compromisso de uma campanha publicitária falando a lei e a existência do Disque-Denúncia Contra a Violência aos Homossexuais. Ficou acertada também a criação de núcleos nas delegacias para investigar crimes contra os homossexuais e de programas de preparação para policiais.

Garotinho aproveitou o encontro para definir o conselho gestor do Centro de Referência de Combate à Discriminação e Violência a Homossexuais já existente no governo. ■

PT teme herdar um governo falido

Partido fará levantamento sobre problemas e falhas da gestão Garotinho

Chico Otavio

• Para conhecer previamente o terreno onde vai pisar, se Benedita da Silva assumir o governo estadual em abril, o PT decidiu ontem fazer um diagnóstico sobre a situação financeira do Rio de Janeiro. A decisão, tomada ontem durante a convenção do partido, reflete a preocupação dos petistas em herdar de Anthony Garotinho (PSB) um governo falido.

— Não há condição de assumir o governo sem antes fazer uma avaliação. Há dificuldades notáveis, que estão sendo colocadas para o futuro — disse vice-governadora, que recebeu o aval dos petistas para assumir o governo.

Com a presença de 215 delegados no Centro de Formação de Líderes, em Moquetá (Nova Iguaçu), a convenção marcou para o dia 9 de dezembro a prévia que apontará o candidato do partido ao governo em 2002. A disputa será entre a vice-governadora Benedita da Silva e o deputado federal Milton Temer, já que o vereador Edson Santos decidiu ontem retirar a sua pré-candidatura.

Os petistas vão montar um grupo de trabalho, que terá a colaboração da bancada do partido na Assembléia Legislativa. Um dos alvos do diagnóstico será o RioPrevidência. Como O GLOBO mostrou ontem, o fundo de pensão dos servidores estaduais precisará de um socorro financeiro do Tesouro de R$ 1,7 bilhão para honrar os compromissos.

Os petistas também devem avaliar outros pontos considerados problemáticos, como a situação do DER, os gastos com publicidade, o fluxo de pagamento de precatórios e, principalmente, a proposta de Orçamento para 2002.

— Fala-se que está tudo bem, mas mostraremos o que está ocorrendo de fato — disse Benedita da Silva.

Adversário de Benedita no PT, o deputado Milton Temer disse que seu grupo não fará parte do futuro governo. ■

Domingo, 27 de junho de 1999 O GLOBO

Política do rosa-choque muda a relação dos homossexuais com policiais no Rio

Governo e grupos gays inauguram, no dia 1º, serviço de denúncias por telefone

Leticia Helena

• A realidade das ruas ainda é preto no branco, mas um arco-íris de novidades já começa a dar um colorido diferente às relações entre o poder público e os gays no Rio. Na próxima quinta-feira, quando inaugurarem o Disque-Defesa dos Homossexuais (DDH), um serviço para receber denúncias por telefone, os grupos gays do Estado estarão comemorando também o estabelecimento de uma linha direta com a polícia. Nos últimos seis meses, casos de maus-tratos em delegacias e de agressões e extorsões praticadas por policiais nas ruas chegaram aos gabinetes dos delegados e dos comandantes dos batalhões. É a política do rosa-choque.

— Estamos fazendo reuniões periódicas com delegados, comandantes de batalhões e grupos de defesa dos direitos dos gays para estabelecer canais de confiança. Até agora, funcionou — comemora a subsecretária de Pesquisa e Cidadania da Secretaria estadual de Segurança Pública Sílvia Ramos.

Nova política para tratar travestis nas ruas da cidade

No rol das boas notícias da política do rosa-choque, os gays listam a punição a dois PMs que agrediram um homossexual e a retomada das investigações de três casos de "Boa noite, Cinderela" — golpe no qual um gay é dopado para ser roubado.

Marcos Ramos



MILITANTES GAYS exibem faixas que usarão na passeata do próximo domingo

— Já avançamos bastante, mas os gays ainda têm medo de procurar uma delegacia para registrar queixa, quando sofrem agressões — diz Raimundo Pereira, diretor do grupo Atobá.

Nas ruas, a mudança mais sensível acontece nas áreas de concentração de travestis — Lapa, Copacabana, Bonsucesso, Quinta da Boa Vista e Rodovia Presidente Dutra. A secretaria propôs um acordo: os travestis se comprometem a não andarem nus e a evitar escândalos e, em contrapartida, a polícia não os reprime.

— Se os travestis andam na lei, a polícia passa a ter uma relação de proteção e não de perseguição. Agora, tudo que for proibido será punido com rigor — explica Sílvia Ramos.

O acordo começa a surtir efeito. A enfermeira Adalgisa de Santana Ribeiro, há 18 anos coordenadora da ONG Água Viva, que trabalha com travestis, presenciou uma cena emblemática:

— Outro dia vi na Atlântica um policial pedindo a um travesti que se vestisse, porque tinha ordens para protegê-lo — conta ela. — É possível perceber que os policiais estão tomando consciência dos direitos das minorias.

Os travestis ainda vêem com desconfiança a nova ordem, mas têm esperança de que funcione, como conta Sabrina, de 24 anos, há seis fazendo ponto na Lapa:

— Tenho observado um certo cuidado na hora que os policiais falam com a gente. Eles não chegam mais esculachando.

Voluntários trabalharão no atendimento do DDH

Os travestis também poderão denunciar maus-tratos através do DDH. O serviço será coordenado pela secretaria de Segurança e o atendimento ficará por conta de 20 voluntários dos grupos de defesa dos direitos dos homossexuais. A inauguração estava marcada para amanhã, Dia do Orgulho Gay, mas foi adiada por causa da Cimeira. A tradicional passeata também ficou para o próximo domingo, na orla. Mas a presença dos chefes de Estado na cidade vai ter a marca do arco-íris.

— Pediremos às autoridades que boicotem países como o Chile e a Nicarágua, que não respeitam os direitos dos homossexuais — afirma Cláudio Nascimento, presidente da Associação de Gays, Lésbicas e Travestis. ■

Corregedoria pune dois policiais por preconceito sexual

PMs farão curso de boas maneiras para saber lidar com gays

Leticia Helena

• A discriminação a homossexuais rendeu dez dias de prisão e um curso de boas maneiras para os PMs Marcos Antônio Brasil Couto e Nílton Rodrigues da Silva, lotados no 13º BPM (Praça Tiradentes). Na madrugada do último dia 21, os policiais, chamados para socorrer três rapazes atacados por um bêbado, no Parque do Flamengo, agrediram verbalmente as vítimas insinuando que eles estavam ali para práticas homossexuais. Um dos rapazes, o estudante de engenharia química Severino Ramos Dias, procurou a Corregedoria-geral da PM, reconheceu os policiais e conseguiu que eles fossem punidos.

— Essa discriminação não pode existir na Polícia Militar, que é paga para proteger os cidadãos, independentemente da condição sexual deles — afirma Severino.

Na noite do dia 20, Severino e dois amigos foram a uma feira de náutica na Marina da Glória. Na volta, foram abordados por um homem, que ofereceu cerveja. Eles tentaram se desvencilhar e, na confusão, o desconhecido agrediu o estudante com uma cabeçada e um chute. Mesmo ferido, Severino deteve o agressor, que acabou sendo liberado pelos PMs. O estudante registrou queixa na 9ª DP (Catete) e procurou a corregedoria. Segundo o corregedor-geral da PM, Coronel Francisco de Paula Araújo, a punição tem caráter educativo:

— Os policiais farão um treinamento para lidar com esse tipo de situação, sem preconceitos. ■

24•RIO O GLOBO 2ª edição • Sábado, 29 de maio de 1999

PM assina convênio para iniciar projeto Telessalas 2000 de educação à distância

Já na primeira etapa do curso, 600 policiais poderão concluir o ensino médio

• A Polícia Militar do Rio é a primeira do país a ser atendida pelo projeto Telessalas 2000 — de educação à distância com aulas de ensino médio. Ontem, o governador Anthony Garotinho e o diretor-geral da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, assinaram convênio que, já na primeira fase, vai dar a chance a 600 PMs de concluir o ensino médio, antigo Segundo Grau. De acordo com o governador, mais que uma oportunidade para a ascensão profissional dos PMs atendidos, a parceria representa um novo passo para a melhoria da segurança pública no estado.

— O policial bem preparado é a peça-chave da nossa proposta de política de segurança pública eficiente e humana — disse Garotinho.

Nas 20 telessalas instaladas nos quartéis — há aulas em três turnos — os PMs terão acesso a vídeos e materiais impressos sobre temas relacionados à sua formação profissional e de interesse da comunidade, como direitos humanos, educação para o trânsito e educação ambiental. Concluído o ensino médio, os policiais poderão ingressar na Academia de Polícia Dom João VI, de onde saem oficiais.

Experiência poderá ser estendida a outros estados

Na solenidade de assinatura do convênio, no quartel General da Polícia Militar, José Roberto Marinho, destacou que a experiência iniciada ontem na PM do Rio poderá ser estendida à Polícia Civil e a outros estados. Ele também destacou que os temas abordados no curso incentivam atitudes de cidadania e a prática solidária, e que a melhoria na qualificação profissional da PM deve resultar em melhores serviços à população.

— O sucesso de todos vocês representa a paz e a tranqüilidade de todos nós e de nossas famílias — disse ele.

O secretário nacional de Formação e Desenvolvimento Profissional, Nassim Mehedff também ressaltou que o projeto Telessalas 2000 na PM deve resultar na melhoria da segurança:

Dos 29 mil policiais militares do estado do Rio, cerca de 16.500 não têm o segundo grau completo. Cerca de 1.600 policiais se inscreveram para as primeiras 600 vagas das 20 telessalas nos quartéis da PM.

O projeto Telessalas 2000 é desenvolvido através de parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego, a Confederação Nacional da Indústria, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o Canal Futura e a Fundação Roberto Marinho. ■

14 O GLOBO 2ª edição • Sábado, 9 de setembro de 2000

RIO

Homossexuais sofrem extorsões

Acusações a policiais representam 12,6% das queixas no Disque-Defesa dos gays

Cláudia Soares Rodrigues

Com pouco mais de um ano de atividade, o Disque-Defesa Homossexual (DDH) — que atende pelo telefone 399-1111 — registrou 382 denúncias de vítimas de algum tipo de discriminação ou violência contra gays, lésbicas e travestis. As denúncias serviram de base para um minucioso relatório elaborado pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser), em parceria com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, que traça o perfil dos homossexuais que procuram o serviço. O estudo ressalta um novo tipo de crime contra homossexuais: 12,6% das denúncias referem-se a extorsões praticadas por policiais e seguranças particulares em locais públicos, inclusive shoppings. O índice de extorsões é pouco menor que o de agressões físicas: 14,2%. As discriminações generalizadas encabeçam o balanço de um ano do DDH: 20,3%.

— Esses números ainda não refletem a realidade. A maioria das vítimas não registra queixa por medo de sofrer nova discriminação em delegacias — diz Fábio José de Melo, coordenador dos 11 voluntários do DDH.

A maioria das denúncias feitas ao DDH — 20,1% — é de vítimas que moram na Zona Oeste do Rio. Do total de ligações, 85% foram feitas por homens. O relatório revela ainda que 30,4% dos usuários desde julho do ano passado, quando o serviço foi criado, têm nível superior e 29,7%, o Segundo Grau completo.

Entre os casos relatados ao DDH está o de um professor de inglês, de 47 anos, vítima de extorsão no fim do ano passado por parte de PMs por estar conversando com o companheiro, num fim de tarde, na Praia da Boa Viagem, em Niterói.

— Tenho duas graduações, pago meus impostos em dia e nunca imaginei que poderia ser agredido por um policial. Se fossem um homem e uma mulher juntos, isso não teria acontecido — diz o professor, que passou três meses recluso em casa, com medo de esbarrar com os policiais.

Pesquisador aponta atitude homofóbica

• Com base nas estatísticas do DDH, o antropólogo Patrick Larvier, do Iser, iniciou no começo deste ano um estudo sobre o comportamento das vítimas de agressões ou discriminações. Além das denúncias do DDH, Larvier já entrevistou 35 homossexuais e pretende ouvir mais 15 até outubro, quando concluirá a pesquisa financiada pela fundação alemã Heinrich Boll. Para o pesquisador, o incidente ocorrido na Praia de Copacabana, no início de agosto, quando três travestis foram atingidos com balas de borracha por quatro lutadores de jiu-jítsu, é uma prova da existência de um comportamento homofóbico (ódio a homossexuais).

— Há uma presunção de impunidade. Eles acreditam que a sociedade vai tolerar esse tipo de comportamento — diz Patrick.

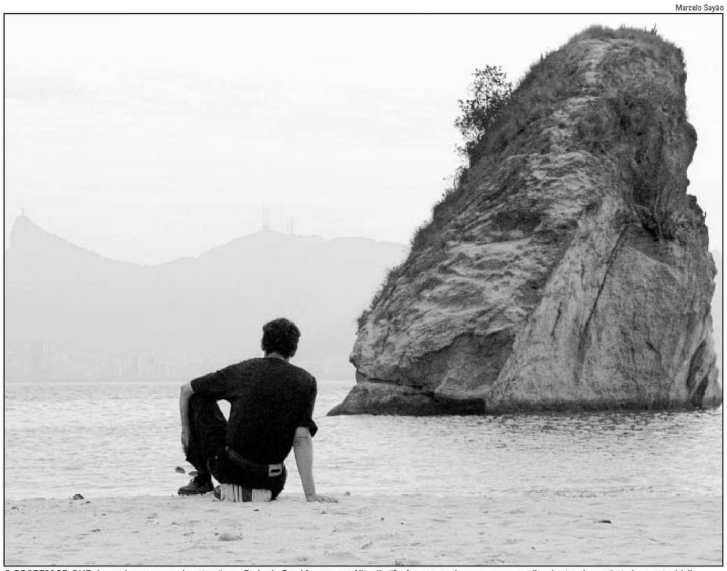
Assim como o coordenador do DDH, o antropólogo do Iser acredita que o número de vítimas de violências contra homossexuais pode ser ainda maior:

— O grau de desamparo entre minorias sexuais, sejam gays, lésbicas ou travestis, é muito grande. O constrangimento de uma abordagem em local público faz com que se esqueçam de que não estão praticando crime algum. Além disso, eles temem serem levados a uma delegacia e destratados novamente.

A violência contra homossexuais também é o tema do estudo do professor-adjunto Sérgio Carrara, do Instituto de Medicina Social da Uerj. Do início da década de 80 até este ano, Carrara reuniu 200 casos de homicídios noticiados na imprensa. Agora ele tenta localizar os casos na Justiça, procurando inquéritos policiais e processos judiciais.

— Meu objetivo é descobrir qual o impacto da homossexualidade no andamento e na resolução dos processos — diz Carrara, cuja pesquisa é financiada pela Fundação Ford do Brasil e deve ser concluída em 2001.

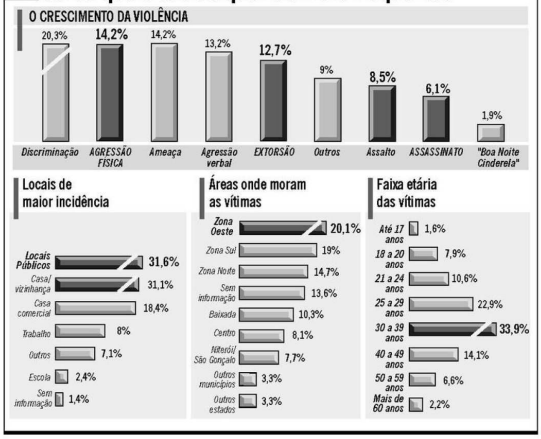
Marcelo Sayão



O PROFESSOR QUE denunciou um caso de extorsão na Praia da Boa Viagem, em Niterói: "Se fossem um homem e uma mulher juntos, isso não teria acontecido"

Editoria de Arte

Saiba quais são as queixas mais freqüentes



'Dei R$ 50, mas ele queria mais R$ 100'

X.

• Estávamos encostados num barco conversando quando vimos um policial se aproximando. O policial perguntou se estávamos apreciando a paisagem. Respondi que apenas trocávamos umas idéias. Nesse momento, outros cinco boinas-azuis se aproximaram. Levantei para perguntar o que estava acontecendo quando um deles me agrediu. Enquanto isso, outros boinas-azuis colocaram drogas no bolso do meu companheiro. Foi quando o sargento disse que não teríamos como provar que a droga não nos pertencia. O sargento insinuou que a situação era fácil de ser resolvida, bastava eu querer. Dei R$ 50 que tinha na carteira, mas ele queria mais R$ 100. Ele chegou a marcar um dia para que eu voltasse lá. Nunca mais voltei.

X., PROFESSOR DE INGLÊS, *em depoimento à repórter Cláudia Soares Rodrigues*

Direito penal vale para todos

Homossexualismo deixou de ser considerado doença há 33 anos

• A lei penal não enquadra homossexualismo como crime. De acordo com o jurista Célio Borja, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Justiça, não há diferenças entre heterossexuais e homossexuais para a lei.

— Do ponto de vista do direito penal o tratamento é o mesmo para homossexuais ou heterossexuais. A lei prevê punição para quem molesta menores ou atenta contra o pudor, independentemente da opção sexual de cada um — explica o jurista.

A falta de informação generalizada a respeito do que é homossexualismo ainda é o grande combustível para o preconceito, segundo o professor-assistente do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bernard Rangé.

— Desde 1967 o homossexualismo deixou de ser considerado uma patologia, mas a maioria das pessoas ainda não sabe disso. Deveria haver campanhas informativas constantes sobre o tema — sugere Rangé.

Psicólogo aponta motivo de impunidade

A falsa crença de que homossexualismo é uma doença pode estar colaborando com a impunidade de culpados de práticas violentas contra gays, lésbicas e travestis. A polêmica foi levantada pelo psicólogo Luis Antônio dos Santos Baptista, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) no artigo "Os amoladores de facas", incluído em seu livro "A cidade dos sábios", publicado no ano passado pela editora Summus.

— A Organização Mundial de Saúde proíbe que qualquer profissional da área de saúde considere homossexualismo como doença. Até hoje, no entanto, uma parte da intelectualidade fica propagando que homossexuais são pessoas conflituosas, insensíveis ou mais inteligentes. Essa diferenciação acaba colaborando indiretamente com a impunidade. A opção sexual de alguém não é para ser motivo de orgulho ou de vergonha. Os crimes praticados contra homossexuais precisam ser tratados como uma questão de Justiça — defende o psicólogo Antônio dos Santos Baptista. ■

Como funciona o Disque-Defesa

• Criado em julho do ano passado pela Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, por iniciativa do ex-coordenador de Segurança Luiz Eduardo Soares, o Disque-Defesa Homossexual continua funcionando graças à persistência de 11 voluntários de movimentos organizados, entre eles o Atobá e o Arco-Íris. Com a saída de Luiz Eduardo Soares e sua equipe, o DDH permaneceu vinculado à Secretaria de Segurança. O serviço gratuito (telefone 399-1111) conta com parcerias com o Iser, o Instituto de Medicina Social da Uerj e grupos de psicólogos e advogados para orientar homossexuais que tenham sido vítimas de discriminação ou violência.

24 • RIO O GLOBO Domingo, 19 de dezembro de 1999

Violência doméstica assusta homossexuais

Dados do DDH indicam que quase metade das agressões contra gays é praticada por parentes e até parceiros

Leticia Helena

• X., de 23 anos, recebe ameaças de morte há três meses do pai de sua namorada, Z., de 18, que já apanhou na rua por insistir em manter o relacionamento. Um caso cada vez mais comum. Entre homossexuais: X. e Z. são lésbicas e engrossam as estatísticas de violência doméstica que acenderam a luz vermelha na Secretaria de Segurança Pública. Em quase metade dos casos registrados pelo Disque-Defesa Homossexual (DDH) — o serviço da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania — o agressor é conhecido da vítima. O fenômeno surpreendeu os responsáveis pelo DDH, que não tinham dimensão do volume de agressões sofridas pelos gays dentro de casa.

— As vítimas de violência doméstica têm uma relação afetiva ou financeira com o agressor, o que dificulta o ato de denunciar — diz Silvia Ramos, subsecretária de Pesquisa e Cidadania. — Para os homossexuais, é pior. Eles enfrentam ainda o preconceito da polícia.

Foi o que aconteceu com um comerciante de 42 anos. Ele morava com um casal gay e, ao tentar apartar uma briga, foi agredido e expulso de casa. Agora, aguarda o cumprimento de uma ação judicial de reintegração de posse para voltar ao seu apartamento:

— Quando chamei a PM, os policiais só fizeram piadas. Espero, com a decisão da Justiça, poder voltar para casa.

A ação na Justiça foi possível graças ao balcão de direitos do Viva Rio, que mantém um convênio com o DDH. Os advogados também orientaram X. e Z. sobre como agir para evitar que as ameaças do pai de Z. se concretizem.

— Para registrar queixa, precisamos de um abrigo. Não vai dar para voltar para casa — afirma X., que teme pela segurança de sua família caso fuja com a namorada.

Uma dona de casa, de 21 anos, viveu situação parecida. Há dois anos, ela foi espancada pelo marido ao pedir o divórcio por estar apaixonada por outra mulher. A dona de casa registrou queixa. Foi expulsa de casa com a roupa do corpo e teve que disputar na Justiça a guarda do filho.

— Meu ex-marido dizia que nunca ia deixar meu filho com uma sapatão — conta ela, que, ganhou a guarda da criança. ■

Marizilda Cruppe



X. RECEBE AMEAÇAS DE morte do pai da namorada há três meses

Gays são vítimas de extorsão até dentro de casa

Para não ter opção sexual revelada, eles aceitam maus tratos

• A guarda dos filhos é um dos fatores que mais desestimulam homossexuais a registrar ocorrência na delegacia contra seus agressores, segundo o sociólogo Almir Pereira Júnior, um dos responsáveis pelo DDH. Mas não é o único: o medo de ter sua opção sexual revelada em público ou de precisar enfrentar a família também leva muitos gays e lésbicas a preferirem o silêncio.

— Já atendemos aqui um profissional liberal que queria entrar com uma ação por danos materiais contra o ex-parceiro, que estava ligando para seus clientes dizendo que ele era gay — diz Almir. — Mas poucos têm essa coragem. Muitas vezes, o agressor se aproveita da opção sexual da vítima para coagi-la.

Para família não saber, estudante aceita extorsão

Esse medo da proximidade com o inimigo é o que impede um universitário, de 22 anos, de procurar a polícia. Há quatro meses, ele vem sendo extorquido por um tio, que descobriu sua homossexualidade e que, sob ameaça de revelar a história para a família, exige que o estudante lhe dê dinheiro todas as semanas.

— Quando meu tio me viu beijando um rapaz, me deu um soco. Depois, passou a me pedir dinheiro. Quando digo que não tenho, ele faz piadas na frente dos meus pais, para me deixar constrangido. Acabo cedendo. Queria acabar com esse inferno, mas, se minha família souber que sou gay, vai me expulsar de casa. ■

Violência no reduto de defesa do homossexual

Atendente do DDH é agredido por policial militar no prédio da Secretaria de Segurança Pública e nada é feito

Vera Araújo

• No dia em que centenas de homossexuais se reúnem na praia em defesa de seus direitos, na parada do orgulho gay, o apoio prometido pelo estado está muito aquém do desejado por eles. A falta de respeito começa nas dependências da própria Secretaria de Segurança Pública, onde um atendente do Disque Defesa Homossexual (DDH), criado em 1999, foi agredido por uma policial, há quatro meses, e a única providência tomada foi o registro da queixa-crime apresentada pela vítima.

Acostumado a registrar até 20 queixas por dia das 50 recebidas pelo serviço, antes de o Disque Defesa ficar sem telefone, o atendente Ubiratan Ferreira da Silva, o Bira, de 35 anos, acabou sentindo na própria pele a discriminação sexual, ao ser ofendido e agredido por uma policial militar. Hoje, esvaziado pelo estado, o serviço atende a uma pessoa por dia.

Sargento da PM também registrou queixa

Além do registro na 1ª DP (Praça Mauá), Ubiratan chegou a fazer exame de corpo de delito. A sargento acusada continua trabalhando normalmente no prédio da Secretaria de Segurança Pública e também registrou queixa-crime contra Ubiratan, alegando ter sido ofendida por ele.

Ubiratan e o serviço do DDH foram transferidos para uma sala na Central do Brasil, em 26 de maio, cedida por uma ONG, onde ficaram um mês sem telefone, principal meio de comunicação entre as vítimas e o centro de referência. O telefone 3399-1303 só foi reativado anteontem.

Até o mês passado, quando o serviço ainda funcionava no prédio da secretaria, Bira torcia para não encontrar a policial acusada por ele de agressão no edifício. Mas, com certeza, o próximo encontro será numa audiência no 2º Juizado Especial Criminal, pois o crime foi registrado como lesão corporal, com pena prevista de até dois anos de prisão.

Há três meses, o então secretário de Segurança Pública, coronel Josias Quintal, disse estar tomando conhecimento do caso pelo GLOBO, mas ignorou a denúncia e nada foi feito. O gabinete do secretário de Segurança Pública ficava dois andares acima de onde funciona o DDH, numa sala, no 13º andar. Nem para o seu sucessor, o secretário Anthony Garotinho, Josias repassou o incidente:

— Não soube deste caso. Se alguém sofreu discriminação pode me procurar. Não vou deixar que isso passe em branco — disse Garotinho.

Ubiratan conta que, no dia 21 de fevereiro, quando ocorreu a agressão, assessores de Josias lhe disseram que o secretário resolveria o caso. Josias hoje ocupa o cargo de deputado federal. O ex-secretário de Segurança nega ter tomado conhecimento da agressão:

— Este problema deve ter ficado restrito à segurança do prédio.

Ubiratan conta que chegou ao prédio para trabalhar e esbarrou acidentalmente na sargento da PM Carmezita, lotada na Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, que estava dentro do elevador. Segundo o atendente, teve início uma discussão no elevador. Ele acusa a sargento de ter debochado dele, pelo fato de ser homossexual, chegando a xingá-lo. Ele saiu do elevador e, enquanto a porta estava aberta, revidou as ofensas. Minutos depois, Ubiratan conta que foi surpreendido com a policial militar invadindo a sala do DDH, agredindo-o a socos, pontapés e unhadas. O exame de corpo de delito confirmou essas lesões. A policial militar não quis falar sobre o episódio.

Marcelo Carnaval



UBIRATAN FERREIRA da Silva: denúncia de agressão dentro do prédio da Secretaria de Segurança Pública

O deputado estadual Carlos Minc (PT), que já presidiu a Comissão Especial Contra a Impunidade, da Assembléia Legislativa, disse que a idéia de criar o primeiro DDH partiu dele, há quatro anos, após uma confusão na Rua Farme de Amoedo, em Ipanema, onde travestis foram agredidos. Ele contou que o objetivo era unir governo e movimentos homossexuais para proteger os gays e e erradicar o preconceito. Depois da criação do serviço, foram sancionadas duas leis de autoria de Minc: a 3.406, de 2000, conhecida como Lei da Antidiscriminação, que pune com multa de R$ 5.300 a R$ 10.600 os estabelecimentos que discriminarem os gays, além do fechamento do local por 30 dias; e a Lei 3.786, estendendo a parceiros de servidores estaduais homossexuais o direito a pensão, aprovada no ano passado.

— É inadmissível que o estado pioneiro em leis de proteção aos gays ainda tenha problemas de discriminação — criticou Minc.

Ajuda de custo foi cortada

Segundo o deputado, o trabalho do DDH é justamente aproximar policiais da realidade dos homossexuais e oferecer serviços jurídicos àqueles que sofrem com o preconceito. O serviço encaminha as denúncias de violência e de discriminação contra gays à polícia.

— Se o DDH não consegue cumprir o seu papel na própria casa, onde uma sargento agride uma pessoa e não é punida, é melhor fechar as portas e abrir a temporada de caça aos gays — ironizou Minc.

A coordenadora do DDH, Ione Lindgren, denunciou que o serviço vem sendo esvaziado desde janeiro. Os atendentes são voluntários e nem recebem mais ajuda de custo da secretaria pelo serviço prestado. ■

O baiano que incluiu o Rio no mapa das passeatas gays

A Parada do Orgulho GLBT, hoje, em Copacabana, é a décima marcha comandada por Cláudio Nascimento

Jorge William



CLÁUDIO NASCIMENTO e a bandeira com que desfila desde 1995

Adriana Castelo Branco

• A primeira tentativa de mobilização para uma passeata gay no Rio, em 1993, foi um fiasco. Os participantes, não mais de 30, cabiam todos num bar da Galeria Alaska, à época o templo homossexual de Copacabana. Dez anos e muitas marchas depois, a Parada do Orgulho GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) carioca deverá reunir cerca de 150 mil pessoas na Avenida Atlântica, hoje. A previsão é do mais orgulhoso ativista da causa na cidade, Cláudio Nascimento, presidente do Grupo Arco-Íris. Foi ele quem começou a comemorar o Dia do Orgulho Gay (28 de junho) no Brasil.

Cláudio, de 32 anos, lembra com humor aquela tarde fatídica em que tentou realizar a primeira passeata gay do Rio, antes mesmo de a marcha acontecer em São Paulo. A idéia era seguir os passos dos homossexuais dos Estados Unidos, onde a manifestação acontece desde 1969, data da rebelião de Stonewall (quando os freqüentadores do bar gay de mesmo nome se rebelaram contra uma blitz da polícia e transformaram o West Village nova-iorquino numa praça de guerra, ato universalmente aceito como o pontapé inicial no movimento pelos direitos dos gays). Escolado com o baixíssimo quórum, no ano seguinte Cláudio mudou a tática: organizou uma "tarde de convivência pela dignidade homossexual" com vários eventos simultâneos nos jardins do Museu de Arte Moderna. Mais de 600 pessoas passaram por lá.

— Depois, em 95, a primeira parada de verdade encerrou a Conferência Mundial de Gays e Lésbicas, com três mil participantes. De lá para cá, não parou de crescer — conta.

Campanha publicitária da parada conta com 32 artistas

Mas a marcha só se profissionalizou ano passado, quando Cláudio ganhou patrocínio da prefeitura, espaço na mídia e apoio de famosos. Este é o segundo ano em que artistas posam para a campanha publicitária da passeata. Sete personalidades foram clicadas pelo fotógrafo Murilo Meirelles em 2002. Agora já são 32 dando força ao lema da vez, "Careta para o preconceito".

— Conheci o Cláudio fazendo pesquisa para interpretar um homossexual na peça "Norma". Ele é coerente e não tem mágoas familiares, mesmo com um passado meio barra-pesada — diz o ator Eduardo Moscovis.

A história de vida do presidente do Grupo Arco-Íris não é mesmo cor-de-rosa. Nascido em Itabuna, na Bahia, ele veio para o Rio aos 5 anos, com os pais e os 13 irmãos. Foram morar em Austin, em Nova Iguaçu. Foi lá, onde trabalhou como pedreiro e lavador de carros, que o garoto de 14 anos iniciou-se nos movimentos estudantil e sindical. No entanto, foi somente aos 18 que Cláudio descobriu que preferia os meninos, ao conhecer um estudante no ônibus que o trazia de um congresso em Santo André (SP):

— As duas semanas seguintes à descoberta da minha sexualidade foram de total êxtase. Mas depois tive medo de rejeição e decidi que deveria contar para a minha mãe — lembra.

A revelação, há 11 anos, foi um choque para a família. Desde então ele nunca mais viu a mãe nem os irmãos.

— No dia primeiro de janeiro de 2002, recebi um telefonema estranho e perdi a voz ao identificar a minha mãe do outro lado da linha — conta ele. — Ela disse que me amava mas ainda não estava preparada para um reencontro.

Amigos e militantes do movimento gay são hoje a família de Cláudio, que mora sozinho num apartamento no Rio Comprido. Ele não fuma e não bebe, mas adora bares e boates gays como Galeria Café, The Copa e Dama de Ferro. Desde que passou a defender os direitos dos homossexuais, aos 19 anos, Cláudio — que ajudou a criar o Disque Defesa Homossexual, em 99 — dedica todo o tempo de que dispõe à causa. Sequer concluiu o curso de ciências sociais na Universidade Federal Fluminense.

— Apaixonei-me por essa militância. Meu trabalho há 14 anos é promover a cidadania homossexual — explica ele.

Medalhas e aulas para PMs no currículo

Cláudio — que na terça-feira recebeu a Medalha Tiradentes na Assembléia Legislativa e na quinta-feira ganhou o título de cidadão honorário do Rio na Câmara dos Vereadores — vive dando palestras e faz também um trabalho de treinamento de pessoal. Em 99, a pedido de Luiz Eduardo Soares, hoje secretário nacional de Segurança Pública, deu aulas para 4.500 PMs sobre como se comportar diante da violência contra homossexuais.

— Cláudio é um artista da existência que constituiu para si uma identidade coerente e corajosa. É uma referência importante na luta contra a intolerância e pelo respeito à diferença — elogia Soares. ■

► **NO GLOBO ON LINE:** A partir das 14h, notícias e fotos da Parada
www.oglobo.com.br/cultura

NOTA DO GRUPO ARCO-ÍRIS E CARTA COMPROMISSO ‘POR UM RIO SEM HOMOFOBIA.

Sérgio Cabral assina Carta Compromisso Por um Rio Sem Homofobia

Hoje, as 15h, o senador Sérgio Cabral, candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro se encontrou com representantes de organizações GLBT fluminenses. O encontro aconteceu na Barra da Tijuca na sede do Comitê Central da campanha de Sérgio Cabral.

Estiveram presentes no encontro Claúdio Nascimento, membro do Grupo Arco-Iris de Conscientização Homossexual e secretário de ações para os direitos humanos da ABGLT; Julio Moreira, diretor do Grupo Arco-Iris de Conscientização Homossexual; Marjori Machi, presidenta da Associação de Travestis e Transexuais do Rio; Katia Jones, diretora da Associação de Travestis e Transexuais do Rio; Vera Couto, diretora do Movimento Dellas e da equipe Técnica do Centro de Referência contra a Discriminção a Homossexuais do Estado do Rio, Renato Marques, presidente do Grupo Diversidade Niterói; Victor de Wolf, diretor do Grupo Diversidade Niterói; e Rosangela Castro, coordenadora do Grupo Felipa de Souza. Também participaram da reunião a deputada estadual Cida Diogo e o deputado estadual Carlos Minc, que articulou o encontro.

Houve dois momentos do encontro com o Senador Sérgio Cabral, o primeiro com os representantes do movimento GLBT e os parlamentares presentes e depois uma coletiva com a imprensa com o candidato, os representantes do Movimento GLBT do Rio e os parlamentares. Todos os principais órgãos de imprensa estiveram presentes: TV, Rádio, Jornais, Revistas, Sites e correspondentes internacionais.

No primeiro momento, o senador Sérgio Cabral falou do seu compromisso com os direitos humanos e com a causa dos direitos de GLBT, inclusive citando uma série de participações na ALERJ e no Senado. Explicou que o projeto de emenda constitucional de no. 70 - que propõe o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo - não havia conseguido adesões, inclusive do próprio Movimento Orgnaizado GLBT. Destacou que o movimento GLBT reivindica a legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo e não casamento. Cabral informou que o projeto não obteve parecer elaborado durante os quase três anos de tramitação no Senado e que ele apoiava a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Falou ainda que o casamento é uma instituição religiosa e que isso não é parte da própria pauta do movimento GLBT. Admitiu que o senador Crivela fez o pedido pela retirada do projeto. Disse que já antes das eleições havia pensado em retirá-lo, mas que não quis fazê-lo para não configurar como um abandono de bandeira que sempre defendeu. Destacou que de forma alguma permitirá em seu governo uma intromissão de outrem. Disse que um representante de sua campanha, já no primeiro turno, havia assinado a Carta Compromisso Por Um Rio Sem Homofobia e que naquele momento gostaria de ratificar o compromisso com a comunidade GLBT do Rio ao anunciar, explicar e assinar publicamente a Carta Compromisso.

O ativista Cláudio Nascimento, do Grupo Arco-Iris, foi escolhido pelos Grupos GLBT presentes como interlocutor no encontro. Nascimento disse que os ativistas ali presentes reconheciam a trajetória política do senador nas questões de direitos humanos, especialmente os direitos de GLBT. A atuação de Cabral, quando ainda era deputado estadual e presidente da ALERJ, foi fundamental para a aprovação da Lei 3406 de 2000 - de autoria do deputado Carlos Minc, que proíbe a discriminação por orientação sexual no estado do Rio - articulando com parlamentares apoio a lei. Também quando da votação do projeto de lei 3786 de 2001 - sendo co-autor com o deputado Carlos Minc que assegura o direito a pensão a companheiros do mesmo sexo de servidores públicos estaduais - saiu da cadeira da presidência da ALERJ e foi para o plenário defender o projeto. A lei já em vigor não é cumprida pelo atual Governo. Citou outros momentos da trajetória do senador ligados ao tema, como por exemplo, a articulação junto com o Carlos Minc e o Grupo Arco-Iris para a derrubada do

projeto de lei do deputado-pastor Edno Fonseca, que propunha a criação de programas, com recursos públicos, para mudança da orientação sexual de homossexual para heterossexual. Nascimento reconheceu que o PEC 70 não havia recebido a adesão do Movimento Organizado de GLBT e que ele não era parte da sua prioridade legislativa. Entretanto destacou que a retirada da PEC 70 num momento político eleitoral polarizado como esse, representou simbolicamante um aceno ao fundamentalismo religioso e um abandono das bandeiras por ele defendidas. Ressaltou porém, que gostaria de ver afirmada no candidato outra posição, a dos direitos humanos e a da defesa do princípio constitucional do laicidade do Estado. Nascimento destacou que o candidato precisava fazer um pronunciamento público reafirmando seu comprometimento e assumindo uma plataforma concreta para a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais do Rio.

Na sala com a imprensa foram ratificadas posições das partes, sendo feita uma declaração conjunta do candidato e de ativista do Grupo Arco-Iris Claúdio Nascimento. O candidato apresentou e explicou cada proposta de políticas públicas que assume junto ao Movimento Organizado de GLBT do Rio, caso seja eleito. Depois disso, o candidato ratificou com a sua assinatura a Carta Compromisso Por Um Rio Sem Homofobia. Cláudio Nascimento o presenteou com uma bandeira do arco-iris, símbolo mundial do Movimento GLBT.

Segue abaixo a Carta Compromisso por um Rio Sem Homofobia.

Grupo Arco-Iris de Conscientização Homossexual

Informações: 021 - 2208-2799 e 2238-8292

021- 8192-5232 (Cláudio Nascimento)

Fonte: http://www.claudionascimento.blogspot.com.br/2006/10/nota-do-grupo-arco-iris-em-10.html#linksNota do Grupo Arco -Iris, em 10.10.2006

COMPROMISSOS POR UM RIO SEM HOMOFOBIA

Na qualidade de candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro acompanho com preocupação a questão do preconceito, da discriminação contra o segmento de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais(GLTB) em nosso Estado e reconheço a necessidade de implementação de políticas para o combate a homofobia e promoção da cidadania de GLTB.

Sendo assim, caso seja eleito, Governador do Estado do Rio de Janeiro, assumirei o compromisso em incorporar, nas realizações do governo, o seguinte:

1 - Apresentar, nos primeiros dois meses de governo, um plano detalhado para a aplicação da lei 3406 de 2000, com (A) capacitação do pessoal da área de fiscalização; (B) divulgação da lei; (C) criação da Coordenadoria de Defesa, Promoção e Garantia de Direitos de GLBT na Secretaria Estadual de Direitos Humanos para sua aplicação; (D) criação do fundo contra a violência, para acolher os valores advindos das multas cobradas aos estabelecimentos penalizados, com a devida participação da sociedade civil no acompanhamento da aplicação desses recursos em ações especificas. Todos esses itens foram definidos na regulamentação e até hoje não foram cumpridos.

2 - Conceder imediatamente todos os pedidos de pensão para companheiros do mesmo sexo de funcionários públicos estaduais cuja união for devidamente comprovada conforme prevê a lei 3786 de 2001. Hoje são mais de 50 pedidos de pensão que se encontram engavetados no Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro por preconceito e discriminação.

3 - Criar até o quarto mês de governo o Programa Rio Sem Homofobia, ações governamentais de combate a discriminação contra GLBT e promoção de sua cidadania, na diversas pastas do Executivo. Para isso criará no primeiro mês de trabalho uma Comissão Técnica para Elaboração do Programa, com a participação de entidades de defesa dos direitos GLBT. O Governo dotará o Programa de verbas para a implementação de ações nos municípios do Estado e no apoio as iniciativas das organizações GLBT.

4- Incluir nos primeiros quatro meses o Centro de Referência contra a discriminação a Homossexuais do Estado do Rio e o Disque Defesa Homossexual na estrutura formal da Secretaria de Segurança Pública. O Centro deverá ser dotado de recursos humanos e financeiros para o efetivo cumprimento de suas funções de acolher, registrar, encaminhar e acompanhar os casos de violência contra GLBT nas delegacias de polícia e outros agentes de policia civil e militar. Isto tem o objetivo de resultar na efetiva investigação do caso e na melhoria do atendimento, visto que, na maioria das vezes, a vítima quando assume a sua orientação sexual ou relata a situação que visibiliza a sua sexualidade, há um total descaso ou mal atendimento, colaborando com a manutenção do ciclo de impunidade. Criado em 1999, o Centro de Referência hoje é mantido principalmente com o esforço de voluntários.

5- Criar na Polícia Civil o Núcleo de Investigação Especializada para crimes envolvendo a violência por discriminação racial, identidade de gênero e orientação sexual, com inspetores e delegados que já vem atuando no tema de segurança pública e violência contra GLBT. Essa medida possibilitará uma apuração adequada e efetiva, além de contribuir para a formação de dados sobre os tipos de violência e possíveis semelhanças nas investigações.

6- Fortalecer a Assessoria Estadual de DST-Aids e Hepatites, com verbas do Estado para medicamentos, exames, camisinhas, gel lubrificante, pesquisas, prevenção e assistência. Com os recursos cada vez mais escassos, oriundos do Banco Mundial, o Estado do Rio de Janeiro precisa dotar-se de uma política responsável com a saúde pública, já que vem apresentando altos índices epidemiológicos em DST, Hiv/Aids e Hepatites. Investir em prevenção das DST, Hiv/Aids e assistência às pessoas com doenças Hiv/Aids e/ou Hepatites contribui para a economia dos recursos em saúde pública, especialmente nos gastos hospitalares.

7- Manter e fortalecer a Secretaria Estadual de Direitos Humanos como uma pasta de atuação transversal a todas as outras, garantindo o recorte de direitos humanos em todas as políticas governamentais. Para isso, será necessário dotá-la de orçamento adequado para que consiga cumprir suas funções no campo da prevenção, educação, correção e atenção.

8- Defender e garantir o princípio republicano da laicidade do Estado em todas as áreas de governo. Para isso o governo promoverá valores de respeito aos direitos humanos e e que combata, com ações efetivas e de caráter contínuo, a homofobia, o racismo, a discriminação de gênero, deficiência física e estado de saúde, além de afirmar a pluralidade cultural e religiosa de nosso povo.

9- Reconhecer e promover a participação de representantes de organizações GLBT nos espaços de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, como nos Conselhos de Educação, de Cultura, Segurança Pública, Direitos da Mulher, Direitos Humanos e Juventude.

10 – Reconhecer o caráter cívico, cultural, educativo, cidadão, de reivindicação por direitos de GLBT, garantindo e apoiando a realização das Paradas do Orgulho GLBT do Estado do Rio Janeiro e demais manifestações e ações que promovam uma cultura de paz, de combate a homofobia e de celebração da diversidade sexual.

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 2006.

Sérgio Cabral Filho

Candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro

PMDB – 15 Coligação

O GLOBO

Cabral participa de reunião com grupos gays

Ludmilla de Lima - O Globo

RIO - Depois da polêmica atitude de retirar do Senado o projeto que legalizava a união civil de homossexuais, o candidato a governador Sérgio Cabral (PMDB) recebeu nesta terça-feira o apoio de movimentos de GLTB (gays lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais). Integrantes da comunidade, que protestaram contra a ação do candidato no Congresso, foram ao comitê da campanha de Cabral, que lá assinou documento com dez compromissos para o segmento. Entre eles, a concessão de pensões a companheiros do mesmo sexo de servidores públicos estaduais, que já é previsto em lei mas não é cumprido.

O ato público apagou um incêndio iniciado semana passada, com o acordo que garantiu o apoio do candidato derrotado Marcelo Crivella (PRB), bispo licenciado da Igreja Universal, à sua campanha. Em troca da aliança com o senador evangélico, Cabral tirou de tramitação o projeto de emenda à Constituição de sua autoria.

- O movimento tem um posicionamento contrário ao projeto; o que a gente reivindica é a questão da união civil entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, nós ponderamos com Cabral que esse evento (a retirada da PEC) ocorrer num segundo turno poderia parecer uma moeda de troca, um aceno ao fundamentalismo religioso - disse o coordenador de articulação política do grupo Arco-Íris, Cláudio Nascimento.

Cabral justificou a retirada dizendo que o projeto não era adequado por incluir um capítulo denominado casamento. E que, por isso, atendeu a uma "ponderação" do senador Crivella.

- O senador Crivella sabe sobre o meu posicionamento - disse Cabral, que se reuniu antes com a bancada do PT.

Enquanto Cabral conversava com representantes de GLTB, o deputado estadual Edino Fonseca (Prona), pastor evangélico, esperava para ser atendido pelo candidato.Ele, que apóia Cabral, é autor da proposta chamada de "lei para curar gays".

URL: http://glo.bo/10EGJlx

Notícia publicada em 10/10/06 - 0h00 | Atualizada em 24/05/12 - 15h00 | Impressa em 14/05/13 - 01h10

WWW.G1.COM.BR
O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

Imprimir

28/05/2007 - 15h58

Governo concede pensão a parceiros de servidores gays

Foram quatro os beneficiados na solenidade desta terça (28). Próxima medida deve punir estabelecimentos que discriminem gays.

Do G1, no Rio
entre em contato



O governador Sérgio Cabral cumprimenta um militante do movimento GLBT (Foto: Rafael Andrade/Folha Imagem)

O governador Sérgio Cabral concedeu, nesta terça-feira (28), em solenidade no Palácio Guanabara, as primeiras quatro pensões a parceiros de servidores públicos homossexuais. Os beneficiados pela Lei 5034/07, sancionada por Cabral no dia 31 de maio, foram Carlo Mascheroni, Cássia Florizia, Edgard Gabriel Filho e Toni Garrido Ferreira.

Segundo o governador, a lei é uma demonstração do respeito à cidadania dos homossexuais. Durante a cerimônia, ele ressaltou a parceria com o secretário estadual de Ambiente, Carlos Minc, na luta pela defesa dos direitos civis dos homossexuais, iniciada na Assembléia Legislativa do Rio.

Minc declarou na solenidade que a próxima iniciativa será buscar a punição de estabelecimentos que discriminem os homossexuais e também as autoridades que se omitam nesses casos.

O representante da secretaria de Assistência e Direitos Humanos, Cláudio Nascimento, também militante do movimento GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), informou que a nova lei beneficiará mais de 30 mil servidores estaduais e seus companheiros.

Saiba mais

» OAB apóia a luta de gays e lésbicas

URL: http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL95092-5606,00.html

DIÁRIO OFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro D.O.

2 Ano XXXIII - Nº 118 - Parte I
Rio de Janeiro, quarta-feira - 27 de junho de 2007

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 40.822 DE 26 DE JUNHO DE 2007

Constitui a Câmara Técnica para a elaboração do Programa estadual de combate à homofobia e promoção da cidadania da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em exercício, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica constituído, no âmbito do Poder Executivo Estadual, sem aumento de despesa, CÂMARA TÉCNICA com a finalidade de elaborar o programa "Rio sem Homofobia".

Art. 2º - A CÂMARA TÉCNICA será composta por 28 membros, com a participação dos seguintes representantes:

I – Especialistas e acadêmicos de renomada expertise e trabalho sobre promoção da cidadania e combate à homofobia;

II – Organizações da sociedade civil com renomada expertise e trabalho sobre promoção da cidadania e combate à homofobia;

III – Parlamentares estaduais;

IV – Representantes de órgãos de Governo no âmbito da Administração Pública estadual.

Parágrafo único – Os membros da CÂMARA TÉCNICA não receberão nenhum tipo de remuneração pelo exercício de suas funções.

Art. 3º - A CÂMARA TÉCNICA será coordenada pela Superintendência de direitos individuais, coletivos e difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

Art. 4º - No prazo de 15 (quinze) dias, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, com o auxílio da sua Superintendência de direitos individuais, coletivos e difusos, regulamentará, por Resolução, o presente Decreto, estabelecendo os atos necessários para a composição da CÂMARA TÉCNICA, dando a devida publicidade aos seus atos.

Art. 5º - No prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da edição deste Decreto, a CÂMARA TÉCNICA deverá apresentar ao Governador do Estado o seu relatório final, respeitado os objetivos estabelecidos no art. 1º deste Decreto.

Art. 6º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2007

LUIZ FERNANDO DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS INDIVIDUAIS COLETIVOS E DIFUSOS

D.O. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro — Poder Executivo

Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

www.sedhu.rj.gov.br

ATOS DA SECRETARIA

RESOLUÇÃO SEASDH Nº 032 DE 14 DE AGOSTO DE 2007

"DESIGNA OS MEMBROS QUE IRÃO COMPOR A CÂMARA TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE COMBATE À HOMOFOBIA E PROMOÇÃO DA CIDADANIA DA POPULAÇÃO DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o constante do processo administrativo nº E-33/16/64/2007,

CONSIDERANDO o Decreto nº 40.822, de 28 de junho de 2007, que constitui a Câmara Técnica do programa "Rio sem Homofobia" para a elaboração do programa estadual de combate à homofobia e promoção da cidadania da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e dá outras providências;

CONSIDERANDO que para a construção de uma política pública estadual de combate a homofobia e promoção da cidadania da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais é estratégica a necessária à participação da sociedade civil, especialistas, parlamentares e Secretarias do Governo do Estado do Rio de Janeiro,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os membros abaixo elencados que irão compor a Câmara Técnica para a elaboração do programa "Rio Sem Homofobia".

I - CLAUDIO NASCIMENTO SILVA
Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
II - SYLVIA REGINA DOS SANTOS
Secretaria de Estado da Casa Civil
III - MARIA CRISTINA FERNANDES DE LIMA
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
IV - RAPHAEL MARZANO
Secretaria de Estado de Segurança
V - ADRIANA MARIA SHAD E BALTHAZAR
Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil
VI - MARILÉIA SANTIAGO
Secretaria de Estado de Educação
VII - ELIZABETH KARAM CORRÊA DE MAGALHAES
Secretaria de Estado do Ambiente
VIII - MARIA CHRISTINA RODRIGUES MENEZES
Secretaria de Estado de Trabalho e Renda
IX - LUDMILA DOS SANTOS PEREIRA
Secretaria de Estado de Cultura
X - JOÃO GERALDO BEZERRA MENEZES
Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer
XI - JORGE GAMA
Secretaria de Estado de Governo
XII - INÊS PANDELÓ
Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ
XIII - ALEXANDRE PARANHOS
Defensoria Pública Geral do Estado
XIV - IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS
Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
XV - SILVIA RAMOS
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Universidade Cândido Mendes
XVI - MARCIO ALONSO DE SOUSA ALVES
Grupo Arco Íris de Conscientização ao Homossexual – GAI do Rio de Janeiro
XVII - YONE BAPTISTA LINDGREN
Movimento D'Elles do Rio de Janeiro
XVIII - ERNANI ROCHA DA SILVA
Grupo Nobres – Petrópolis
XIX - RENATA CRISTIANE DE OLIVEIRA
Grupo IGUAIS – Cabo Frio
XX - CHARLES SILVA ROSA (Sharlene Silva Rosa)
Grupo Diversidade e Pluralidade – GPD de Duque de Caxias
XXI - MARCELO GERALDO NASCIMENTO (Majore Marchi)
Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro - ASTRA
XXII - ROGÉRIO DA SILVA CRUZ
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN
XXIII - JORGE MENEZES CAMPOS
Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro
XXIV - VERIANO TERTO JUNIOR
Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA
XXV - JUREMA WERNECK
Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro – Grupo CRIOLA
XXVI - Professora RAQUEL COELHO LENZ CÉSAR
Escola de Ciências Jurídicas da UNI-RIO/Coordenadora do Projeto Combatendo a Discriminação Racial
XXVII - MARCIO RODRIGO VALE CAETANO
Doutorando em Educação, Programa Pós-Graduação em Educação
XXVIII - SÉRGIO LUIS CARRARA
Centro Latino Americano em Sexualidades e Direitos Humanos

Art.2º - A Câmara Técnica será coordenada pelo Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, nomeado como representante desta Secretaria, conforme art.3º do Decreto nº 40.822, de 28.06.2007.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2007

BENEDITA SOUZA DA SILVA SAMPAIO
Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)
Casa Civil 2
Governo ....
Planejamento e Gestão 4
Fazenda 8
Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços 29
Obras 30
Segurança 30
Trabalho e Renda ....
Cultura 37
Assistência Social e Direitos Humanos 38
Turismo, Esporte e Lazer 40
Procuradoria Geral do Estado 40

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO 42

REPARTIÇÕES FEDERAIS 54

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 41.195 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE MENCIONA, SITUADO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em especial a conferida pelo art. 6º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e tendo em vista o disposto nos autos do processo administrativo nº E-14/22015/07,

DECRETA:

Art. 1º - Com fundamento no art. 5º, alínea "e" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, combinado com o art. 2, V, da Lei 4132, de 10 de setembro de 1962, ficam declarados de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, os seguintes imóveis, descritos e caracterizados nas respectivas matrículas do 5º. Ofício do Registro Geral de Imóveis:

a) Lote 17/18 do PAL 6122, da Rua Saint Roman, matrícula 67009;
b) Lote 16 do PAL 6122, da Rua Saint Roman, matrícula 21212.

Art. 2º - Incluem-se na presente declaração de utilidade pública as acessões e benfeitorias acaso existentes nos imóveis a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º - Fica autorizada a alegação de urgência no processo judicial de desapropriação, para fins de imissão provisória na posse.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2008

SÉRGIO CABRAL

Id: 456532

DECRETO Nº 41.196 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008

CONVOCA A I CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (GLBT) DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o constante do processo nº E-23/190/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a I Conferência Estadual de Políticas Públicas para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) do Rio de Janeiro em conformidade com o Decreto Federal de 28 de novembro de 2007, que convoca a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais e dá outras providências a realizar-se dos dias 21 a 23 de março de 2008, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos - SEASDH, através da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos - SUPERDir.

Art. 2º - A I Conferência Estadual de Políticas Públicas para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, (GLBT) do Rio de Janeiro, doravante denominada I CE-GLBT, tem por finalidade:

I - discutir e propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional e estadual de promoção da cidadania e direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (GLBT);

II - avaliar e propor estratégias para implantar o Programa Estadual "Rio Sem Homofobia";

III - avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa "Brasil Sem Homofobia";

IV - eleger os delegados do Estado do Rio de Janeiro para Conferência Nacional.

Art. 3º - A I CE-GLBT será presidida pelo Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, que nomeará os membros da Comissão Organizadora Estadual.

Art. 4º - A Comissão Organizadora será composta por 26 membros com a participação dos seguintes representantes: 13 membros de organizações GLBT e convidados e 13 órgãos do governo no âmbito da Administração Pública Estadual, sendo:

I - Secretaria de Estado da Casa Civil - CASACIVIL
II - Secretaria de Estado de Governo - SEGOV
III - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG
IV - Secretaria de Estado de Segurança - SESEG
V - Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil - SESDEC
VI - Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC
VII - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
VII - Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETRAB
IX - Secretaria de Estado de Cultura - SEC
X - Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer - SETE
XI - Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro - DPGE
XII - Assembléia Legislativa - ALERJ
XIII - Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH

Art. 5º - No prazo de 15 dias a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, com o auxílio de sua Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos regulamentará, por Resolução, o presente Decreto, estabelecendo os atos necessários para a composição da Comissão Organizadora da Conferência Estadual.

§ 1º - A Comissão Organizadora Estadual tem por função a realização de consultas e definição dos temas que serão abordados nas 9 (nove) Conferências Regionais, a serem realizadas em nove regiões do Estado do Rio de Janeiro, e na Conferência Estadual.

§ 2º - A realização dos 9 (nove) encontros das Conferências Regionais e das 5 (cinco) Pré-Conferências terão a finalidade de discutir a interiorização e ampliação da participação de Movimento GLBT local e gestores públicos locais e eleição dos delegados para a Conferência Estadual, conforme Regimento Interno da CE-GLBT.

§ 3º - A delegação da Conferência Estadual de Políticas Públicas para GLBT do Rio de Janeiro será eleita nas 9 (nove) Conferências Regionais, com critério de delegação por cada região a ser definido no Regimento Interno da CE-GLBT Rio de Janeiro.

§ 4º - O Regimento Interno da I CE-GLBT obedecerá aos prazos estabelecidos pelo Regimento da I Conferência Nacional de Políticas para GLBT, dispondo sobre:

I - o processo de escolha de delegadas e delegados;

II - a operacionalização dos debates, tendo como base o temário proposto pela organização da Conferência Nacional.

§ 5º - Os integrantes da Comissão Organizadora, ora instituída, não farão jus a qualquer remuneração, sendo as suas funções consideradas como serviços relevantes.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2008

SÉRGIO CABRAL

Id: 456521

DECRETO Nº 41.197 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008

AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PELA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-22/52/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a prorrogação da contratação de profissionais, a partir de 29 de fevereiro de 2008, até o quantitativo permitido no Anexo da Lei nº 4.990, de 27 de fevereiro de 2007, e nos limites pecuniários ali estabelecidos, com vistas à manutenção do relevante serviço público prestado no Estado, através da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, em atendimento a obrigação assumida com a União Federal.

DECRETO Nº 41.798 DE 02 DE ABRIL DE 2009

CRIA O CONSELHO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista as Resoluções da I Conferência Estadual de Políticas Públicas para GLBT do Rio de Janeiro, conforme Decreto nº 41.196, de 28 de fevereiro de 2008, e da Câmara Técnica para Elaboração do Programa Rio Sem Homofobia, na forma do Decreto nº 40.822, de 26 de junho de 2007, e o constante do Processo nº E- 23/1344/2008,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o **CONSELHO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CONSELHO LGBT - RJ**), no âmbito do Poder Executivo Estadual, vinculado à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, coordenado pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, de caráter deliberativo, com a finalidade de elaborar, acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) destinadas a assegurar a essa população o pleno exercício de sua cidadania.
Art. 2º - O CONSELHO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CONSELHO LGBT - RIO), terá as seguintes competências:

I - desenvolver ação integrada e articulada com o conjunto de Secretariais e demais órgãos públicos, visando a implementação de políticas públicas comprometidas com a superação das discriminações e desigualdades, devido à orientação sexual e à identidade de gênero;

II - articular e definir políticas públicas de promoção da igualdade de oportunidades e de direitos para a população LGBT;

III - prestar assessoria ao Poder Executivo, emitindo pareceres, acompanhando, monitorando, fiscalizando e avaliando a elaboração e execução de programas de governo no âmbito estadual, bem como opinar sobre as questões referentes à cidadania da população LGBT;

IV - estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate das condições em que vive a população LGBT urbana e rural, propondo políticas públicas, objetivando eliminar todas as formas identificáveis de discriminação;

V - propor e estimular políticas transversais de inserção educacional e cultural, com o objetivo de preservar e divulgar o Patrimônio Histórico e Cultural da População LGBT;

VI - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor no que for pertinente aos direitos assegurados à população LGBT;

VII - propor e adotar medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;

VIII - propor e adotar providência legislativa que vise eliminar a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, encaminhando-a ao poder público competente;

IX - propor e adotar intercâmbio e convênios ou outras formas de parceria com organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados, com a finalidade de viabilizar ou ampliar as ações e metas estabelecidas pelo CONSELHO LGBT - RJ;

X - manter canais permanentes de diálogo e de articulação com o movimento LGBT - a serem definidos pelo seu Regimento Interno - em suas várias expressões, apoiando suas atividades, sem interferir em seu conteúdo e orientação própria;

XI - receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra lésbias, gays, bissexuais, travestis e transexuais, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis além de acompanhar e monitorar os procedimentos pertinentes.

Art. 3º - A estrutura do CONSELHO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CONSELHO LGBT - RJ), compor-se-á dos meios necessários para o exercício de suas atribuições de será definida por Resolução da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e regulamentada pelo Regimento Interno do CONSELHO LGBT - RJ.

C35

